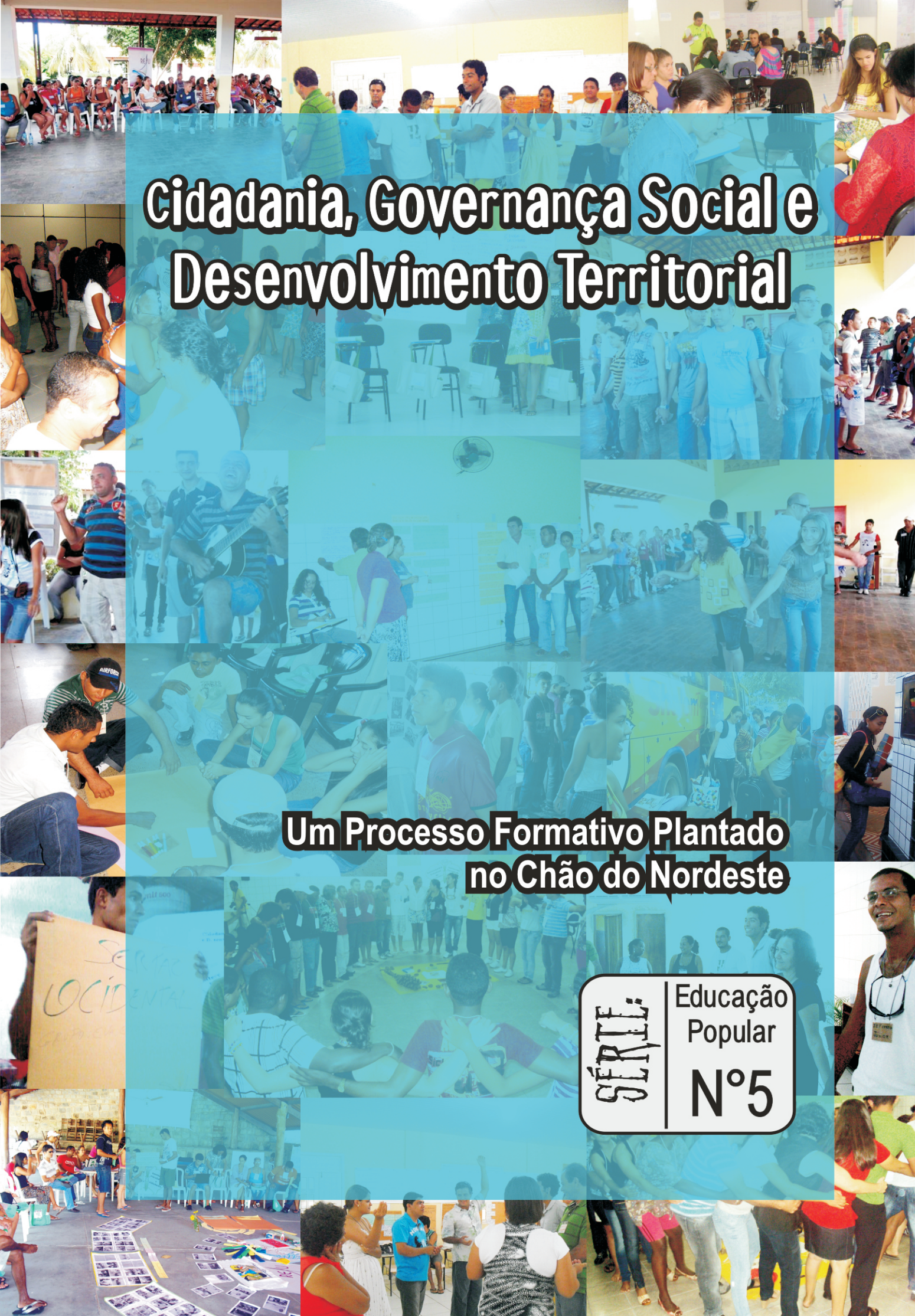




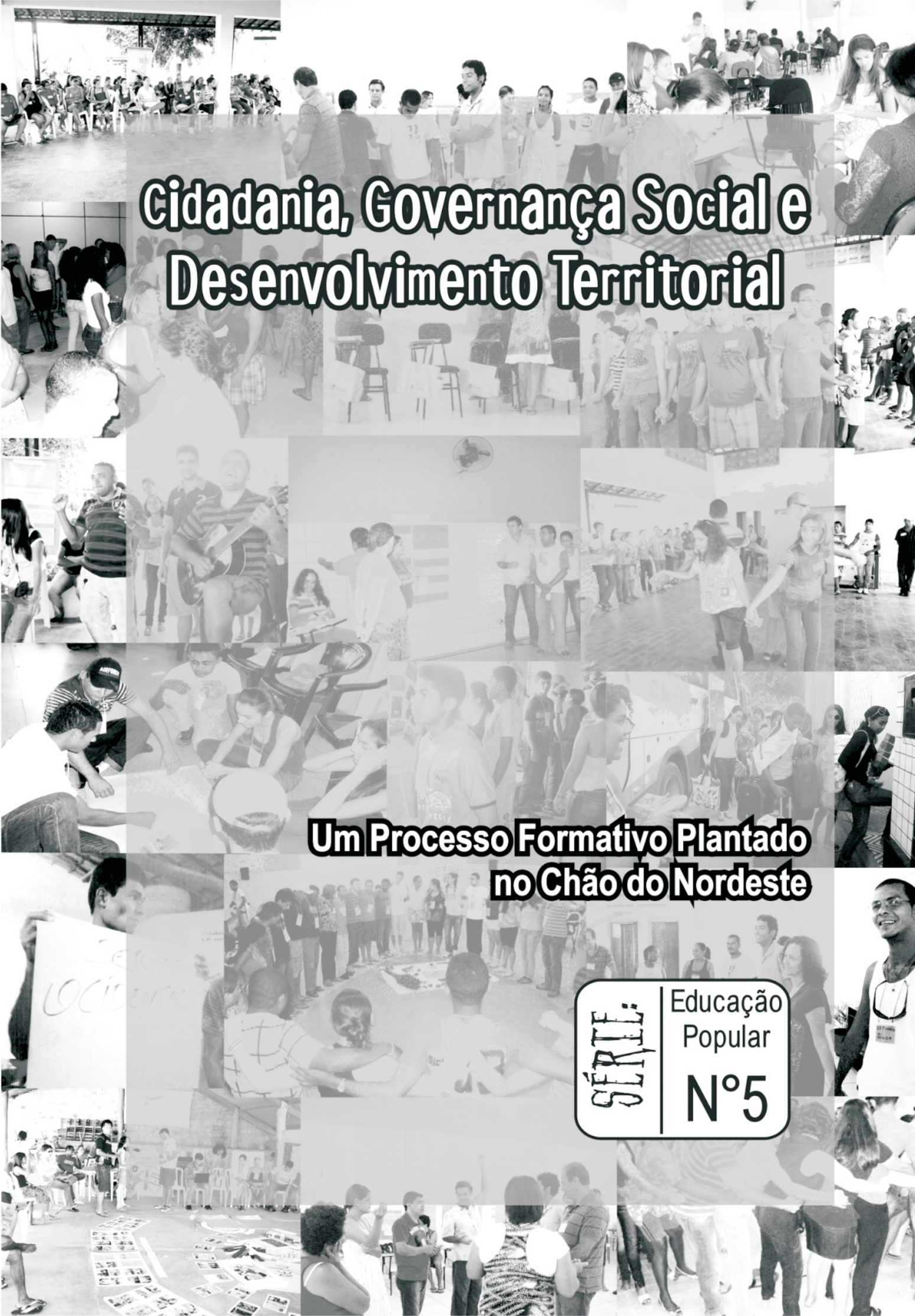
Cidadania, Governança Social e Desenvolvimento Territorial

**Um Processo Formativo Plantado
no Chão do Nordeste**

SÉRIE:

Educação
Popular

Nº5



Cidadania, Governança Social e Desenvolvimento Territorial

**Um Processo Formativo Plantado
no Chão do Nordeste**

SÉRIE:

Educação
Popular

Nº5

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro do Desenvolvimento Agrário

Patrus Ananias de Sousa

Chefe do Gabinete

Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira

Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT

José Humberto Oliveira

Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial - DETER Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SDT/MDA SBN - Quadra 1 - Edifício Palácio da Agricultura, Bloco F , 7º andar - CEP. 70.040-908

Escola de Formação Quilombo dos Palmares - 2013/2016

Conselho Diretor

Maria Divaneide Basília - ***Diretora Geral***, Maria Gerlane Silva - ***Diretora Administrativa***,

Luciene Maria Ambrósio de Mesquita - ***Diretora de Formação***

Suplente do Conselho Diretor

David Barros de Araújo, Francisco Mesquita de Oliveira, Clebia Mardonia F. Farias

Conselho Fiscal

Rildo Vêras Martins, Maria Regina Pinheiro, Marivald Bispo Sales

Suplente do Conselho Fiscal

Cássia Margareth A. dos Santos, Maria de Lourdes

Equipe Técnica

Antônia Maria Alves de Albuquerque, Bruno Castro da Costa Carvalho, Edleuza Duque Silva,
Raimundo Augusto de Oliveira, Rejane da Conceição Santos Waquim, Rosimere Soares da Silva

Edição e Distribuição

Escola de Formação Quilombo dos Palmares - **EQUIP**

Rua Monte Castelo, 142 Bairro Boa Vista CEP 50.050-310 Recife

Blog: [http://escoladeformacaoquilombodospalmares](http://escoladeformacaoquilombodospalmares.blogspot.com.br)

blogspot.com.br, **e-mail institucional:** equip@equip.org.br,

facebook: Equip Equip, **Skype:** equip-equip

Fones: (81) 3423-2116/3425-2542

Elaboração e Organização Geral

Alcineide Oliveira Nascimento, Antônia Maria Alves de Albuquerque, Luciene Maria Ambrósio de Mesquita

Produção de textos

Elenilda Carlos de Melo, Ianara Silva Evangelista, Joane dos Santos Araújo,

Maria Cristina Moura Santos, Paulo Afonso Barbosa de Brito

Esta publicação é de responsabilidade do Conselho Diretor da EQUIP

Programação Visual e Arte Final : Karine Raquel

Acompanhamento e Revisão: Raimundo Augusto de Oliveira e Gerson Flávio

Fotografias: Acervo da EQUIP, Mercio Araújo e Rafael Freitas

Impressão - LM Gráfica e Editora

Tiragem 1500 Exemplares

Sumário

Apresentação.....	5
Cidadania, Governança Social e Desenvolvimento Territorial	6
Introdução.....	7
Presença Educativa da Equip nos Territórios do Nordeste	9
A Concepção Político-Metodológica da Experiência.....	11
Sistematizar como ato de Educar.....	14
O Caminho se faz ao Caminhar.....	16
O que esta Experiência nos Ensina.....	26
Vamos lá fazer o que será.....	42
Socialização das Oficinas de Intercâmbios de Experiências.....	56
Formação Programática e Formação na Ação: Avaliação e o Monitoramento.....	77
As Recomendações Metodológicas Construídas no Percorso Formativo.....	79
As Descobertas e Aprendizagens do Processo Formativo	82
Juventudes, Cidadania, Governança Social e Desenvolvimento Territorial.....	88
Ação em Parceria	91
Contexto da Juventude Rural no Brasil.....	94
Experiência com as Juventudes Rurais nos Territórios.....	97
Intercambiar Saberes e afirmar Identidades	101
Oficina de Sistematização da Experiência - Juntando novos Ingredientes	110
O Intercâmbio de Experiências como Ingrediente da Educação Popular para a Gestão Social	119
Os Interâmbios: Lições, Aprendizados, Limites e Desafios na Perspectiva da Juventude Rural.....	124
Perspectivas para a Continuidade da Ação Formativa.....	129
O Elemento da Participação Cidadã da Juventude	131
Para Ampliar a Participação Política da Juventude Rural	133
Políticas Públicas em Foco: Um Diálogo Necessário.....	135
Sistematização – Ingrediente da Educação Popular.....	140
Recomendações	142
Revisitando o Processo: Indicando Possibilidades e Desdobramentos.....	143
Conclusões	146
Educadoras e Educadores da EQUIP.....	151
Anexo - Plataforma Política Nacional das Juventudes dos Territórios.....	154
Referências Bibliográficas	160
Siglas.....	163
Memórias Fotográficas	166

Apresentação

A Escola de Formação Quilombo dos Palmares – EQUIP com esta publicação procura socializar aprendizados e influir na relação Estado e Sociedade Civil no Brasil, campo fecundo de desafios e possibilidades na perspectiva da consolidação democrática. Esta publicação Cidadania, Governança Social e Desenvolvimento Territorial, fruto de produção coletiva, faz parte da Série Educação Popular, de iniciativa da EQUIP, que reflete todo o processo formativo realizado junto aos Territórios do Nordeste através de convênio com SDT/MDA, em parceria com a Rede de Educadores Populares do Nordeste e com a Rede de Jovens do Nordeste, e o apoio dos Colegiados Territoriais, no período de 2009 a 2015.

Este produto traz a sistematização das experiências vivenciadas por educadores populares, membros de Colegiados Territoriais, Movimentos Sociais e Jovens Rurais, referenciada pela metodologia da educação popular dialética, a qual aprofunda conceitos sobre território, política pública para as juventudes, desenvolvimento territorial e gestão social. Nesta perspectiva busca fortalecer os sujeitos políticos e sua inserção em espaços de gestão social dos Territórios, no acesso as Políticas Públicas e pela garantia dos direitos sociais.

A primeira parte da produção trata da educação popular e da sistematização de experiência, que norteia todo o processo de formação. A segunda parte apresenta a experiência de formação de educadores/as, na qual se reflete a realidade brasileira, a trajetória da educação popular, os referenciais políticos e metodológicos da educação popular, e o passo a passo da ação formativa, seus aprendizados e desafios. A última parte traz a experiência formativa realizada com as juventudes rurais mediante a realização dos intercâmbios e a reflexão sobre a realidade juvenil, as suas ações e inserção nos Territórios e seus desafios no tocante ao fortalecer de suas organizações, sua incidência política e o acesso a Políticas Públicas. Entre outros pontos importantes destacamos a construção da Plataforma Política das Juventudes Rurais, bem como a necessidade do fortalecimento da participação das juventudes nos colegiados territoriais.

Esta sistematização de experiência se propõe a não só qualificar as intervenções de quem dela participou, mas partilhar aprendizados e inspirar novas iniciativas de qualificação metodológica com educadores e juventudes rurais. Desta forma favorecer novos encontros entre sociedade civil e o governo, assim contribuir com a consolidação da Gestão Social no Desenvolvimento e a democracia no Brasil.

Maria Divaneide Basilio
Diretora Geral - EQUIP

Cidadania, Governança Social e Desenvolvimento Territorial

Um Processo Formativo Plantado no Chão do Nordeste



Introdução

A experiência ora sistematizada se desenvolveu no campo da relação estado e sociedade civil no Brasil, articulada através do Convênio número 728365/2009 que teve como título CIDADANIA, GOVERNANÇA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e a Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP, no ano de 2009.

A Escola de Formação Quilombo dos Palmares é uma ONG, com sede em Recife/PE que tem como missão:

“Contribuir para a construção de conhecimentos a respeito da realidade e das transformações no Brasil, em especial na Região Nordeste e para a consolidação de sujeitos sociais, prioritariamente das classes populares, por meio da implementação de processos de Educação Popular, aprimorando a cidadania, a qualidade de vida e as disputas alternativas que se contrapõem ao modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, renda e poder, rumo à construção de uma sociedade democrática, solidária e de justiça social.”

A SDT é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que vem apostando em uma forma inovadora que proporciona o desenvolvimento rural sustentável. É um tipo de desenvolvimento que se fundamenta na abordagem territorial com gestão social, como mecanismo de superação das desigualdades historicamente sedimentadas em prol da universalização dos direitos, da justiça social, do fortalecimento das identidades, modos de ocupação, produção, expressão de vida e potencialidades nas diferentes regiões brasileiras, nos territórios rurais.

A presente iniciativa formativa conjugou interesses da EQUIP em qualificar as práticas educativas dos sujeitos sociais inseridos nos movimentos sociais, redes, fóruns e/ou outros espaços de participação social e da SDT em fortalecer os espaços de representação social, especialmente o público que participa dos colegiados territoriais, ampliando e qualificando a participação dos diferentes segmentos sociais que vivem nos territórios rurais, de maneira especial os jovens, assim como as mulheres, os indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, entre outros.

A sistematização resgata a ação formativa realizada sob a coordenação da EQUIP, junto às lideranças e membros dos colegiados territoriais, educadores/as, movimentos sociais, representantes de organismos governamentais e jovens rurais, constituindo-se um espaço fecundo de aprendizagem para o conjunto dos sujeitos sociais envolvidos. Esse processo se deu com a realização de Cursos de Qualificação Metodológica de Educadores/as Populares e de Agentes de Desenvolvimento Territorial, e Intercâmbios com Juventudes Rurais, realizados nos nove estados do Nordeste, e na sequência com a participação de juventudes rurais das demais regiões brasileiras, nos anos de 2010 a 2014.

As ações foram realizadas em parceria com a Rede de Jovens do Nordeste e Rede de Educadores Populares do Nordeste. Estas ocorrem em processos distintos: um teve foco na metodologia da educação popular, com a intencionalidade de qualificar as práticas educativas de sujeitos políticos inseridos em diferentes movimentos, organizações sociais, colegiados territoriais. E o outro foi realizado com jovens rurais de Movimentos Sociais, Movimento Sindical, Redes e Colegiados Territoriais, com o propósito de qualificar a participação em organizações específicas, Comitês de Juventudes, Câmaras Temáticas e Colegiados Territoriais.

Estes processos possibilitaram aos sujeitos produzir conhecimento sobre educação popular, afirmar suas identidades, conhecer e aprofundar os conceitos de desenvolvimento territorial e políticas públicas, conhecer as Políticas Públicas para as Juventudes - PPJs, a dinâmica de funcionamento dos Colegiados Territoriais, e constituir-se protagonistas dos seus próprios processos de aprendizagens. São aprendizados que depois de sistematizados podem inspirar novas iniciativas de qualificação

metodológica tanto do governo, como da sociedade civil, contribuindo na consolidação do processo democrático brasileiro.

Neste produto se partilha com o/a leitor/a olhares de diferentes sujeitos participantes, suas reflexões, opiniões, inquietações, provocações e aprendizados dos processos político-metodológicos vividos pelos sujeitos, instituições realizadoras e parceiras do processo formativo. Esta sistematização de experiência se propõe a não só qualificar as intervenções de quem dela participou, mas inspirar novas iniciativas de qualificação metodológica e novos encontros entre o governo e a sociedade civil e, desta forma, contribuir na consolidação da democracia no Brasil, como um mosaico que se espalhou no chão do Nordeste.



Presença Educativa da Equip nos Territórios do Nordeste

A Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP se faz presença no Nordeste brasileiro há quase três décadas, sendo referência pela experiência em educação popular e na ação em Rede. Esta desenvolve processos formativos alicerçados na educação popular junto a participantes em geral, educadores/as, organizações e movimentos sociais populares, do campo e da cidade do Nordeste e demais regiões do Brasil, estimulando e animando as redes sociais, em especial a Rede de Educadores Populares do Nordeste e a Rede de Jovens do Nordeste, ambas assumiram a parceria para a realização da experiência aqui sistematizada.

Em sua trajetória a EQUIP fomenta a articulação, a parceria, o diálogo, bem como contribui para a constituição de espaços de interlocução e troca de experiências que possibilitam aos sujeitos produzir conhecimento sobre educação popular, conhecer e aprofundar conceitos sobre desenvolvimento, política territorial e sua dinâmica de funcionamento com espaços colegiados, sobre participação e cidadania, bem como constituir-se protagonistas dos seus próprios processos de aprendizados.

Ao realizar as ações formativas nos territórios do Nordeste, a EQUIP prima por contribuir com a qualificação desses sujeitos e de suas incidências nas organizações e espaços de gestão social, na perspectiva da consolidação da estratégia de desenvolvimento territorial, estimulando os sujeitos sociais locais a ocuparem os espaços de gestão social dos territórios, tendo a participação como ato educativo para concertação social.

Com a definição, construção e implementação da estratégia dos projetos sustentáveis por territórios, algumas entidades parceiras tem apresentado a necessidade de preparar metodologicamente seus representantes em processos de educação popular e de experiências sociais democráticas nos seus territórios de atuação. Essa necessidade apontada coaduna com uma política de governo que busca a intervenção em espaços territoriais. Assim, as organizações parceiras da EQUIP buscam uma atuação mais efetiva na garantia dos direitos e na ampliação da participação de governo em torno da efetivação dos territórios e ampliação da participação das juventudes, mulheres e comunidades tradicionais.

Esta demanda foi confirmada pelos participantes nas atividades do Projeto de “Promoção da Cidadania Ativa e o Desenvolvimento de uma Cultura de Paz e Direito”. Na experiência, desenvolvida pela EQUIP em parceria com a SDT, no período de 2005 a 2009, foi constatado que na maioria das atividades formativas realizadas com jovens e membros dos territórios, a necessidade de qualificação metodológica para representantes das entidades membros dos colegiados - jovens, mulheres e comunidades tradicionais, fomentadoras dos grupos temáticos nos territórios - foi fundamental para avançar na viabilidade dos processos participativos e de representação popular nas distintas instâncias da sociedade, sejam elas nos sindicatos, conselhos, associações, partidos, dentre outras.

Durante as ações do projeto houve articulação e mobilização da juventude rural nos territórios e se proporcionou a estes conhecer sobre a política de desenvolvimento territorial, a gestão social do território e o lugar da juventude nessa construção. A experiência teve como resultado a criação de 18 comitês de juventudes nos territórios. O processo de formação foi fundamental para alargar os

horizontes da participação da juventude nessa política, conforme pode ser conferido no produto da sistematização da experiência, na fala de Antônio Lacerda, articulador territorial do estado do Ceará¹:

“Bom, no território do Sertão Central, acredito que lá a juventude está em fase final de constituição do Comitê Setorial da Juventude e tem participado com mais entusiasmo das plenárias territoriais. No território de Itapipoca, este curso, por vocês facilitado, teve uma grande repercussão, pois sentimos que após a sua realização, os jovens estão participando com mais altivez e com propostas sustentáveis que possam contribuir socioeconomicamente com o seu público.”

Com o sucesso dessa primeira experiência, a juventude reivindicou da SDT/MDA a realização de um processo formativo que contemplasse todos os territórios da região Nordeste e que contribuísse com seu crescimento, organização e qualificação para ocupar os espaços de gestão da política territorial. Foi assim que a EQUIP mais uma vez concorreu a um edital e foi selecionada para trabalhar com a formação de educadores e com a juventude rural.

A conquista e ocupação de espaços de poder em diferentes âmbitos da sociedade com perfil mais democrático, com base na cultura de paz e na garantia de direitos, tem gestado e contribuído com uma nova cultura política de valorização da cidadania, a partir das ações de jovens, mulheres, lideranças e educadores. Tal cultura estimula uma postura crítica e ativa de transformação das bases desta sociedade visando a superação do autoritarismo, do machismo e da exclusão social.

É notório que em sua ação, a EQUIP fomenta processos que contribuem com a qualificação de sujeitos políticos, que assumem compromisso de desenvolverem ações de formação em suas bases, e assim multiplicam a ação educativa e seus impactos nas organizações, movimentos e nas suas intervenções locais.

Constata-se, portanto, que a ação político-educativa realizada nos territórios tem contribuído efetivamente com o fortalecimento da estratégia territorial nas áreas rurais do Nordeste, especialmente no que se refere à inclusão social dos sujeitos historicamente excluídos, entre eles os jovens, ao proporcionar o entendimento da dinâmica de participação no planejamento territorial, estimulando sua inserção nas discussões, proposições, decisões, monitoramento e controle das políticas públicas efetivas de juventudes. Através da formação de educadores também tem criado condições para a vivência de uma nova cultura política nos territórios, onde jovens, mulheres e comunidades tradicionais tem sido protagonistas de práticas que favorecem a participação dos distintos sujeitos sociais da região e constroem nos espaços de organização e mobilização social um movimento fundamentado na vivência da cidadania ativa.



1 - Promoção da Cidadania Ativa e o Desenvolvimento de uma Cultura de Paz e de Direitos/ Alcineide Oliveira Nascimento, Antônia Maria Alves de Albuquerque; Escola de Formação Quilombo dos Palmares. – Palmares, PE: EQUIP, 2001. 201p.:Il. – (Série Educação Popular; 4)

A Concepção Política-Metodológica da Experiência

O processo formativo pautou-se na realização de ações de articulação, mobilização e formação de sujeitos políticos multiplicadores de ações formativas nos Territórios. Estas iniciativas se voltaram para qualificar as práticas educativas de um conjunto de participantes de movimentos sociais, representantes de redes, fóruns, técnicos da esfera de governos e/ou de outros espaços de participação social. Estes sujeitos se descobrem educadores/as populares no seu fazer cotidiano, como também para qualificar as juventudes rurais para atuarem em organizações específicas e nos espaços de gestão das políticas públicas. Neste caso, diferentes sujeitos inseridos na gestão social do desenvolvimento territorial.

A experiência foi orientada pela metodologia da Educação Popular Dialética, por se compreender que essa contribui com a construção de processos educativos participativos, horizontais e que valoriza diferentes conhecimentos e tem o sujeito como corresponsável pela construção do seu próprio conhecimento, do novo conhecimento coletivo e não apenas um ser inerte a receber de forma fria e passiva um conhecimento já construído. Nessa construção o conhecimento científico é mediado e relacionado com o universo conceitual do sujeito.

A Educação Popular como uma prática educativa² com orientação libertadora e questionadora, compreende formação como apropriação racional e também emocional das realidades pelos sujeitos. Outro entendimento acerca dos elementos constituidores da concepção da Educação Popular diz respeito à concepção dialética dos processos de formação, bem como sua vinculação comprometida com a vida e a luta dos sujeitos coletivos e entidades populares.

Dialogicidade e Horizontalidade nas Relações

Os sujeitos participantes do processo formativo experimentaram vivenciar relações horizontais em permanente diálogo e de construção coletiva de conhecimentos. Ao dizer que ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, todas as pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo, Paulo Freire afirma o diálogo como categoria *sine qua non* do conhecimento. Para o autor é no diálogo que o processo educativo se constitui num cenário próprio para a produção do conhecimento. A dialogicidade produz relações horizontais, nas quais não existe um detentor de conhecimento que passa o conhecimento para a outra pessoa. Existe um facilitador de processos que reconhece e valoriza conhecimentos e saberes de todos envolvidos.

Na educação popular as relações necessariamente são horizontais, dialógicas e construídas coletivamente, importantes princípios da metodologia presentes em todos os momentos das ações formativas com as juventudes dos Territórios Rurais e com educadores. O passo a passo metodológico que orientou o curso, os intercâmbios, as oficinas, as mesas de discussões, os trabalhos em grupos, a

2..Freire (2007, p. 68) sublinha que “[...] a prática educativa é uma dimensão necessária da vida social, como a prática produtiva, a prática cultural, religiosa etc.”, constituindo assim um “[...] fenômeno típico da existência, exclusivamente humano.”

sistematização foi construído coletivamente e se deu a partir da importância comum dada à experiência de luta e organização política trazida pelos diferentes sujeitos do processo e pela importância da qualificação metodológica para as práticas educativas em movimentos sociais, organizações e Territórios.

Nesse ponto, destacamos dois aspectos importantes do pensamento paulofreireano com relação à valorização do diálogo e das vivências democráticas e horizontais nos processos de formação dos sujeitos. O primeiro se refere à negação da formação “bancária”, distante do movimento das organizações populares e que objetiva manter a divisão entre “os que sabem e os que não sabem”. O segundo ponto diz respeito ao necessário esclarecimento de que essa “horizontalidade” não carrega uma postura passiva, ingênua ou descompromissada dos sujeitos envolvidos no processo formativo. Enquanto princípio norteador da ação educativa, a horizontalidade busca somente evitar o autoritarismo e a arrogância característicos da formação verticalizada e institucional.

No que se refere às práticas formativas libertadoras, no sentido freireano, vale lembrar o texto do antropólogo John Camerford (2002) sobre a sociabilidade e reuniões camponesas quando, ao apresentar duas concepções de reunião e agrupá-las em dois polos, faz referência a um formato de reunião de caráter mais igualitário, de um espaço de “todos”, evidenciando dessa forma a dimensão da horizontalidade pretendida nesse espaço. Discorrendo sobre o tema o autor esclarece que:

[...] cada procedimento aponta para a associação entre símbolos de pertencimento ao grupo e os de igualdade entre seus membros. Essa associação está por toda a parte: na virtual dissolução da mesa através da disposição circular das cadeiras; nas técnicas de dinâmicas de grupo voltadas para “igualar” os participantes por meio de regras e comportamentos lúdicos; no tempo igual reservado para a apresentação de cada participante no início da reunião; nas regras explicitadas que, nas discussões garantem o mesmo tempo de fala para todos [...] (CAMERFORD, 2002, p. 166).

Partir da Prática e da Realidade dos Sujeitos

A experiência formativa nos Territórios Rurais do Nordeste trouxe em sua dinâmica recortes regional e identitário do que é ser mulher, homem, indígena, negro/a, quilombola, jovem rural, educador/a em diferentes Municípios, Territórios e Estados, com características culturais, econômicas e sociais diversas que se manifestam na forma de produzir, de organizar a vida comunitária e no Território. Essa diversidade foi importante no ensino/aprendizado pela riqueza de saberes intercambiados num exercício de aprender com a realidade e com os diferentes saberes. Assim, se deu prosseguimento pelo caminho metodológico do “aprender a partir do conhecer e/ou revisitar as experiências”, colocando no centro dos processos de produção de conhecimento as experiências coletivas como foram vividas pelos sujeitos do processo. O itinerário mútuo e coletivo de conhecer as experiências do outro, aprender com elas e correlacioná-las com outras experiências conhecidas ou vividas constitui, nesse contexto, um processo dinâmico de interação, troca e construção de novos conhecimentos.

A opção pela concepção metodológica da Educação Popular Dialética, se dá por esta possibilitar experimentar processos educativos participativos, com relações horizontais, dialógicas, com valorização de diferentes conhecimentos, culturas, saberes, a inserção na realidade, a leitura crítica e contextualizada da realidade na perspectiva do agir para transformar. Está é uma ferramenta formativa que contribui para a superação da educação bancária, que trata os sujeitos como depósitos de conhecimentos já construídos, sem relação com a vida concreta, arbitrária e pouco atrativa. Como diz Paulo Freire, não basta saber que “Eva viu a uva”, é preciso compreender qual a relação que Eva tem com a uva e qual o lugar que ocupa a uva no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho. A educação popular vem exatamente atender as expectativas de

fortalecimento de sujeitos participantes e pensantes, contribuindo para uma leitura crítica da realidade e a intervenção coletiva para transformá-la.

Nesta sistematização houve o cuidado em não ser apenas mais uma experiência, uma vivência, mas em refletir sobre ela, para perceber a riqueza e a diversidade das práticas inovadoras que vem sendo geridas na estratégia de desenvolvimento rural, com abordagem territorial. A inovação do processo se deu na realização de uma Sistematização com a participação de educadores e jovens que vivenciaram processos distintos. Estes se encontraram durante a Oficina de Sistematização, momento em que se refletiu as práticas, os processos vividos, aprofundou-se conceitos e juntos traçaram o “desenho”, as estratégias metodológicas que entrelaçaram a sistematização das duas experiências e resultaram em um só processo consistente de socialização do saber acumulado, como um mosaico que se espalhou no chão do Nordeste.



Sistematizar como ato de Educar

A sistematização de experiência é parte da metodologia da educação popular e como tal, integra o fazer metodológico da ação formativa desenvolvida nos Territórios. Esta é um instrumento pedagógico que permite refletir a ação e construir compreensões sobre os processos vividos, desembocando no crescimento individual e coletivo dos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que permite a apropriação das experiências por um maior número de pessoas, para além dos participantes dos processos. Para Corcione, (2015 s/d) ela é importante por favorecer a construção e a “re” construção de sentidos, conhecimentos, saberes, tendo assim o caráter de formação e auto formação para os educadores que participam da experiência e/ou a quem a ela tem acesso; é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica, a dinâmica do processo vivido, os fatores que intervieram no seu desenvolvimento e contribui para que nos convertamos em sujeitos transformadores e construtores da história.

Assim sendo, deve-se ir além dela e passar da descrição para a interpretação, o aprender com as experiências vividas. Na sistematização os sujeitos devem ter clareza do que foi realizado, vivenciado; quem o fez, vivenciou, onde ocorreu, quando, como foi realizado e quais resultados e impactos decorrentes da vivência/experiência são provocados na vida e na prática das pessoas. A sistematização tem o papel de aliar o conhecimento da experiência concreta, da vida, ao conhecimento acadêmico - a teoria à prática, para favorecer a produção de novos conhecimentos sem que as experiências se reproduzam como receita aplicável a qualquer situação.

Na concepção da educação popular, a sistematização é o auto empoderamento, descrito no livro Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire, onde as pessoas de forma mais empoderadas e autônomas valorizam seus saberes próprios, primam por não misturar autonomia com autoritarismo e exercem sua autonomia coletiva. Incentiva a amorosidade, o respeito, o espírito crítico do indivíduo e a reinvenção da emancipação humana. Uma questão central da educação popular, desde a sua fundação, é de possibilitar o exercício do saber organizativo e o poder criativo de atividade. A autonomia é das pessoas, mas também das organizações. A autonomia não inviabiliza a conscientização.

Não basta criar sujeitos autônomos é preciso sentir, renovar práticas. A educação popular contribui com seu jeito de aprender fazendo durante a realização da ação e na sua sistematização. É necessário fazer a sistematização com quem viveu, participou do processo. Outra questão importante é a característica de partir do específico, do particular para o geral. É não perder de vista a ideia de emancipação humana e a emancipação social. Pensar a emancipação das mulheres, dos pobres, dos gays, sem pensar na emancipação humana, na emancipação de todos os oprimidos é não só pensar do particular para o geral. Não se constrói a libertação sozinho.

O relatório da Oficina de Sistematização, página 09, destaca que para sistematizar é preciso:

“Organizar o que foi realizado, registrado na memória, pensar sobre o que se fez. O pensamento orientado pela Educação Popular e assim contribuir com a produção do conhecimento a partir dos aprendizados. Sistematizar não é avaliar, é aprender com a caminhada refletida. O sentido político da sistematização em educação popular: desenvolve a capacidade crítica, propositiva e transformadora, constrói identidades políticas, permite tomar consciência de poder que cada um/a tem, contribui para desenvolver capacidades, para construir novas capacidades do exercício de relações de poder mais equitativas, justas, igualitárias, de respeito a

diversidade e a subjetividade das pessoas; permite-nos compreender a transformação, a partir das realidades específicas, como elas se relacionam e como se compreendem numa realidade conjunta e permite melhorar as práticas a partir de sua revisão, permitindo desenvolver novos conceitos”.

Sistematizar também é registrar, por meio do relatório, da fotografia. Seria difícil fazer a sistematização, sem essas ferramentas. Então, o primeiro exercício é de recuperação da memória com quem viveu a experiência, consultar relatórios, fotos, dados analíticos, com esforço para que nada se perca, porém fazer uma análise do que é importante para a sistematização.

Segundo, vem a interpretação da experiência a partir de recortes da experiência, que se chama analisar, interpretar o que se viveu, que para Conceição Paludo é construir conhecimento novo. É preciso encontrar os eixos da sistematização, estes orientam sobre o que é fundamental ser analisado na experiência. É importante eleger três ou quatro eixos, refletir e aprofundar os elementos necessários. Estes eixos podem dialogar com outros eixos.

E por último, vem a socialização da experiência sistematizada, o efeito multiplicador. Com isso se observa a autonomia e a capacidade do/a educador/a de possibilitar que outras pessoas e movimentos, mesmo de longe, se apropriem daquele conhecimento construído com a experiência. O produzir conhecimento não está fora da condição de produção de conhecimento científico, este contribui para as ciências.



O Caminho se faz ao Caminhar

*“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”
Nelson Mandela*

Nessa experiência o caminho escolhido foi o de realizar ações que contribuíssem com a formação de cidadãos e cidadãs com capacidade e autonomia para consolidar uma democracia participativa, bem como construir "um outro mundo possível". Esse caminhar tem exigido esforços conjugados entre a sociedade civil e governo. Entende-se sociedade civil, como todos os segmentos que não são governo, portanto ao falar de sociedade civil, se trata de sujeitos políticos distintos, de classe, raça, cultura, e poder econômico, e por isso mesmo, disputam conceitos, valores, modelos de desenvolvimento e de democracia.

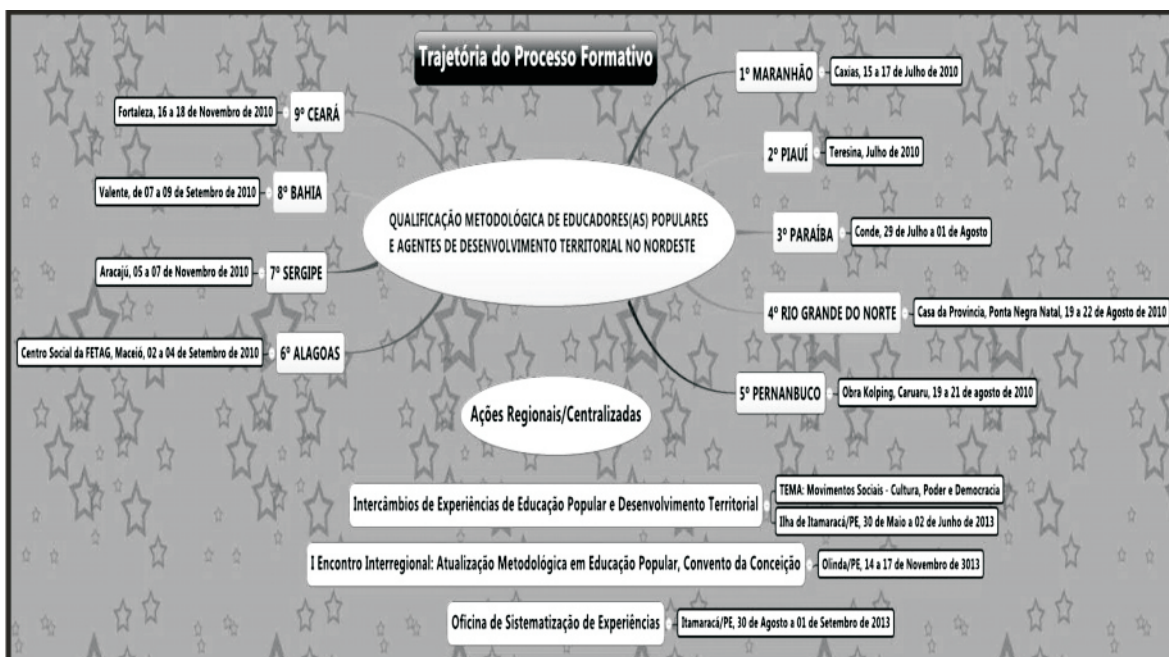
Assim sendo, o campo brasileiro, com suas gentes, também disputam modelos de desenvolvimento rural sustentável. São os resistentes, que afirmam o valor estratégico da agricultura familiar e camponesa, como afirmação das identidades, das culturas, dos saberes milenares, para a segurança alimentar, bem como para a vida equilibrada do planeta e a garantia de uma sociedade socialmente justa, na qual o ser humano é o bem maior, e não o dinheiro/lucro. Uma disputa desigual, se olharmos para a força econômica e política do modelo hegemônico, do agronegócio, que patrocina a concentração de terra e riquezas com a destruição das riquezas naturais, da cultura, das sociedades e da soberania alimentar, porém financiado com recurso público.

Nesta disputa, a formação é fundamental. Por isso mesmo, a EQUIP, a Rede de Educadores Populares do Nordeste e a SDT/MDA priorizam a realização de ações formativas que contribuem com a qualificação e incidência política de diferentes sujeitos na estratégia territorial. Foram ações que tiveram a participação de sujeitos já incluídos na estratégia territorial, como também pessoas que foram mobilizadas pelas redes e movimentos sociais, que não participavam da política territorial. A ampliação do perfil, num primeiro momento para alcançar o número de participantes estabelecido no projeto, mas no caminhar se identificou sua importância, pois as representações nos espaços territoriais precisam ser renovadas e ou ampliadas. Os novos sujeitos participantes das formações, além de conhecerem a estratégia, passaram a participar das instâncias colegiadas.

As ações realizadas em âmbitos estadual, regional e nacional, cuja trajetória formativa é apresentada aqui, tratam do conjunto das experiências de formação de educadores e formação com juventudes rurais, ora sistematizadas, com produtos, resultados, saberes intercambiados e conhecimentos produzidos, os quais partilhamos com os leitores e leitoras e desejamos que seja um instrumento de multiplicação dos aprendizados e de construção de caminhos para o aperfeiçoamento da gestão social e do Desenvolvimento Territorial.

Como esta experiência caminhou no Nordeste

O processo formativo teve início com o Curso de Formação de Educadores que se desdobrou em etapas locais presenciais, das quais os cursistas/educandos saíram com o compromisso de experimentar a metodologia em sua prática junto as organizações, movimento, instituição e colegiado. Realizou-se ainda uma Etapa Regional de aprofundamento da concepção metodológica e uma oficina de sistematização. A trajetória formativa a seguir apresentada trata do conjunto das atividades que envolveram a experiência ora socializada, a apresentação dos passos dados nos roteiros programáticos desenvolvidos, produtos, resultados, saberes intercambiados e conhecimentos produzidos.



O processo formativo respeita as especificidades estaduais e traz um conjunto de orientações que são comuns às diferentes iniciativas e norteiam o encadeamento dos passos metodológicos desta experiência, bem como pode subsidiar outras iniciativas futuras. Esta tem um rigor metodológico desde a discussão e construção coletiva do roteiro programático, na definição dos objetivos das atividades, na escolha do local condizente com o público a ser trabalhado, na definição dos recursos, instrumentais, materiais necessários, no caminho a ser percorrido e inclusive na garantia do orçamento geral da atividade.

Objetivo Geral: Proporcionar espaços de reflexão acerca das experiências formativas realizadas pelos movimentos sociais populares e agentes de desenvolvimento territorial no Nordeste brasileiro, na perspectiva do fortalecimento de suas lutas na realidade social, política, econômica, cultural e ambiental; aprofundar os fundamentos da Concepção Metodológica Dialética da Educação Popular e sua contribuição para as lutas dos movimentos sociais populares e para as novas territorialidades e, por fim, ampliar os espaços de interação e sistematização das práticas de educação popular nos Territórios, exercitando a construção de processos de aprendizagens.

Objetivos específicos: a) Identificar as principais transformações ocorridas no Nordeste nos últimos anos, destacando o papel exercido pelos movimentos sociais populares; b) refletir sobre a Concepção Metodológica Dialética da Educação Popular e sua contribuição para a prática educativa dos movimentos sociais nos espaços de poder; c) exercitar o planejamento de processos e atividades formativas junto aos movimentos sociais populares e construir recomendações metodológicas para a ação de educadores populares nos processos de formação e de desenvolvimento territorial.

Etapa estadual

Mesmo realizado em diferentes Estados, o curso seguiu o mesmo programa, iniciando com apresentação dos objetivos, a apresentação e integração dos públicos, construção do perfil dos participantes, o levantamento das expectativas, construção de acordos e divisão de responsabilidades. Quanto aos acordos estes dizem respeito a criar um ambiente adequado para o bom funcionamento da atividade. Tratar de deixar os celulares no silencioso, atender telefone fora do ambiente de trabalho, evitar cigarro em espaço coletivo, respeito a fala, que deve ser controlada, no máximo três minutos. Ser

objetivo, ser pontual, participação nos debates, trabalho à noite sendo negociado a cada final de dia. Cuidar do ambiente colocar lixo na lixeira e dependendo da demanda, cada grupo fazer a negociação do silêncio no quarto, ajustes nos horários. Orienta ainda a criação de equipes de trabalho: meio ambiente, cronômetro/horários, animação, entrosamento, confraternização, relatoria, avaliação e sistematização, distribuindo responsabilidades com a coordenação das atividades.

Concluída a etapa local, os cursistas desenvolveram atividades em seus grupos e territórios, que se chamou de “prazer de casa”. Essa tarefa foi preparada durante o curso presencial, como ferramenta de experimentação da metodologia estudada.

Os/as cursistas chegaram com expectativas quanto a conhecer novas metodologias de trabalhar com Educação Popular e as suas varias formas de aplicação, aprender como trabalhar com a diversidade, valorizar as culturas e respeitar as opiniões, estimular a interatividade, reconhecer os direitos humanos, trocar experiências e saberes. Todos querem aprender as ferramentas metodológicas necessárias para olhar a pratica criticamente, apropriar-se de instrumentos para trabalhar em oficinas, em outras ações educativas e intervenções politicas de forma que multiplique os aprendizados e conhecimentos. Como também ter comprometimento com a educação popular, buscar a unidade, o amor, a autonomia, acabar a cultura autoritária e coronelista. Vivenciar a Educação Popular e repensar a pratica educativa, integrar a ação com outras instituições, conhecer os sujeitos presentes, seus costumes, suas ações e manifestações culturais, socializar saberes, potencializar as ações multiplicadoras e criativas do território e construir novas ideias e relações, nova forma de intervenção junto nos poderes públicos. Enfim, transformar a vida através de conhecimento e da educação.

Saberes Partilhados

Após a realização dos nove cursos de formação de educadores, as atividades ficaram paralisadas por mais de um ano em decorrência de um processo de criminalização das ONGs que no momento desenvolviam ações em parceria com o governo federal. Passada a fase de análise das instituições, a EQUIP foi autorizada a prosseguir com a execução das ações.

A etapa seguinte foi um Intercâmbio de Experiências de Educação Popular e Desenvolvimento Territorial, com o Tema “Movimentos Sociais: Cultura, Poder e Democracia”, possibilitando aos cursistas intercambiar vivências e aprendizados durante o curso presencial e as ações de experimentação realizadas em suas organizações de base. Desse intercâmbio participaram cursistas que acompanhavam as atividades desde o início da formação, como também foram incluídos novos sujeitos que não haviam participado do curso nos estados, mas que estavam inseridos e atuantes em movimentos sociais e colegiados territoriais. Foram momentos de aprofundar conceitos e resgatar elementos da prática educativa que ressignificam a educação popular nos territórios e no Nordeste, além de intercambiar experiências e relacionar iniciativas inovadoras que apontam novas relações de poder, cultura e democracia na região. Por fim, tratou de elaborar orientações metodológicas que fortaleçam as práticas educativas, qualifiquem os sujeitos políticos e o desenvolvimento territorial.

Cada um/a chegou para participar da oficina de sistematização vindo de diferentes territórios e estados, com a mala cheia de expectativas e imbuído/a do desejo de partilhar vivências, culturas, aprendizados, inquietações e construções. Os intercâmbios se realizaram durante todo tempo que estiveram juntos e foram possíveis por ser um espaço que estimula o diálogo, o respeito e a valorização das diferentes culturas. Nessa atividade também foram realizadas oficinas com diferentes temas, contemplando as necessidades das juventudes rurais, de acordo com suas especificidades, como descrito a seguir:

Mulheres e novas relações de gênero - traz o desejo de alçar voo como os pássaros, ser livre, autônoma, produtiva, gerar renda, combater as discriminações de todas as ordens, organizar, cuidar das mulheres e lutar pelo reconhecimento dos seus direitos e novas relações de gênero na sociedade;

Juventudes e novas expressões culturais - identificar diferentes expressões juvenis e fomentar a organização e a formação urbana e rural em Políticas Públicas para jovens. Divulgar as ações desenvolvidas articulando os meios de comunicação, utilizar tecnologia avançada, valorizar a cultura, cuidar da questão ambiental, ocupar espaços de poder, refletir a sexualidade nas escolas e na igreja, e enfrentar o extermínio da juventude negra;

Educação Rural, Educação do Campo, Organização Comunitária e Tecnologias Apropriadas - aumentar o conhecimento, preservar e difundir a luta pela educação do campo, conhecer formas de metodologias apropriadas de aprendizagem, apropriar-se de novas experiências e estabelecer conexões entre elas, fortalecer a Rede de Educadores Populares, intercambiar informações, ampliar o trabalho em parceria e dar visibilidade às práticas pedagógicas exitosas;

Comunidades Tradicionais e Quilombolas - valorizar a troca de saberes, vivências e conhecimentos; apropriar-se de experiências inovadoras e replicar no município, conhecer a realidade, refletir a experiência para aprimorar a prática educativa e a garantia dos direitos sociais, integração das ações existentes nos Territórios e no Brasil e o fortalecimento das práticas interventivas;

Novas Formas de Produzir e Distribuir Bens e Riquezas, Economia Solidária e Empreendedorismo Popular - buscar novo modelo de produção e distribuição que precisa ser construído, avançar com experiências de construção desse novo jeito de fazer economia;

Gestão Social e novas formas de expressão da Cidadania e da Democracia - inovar nas formas de expressão da Cidadania e da Democracia, buscar o novo, conhecer novas experiências, estar integrada em vários espaços de discussão, tema mobilizador que se insere na ampliação da democracia;



Direito à Acessibilidade, Habitabilidade e Sustentabilidade Ambiental - buscar conhecimento para continuar na luta e na defesa dos direitos de uma sociedade mais justa e igualitária, ampliar e disseminar conhecimentos ambientais, criar mecanismos de intervenção social para uma melhor acessibilidade em todas as esferas da sociedade, integrar, trocar conhecimentos sobre vivência de inclusão e desenvolver meios práticos de direitos à acessibilidade, habitabilidade e sustentabilidade ambiental.

Refletir a ação

Quanto a Oficina de Sistematização os objetivos indicam o resgate das vivências como educadores/as populares e a socialização dos aprendizados. As expectativas versavam sobre aprofundar os elementos da sistematização da experiência e da educação popular, construir conhecimento de forma coletiva e trocar experiências, compartilhar saberes nos estados, reencontrar os amigos, fazer novas amizades, fortalecer a ação nos territórios, integrar experiências das redes, dialogar com o processo vivenciado, reviver e rememorar as experiências e, por fim, desenvolver a capacidade de registro e sistematização.

Como o próprio nome sugere, primou por resgatar os passos e aprofundar conceitos e a concepção da Educação Popular Dialética, juntando novos ingredientes à sistematização da experiência, firmando compromissos com a intencionalidade política do trabalho em Rede e nos Territórios. A ênfase dos trabalhos durante a oficina se deu na discussão do desenho metodológico do processo de sistematização: aprendizados, limitações, perspectivas e recomendações para subsidiar novas iniciativas junto aos movimentos sociais nos Territórios do Nordeste.

Este foi o momento não só para qualificar as intervenções de quem dela participou, mas inspirar novas iniciativas de qualificação metodológica e novos encontros entre o governo e a sociedade civil e, desta forma contribuir na consolidação da democracia no Brasil. A sistematização foi fundamental para produzir elementos que orientaram a elaboração deste documento, como um mosaico que se espalhou no chão do Nordeste.

Leitura da realidade como Processo Formativo

O **1º Encontro Interregional** cujo tema foi **Atualização Metodológica em Educação Popular, Movimentos Sociais e Democracia: Os desafios para a EP e a reinvenção da política no Brasil** teve como objetivos analisar as novas expressões dos movimentos sociais e sua relação com as bandeiras históricas da luta social e os projetos políticos em disputa no Brasil; identificar práticas educativas que contribuem para o aprofundamento da democracia e a construção de uma nova política e, por fim, elaborar estratégias para a organização da ação Territorial e a ação da Rede de Educadores e Educadoras Populares do Nordeste.

As **expectativas dos participantes** – qualificar a prática educativa dos sujeitos inseridos nas instâncias territoriais, fortalecer as juventudes, os comitês temáticos e sua incidência política na gestão social, potencializar a ação formativa juntos aos diferentes sujeitos nos territórios, multiplicar a formação em educação popular nos estados, fortalecer a rede de colegiados territoriais, reorganizar e fortalecer a Rede de Educadores nos estados, sua visibilidade e incidência política; qualificar as práticas da Educação Popular no Nordeste, construir conhecimentos sobre Educação Popular, ser multiplicador/a, estreitar a relação entre os núcleos, aprofundar novos métodos de participação popular e reintegrar parcerias.

Os **conteúdos** trabalhados nos processos formativos enfatizaram o aprofundamento sobre: Movimentos Sociais Populares e a Transformação da Realidade; A Concepção Metodológica Dialética da Educação Popular; Ser e Sentir-se Educador/a; A Formação na Ação e a Formação Pontual/ Programática; e Gestão Social e o Desenvolvimento Territorial.

A mesa de diálogo tratou de reforçar os elementos da Educação Popular e os Projetos de Desenvolvimento em disputa, teve a contribuição do Professor Doutor Francisco Mesquita, Educadora Popular e Consultora Alcineide Nascimento Oliveira e do Doutor Professor Paulo Afonso Barbosa que trouxeram a reflexão sobre a Vitalidade, Dinamismo e Limitações dos Movimentos Populares no contexto atual.

Por fim, se aprofundou o olhar sobre Movimentos Sociais e Democracia: os desafios para a Educação Popular e a reinvenção da política no Brasil. Foi construído um painel sobre as lutas sociais no Brasil, os projetos políticos em disputa. Depois se refletiu sobre os princípios, as práticas e desafios da Educação Popular para a construção de uma nova política. Por ser o espaço regional, a Rede de Educadores do Nordeste tratou de revisitar, atualizar suas estratégias de organização em Rede e construir recomendações para o fortalecimento de sua ação e incidência formativa nos territórios do Nordeste.

Esta sistematização trata de organizar aprendizados e seus resultados, como forma de produzir conhecimentos priorizando: a síntese dos conteúdos; as recomendações metodológicas que aprimorem o fazer formativo e as práticas educativas nos Territórios do Nordeste; identifiquem dificuldades, possibilidades de superação, aprendizados e perspectivas.

A Rede de Educadores Populares parceira nessa Caminhada

O parceiro fundamental da EQUIP nesta ação formativa foi a **Rede de Educadores Populares**. Por isto, iniciamos por dizer quem é ela, a sua motivação para engajamento neste processo e o papel desenvolvido na multiplicação das ações formativas, na medida, em que os seus integrantes, junto aos educadores contratados para o Projeto, desenvolveram o conjunto das atividades.



*“Nada do que foi será,
De novo do jeito que já foi um dia.
Tudo passa, tudo sempre passará”*

A Rede de Educadores e Educadoras Populares do Nordeste é uma Rede de pessoas que tem na Educação Popular a sua grande referência para a ação. E, desta forma, os/as educadores/as da Rede subsidiam a sua prática educativa em seus princípios, elementos constitutivos, método, na construção coletiva do saber e consideram as pessoas com suas histórias, escolhas, orientações, modo de vida e expressões culturais.

É uma Rede de encontros, amizades, prazeres, cumplicidades, compromissos e princípios. Falar dela é dizer de uma Rede nordestina, constituída com a presença de educadores e educadoras dos nove Estados da região: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Uma rede que tem uma identidade política metodológica que faz com que nos reconheçamos, independente de onde estamos, vivemos e ou atuamos. Somos educadores/as dos movimentos sociais populares, ONGs, entidades, e ou outros espaços, vinculados/as a gabinetes parlamentares, universidades e ou órgãos governamentais diretamente ligados as ações que promovem transformações sociais. Que pauta a ação nos princípios da ética, da solidariedade, da justiça social, da construção da cidadania, nos direitos humanos, no desenvolvimento ambiental e no respeito à pessoa humana e as suas opções religiosas, e ou características sexuais e étnico-raciais.

A Rede articulou-se a partir das primeiras turmas do Curso de Educadores Populares promovidos pela EQUIP, nos anos de 1990 e 1992. Os Cursos de Educadores geraram também cursos de lideranças e dirigentes populares e traziam em seu conteúdo aspectos relacionados à formação na ação e formação programada, através de cursos descentralizados nos estados e atividades regionais como as Reciclagens e o EDUPOP (Educação Popular em Movimento).

A participação nos Cursos de formação em Educação Popular e em outras atividades formativas promovidas pela EQUIP e ou nos núcleos estaduais da Rede, outras organizações, entidades sociais, passa a ser o critério fundamental que motiva a inserção de educadores/as nos seus quadros estaduais, desde que tenham afinidade política metodológica e acatem os princípios da Rede. Outro critério essencial é o engajamento dos educadores/as nos movimentos sociais e ou outras formas de intervenção na sociedade. O compromisso com a Educação Popular e atuação na transformação social e a consolidação do projeto participativo democrático popular é o que move os/as educadores/as. Outra forma de engajamento é a indicação de algum membro da Rede submetido à discussão coletiva no estado. A Rede se compõe assim a partir da participação nos cursos e outros espaços de formação que ela promove, da inserção nos movimentos sociais e da adesão à sua metodologia.

É decisão política dos seus integrantes que a Rede de Educadores e Educadoras Populares seja constituída por educadores/as e não entidades. Mas, deve contar com a adesão de entidades como parceiras estratégicas que contribuem, apoiam os seus espaços e ou iniciativas de articulação, mobilização e ou formação de diferentes tipos e ou modalidades formativas.

Uma Rede que se organiza através de Núcleos estaduais formados pelo conjunto de educadores/as que passam a integrá-los e se constituem nas capitais e ou em determinadas regiões do estado. Tem como espaço aglutinador a Reciclagem que funciona como o centro organizador da Rede e ao mesmo tempo espaço de formação, troca de experiência, intercâmbios e definições político-estratégicas de sua ação regional. Outro espaço fundamental de planejamento, monitoramento e avaliação de sua ação político-pedagógica são as reuniões do Coletivo Regional, realizadas periodicamente, onde afina o passo e atua em parceria com a EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares e ou outros parceiros estratégicos, a depender do tipo de ação a ser desencadeada. Os núcleos se fazem representar por um/a educador/a do estado e ou por região onde existe sub-núcleo organizado.

Os Núcleos estaduais realizam uma diversidade de atividades voltadas ao estudo da temática da Educação Popular e sua relação com as intervenções dos movimentos sociais nos quais os educadores e educadoras estão inseridos. Destacam-se atividades como: cursos para educadores e ou participantes de movimentos sociais, “lideranças”, grupos de estudos; reuniões para troca de

informações sobre os trabalhos sociais dos educadores e educadoras; seminários de análise de conjuntura; rodas de diálogo com movimentos juvenis; ações de letramento em comunidades rurais e das periferias das cidades; estudos sobre saúde, semiárido, associativismo e educação de jovens e adultos, oficinas de trabalho, intercâmbio e sistematização de experiências, dentre outras ações.

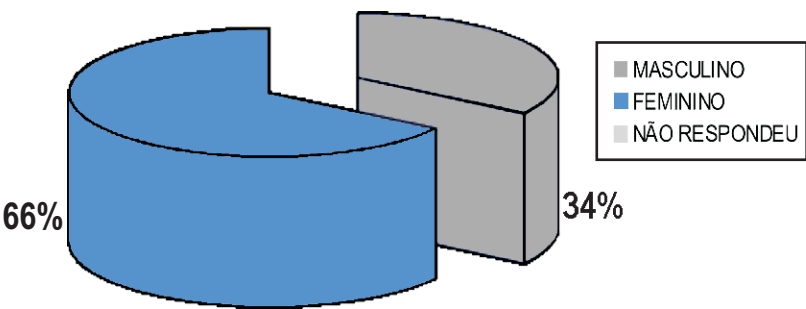
E assim, em parceria com a EQUIP, outras redes, fóruns, órgãos governamentais, universidades ou outras entidades de Ensino e Pesquisa, a Rede de Educadores por ser uma rede fluida, móvel, sem vida jurídica, assume, coletivamente, a orientação metodológica dos processos e juntas realizam atividades, e cobrem as despesas operacionais das ações desenvolvidas. Desta forma a Rede, na medida em que se identificou com a proposta deste Convênio, se engajou na descentralização, multiplicação de educadores/as e descentralização dos processos formativos no Nordeste do Brasil.

O Público envolvido nesta Experiência

O curso de formação de educadores atingiu diretamente 349 (trezentos e quarenta e nove) participantes dos nove Estados do Nordeste, com predominância de mulheres, quase dois terços. Esse dado mostra uma tendência de que, mesmo nos movimentos sociais e Territórios, as mulheres são maioria. Mesmo sendo maioria, as mulheres em termos percentuais, 50,97% das que responderam o questionário ocupam cargo de direção ou liderança, entre os homens esse percentual é de 98,31%.

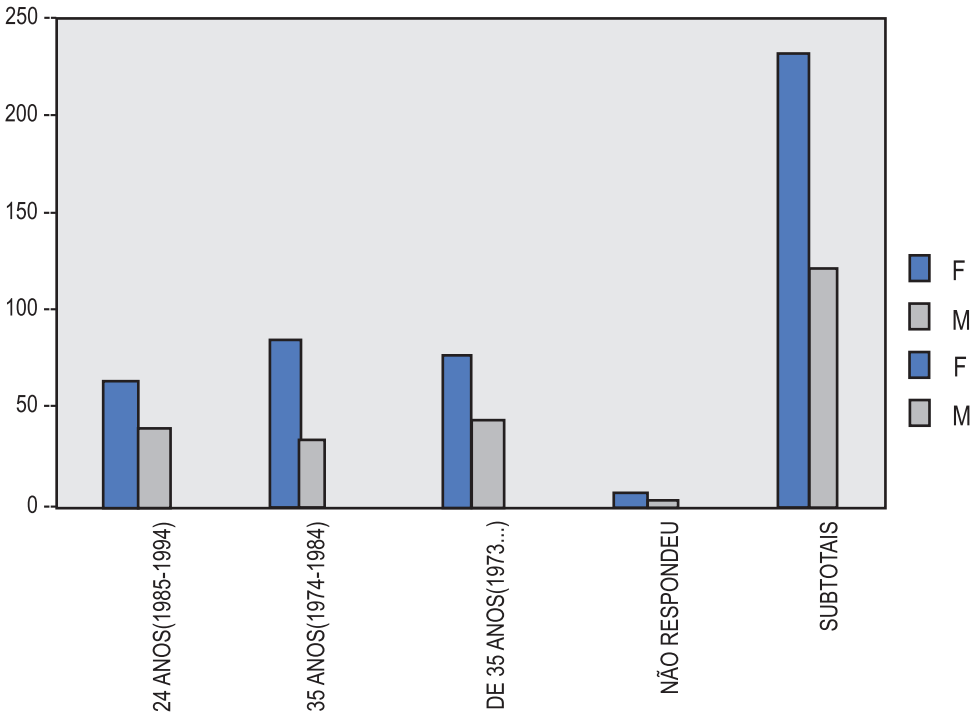


Perfil de Gênero



Dentre as participantes mulheres, 27,51% tem entre 15 e 24 anos, e 33,33% dos homens estavam nessa faixa etária. 36,68% das mulheres e 29,27% dos homens estavam na faixa entre 25 e 35 anos, e acima de 37 anos eram 33,62% das mulheres e 35,77% dos homens; 1,63% dos homens e 2,18% das mulheres não responderam. Os dados mostram que a maioria é de um grupo bastante jovem, mais de 60% dos participantes dos dois gêneros tem até 35 anos. Conforme gráfico abaixo:

Perfil de Faixa Etária

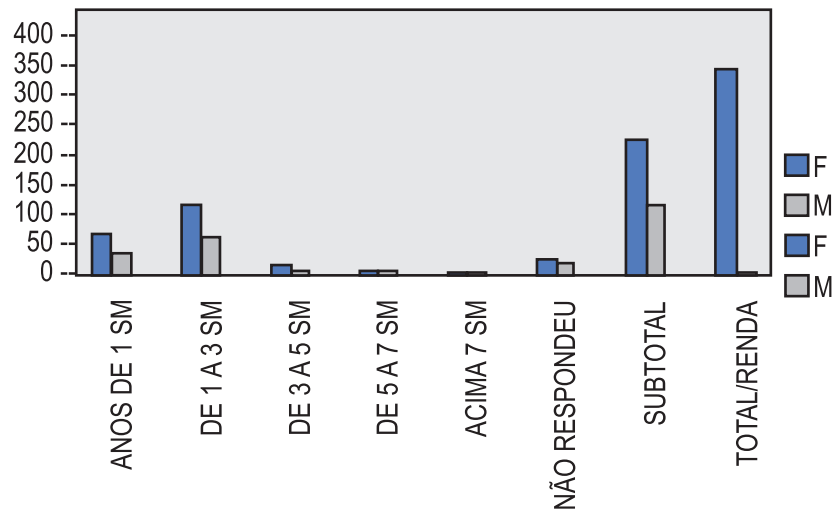


A tabela abaixo mostra que mais de dois terços das mulheres e homens que participaram da formação residem em áreas urbanas dos territórios:

Localidade	Quantidade		Porcentagem	
	F	M	F	M
RURAL	69	42	30,13%	35,00%
URBANO	159	78	69,43%	65,00%
NÃO RESPONDEU	1	0	0,44%	0,00%
SUBTOTAIS	229	120	100,00%	100,00%
TOTAL	349		100,00%	

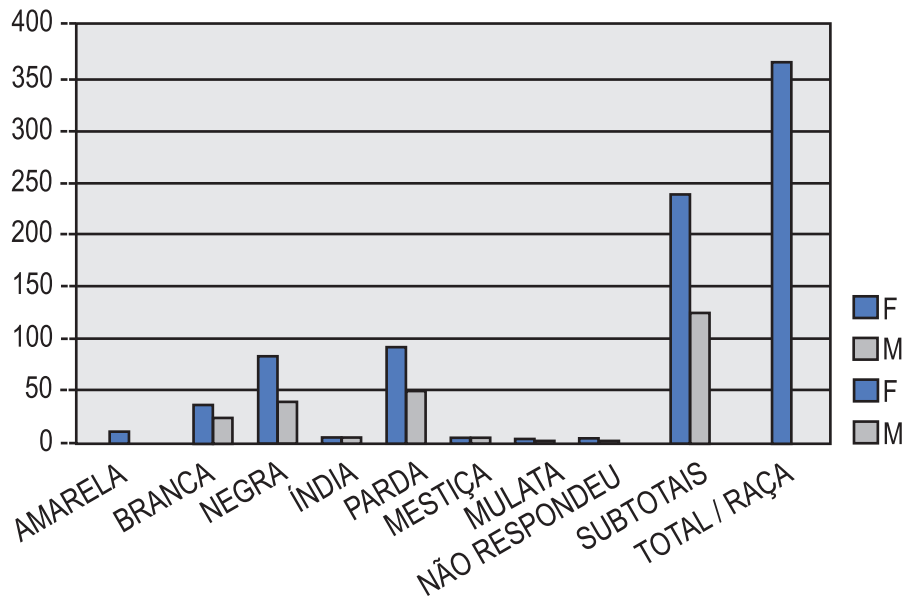
No item renda pessoal há um equilíbrio entre os gêneros, pois 50,66% de mulheres e 51,67% dos homens tem renda que vai de 1 a 3 salários mínimos, com um aumento na renda das mulheres que recebem de 3 a 5 salários mínimos, que ficam com o percentual de 6,11 e os homens 0,83. Em relação aos rendimentos, acima de 5 salários mínimos há um equilíbrio entre homens e mulheres.

Perfil de Renda Pessoal



Quanto a questão racial, cerca de 76% das mulheres e 75% dos homens se declararam negra/o, parda/o, mestiça/o e mulata/o. 1,75% das mulheres se declaram indígenas e 3,33% dos homens respectivamente. Esse é um percentual pequeno, mas significativo, pois representa uma aproximação dos povos indígenas com a política territorial e abertura desta com os diferentes segmentos sociais.

Perfil de Raça/Etnia



Quanto aos Participantes:

MAIS REPRESENTAÇÃO LIGADO AOS TERRITÓRIOS	REPRESENTAÇÃO NO EQUILÍBRIO	MAIS REPRESENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS
PI, RN e SE	AL e BA	PB, PE, MA

O que esta Experiência nos Ensina

Como a experiência ora sistematizada se desenvolveu inserida em um espaço de relação entre Estado e Sociedade, trata de conteúdos que se referem inicialmente a Gestão Social e o Desenvolvimento Territorial que motivou a análise e a incidência política de educadores e jovens nos espaços de participação social. Nesta perspectiva decidiu trabalhar a compreensão de quem dela participou a este respeito, assim como outras pessoas que tenham acesso a esta Sistematização. Em seguida trata dos Movimentos Sociais e Democracia: Desafios e Perspectivas para a Educação Popular na atualidade. Apresenta como eixos prioritários: a Educação Popular e a construção coletiva do conhecimento; o papel, a identidade e as ações dos Educadores/as Populares e a formação na ação e formação programática na Gestão Social do Desenvolvimento Territorial.

A adoção do desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial é um processo em construção e, antes de tudo, um desafio que inicia em 2003 e se amplia com o programa Territórios da Cidadania, em fevereiro de 2008. Como uma estratégia de execução de políticas públicas prioritárias da Agenda Social do Governo Federal traz no seu interior a exigência da articulação de políticas públicas e das diferentes forças sociais propulsoras do desenvolvimento, o que ultrapassa a responsabilidade e as fronteiras de qualquer órgão governamental ou não governamental em suas especificidades de atuação.

A SDT/MDA desde a sua constituição organizou e aprofundou discussões acerca de um conjunto de elementos conceituais que vem subsidiando a sua ação e as discussões nos cursos, oficinas, intercâmbios e encontros ocorridos neste convênio. Esses fundamentos teórico-conceituais foram disponibilizados e trabalhados nas diversas ações de articulação e apoio aos territórios rurais, dentre as quais se destacam as atividades de formação de agentes de desenvolvimento. Por isso é fundamental resgatar alguns desses conceitos pertinentes ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

Território

O conceito de **território**³ está associado ao seu reconhecimento como projeção e expressão de **identidade** de uma população e suas características sócio-culturais, ambientais, político-institucionais e econômicas peculiares, possibilitando que todo o processo de desenvolvimento interaja com estes elementos. O **território** é compreendido como:

“Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”⁴

É um conceito que está muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área e, consequentemente, está associado à ideia de poder, quer seja o poder público estatal, ou ainda o poder das grandes empresas, que estendem seus interesses por grandes áreas territoriais, para além das fronteiras políticas. E também o poder que se quer fortalecer da participação social na gestão do desenvolvimento territorial.

3. Milton Santos refere-se ao “território abrigo” (visão do cidadão) ao “território poder” (visão do Estado) e ao “território recurso” (visão das empresas).

4. CONDRAF/NEAD, 2003. Citado.

Abordagem territorial

O enfoque ou abordagem territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, sujeitos sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas.

Esta abordagem territorial consiste em uma proposta de efetivação de uma ação coletiva para a construção de um modelo de desenvolvimento com foco no ser humano, o que torna a participação das pessoas e a convivência entre os diferentes como fundamental. Ele é valioso quando envolve os cidadãos e cidadãs das localidades, engajados no processo de construção do seu futuro e sem eliminar o diálogo entre as diferentes concepções de desenvolvimento.

Gestão social

É um processo em construção na democratização do estado com participação da sociedade que diz respeito à forma de gerir assuntos públicos, principalmente as políticas sociais fundamentais ao desenvolvimento territorial. Está diretamente associado à descentralização política e administrativa capaz de redefinir formas de organização que inserem: o social, o econômico, o cultural, o ambiental e as novas relações políticas, com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade.

A gestão social conduz à participação direta da sociedade para que se possa avançar para além da democracia representativa. Implica assim em um constante compartilhamento da responsabilidade entre o governo e o povo pelos destinos dos territórios, como também desafia o aperfeiçoamento da representação social e de sua relação com as bases sociais e com a sociedade em geral e não só com os setores organizados. Para Mesquita, relatório de intercâmbio de experiências, pg. 39, a gestão social tem diferentes dimensões: de controle social, gerenciamento, governo e sociedade. Numa realidade social tão diferente e diversa é um desafio fazer gestão social participativa.

A gestão social requer sistemas descentralizados com forte participação de todos os segmentos envolvidos, maior densidade de informação, o estabelecimento de parcerias e articulações em rede, ou seja, a busca pela convergência de interesses e complementaridade de ações numa relação que envolve governo e sociedade na definição das políticas públicas. Além disto, precisa da construção de pactos de concentração social dentre os diversos sujeitos sociais, públicos e privados, o detalhamento do pacto em um plano de desenvolvimento negociado, a construção de institucionalidades que representem os diversos segmentos envolvidos e a criação de espaços de exercício de poder e responsabilidade compartilhada que se efetiva, por meio da gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

Com a consolidação do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável - PRONAT e a implantação do Programa Territórios da Cidadania - PTC, observam-se simultaneamente: o reconhecimento e valorização dos “territórios rurais de identidade” como unidade de planejamento, espaço de articulação e gestão de políticas públicas, e a emergência de novos desafios, sobretudo aos colegiados territoriais, reconhecidos como instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações de âmbito territorial.

Empoderamento

O chamado empoderamento dos sujeitos sociais envolve, entre outras questões: a capacidade de assumirem e levar adiante o processo de desenvolvimento em seu território, a construção de arranjos institucionais e o estabelecimento de compromissos entre o público, o privado, o terceiro setor e os movimentos sociais de modo a garantir a participação social na gestão pública.

O empoderamento da sociedade deve contribuir para que as novas institucionalidades sejam

capazes de expressar formas mais avançadas e democráticas de governança e de governabilidade democrática, aperfeiçoando as relações vigentes entre o estado e a sociedade. O que implica uma revisão dos direitos e deveres e dos papéis e atribuições, formalmente instituídos, enfatizando as convergências de interesses que conduzam à articulação de ações.

Esta relação entre o estado e a sociedade civil na trajetória de construção do estado brasileiro tem sido emblemática e tem assumido diferentes “roupagens” que se mantêm, com maior ou menor incidência, no cenário atual. Por isso, é preciso que o empoderamento dos sujeitos sociais e instituições sejam uma preocupação constante e se efetive em uma gestão compartilhada nos territórios de desenvolvimento rural.

Institucionalidades

As institucionalidades territoriais são espaços (fóruns, conselhos, comissões, comitês, consórcios, articulações e arranjos institucionais diversos) de expressão, discussão, deliberação e gestão que congregam a diversidade de sujeitos sociais, cuja atenção é voltada à gestão social das Políticas Públicas e dos processos de desenvolvimento.

Entre as estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais é essencial a existência destes espaços de concertação social que articulam as diferentes representações das forças sociais presentes nos espaços territoriais, sejam do governo e ou da sociedade civil na gestão compartilhada do desenvolvimento territorial.

Desse modo, a estratégia territorial busca resultados nas soluções que contemplem uma combinação das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável:

- **Econômica:** resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas, integrando redes de pequenas empresas, favorecendo as iniciativas de agricultura familiar, além de atividades não agrícolas, produção de alimentos, matérias primas, e serviços.
- **Sociocultural:** mais equidade social, através da intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores, a cultura do território, o respeito pela diversidade e a construção do diálogo entre as diferentes identidades dos sujeitos do campo, no nosso país.
- **Político-institucional:** novas institucionalidades que permitam a construção de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania no desenvolvimento territorial.
- **Ambiental:** compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade, enfatizando o conceito de gestão da base de recursos naturais.



Como **estratégias** principais o Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais investe na promoção e apoio ao processo de construção e fortalecimento de institucionalidades territoriais, de redes sociais de cooperação, de espaços democráticos de participação efetiva da sociedade na definição de políticas que atendam aos interesses da população, de planos territoriais de desenvolvimento sustentável que estimulem o desenvolvimento de regiões onde predomine a agricultura familiar, o reordenamento agrário, colaborando para a dinamização econômica, ampliação das capacidades humanas, institucionais e da autogestão dos territórios.

Nesta trajetória propulsora do desenvolvimento rural a SDT/MDA em parceria com a EQUIP tem investido na educação como um direito social e humano, e fator preponderante para o desenvolvimento. Assim sendo, vem considerando a formação humana como fermento para o processo de participação e gestão social do desenvolvimento.

Movimentos sociais e democracia: Desafios e perspectivas para a Educação Popular na atualidade

A base para aprofundar esse tema, se deu com a construção da “Linha do Tempo”, que traz: acontecimentos, contextos e sujeitos; lutas sociais e comunitárias que os participantes da formação lembram ou participaram; práticas de educação popular, informações que seguem uma distribuição do tempo em décadas, conforme modelo abaixo :

Linha do Tempo	1970/1980	1990 e virada do século	Anos 2000
Acontecimentos do contexto e sujeitos			
Lutas e organizações populares			
Práticas de Educação Popular			

O exercício de preenchimento do painel foi individual, mas as pessoas conversavam sobre acontecimentos de sua própria experiência, e as localizavam no tempo. Ao final, a coordenação mediu a reflexão, fez complementações de informações e síntese dialogada, com destaques de algumas questões para serem aprofundadas na “Mesa de diálogos”, passo seguinte da atividade, a qual teve a contribuição de Silvio Caccia Bava correspondente brasileiro no Le Monde Diplomatic, e Bethânia Ávila do SOS Corpo e da Articulação de Mulheres Brasileiras, ambos militantes de movimentos sociais populares e assessores de organizações sociais durante as décadas abordadas.

Silvio Caccia Bava inicia sua fala dizendo que numa reunião em Porto Alegre-RS, em maio de 2013, as pessoas dos movimentos sociais falavam de um povo fragilizado. Depois de junho, 400 cidades brasileiras se manifestaram nas ruas. Quem são as pessoas que foram às ruas, o que pensam? 80% tinha menos de 23 anos, nunca participaram de protestos, 70% não tinha vínculo partidário. Tudo por 20 centavos? (referência ao movimento contra o aumento de passagens no transporte público)

Os movimentos sociais não estavam sabendo disso, depois colocamos nossas bandeiras nas manifestações:

Luta por moradia, igualdade de gênero... e não conseguimos ecoar nossa voz. Vocês sabem quantas são as pessoas do Movimento Passe Livre, em São Paulo? Umas oito pessoas. Esse povo foi conversar com os movimentos populares e não teve respaldo. O que a gente considera movimento popular, olhou atravessado para o novo movimento. Esse novo movimento foi para a rua e só cresceu.

O que pensa o Movimento Passe Livre? O que é o levante popular? O que os jovens estão entendendo?

Como foi possível acontecer que 400 cidades se mobilizassem ao mesmo tempo? É preciso entender o que motivou tudo isso.

Algumas conclusões das reflexões sobre isso: a situação do Brasil não está boa e não é muito diferente nos Estados. A situação não está boa.

Tem uma história a recuperar: nos anos 90, começa a ter a privatização de telefone, água, transporte público, transferência da gestão do serviço público para o privado. A gestão privada não tem compromisso social.

Aconteceu que os serviços públicos aumentaram o preço mais que a inflação. O povo não tinha dinheiro para bancar as despesas com os serviços públicos. Nas cidades se paga tudo, não é como na roça, que ainda tem algum alimento. Nas favelas as pessoas tem algum nível de consumo, mas não conseguem manter as necessidades básicas. Em São Paulo, por exemplo, um terço da população vai à pé para o trabalho, por falta de dinheiro para o transporte, que é um serviço público. Você paga, paga, paga e não vê nada de volta. Aí você vê obras milionárias da Copa do Mundo. 14 milhões por ano, durante dez anos atendia todas as reivindicações vindas da rua. Essa é a realidade das obras da Copa, em que são gastos milhões, depois ficam obsoletas, não servem para nada.

Queremos saúde e educação padrão FIFA. Houve a compreensão de que as coisas são assim, porque o dinheiro que seria utilizado para atender as necessidades do povo foi para a Copa do Mundo.

O Movimento Passe Livre quer catraca livre. Na Bolívia, em Cochabamba, há 10 anos, o governo privatizou a água. A empresa francesa aumentou 10 vezes o preço. Os Incas faziam canaletas que levavam água para todos. O povo se revoltou foi para a rua e teve que botar a empresa para fora, para voltar ao modelo anterior.

O Chile, de Pinochet, privatizou as universidades e ofereceu empréstimo para quem não tinha grana, antes de se formar o estudante devia 50 mil dólares. Cresceu a insatisfação e o povo foi para a rua. A reforma de ensino está na pauta do governo. Quando a gente fala da democratização, vale compreender que esse movimento está democratizando o Brasil. O movimento tentou invadir o Congresso, o Planalto, os símbolos de poder. No Paraguai está surgindo o partido do socialismo, não tem ninguém com mais de 40 anos, a direção está na faixa dos 30. Eles entendem que tem que ter partido e povo na rua. Evo Morales, na Bolívia fez a nova Constituição, com a garantia do povo na rua. Precisamos ter a capacidade de perceber as novidades, o cenário mudou, esses exemplos estão mudando as estratégias. Lutar para transformar os serviços públicos. Lutar para que os serviços sejam custeados pelo imposto federal. Com que dinheiro? Com a reforma tributária. Tabelar heranças, fortunas... os serviços tem que ser de qualidade e sair dos impostos gerais.

Betânia Ávila do SOS Corpo iniciou lembrando que no Chile as eleições estão sendo disputadas por duas mulheres que se enfrentam e as duas filhas de generais, que também se enfrentaram.

Lembrou o ato político de resgate dos restos mortais do Presidente Jango (João Goulart), finalmente reconhecido por um Presidente da República. A Carta Maior colocou o discurso de Jango na Central do Brasil, que foi o estopim para o golpe militar de 1964. No seu discurso, Jango defendia as reformas de base, de modo especial a reforma agrária, a reforma da educação. Essa é a pauta de hoje.

Quando Getúlio Vargas se suicida, a carta foi lida como se o povo festejasse, mas o povo fez ato de protesto contra como as coisas aconteceram.

Quando Jango é deposto, momento interrompido. Vive-se um longo período de ditadura militar.

Os movimentos se renovam, mas a pauta volta para o que não foi realizado. É preciso repensar

a forma de organização, repensar a nossa capacidade de mobilização. Não é um marco zero. Nas ruas estavam os jovens engajados ou que naquele momento se engajavam, estavam os reconvocados e os que nunca saíram às ruas. Era um momento importante, com sujeitos que estavam inaugurando sua história de rebelião, que deram uma permanência de resistência à história. Uma coisa fundamental para se pensar: a década de 1990 foi bastante desmobilizadora, institucionalizadora das práticas políticas. Tivemos um período de autoritarismo presente na história, mas esse é o período que estamos vivendo e é o período mais longo de democracia na história do Brasil.

Nos anos 80, a luta tem forte conexão de democracia, direito social e cidadania. Esse momento traz a popularização da ideia de direito. Nesse momento há uma relação mais profunda entre cidadania, democracia e vida cotidiana. O abismo entre a história e o cotidiano coloca de novo na pauta a questão da utopia. A direita fala de futuro como enganação, como uma maneira de ludibriar. A esquerda entrou no campo da via parlamentar, mas ainda há a utopia. Eu quero democracia aqui no meu bairro, quero qualidade de vida. Há possibilidade de melhorar a vida agora. As pessoas que recebem o Bolsa Família falam que suas vidas melhoraram. Criou-se a possibilidade de desejar outra coisa. O trabalho é penoso nessa sociedade autoritária, escravocrata, as pessoas querem direitos, se amplia a ideia de direitos.

Há novas radicalidades: na Cúpula dos Povos no ano passado, ficou clara a luta por direitos e o posicionamento antissistêmico. O Movimento Feminista tomou as bandeiras anticapitalistas. Direito não como caminho para a cidadania liberal, direito não como formalidade. Hoje se coloca a tensão com a luta anticapitalista, não se inserir na relação capitalista como finalidade. É o momento em que os sujeitos se fortalecem, mas não é um alinhamento. Direito como mecanismo de garantia aqui agora, como transformação social.

Também está em pauta a relação dos movimentos sociais com os partidos políticos, a democracia direta não se fez, a democracia participativa é frágil. Não destituir a democracia, mas repensar a democracia nos espaços que conquistamos. Há uma crítica em relação a como se acessa o poder. A crítica à hierarquia foi retomada agora. A América Latina está polarizando. Qual o projeto, ou projetos em disputa? Não existe projeto em disputa. Qual a diferença entre uma coalização entre o PT e o PSDB? O PSDB é privatização... o Programa Mais Médicos foi ridicularizado pela elite, mas que projetos são estes?

É uma classe trabalhadora fragilizada, precarizada. As disputas hoje são mais entre projetos pessoais do que projetos políticos. Cada vez mais é necessário o trabalho educativo. As manifestações mostram indignação, que é preciso indignar-se para avançar. A educação deve ser mobilizadora.

Após a mesa de diálogos a coordenação mediu o debate sobre desafios e perspectivas para a educação popular, recuperando as informações da “linha do tempo”, seguido de uma exposição virtual da escritora e sócia honorária da EQUIP, Valéria Rezende, que em sua fala estimulou o trabalho em grupos e o debate analítico projetivo em plenário. Esses trabalhos resultaram na organização de dados e informações dos momentos anteriores, de forma a evitar possíveis erros históricos e a criar um quadro referencial coerente com o propósito do estudo, que se convencionou chamar de “Linha do Tempo”, a qual recupera elementos da conjuntura com aspectos da economia, política, estado e sociedade, com destaque para o papel dos movimentos sociais populares nos diferentes períodos da história recente.

Trajetória dos Movimentos Populares na Realidade Brasileira

a) A dura e sofrida resistência: A passagem da década de 1960 aos anos de 1970

Durante a truculência do regime militar instalado no Brasil em 1º de abril de 1964, as organizações populares sofreram repressão, perseguição, prisões, torturas e até assassinatos de

lideranças. Isso não destruiu a vontade de lutar por justiça social e vida digna. Diversas lutas acontecem neste período pelas próprias organizações populares com o apoio de igrejas cristãs, especialmente a Católica, a Metodista, a Anglicana, a Luterana.

Em torno de 1968, deu-se início a importantes movimentos sociais que vão marcar as lutas populares nos anos seguintes. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), vinculadas à Igreja Católica e a algumas igrejas protestantes, e as Pastorais Sociais foram polos aglutinadores das pessoas e grupos, possibilitando um espaço aberto e plural de reestruturação da sociedade. Apesar da brutal perseguição, essas comunidades experimentaram um processo crescente de ampliação em número de pessoas envolvidas, de temáticas, bandeiras de lutas assumidas e os campos de ação direta, tornando-se numa “sementeira de formação de novas lideranças sociais e, num polo aglutinador das lutas comunitárias, que, devido ao contexto da época, logo se transformaram em lutas políticas”.

Em 1973, auge do período mais violento do regime militar, com o governo Médici, os bispos e superiores religiosos do Nordeste, sob a liderança de Dom Hélder Câmara, lançaram o manifesto “Eu ouvi os clamores do meu povo.” Devido à censura sobre a imprensa, se previa repercussão limitada, mas circulou amplamente através das redes de comunicação da Igreja Católica, estimulando grupos, comunidades, personalidades formadoras de opinião, para manter acesa a luta contra a ditadura e pela organização popular, inclusive com repercussão internacional, estimulando ações solidárias aos brasileiros em outras partes do mundo. Em 1974, registram-se grandes mobilizações em torno dos transportes coletivos com incêndios de trens e ônibus em Brasília, Rio de Janeiro e Salvador. Nesse mesmo ano, a oposição ganha as eleições em 17 estados da federação.

No caso do Nordeste, registram-se diversas mobilizações, com destaque para a luta camponesa, com o emblemático caso de Alagamar, entre diversos conflitos rurais ocorridos na região. Trata-se na verdade, da resistência dos camponeses contra a expulsão das terras onde trabalhavam como moradores e arrendatários durante décadas e gerações. Era um complexo que reunia as “Fazendas Reunidas Santa Cruz”, que constituía as Fazendas Alagamar, Miguel de Matos, Piacas, Campos, Várzea Grande, Maria de Melo (ou Caipora) e Riacho dos Currais, nos municípios de Itabaiana, Mogeiro e Salgado de São Félix, na Paraíba. Este conflito se prolongou entre 1975 e 1980 (79 e 80, anos mais tensos), justamente o período do estímulo do “Pró Álcool” quando o capital agrícola subsidiado pelo Estado para enfrentar a crise do petróleo, se expandia no campo modificando as relações de trabalho e produção.

Como em diversos conflitos rurais, as táticas e estratégias utilizadas pelos proprietários rurais e trabalhadores, são semelhantes. Os proprietários soltavam o gado nas lavouras para que destruíssem as plantações; as cercas eram construídas separando famílias e amigos; capangas armados intimidando a todos, e por vezes praticavam espancamentos; reuniões eram proibidas; a polícia reprimia ações de resistência camponesa, em nome de “manter a ordem”; advogados, membros da Igreja Católica, sindicalistas e outros agentes sociais eram impedidos de chegarem até o local do conflito.

A resistência camponesa ocorria de variadas formas: reuniões e assembleias eram realizadas constantemente, geralmente em pequenos grupos; vigílias e mutirões e as novas cercas instaladas eram derrubadas; o gado solto na lavoura era expulso; comissões de trabalhadores iam à capital para tentar audiências com governos e buscar apoio de organizações sociais e políticas. Foram criados Comitês de Apoio e Solidariedade nas duas maiores cidades do Estado, como grande colaboração à luta e resistência dos camponeses, principalmente para dar visibilidade a luta e realizar pressão política sobre o Estado e os políticos. O ponto alto do conflito foi a visita de um grupo de bispos do Nordeste, liderados por Dom José Maria Pires e Dom Hélder Câmara, que, montados em cavalos foram ajudar os camponeses a expulsar o gado das suas lavouras. A intensidade da luta forçou a vinda do então presidente ditador João Batista Figueiredo ao local, e a desapropriação de parte das terras para efeito de reforma agrária.

Ainda com frágil dinâmica organizativa, o final da década de 1970 foi marcado por diversas

mobilizações das classes populares principalmente, em torno de bandeiras como salário, saúde, escola, creche, moradia, custo de vida e carestia, saneamento básico e serviços de infraestrutura, abertura política, entre outras. Ampliou-se um novo leque de demandas a partir da década de 1980. A conjuntura, da qual os movimentos sociais também são importantes artífices (e também vítimas), exigia uma “reorientação da rota”. A quase totalidade dos movimentos populares em ação nessa década nasceu ou foi desdobramento de lutas ou organizações da década anterior, ainda sob a truculência do regime militar. Período em que as organizações com vida semi-clandestina, foram capazes de promover intensas mobilizações e reivindicações em torno de necessidades mais sentidas pelas populações, no que diz respeito a equipamentos e serviços de uso coletivo.

Embora tais reivindicações fossem dirigidas principalmente aos governos locais e estaduais, algumas tinham impacto nacional. A intensa campanha pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, encaminhada pelo Movimento Contra a Carestia, ao presidente da república, nos últimos anos da década de 1970, é exemplo a ser citado. Em 1977 e 1978, ganham visibilidade as oposições sindicais, o movimento operário, o movimento estudantil, inicia-se um importante movimento contra a carestia. E, registra-se a retomada pública das primeiras articulações nacionais, tanto em torno das lutas populares (salário, terra, saúde, custo de vida, creches), quanto em torno das bandeiras da redemocratização, como a anistia, a abertura política, a constituinte, eleições diretas. Em 1979 foi reconstruída a União Nacional dos Estudantes (UNE), primeira organização social representativa de caráter nacional após o golpe de 1964. O ano de 1979 é emblemático, não só porque a ditadura militar vai ser obrigada a anistiar presos e exilados políticos, mas especialmente do ponto de vista da relação entre luta social e luta política no Brasil. Ocorrem várias mobilizações populares como passeatas, greves, atos contra a carestia, por creches, por serviços de saúde, resistência contra a expulsão da terra, além de grandes greves operárias no ABC paulista.

b) Da resistência ao protagonismo: A década de 1980

A década de 1980 é caracterizada por um lado, por uma crise econômica no país (após os anos do milagre brasileiro com grande crescimento econômico e enorme concentração de renda), mas por outro lado, é caracterizada pelo aumento das lutas sociais e pela estruturação dos movimentos sociais em organizações nacionais. Um marco desse período foi a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que nasceu por fora da estrutura sindical corporativa e atrelada ao Estado, propondo um sindicalismo de base, de massas, combativo, independente.



Neste período são organizados movimentos ligados às necessidades coletivas e à sobrevivência de imensos agrupamentos sociais como: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); diversos movimentos de defesa da moradia popular, como o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e a União das Lutas por Moradia Popular (ULM), as Associações Comunitárias que em geral se articulam em torno de Federações Municipais e Estaduais de Associações de Moradores; o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), movimentos de cortiços, de inquilinos, de mutuários do sistema financeiro de habitação. Entre os movimentos ligados à temática da saúde, destacam-se o Movimento Popular de Saúde (MOPS) e a Pastoral da Criança, que realizam intenso trabalho de defesa da saúde popular, criando alternativas de combate à mortalidade infantil, desenvolvendo iniciativas de alimentação saudável e de remédios caseiros de fácil acesso para as populações empobrecidas.

Cresceram e se consolidaram neste período os movimentos ligados à identidades coletivas, formados pelos diversos movimentos de mulheres (grupos das periferias urbanas, de igrejas, de camponesas, por atividade profissional como as quebradeiras de coco babaçu, grupos ligados aos diversos trabalhos de ONGs), movimentos indígenas, de meninos e meninas de rua, de homossexuais e lésbicas, de pessoas com deficiências, movimentos de negros que deram origem aos movimentos quilombolas, etc.

Movimentos de Juventude, tradicionalmente marcado pelo movimento estudantil, tanto secundarista quanto universitário, registram uma crescente diversificação, com forte motivação religiosa (católica, evangélica, espírita) e cultural, para a movimentação juvenil, sobretudo no campo da arte e da cultura com uma multiplicação espetacular de diversos grupos de teatro popular, de dança, de hip hop, de capoeira, dentre outros.

Movimentos ligados ao mundo da produção e à geração de trabalho e renda - geralmente formam-se em torno dos “projetos alternativos”, muitos ligados ao trabalho artesanal, à produção agrícola, cooperativas de pequenos produtores, feiras agroecológicas. São diversas iniciativas articuladas em torno do que se convencionou chamar de economia popular e solidária. Nesse campo, o movimento sindical tem feito um grande esforço para se reciclar, ancorando-se para tal em torno do chamado “sindicalismo cidadão”.

Outro elemento importante dos movimentos populares no contexto foram as iniciativas de ação articulada entre diversos movimentos sociais, ONGs, pastorais sociais, durante o processo constituinte entre 1986 – 1988, que apresentou duas novidades significativas no contexto social e político de então. A primeira, no interior do “campo dos movimentos sociais”. A prática de trabalhar articulado, através dos chamados “Plenarinhos Populares Pró-Constituinte” que se realizaram na base. Estes foram expressão importante dessa articulação. Ressalte-se também o prolongado processo de mobilização social, que ia desde a coleta de assinaturas de casa em casa, nos pontos de ônibus, nos colégios, nas universidades, nas igrejas, passando por mobilizações em praças públicas, até a entrega de ante-projeto de lei no Congresso Nacional.

Consolidaram-se também nesse período, vários movimentos e organismos de inspiração religiosa, de motivação cultural e educativa, as Pastorais Sociais, os Centros de Educação Popular e as Organizações Não Governamentais (ONGs).

c) Da denúncia e reivindicação à proposição e negociação: A institucionalidade dos Movimentos na década de 1990

Este período foi marcado por importantes situações: do lado dos movimentos e lutas populares registra-se uma diminuição de sua capacidade mobilizadora, que fez com que alguns analistas cunhassem a expressão de “crise dos movimentos sociais”, mas de outro lado foi valorizado a sua capacidade para intervenção nas políticas públicas, como garantia de direitos mais permanentes e universais; e da parte do contexto foi registrada a chamada “crise do socialismo real” (que era uma referência significativa para amplos segmentos dos movimentos e lideranças populares), e o advento do “Consenso de Washington” com a receita neoliberal para a América Latina (privatizações, abertura dos mercados com quebra das barreiras alfandegárias, diminuição dos direitos trabalhistas e sociais, Estado Mínimo).

Quanto à intervenção nas políticas públicas, iniciada durante rico processo mobilizador na última metade da década de 1980, registra-se a intervenção específica do processo constituinte, o movimento articulado juntou 12 milhões de assinaturas, em favor de cerca de 120 emendas de projetos. Entre estas citemos a proposta que abria a possibilidade de cidadãos comuns poderem apresentar projetos de lei de iniciativa popular através de sua ação direta, a qual colheu cerca de um milhão de assinaturas e, posteriormente, se tornou realidade com a Lei de Combate a Corrupção Eleitoral (Lei 9.480).

Em âmbito local, como consequência do processo constituinte nacional, vários fóruns se formaram para intervir nas constituintes estaduais, e, principalmente, nas Leis Orgânicas Municipais e nos Planos Diretores de Desenvolvimento Municipal. Esta intervenção buscou garantir e ampliar a inclusão social, a função social da propriedade, a garantia dos direitos humanos (econômicos, sociais, culturais e ambientais), a ampliação dos mecanismos de participação popular nas políticas públicas, o que implica em democratização do poder local e deslocamentos na política tradicional.

A participação nos Conselhos de gestão de políticas públicas, espaços para proposição, negociação, realização e fiscalização das políticas públicas de saúde, habitação, educação, igualdade racial, mulheres, juventude, meio ambiente, passaram a consumir grande parte da agenda dos movimentos sociais. As Conferências de Políticas Públicas, como espaços da democracia direta na negociação das políticas públicas, e os Orçamentos Participativos também foram algumas das conquistas e destino da agenda dos movimentos e organizações populares.

A constituição do Fórum Paralelo durante a realização da ECO-92, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, se constituiu em uma importante referência para movimentos sociais e ONGs brasileiras construírem ideias e contrapontos ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

De qualquer forma o fim do século e do milênio foi uma passagem difícil para os movimentos populares, frente a hegemonia neoliberal no mundo, e as dificuldades de um projeto alternativo ao capitalismo. O socialismo real termina no século XX, depois de várias e importantes conquistas para a humanidade, sem conseguir envolver, seduzir, entusiasmar corações e mentes no rumo desta alternativa.

No Brasil e demais países da América Latina, a Campanha “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”, por ocasião das comemorações dos 500 anos da “descoberta” do continente, com uma enorme e criativa capacidade de mobilização e de inovação, construindo outra interpretação dos 500 anos do continente, e disputando essa interpretação com a explicação hegemônica. Significou uma referência para a retomada de um outro projeto anticolonial, anticapitalista, anti-imperialista, anti-neoliberal.

Outra referência deste período foi a criação do “Grito dos Excluídos”, originário da Igreja Católica, que se transformou numa importante ação social em rede, assumido pelos principais movimentos e redes sociais dedicados às lutas contra a exclusão, de forma que tornou-se cada vez menos, uma atividade exclusiva da Igreja Católica (que em muitos lugares, inclusive se ausentou completamente) para ser uma típica ação das redes. Apesar de ser realizado uma vez por ano, no dia 7 de setembro (celebrando a ausência de independência do país), foi criada uma dinâmica de preparação, realização e avaliação que se estende por vários meses do ano, mantendo vários movimentos articulados.

d) A estratégia de ação em redes e a retomada do protagonismo popular: as lutas populares e políticas no século XXI

Frente às dificuldades ou recuos verificados na dinâmica dos movimentos populares na última década do século XX, e frente às iniciativas que demonstraram grande capacidade de mobilização e organização, os movimentos passaram cada vez mais a assumir estratégias de ação em redes.

A grande maioria das organizações locais no novo século passa a se articular a algum movimento ou rede, nacional ou regional: os sindicatos tem suas históricas e hierárquicas relações nacionais devido ao modelo da estrutura sindical brasileira, e ultimamente às Centrais Sindicais; as

Associações de Moradores e outras organizações comunitárias, se vinculam às Federações Estaduais e a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM); Clubes de Mães, Grupos e Associação de Mulheres, se ligam a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), ou a União das Mulheres do Brasil; Comunidades Quilombolas, grupos locais e entidades de negros e negras, estão vinculados ao Movimento Negro Unificado (MNU), ou alguma outra articulação ou federação nacional de negros e negras; as ONGs estão ligadas a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) ou outra articulação do “terceiro setor”. Há uma lista enorme de movimentos e articulações nacionais.

Os processos de ação articulada em rede, e de intervenção nas políticas públicas, criaram as condições políticas, metodológicas e orgânicas para a constituição de vários fóruns e articulações locais - com indiscutível impacto na dinâmica social e política de diversos municípios e estados da federação - às vezes articulados ao redor de temáticas específicas – reforma urbana, relações de gênero, igualdade racial, reforma agrária, participação popular, exploração sexual infanto-juvenil, às vezes, ao redor de sujeitos sociais - crianças e adolescentes, mulheres, idosos, sem terra, sem teto, jovens.

Esta estratégia passa a dialogar com a nova fase dos movimentos sociais no mundo, que se articulam frente à globalização neoliberal hegemônica. Foi durante a realização da III Conferência Ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio), em novembro de 1999, em Seattle, nos Estados Unidos, e de forma não vista desde 1968, que se desenvolveu um novo ciclo de protestos e mobilizações, com incorporação de elementos lúdicos e culturais, mas também com um discurso qualificado, colocando novamente na agenda social e política internacional a forte presença dos movimentos sociais. Cerca de cem mil pessoas estiveram ali mobilizadas, empunhando palavras de ordem, manifestações de rua, enfrentando a repressão policial, para apresentar seu descontentamento com os rumos da globalização.

Em janeiro de 2001, realiza-se o Primeiro Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, o qual marcou uma nova etapa para os movimentos antiglobalização. O evento, organizado em tempo recorde por oito entidades, ganhou projeção inusitada com delegações de 122 países (predominantemente do terceiro mundo); com quase quatro mil delegados, representando 800 organizações e entidades sociais, com 20 mil participantes, sendo 1.502 delegados “estrangeiros”. Realizaram-se cerca de 400 oficinas e atividades diversas preparadas por grupos específicos.



O evento chamou a atenção da mídia internacional, devido a sua postura afirmativa e propositiva, conseguiu legitimar suas bandeiras e ocupar importante lugar no cenário político internacional: “Um outro mundo é possível soube materializar seu caráter de espaço propositivo de troca de experiências, debates de alternativas e articulação de lutas, tão necessário ao heterogêneo movimento global que se conformava” (LEITE, 2003, p. 69). Assim o FSM se constituiu como um espaço, e não uma organização. Ele instaura um lugar de encontro, de diálogo, debate e difusão de propostas, troca de experiências, emulação mútua, articulação de agendas de lutas e organização de novos movimentos. (LEITE, 2003, p.121)

A segunda edição reuniu na capital gaúcha 4.909 entidades, provenientes de 131 países, e contou com 51.300 participantes, entre ouvintes, delegados, convidados. Foram realizadas 27 conferências - divididas em quatro blocos, produção de riquezas, acesso às riquezas, afirmação da sociedade civil, poder político e ética; cerca de 800 seminários e oficinas, além de vários encontros autogestionários, depoimentos e testemunhos, celebrações. Registrou-se também, vários Fóruns paralelos, como o de Autoridades Locais, o Fórum Mundial de Juízes e o Fórum Parlamentar Mundial.

Contribuição dos movimentos populares para consolidação da democracia no país

Após mobilizações populares como passeatas, greves, atos contra a carestia, por creches, por serviços de saúde, resistência contra a expulsão da terra, além de grandes greves operárias no ABC, conforme tratado anteriormente, registram-se outras várias e importantes ações pela abertura política e pela redemocratização do país. Dá-se significativa aproximação dos movimentos sociais populares com o movimento sindical e os outros segmentos sociais e políticos empenhados nas lutas pela redemocratização. Apesar dessa bandeira apresentar-se, naquele momento (final da década de 1970 e início dos anos 1980), como unificadora dos diversos segmentos sociais e políticos interessados na retomada da democracia, já se percebiam diferenças de concepções e de práticas entre as forças em ação no período.

O Jornal semanário Movimento, em suas edições entre os meses de maio e novembro de 1979 registra a intensidade e a euforia desse debate. Em sua edição número 213 da semana 30/07- 05/08 de 1979, o jornal publica a “Carta de Porto Alegre”, documento síntese do resultado do Encontro entre os denominados autênticos do MDB, intelectuais progressistas e representantes do novo sindicalismo e dos movimentos populares de então. A seção 4 do referido documento assim aborda as “lutas democráticas em suas propostas”:

“Busca de unidade em torno de todas as lutas democráticas: anistia ampla, geral e irrestrita; convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, soberana e democrática; eleições livres e diretas em todos os níveis; liberdade de organização partidária; pelos direitos políticos e sociais das minorias étnicas; solidariedade à luta das mulheres, tanto pelos seus direitos de igualdade quanto pelos seus direitos diferenciados; pela manutenção e expansão das áreas verdes e de lazer; rígido controle da poluição; denúncia da destruição da natureza como consequência da hegemonia dos interesses privados sobre os coletivos; por uma política energética que consulte os interesses nacionais, inclusive com a revisão do acordo nuclear; extinção de todos os atos, decretos e tribunais de exceção e das chamadas salvaguardas; extinção da Lei de Segurança Nacional; pleno respeito aos direitos humanos e pleno direito de defesa; fim da incomunicabilidade nas prisões [...]”. (Carta de Porto Alegre, Jornal Movimento)

Apesar de reconhecer que o centro da luta naquele momento era a democratização da vida nacional, portanto contra a ditadura militar e sua política repressiva e autoritária, através das bandeiras da anistia, da Constituinte, das liberdades de expressão, liberdade de organização partidária, eleições

livres e diretas, o documento lança a afirmação de que a luta democrática não se restringe às formas de governo. Ao afirmar a dimensão da solidariedade com as mulheres, em suas lutas pela igualdade e defesa das diferenças, o documento traz para o debate público a questão das relações de gênero, tratada até então como do âmbito privado, e inicia também a incorporação das questões étnico-raciais, ambientais e de defesa da natureza, bem como o direito ao lazer, ao debate democrático.

Esta descoberta e esta afirmação provavelmente é a grande contribuição dos movimentos sociais populares para a democracia brasileira: A Democracia não deve ser considerada apenas como uma forma de governo, nem os problemas sociais se resolverão apenas pela ação do “bom governo”, mas a democracia precisa ser entendida na prática social, no cotidiano popular, nas lutas do dia a dia. Desta forma, as questões da desigualdade de gênero, étnico raciais, de gerações, de local de moradia, de meio ambiente, são sim pautas do debate democrático.

Atualidade dos Movimentos Sociais:

Em junho de 2013, de repente, 400 cidades brasileiras se manifestaram nas ruas, em algumas grandes cidades contabilizando até meio milhão de pessoas. Quem são as pessoas que foram às ruas, o que pensam? As diversas enquetes indicaram alguns números: 80% tinha menos de 23 anos, nunca participaram de protestos, 70% não tinha vínculo partidário. A bandeira inicial apresentava a pauta dos 20 centavos no preço do transporte coletivo de São Paulo, mas houve manifestação anterior em Natal, Salvador, João Pessoa.

Os movimentos sociais tradicionais ou aqueles que se estruturaram na década de 1980 do século passado, não estavam sabendo disso, depois passaram a participar e incorporar suas bandeiras nas manifestações: moradia, igualdade de gênero, de gerações...

É claro que, a grande mídia e setores da oposição tentaram inflar o movimento, tentaram pautar o movimento, definir suas bandeiras de luta. Sedentos de iniciativas e situações que pudessem minar a credibilidade da presidenta Dilma Rousseff em um ano pré eleitoral. Tentaram caracterizar como movimentos contra o governo, semelhante aos que ocorriam em outras partes do mundo, que derrubaram governos no Oriente Médio, África e Ásia.

Apesar de diversas e fortes críticas às políticas governamentais, concretamente aos gastos com as obras da Copa do Mundo e as grandes obras, da denúncia dos serviços públicos de saúde, transportes, moradia, educação, a maioria do movimento não assumiu uma postura anti-governo. O mesmo nível de denúncia realizada contra o governo foi destinado também aos grandes meios de comunicação e à tentativa de manipulação da grande mídia.

Mas a pauta ficou demasiadamente ampla, difusa, complexa; os protagonistas se tornaram demasiadamente heterogêneos, os adversários muito diversificados, os métodos de ação imprecisos. O que levou a uma permanente diminuição de sua capacidade mobilizadora, até ficar uma lembrança na mente de diversos participantes.

Nas análises foram elencadas algumas questões de fundo. Nos anos 1990, tem início as privatizações de empresas de telefonia, água, transporte público. Se transfere para o privado a gestão do serviço público. A gestão privada não tem compromisso social. Aconteceu que os serviços públicos aumentaram o preço mais que a inflação, e não melhoraram a qualidade.

Os movimentos se renovam, mas a pauta volta para o que não foi realizado. É preciso repensar a forma de organização, repensar a nossa capacidade de mobilização. Não é um marco zero. Nas ruas estavam os jovens engajados ou que naquele momento se engajavam, estavam os reconvocados e os que nunca saíram às ruas. Era um momento importante, com sujeitos que estavam inaugurando sua

história de rebelião, que deram uma permanência de resistência à história. Uma coisa fundamental para se pensar: a década de 1990 foi bastante desmobilizadora, institucionalizadora das práticas políticas. Tivemos um período de autoritarismo presente na história, mas esse é o período que estamos vivendo, é o período mais longo de democracia.

A partir de junho de 2013 alguns movimentos se consolidaram como referências nacionais, principalmente alguns de juventude, como o Passe Livre e o Levante Popular da Juventude. Não está dado se manterão esta referência, mas é uma indicação a ser considerada para os próximos embates.

Desafios e Perspectivas para a Educação Popular

A Educação Popular se constituiu historicamente na segunda metade do século XX no Nordeste, no Brasil, na América Latina, seguindo e sendo parte das transformações nesta região e neste continente e na participação das lutas populares nestas transformações. Neste sentido consideramos a Educação Popular em suas três dimensões: um movimento, um paradigma, uma pedagogia, articulados intimamente como um movimento e uma concepção pedagógica vinculados às transformações histórias na perspectiva das classes populares. Ou seja, trata-se de um movimento de pessoas, ideias e instituições, que assumem uma concepção e uma prática pedagógica utilizando-se de métodos, técnicas e instrumentos, com uma intencionalidade teórica e política de transformação da realidade na perspectiva das classes populares.

Portanto, nestes cinquenta ou sessenta anos de existência, a Educação Popular tem sido capaz de promover uma leitura explicativa da realidade social, econômica, cultural, e das lutas populares nesta realidade, considerando os diferentes momentos vividos. Por exemplo, um dado significativo da realidade neste período foi a mudança na vida da população: dos anos de 1950 cerca de 70% da população vivia no meio rural, na atualidade, na maioria dos países do continente apenas 20 a 30% continua vivendo no campo. Esta realidade tem consequências para as relações de produção, para a composição das classes sociais, para as formas de ação das classes populares. Perceber e explicar estas transformações e instrumentalizar os movimentos populares para atuar sobre elas tem sido uma importante contribuição da educação popular.

Na atualidade, consolidou-se como hegemônico um tipo de capitalismo baseado no consumo frequente e desenfreado de bens perecíveis. Os meios de comunicação pinçam as piores notícias no mundo inteiro, para demonstrar que estamos destruindo o planeta, mas, sobretudo para demonstrar que o modelo hegemônico é o único possível no mundo contemporâneo. Frente a esta situação se faz necessário reconstruir a utopia. A utopia joga para frente uma porção de coisas e nos faz renunciar hoje em benefício de um bem maior depois. Isso é um problema para o capitalismo, pois se as pessoas renunciam às coisas, elas não vão consumir.

A grande tarefa da educação popular hoje é reconstruir a utopia. Utopia não é um modelo onde a gente vai chegar. Utopia é um modelo teórico que nos ajuda a refletir e medir a que distância estamos do ideal. Não é uma coisa fixa, deve ser reformulada. Precisamos reconstruir utopias sim. A grande arma do capitalismo é a distopia, encucar em nós todos a visão apocalíptica do mundo, que nos faz meros consumidores e nos faz renunciar a projetar alguma coisa a longo prazo, a construir uns com os outros.

Outra importante tarefa da educação popular é fazer a crítica desse mundo hoje, com a complexidade de hoje. Fazer a análise materialista e a crítica coletiva, dialogada, desse modelo de falsa felicidade imposto pelo capital financeiro globalizado, reconstruindo a utopia do que é válido mesmo para os seres humanos, para a vida valer a pena.

Construir a utopia do que seria a felicidade humana, que sirva de referência para a construção de projetos de atuação. Como vamos fazer isso? Temos que pensar e agir, através da criação de utopias e de projetos realizáveis. Para isso a nossa metodologia de fazer, parar para pensar no que fez, refazer, torna-se importante para essa construção de um mundo feliz, de acordo com o conceito de felicidade que nós devemos criar.

Os diversos movimentos indicam a possibilidade concreta de contraposição com o modelo dominante, e nos permite afirmar, com convicção, que estamos diante de experiências sócio-políticas marcadas por grande dinamicidade social, pela vivência comunitária, pelas relações societárias na base, pela participação popular através do associativismo, de movimentos sociais e da construção de redes locais. Nesse contexto e nessa dinâmica realizam-se, através da prática cotidiana, uns ciclos de solidariedade, compondo um conjunto de atitudes e sentimentos de pertença, reconhecimento e compromissos éticos e morais, pondo em circulação uma série de bens que alimentam e dinamizam a vida social. Essa participação solidária tem incidência claramente visível na qualidade de vida das pessoas e comunidades, nas suas condições de sociabilidade, de autoestima, de cuidados consigo e com os outros, de saúde, de educação, de alimentação, de trabalho. Provoca impacto nas relações políticas, no poder local e nas práticas políticas tradicionais.

Mas precisamos reconhecer também que este não é um processo linear, simples e sempre progressivo, mas sim marcado pelas contradições das sociedades contemporâneas. É um processo marcado também por diversos conflitos, inclusive no interior dos movimentos, ou no interior do campo popular. Tais conflitos, longe de enfraquecer o potencial emancipatório dessas experiências, reforçam seu caráter dinâmico e inovador, por isso pulsante nas realidades locais. Eles se inscrevem nos marcos de uma perspectiva plural da realidade social, onde a construção de acordos e de negociação de propostas e projetos reforçam o postulado de que o vínculo e a aliança não são dados a priori e em definitivo, mas são partes de um movimento permanentemente recriado.

No interior dos movimentos e ou nas práticas territoriais, a educação popular deve contribuir para transformar objetos impossíveis em possíveis, objetos ausentes em presentes, encurtar as distâncias entre o que se vive e o que se quer.

Entre as questões que justificam o fracasso das experiências do chamado socialismo real para manter estável, igualitária e coesa a sociedade não capitalista deve-se, em grande parte, ao fato de que não estabeleceram na base da sociedade o possível e necessário vínculo de solidariedade vivencial entre os indivíduos, que os tornassem mais humanos, fraternos, tolerantes. Por isso é importante valorizar o papel estratégico dos movimentos populares, onde se verifica que o ideal de construir uma sociedade justa, livre, feliz, permanece como uma perspectiva a partir das ações de solidariedade, generosidade, respeito, cuidado, afeto.

Na atualidade, constata-se que existem dificuldades de sustentação para uma retomada da perspectiva de grandes transformações sociais. Nenhum projeto sócio-político colocado no futuro e atualmente proposto, tem sido capaz de sensibilizar, seduzir e entusiasmar corações e mentes de um número significativo de pessoas, ao ponto de pôr suas vidas à disposição da construção desse projeto.

Ou seja, a proposta da educação popular no século XXI reconhece e se alimenta da existência de um conjunto de movimentos populares que, através de suas práticas cotidianas, dos símbolos criados e recriados, das vivências coletivas, atuam contra a hegemonia do capitalismo em seu atual estágio de desenvolvimento, mas reconhece a ausência de um projeto aonde se deva chegar. Reconhece também que não é possível pensar na possibilidade de um único caminho para a transformação da realidade, nem de um destino finalístico para onde caminhariam unidas todas as forças sociais e políticas interessadas nessa transformação. Nem sequer se acredita na possibilidade de encontrarem-se soluções definitivas para os males da humanidade.

Mas retomar a perspectiva da utopia é querer recriar uma perspectiva transformadora da realidade, neste sentido a reinvenção da emancipação humana é uma pauta presente na educação popular do século XXI.

Para cumprir as tarefas que lhe são exigidas na atualidade e fiel à sua trajetória, a educação popular necessita articular o conjunto de sujeitos comprometidos com o movimento, a pedagogia, o paradigma, para uma presença permanente junto aos movimentos populares, cuidando da formação de seus participantes, ampliando a sua consciência crítica e criativa na realidade. Desta forma, é fundamental cuidar da articulação entre os valores e a sensibilidade educativa e política, com as habilidades para envolver o maior número possível de pessoas em processos participativos, conferindo qualidade às suas ações, e despertando capacidades para o uso de ferramentas metodológicas, teóricas e políticas que apontem para processos de transformação da realidade local e global.



Vamos lá fazer o que será

Eleger eixos prioritários para análise e aprofundamento da prática educativa é um procedimento referenciado pela metodologia da educação popular, resultando na sistematização dos aprendizados e produção de conhecimentos. Utilizando-se desta metodologia, os sujeitos participantes deste processo formativo elegeram três eixos de análise da experiência: A construção coletiva do conhecimento na Educação Popular que trata da concepção e de instrumentos metodológicos experimentados; O papel, a identidade e as ações do educador e da educadora popular e; A formação na ação e a formação programada na gestão social do desenvolvimento territorial, que traz o olhar sobre a experiência educativa aqui sistematizada.

A Construção Coletiva do Conhecimento na Educação Popular

Na Educação Popular o processo de construção do conhecimento é coletivo e deve respeitar os diversos saberes (populares, técnicos e acadêmicos), pois é uma intenção de compromisso político com a transformação de grupos “oprimidos”, explorados e excluídos, tendo como base o respeito, o diálogo, a ética, a cultura, o gênero, a etnia e demais especificidades.

A Educação Popular é uma educação comprometida, participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Não é uma educação fria e imposta, pois se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo. Não é “Educação Informal” porque visa a formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para afirmação do sujeito.

É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social. A principal característica da Educação Popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele. A Educação é vista como ato de conhecimento e transformação social, tendo um cunho político. O resultado desse tipo de educação é observado quando o sujeito pode situar-se bem no contexto de interesse. A Educação Popular pode ser aplicada em qualquer contexto.

Durante os CURSOS DE QUALIFICAÇÃO METODOLÓGICA DE EDUCADORES/AS POPULARES E DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO NORDESTE, realizados nos Estados, trabalharam-se alguns conceitos, a saber: a Concepção Metodológica Dialética da Educação Popular, o Papel do/a educador/a dos movimentos sociais populares, o Desenvolvimento Territorial, as Políticas Públicas, bem como questões étnico-raciais, de gênero e homoafetivas passaram pelas atividades.

Os cursistas em geral afirmam que a construção coletiva, mais do que puro conhecimento, deve produzir saberes e valores, a maior intimidade possível entre o que se conhece e o que se sente, se vive. Também não é uma negação do saber historicamente acumulado. Certamente, que em algumas áreas do conhecimento este acumulado é mais ou menos valorizado. Ou seja, é preciso evitar os riscos de separar teoria e prática, sobretudo de separar o conhecimento como algo que se adquire e o que se constrói do conhecimento existente, e valorizar o novo conhecimento como ato de criação, algo sempre inacabado, permanentemente recriado.

Traços da Trajetória da Educação Popular

O conhecimento e o saber, como toda a realidade, é algo dinâmico, em movimento, em construção. Numa concepção dialética, a construção coletiva não é somatório de saberes individuais,

mas a sua relação, por isso, necessita de dinâmicas que possibilitem a valorização dos saberes individuais, mas apontando para a reflexão coletiva, para ouvir, sentir, se interessar pelo saber do/a outro/a, pelo saber já produzido em outros espaços e situações. Por isso, exige-se certo roteiro ou planejamento para se evitar os riscos do espontaneísmo e da mesmice.

Diante disso, o/a educador/a é o “ser educando” com visão ampla, descobre-se permanentemente como produtor/a de um novo conhecimento, a partir da valorização do saber coletivo e dinamizado com diálogos. Assim cabe, negociar, mediar, inquietar, aprofundar, e perguntar se os caminhos levam à “ação-reflexão-ação”, confrontando-se com a realidade e as desigualdades existentes.

Nessa experiência, pelo tipo de inserção que vivenciamos pela nossa prática pedagógica, pelo compromisso com a prática educativa, com os movimentos sociais populares, a gestão social dos territórios, pela vinculação que fazemos entre movimento-ética-política-aprendizagem aponta-se que a **concepção metodológica dialética** empolga e apaixona tal experiência.

A educação é entendida como formação, como apropriação racional e sentimental da realidade pelas pessoas, pelos educadores, pelos militantes. O processo formativo deve ir ajudando as pessoas a enxergar mais e melhor, perceber mais adiante, mais profundo e mais longe, desvendar o que nem sempre fica claro à primeira vista, daí são utilizadas informações, instrumentos, dinâmicas, que contribuem para este enxergar melhor, para conhecer mais e melhor, para saber mais e melhor. Mas, não se trata de saber apenas como apropriação da realidade exterior, a formação e o saber implicam em tornar as pessoas sujeitos integrais, portanto, os sentimentos, as emoções, os desejos, a afetividade são incorporadas ao processo formativo, para que a ação esteja em equilíbrio com o que se sente e o que se pensa.

Nesta concepção, a Educação Popular diz respeito ao processo educativo com as classes populares, mas isso é apenas o início da presente concepção educativa. A educação popular passa a ser um modo de agir junto às classes populares, mais especificamente ao modo de agir dos movimentos sociais populares, dos grupos organizados no interior dos excluídos, dos setores sociais que sofrem opressões ou discriminações específicas. Portanto, saber mais e melhor é parte deste processo mobilizador-organizativo-educativo que quer se tornar em processo emancipatório de libertação frente às estruturas opressoras, discriminatórias, excludentes. O aprofundamento desse saber deve levar à contradição com todas as formas de dominação e no rumo à construção de uma sociedade qualitativamente diferente.

A concepção metodológica dialética/CMD da Educação Popular

Esta concepção metodológica dialética, por nortear o modo de ver a realidade e agir no mundo, foi tratada durante todo processo formativo nos nove estados. Segundo o relatório do curso do Ceará, as reflexões ocorridas apontam que a expressão dialética está fortemente relacionada ao movimento da realidade, às transformações do mais simples ao mais profundo, à negação do que parece estabilizado. Está vinculada também, a todo arcabouço teórico que animou, e continua animando, várias gerações de militantes e estudiosos que buscam intervir na realidade e em seus processos de transformação. Alguns princípios metodológicos vinculados à tal concepção são incorporados na ação formativa, transformados em critérios para as avaliações coletivas. Entre estes, destacam-se:

Partir da prática e ou da realidade do contexto onde se realiza a experiência - Necessariamente, partir da prática deve significar partir das ações imediatas dos participantes do processo formativo, mas isso está subordinado ao nível e ritmo do grupo envolvido e ao caráter da ação formativa.

A maior aproximação possível da realidade, da capacidade, da sensibilidade do grupo envolvido no processo formativo, certamente possibilitará melhor interesse do grupo. Mas, o partir da prática como opção metodológica é muito mais, considerar a ação social das pessoas como impulsionadora da história, portanto, deve-se evitar o risco do movimento do “cachorro que quer morder o próprio rabo”, fica rodando ao redor de si mesmo e não vai a lugar nenhum. O partir da prática, seja organizativa, política, profissional, reivindicativa necessita de novos instrumentos, novos questionamentos sobre a própria prática, de forma a ir saindo da análise aparente, ir desvendando suas relações sociais, seu contexto, permitindo uma visão crítica e recriadora de forma a potencializar sua dimensão transformadora da realidade.

A prática também é parte da realidade, mas a realidade é mais do que a prática imediata, é prática histórica da humanidade. Quem quer transformar a realidade precisa conhecê-la, não só a aparência, mas toda sua complexidade. Por exemplo, o Nordeste brasileiro é uma formação histórica, marcada por aspectos naturais, mas também social, política, econômica e cultural, formando uma trama de relações que constroem um conjunto articulado e contraditório. Mergulhar na compreensão da realidade nordestina, também implica em situá-la como parte do Brasil. Este mosaico onde modernidade e atraso se misturam inseparáveis como faces de um mesmo modelo de desenvolvimento dependente. Neste sentido é necessário entender também o papel que o Nordeste e o Brasil cumprem no mundo globalizado.

Vivência de relações horizontais entre educador/a e educando/a - Embora incorporado à construção coletiva do conhecimento, as relações horizontais, ou atitude permanente de diálogo entre educadores e educandos, deve ser destacado como um princípio importante da educação popular em rede. Não basta montar a pergunta, o roteiro, organizar a resposta, apresentar os objetivos de forma clara, é necessário que tais atitudes apresentem-se como um diálogo respeitoso, ético, carinhoso, conforme tratado no capítulo “ser educador e educadora popular”. Esta horizontalidade, porém, não pode ser confundida com uma postura passiva, ingênua ou alienada de nenhuma das duas partes, o/a educador/a não deve renunciar à sua responsabilidade, ao acúmulo da reflexão e informações que adquiriu pela sua experiência pessoal e histórica, mas também evitar o autoritarismo e arrogância que se apresentam muitas vezes com nova roupagem, nova maquiagem, e reproduzem a herança verticalizada da educação tradicional.

Trabalha todas as dimensões da vida - A metodologia da educação popular, que quer tornar as pessoas, grupos e movimentos mais fortes, para garantir mais conquistas e avançar na mudança da realidade, deve querer que as pessoas cresçam de forma integral, tranquila, equilibrada. Por isso, o debate e as relações de afetividade, de ternura, de carinho, devem se manifestar nos processos formativos, estimulando-os ao conjunto das relações sociais. Não se trata de empunhar a bandeira do sentimentalismo que esconde ou controla os excessos racionais, mas de trazer os sentimentos para a arena da prática educativa, da prática política, até porque as pessoas se orientam por sentimento e razão. Especialmente, a prática política como ação coletiva de pessoas concretas traz em si a contradição: grande apego construtivo marcado por ímpetos de destruição, gestos de bondade e surtos de crueldade, amor e ódio, carinho e desprezo, paixão e razão.

Construção de sujeitos autônomos - Toda atividade formativa só cumpre seu papel educativo se ajudar as pessoas e grupos a recriarem seu modo de atuar, mas também os modos de pensar e sentir. Tal afirmação aponta para o que consideramos ser um objetivo fundamental dos processos formativos, qual seja, a constituição ou fortalecimento de sujeitos sociais coletivos ou individuais e autônomos, com capacidade de opinar, propor, criar, negociar, mobilizar, mas também de sentir amor, sensibilizar-se, alimentar e animar a esperança. Uma esperança que, por sua vez, orienta a prática transformadora, a confiança na capacidade e criatividade de tais sujeitos sociais populares.

Possibilitar o efeito multiplicador da ação formativa - Na perspectiva da construção de “sujeitos

autônomos”, o efeito multiplicador não pode ser entendido como capacidade de reproduzir e refazer o que foi estudado, mas pela consequência que as atividades ou processos formativos exerçam na vida e na ação das pessoas e grupos. Neste sentido, estamos afirmando que o efeito multiplicador é uma apropriação crítica e criativa da metodologia, portanto é entendido como processo pedagógico e político e não como referência matemática conforme a expressão pode inspirar.

Contribuição à construção de um projeto político - Entre outras sínteses, a construção do projeto político adquire uma importância significativa, porque articula atitudes e reflexões, dedicação e compromisso, sonhos e trabalho intenso, trabalho de base e projeto estratégico, teoria e prática política. Como tem sua trajetória de ação destinada às classes populares, tornou-se comum a afirmativa de busca de um projeto político das classes populares, o que foi incorporando outros setores que de diversas formas sofrem algum tipo de opressão e discriminações específicas. Devido ao efeito devastador e a aguda crise provocada pela ofensiva neoliberal, ideologia moderna do capitalismo, e suas consequências para os movimentos sociais populares e para a nação brasileira, várias forças políticas da tradição popular, incorporando as experiências de educação popular, tem optado pela construção de um projeto democrático popular, como referência para mudar a atual correlação de forças na sociedade e caminhar no rumo de um projeto estratégico para o Brasil.



É preciso desenvolver e estimular uma nova sociabilidade, bem como, despertar nos sujeitos a possibilidade de construir uma história diferente da realidade de hoje, levando-os a enxergar mais e melhor, a perceber mais adiante, a ver mais profundo e mais longe. Ver além das aparências e se perguntar: “o meu fazer está transformando? Contribui para o empoderamento dos sujeitos? Oportuniza aprender e desaprender?”

Na realização das atividades são incorporados os elementos da mística da educação popular, pois isso deve refletir as afirmações da identidade local, étnica e cultural, desde as danças tradicionais, a espiritualidade, a religiosidade, o artesanato, os trabalhos manuais. Destaca-se ainda, as expressões culturais como: quadrilhas, dança do coco, expressão do guerreiro, dança do guerreiro e São Gonçalo, reisado, bumba-meu-boi, coco de roda, percussões, pífano, bem como a presença do artesanato (palha, sisal, barro, madeira, pedra, metal), trabalhos manuais (bordados, crochê, pinturas, porcelana); bandeiras e outros símbolos que se misturavam na acolhida, nos trabalhos de grupos, nos debates e nos diálogos presentes nos cursos estaduais.

As práticas pedagógicas da Educação Popular nas quais o educador/a atua devem perpassar por uma compreensão de empoderamento dos sujeitos, enquanto protagonistas de suas histórias, portadores de direitos e de responsabilidades. Diante disso, deve buscar desenvolver ações de maneira coletiva que viabilize uma reflexão crítica frente as contradições do contexto e a compreensão do grupo na perspectiva da pedagogia de gestão dos conflitos.

Os instrumentos, as dinâmicas, as técnicas e os espaços na Educação Popular, para além do uso didático, devem ser contextualizados no propósito maior de desconstrução dos fatos e de seu contexto, bem como, de ressignificação por parte dos sujeitos dialógicos. Soma-se a isso também as músicas que contribuíram para o processo de formação. Nas atividades, em quase todos os Estados, as músicas que seguem estiveram presentes, a saber: Melô da dialética - “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia. Tudo passa, tudo sempre passará. A vida vem em ondas como um mar, num indo e vindo infinito...”; Ciranda Lia de Itamaracá: “essa ciranda, não é minha só, ela é de todos nós”; Jackson do Pandeiro, “a ema gemeu no tronco do juremá...”, frequentemente cantadas nas atividades da Rede, fazem parte da mística da Educação Popular. Outras músicas também se fizeram presentes: “o dia começa com alegria, o dia começa com amor”, música selta, da coletânea Millennium, na voz de Elba Ramalho, entre outras.

Em seguida esta sistematização de experiência faz uma breve descrição sobre alguns instrumentos pedagógicos, técnicas/procedimentos e espaços utilizados nos cursos realizados nos Estados do Nordeste para que possam animar outras iniciativas formativas.

Quanto aos instrumentos pedagógicos:

Nos Cursos foram utilizados vários instrumentos pedagógicos, definidos e preparados cuidadosamente, de acordo com os passos e a equipe de coordenação responsável pela realização das atividades. Dentre outros se destacam:

A **construção de painéis** com as lutas e ações que cada um/a promoveu junto a sua organização, dando visibilidade ao contexto regional no âmbito das organizações e movimentos populares a partir das seguintes questões: conquistas e mudanças na realidade, desafios, problemas enfrentados e ações formativas.

Linha do tempo – Levantamento comparativo de dados e informações sobre a história local/regional/nacional, bem como a trajetória de um determinado movimento, período. Permite resgatar e organizar, a depender dos interesses, a trajetória dos processos formativos vividos,

elementos da conjuntura sócio-política, econômica, cultural, religiosa, os sujeitos envolvidos e o papel, os fatos marcantes ocorridos.

Mapa falante – Trabalhado na Oficina de Sistematização que mediante recortes, contornos previamente definidos traz e aprofunda elementos da realidade em que se vive e ou se quer analisar; com desenhos, figuras, e serve para orientar as falas e o entendimento dos aspectos desejados.

FOFA – É uma ferramenta que se utiliza para fomentar o planejamento, análise de cenários da instituição ou movimento onde são analisadas: as forças, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças e com base nos seus resultados é construído o Plano de Ação a partir da matriz pré-estabelecida. Em inglês, o nome da matriz é SWOT (strength, weakness, opportunities and threats).

Correio da amizade – Local onde as pessoas colocam notícias e informações sobre a atividade, mandam mensagens ou dicas para os/as participantes.

Carta pedagógica – Ferramenta utilizada por Paulo Freire como recurso para registrar sua história de vida e seus sentimentos, podendo ser utilizada com diferentes tipos de abordagens e feitos.

Prazeres/Tarefa de casa – Momento de estudo e ou exercícios práticos para aprofundar os conteúdos dos momentos presenciais do curso, seguindo as tarefas propostas: Leitura dos textos e registros; Planejar um momento formativo na base de cada educando, antes da segunda etapa, para partilhar sua produção na organização onde atua; Construir um texto que trate das aprendizagens, dificuldades e dos avanços (relato seguido de reflexão sobre sua prática); Atualizar as informações de cada território e movimentos sociais presentes.

Quanto às técnicas e procedimentos:

Apresentação e integração – Em quase todos os encontros o momento de acolhida iniciou com a dinâmica de integração e apresentação dos/as participantes com círculos enfatizando, essencialmente, os sentidos corporais, identidade dos sujeitos presentes e expressão cultural no fazer formativo, relacionando com a cultura local. Nestas ocasiões colocava-se no centro ou em outro local objetos, mapas, bandeiras, símbolos, materiais produzidos, artesanatos, trabalhos manuais. Cirandas, danças típicas regionais também marcaram presença.

Trabalho em grupos – Espaços de debates e diálogos; leituras; preparação dos assuntos trabalhados para apresentação artística e cultural, bem como síntese dos conteúdos em cartazes ou slides.

Cochicho – Técnica para dinamização de atividades na qual os participantes compartilham entre si visões/entendimentos sobre uma determinada questão proposta.

Chuva de ideias (tempestade) – Levantamento de palavras ou sentenças curtas que são correlatas a uma organização, movimento ou fato histórico, ou livre associação que tem a intenção de subsidiar, fomentar as discussões.

Exposição dialogada – É uma técnica de palestra que pressupõe o diálogo como um elemento metodológico constitutivo onde há uma interação entre o expositor e o público participante do início ao final da atividade.

Formação de grupos – Formar um par, depois trios até agrupar três grandes grupos, levando cada pessoa a criar um movimento e os demais repetirem sequencialmente, até criar uma harmonia; divisão por tarjetas coloridas, por divisão numérica, tempestade e busca do barco salva vidas, entre outras formas no intuito de dividir, organizar os participantes e trabalhar em grupos.

Contaçon de história – Foi apresentada na oficina de sistematização, serviu para animar a

discussão, resgatar os fatos, podendo ser feita de diferentes formas a partir de desenhos, de um mote, palavra e as pessoas em círculo, coletivamente vão desenhando e ou redigindo uma frase até completar a história.

Jogos e exercícios do Teatro do Oprimido – Um conjunto de jogos e exercícios que oportuniza as pessoas perceberem atos, gestos e ações opressoras que estão presentes nos diversos espaços e que precisam ser refletidas e mudadas para a concretização de uma nova práxis que proporcione a “autonomia” dos sujeitos. Método criado por Augusto Boal, objetiva a desmecanização física e intelectual das pessoas, possibilitando que o oprimido aproprie-se dos meios e amplie suas possibilidades de expressão, onde desejos, necessidades e esperanças sejam preenchidas, recriadas e transformadas. Alguns exercícios foram aplicados: nome e cruz contrário de Jackson, hipnose colombiana, batizado mineiro, imagem do som, contar uma história com base em desenhos, jogo do poder, aperto de mão.

Dinâmica – Busca despertar a reflexão, interação, participação, levando os/as participantes a se envolverem nas atividades. Assim, movimentos corporais, exercícios respiratórios, vocais e de concentração, danças populares, folclóricas e ritualísticas são incorporadas as atividades. Abaixo algumas dinâmicas realizadas:

Reino das Cores – Uma pessoa narra a história, cada pessoa recebe uma cor e essa tem como missão expressar-se movimentando-se conforme a sua característica contada na história e o seu grito de guerra. Ao final todas as cores se acolhem e se abraçam.

Passagem do túnel – As pessoas formam um túnel e cada uma delas tem como missão atravessá-lo de olhos fechados. No início uma pessoa a recebe, dá massagem e a pessoa caminha de olhos fechados até chegar ao final. Assim, ao final uma outra pessoa a recebe e abraça. Depois todos/as externam seus sentimentos e emoções.

Espiral – Desenho do espiral no chão e os materiais (símbolos diversos) expostos. Ao som de uma música de fundo, o/a facilitador/a convida os presentes a formarem um círculo trabalhando movimentos corporais, respiração, concentração e o nome de cada um/a. Na sequência os/as participantes são convidados/as a fecharem os olhos e fazerem uma viagem interior até chegar ao momento atual. Ao abrirem os olhos são convidados a observar e caminhar expressando poesias, cantigas, danças, frases até chegar a última linha do espiral. Depois todos/as externam seus sentimentos, saúdam-se com o olhar e finalizam com um abraço coletivo.

Viagem – Os participantes são convidados a ficarem em lugar que lhes deixem confortáveis, fecharem os olhos e uma pessoa vai falando como foi sua: infância, puberdade, adolescência, juventude, momento atual. Refletir como cada um/a pode estar, após um determinado período transcorrido.

Outras técnicas foram utilizadas entre elas: ao olhar para os elementos da natureza com qual o educador/a mais se identifica: água, terra, fogo ar; coelho na toca em busca da saída, tendo em vista trabalhar com os objetivos e definição de estratégias/metast.

Quanto aos Espaços

Plenárias – Espaço de debate de conteúdos e temas, recuperação dos aspectos trabalhados em torno dos elementos da nossa experiência e vivência, lutas, conquistas, limites, entaves; Socialização de ideias construídas pelos participantes; Apresentação de impressões dos grupos, roteiros, resultados, pesquisas, planejamentos e orientações; Encaminhamentos de propostas.

Roda de diálogo – Espaço de diálogo democrático com tema de interesse dos/as participantes, articulado a práxis.

Rádio-Revista – Um tipo de programa de rádio que se diferencia de um jornal, porque mescla materiais aprofundados e de maior fôlego com músicas, entrevistas e a agenda dos movimentos sociais. Esse estilo de programa foi apresentado por cerca de dois anos no município de Valente e o nome do programa era Dissenso.

Noites culturais – Coordenadas pela equipe de animação e ou confraternização são realizadas no espaço aconchegante (beira da piscina, praia, bares), algumas vezes com a presença de lideranças comunitárias, representantes de entidades ou educadores/as da Rede.

Vários outros espaços educativos foram vivenciados neste processo formativo e ou nas práticas educativas: oficinas, intercâmbios, encontros, seminários, dentre outros.

Quanto aos recursos/materiais

Foram utilizados nas atividades: cartazes, tarjetas coloridas de cartolina, papel ofício e madeira, pincéis, fita adesiva, cartolina, canetas, lápis, crachás, pincéis atômicos; caderninho de anotação; revista velha; bolsa e copos plásticos; CDs, aparelho de som; cópias do roteiro; textos; publicações; artesanatos e trabalhos manuais para decorar os espaços; relatórios; fotografias; data show, entre outros materiais e instrumentos.

O papel, a identidade e as ações do Educador e da Educadora Popular

Durante o processo formativo educandos/as e educadores/as compartilharam saberes, visões de mundo, intercambiaram experiências, aprofundaram conceitos, teorias, refletiram sobre suas práticas educativas e de intervenção nas realidades, analisaram a realidade, pensaram sobre seu papel nos espaços comunitários, nos movimentos sociais, nos conselhos, colegiados territoriais. Durante a sistematização foram retomadas essas experiências e se acumulou conhecimentos produzidos durante o processo sobre o papel, identidade e ações do/a educador/a, com destaques sobre os aprendizados.



O papel do Educador/Educadora Popular

Ser educador popular é ter uma prática educativa fundamentada nos valores, na cultura, nos saberes do povo. É se reconhecer no mundo e usar os conhecimentos diversos para praticar a transformação social. Pensar o papel do educador e da educadora popular não tem sido uma tarefa somente das instituições formais de ensino, como as universidades, os institutos entre outros, que trazem um conhecimento sistematizado, científico a respeito do papel do educador.

Esse desafio de pensar o papel do educador tem sido uma preocupação e necessidade dos movimentos sociais, das organizações civis, dos grupos diversos, que buscam articular a ação formativa com a transformação da sociedade, através de ações e práticas coerentes com os projetos de mudança social.

A discussão sobre o papel do educador foi uma pauta comum presente nos nove Cursos Estaduais de Qualificação Metodológica dos Educadores Populares e Agentes de Desenvolvimento Territorial. E as reflexões a seguir apresentadas são fruto dos debates efetivados mediados pelos educadores/as responsáveis pelas atividades.

Nesse sentido, cabe-nos refletir que não vale apenas pensar o papel do educador/a popular, mas também suas posturas face às diversas realidades e grupos sociais, pois ser educador/a popular não é ser aquele/a educador/a tarefeiro/a, egoísta, detentor/a do saber, autoritário/a. Mas sim, um/a educador/a reflexivo/a, com capacidade crítica sobre a realidade histórica e social, um/a militante social comprometido/a com a vida das pessoas, com o projeto político de sociedade, um educador/a capaz de articular a vida, a cultura e o saber do povo tanto na ação programada, intencional, buscando através dela lutar contra o sistema de dominação, quanto na formação na ação.

Traçar o papel do/a educador/a popular remete-nos a um processo contínuo de reflexão da ação sobre a realidade na qual o/a educador/a está inserido/a. Para ser educador/a popular, é necessário se reconhecer como tal, ter capacidade de se integrar com o projeto, com a ação do movimento, da organização, com as várias dimensões da vida das pessoas. Cabe ao/a educador/a popular estabelecer uma relação direta com o meio ambiente, com a política, com a cultura, com a economia, com o saber do povo, com os conhecimentos técnicos, científicos, filosóficos, sociológicos, políticos e com o saber popular.

O papel do/a educador/a se faz na ação que o/a mesmo/a desenvolve, atualmente vivemos uma época de incertezas, de individualismo, de mudanças imediatas, coisas que afetam nossas vidas, o que requer um estilo de educação e de educador/a.

Para isso, “(...) existem métodos que ajudam. Por exemplo, o círculo, mas tudo depende de sua postura. Preocupa-nos, o mecanicismo das coisas. A educação popular não é receita de bolo. Ser educador(a) popular não significa estar numa sala, mas na relação com as pessoas, como o(a) outro(a). Ser educador(a) popular está mais para o ambiente subjetivo do que o material, as coisas. É preciso ter em mim uma ideologia que me faça um sujeito que constrói com o outro. Somos herdeiros(as) do ensino bancário. Educador social é o(a) facilitador(a) do conhecimento, ajuda a fluir.” (fala dos cursistas do estado do Ceará, retirada do relatório do curso, pg. 9).

“Nós educadores(as), educamos para o confronto capitalista, educamos não só para ampliar capacidades/habilidades, mas para rever relações, práticas e formas de ver a vida, respeitar os saberes, construir coletivamente. É opção e compromisso com a transformação. Construção coletiva do conhecimento e montagem de formas de enfrentar desafios. Problematicar as estruturas e formas dominantes de poder e opressão. Educação dialética que trabalha os contrários, os conflitos. Questiona sempre as relações, a sociedade, e nos perguntamos sempre se tem que ser do jeito que é? Por quê? Temos que sempre nos perguntar: a educação que faço é educação popular?” (fala dos cursistas do estado do Maranhão)

“[...] O grande desafio do(a) educador(a) popular é que ele(a) não está educando para uma profissão, mas tem a preocupação em educar para a vida, para trabalhar com a comunidade, observar o trabalho do grupo” (...). As pessoas, aliando a prática aos princípios democráticos e éticos (...). A educação popular é uma opção política. (retirado dos relatórios dos cursos nos estados do Nordeste)

A identidade do educador/educadora popular

Ao educador/a popular são atribuídas algumas características, como uma forma de identidade do/a educador/a, tais características se constroem no dia a dia, na própria prática, na ação, na relação com o mundo e com as pessoas, como: *curiosidade*, *críticidade* sobre as coisas, *criatividade* no fazer pedagógico e *autonomia*. Estes aspectos ajudam a dinamizar o processo formativo e visam garantir que o/a educador/a não fique repetindo velhas práticas, além de proporcionar maior integração e capacidade crítica para pensar e repensar a vida e as necessidades coletivas.

O educador/a popular é um/a *militante das causas sociais*, é *solidário/a*, porque confia que sua ação política e pedagógica possibilitará que as futuras gerações poderão usufruir de bens materiais e imateriais, sobretudo imateriais, no campo dos direitos sociais e coletivos. Outro aspecto é que a solidariedade não inspira só a confiança, ela também inspira o bem comum, nesse caso específico, resultando que o/a educador/a popular seja um sujeito *empoderado* socialmente.

O educador/a popular *valoriza a cultura*, o saber das pessoas e a diversidade, tem em suas práticas a *ética*, o respeito, posturas e *relações horizontais como princípio*, ele/a não “deposita” seus conhecimentos, media a construção coletiva do mesmo, usa a *mística*, o diálogo, a *afetividade* como princípio metodológico, nunca como demagogia pedagógica, mas como uma maneira de ter a capacidade de refletir sua prática e renovar a mesma.

Ações do educador/educadora popular

Na ação do educador e da educadora popular é necessário agir conjuntamente com as classes populares, com os movimentos sociais populares, com grupos organizados no interior dos excluídos, nos setores sociais que sofrem opressões ou discriminações específicas. É necessário ainda,

“(...) pensar as ações partindo da realidade local e das experiências concretas; Fortalecer as dinâmicas participativas; A fala deve ser usada como instrumento de participação; Na preparação, a construção das atividades deve ser realizada coletivamente, feita em equipe”. (fala de cursistas do estado de Alagoas).

O educador/a não é o sujeito detentor do conhecimento, em sua ação ele/a busca construir coletivamente os saberes e entende que a aprendizagem é continuada e parte da vivência da prática dos indivíduos. O educador/a popular é um/a mediador/a, um/a articulador/a do processo formativo, nessa perspectiva ele/ela compartilha experiências e saberes. Ou seja, ele/ela ensina e também aprende.

A ação do educador/a popular deve ser provocadora, e, por meio da educação popular, deve estimular a reflexão e estabelecer uma relação horizontal com o/a educando/a, através da reflexão fazer a apropriação racional e sentimental da realidade. No processo formativo da educação popular é necessário construir registros, organizar roteiros, planejamentos, organizar as etapas e processos de formação, sistematizar as experiências, se formar na ação, interagir com outras experiências.

A opção metodológica, especialmente, a Concepção Metodológica Dialética (CMD) da Educação Popular também faz parte das atribuições do(a) educador(a), assim é possível ter uma prática educativa organizada e fundamentada teoricamente. Uma vez que a formação na ação e formação programada como processos indissociáveis, são elementos da CMD”. (Relatório do Maranhão, pg. 9)

Aprendizados, descobertas/desafios e potencialidades da prática

A interação com a realidade, com a natureza, a cultura, as pessoas e outras experiências, registrar e sistematizar as práticas, foram parâmetros necessários à **aprendizagem** e possibilitou novas **descobertas** ao longo do processo vivido pelos cursistas em todos os estados do Nordeste. Estes expressam que foi um espaço que proporcionou reconhecer a diversidade e representações dos movimentos sociais e organizações civis no processo formativo, e entender a importância das relações de respeito e valorização do outro, como também conhecer a metodologia da educação popular que contribui com o refletir nossa prática, perceber que a opressão está dentro de cada um/uma que oprime ou que se deixa oprimir.

Aqui traremos falas dos/as educandos/as descritas nos relatórios dos cursos nos estados, sobre suas aprendizagens com a formação, conforme elencadas abaixo:

“No processo formativo o educador(a) popular aprende e ensina, um dos aspectos da aprendizagem de maior impacto é o descobrir-se educador(a) popular na própria ação e na formação de outros sujeitos, bem como a necessidade de programar a ação formativa, com intencionalidade política”.

“Para tanto é necessário refletir e compreender o que queremos atingir com essa prática! Compreender o papel do educador(a), a relação e articulação nas lutas (organizações). A qualidade fundamental no papel do educador(a) popular é a sua disposição para o diálogo, respeito e capacidade de escutar as opiniões diversas, além da tão estimulada capacidade de reação e fundamentação de uma visão e forma de ver a realidade”. (retirado do relatório do Piauí, pg. 20)

“Na educação popular luta-se pela hegemonia das ideias e da sociedade. A cada passo avançamos. Na caminhada temos que necessariamente nos perguntar sempre: Em que medida o que estamos fazendo está relacionado com o que está sendo elaborado sobre a Educação Popular, ao mesmo tempo em que aprofundamos os conhecimentos teóricos dialogando com as experiências. A cultura hegemônica fala de um povo que nasce pobre e morre pobre. Como sair do senso comum para uma atitude reflexiva e crítica diante da vida, mudando as explicações da vida, encontrando caminhos para agir e transformar a realidade?” (retirado do relatório do Bahia)

Através da Concepção Metodológica Dialética da educação popular se aprende que a formação se dá na ação e na reflexão da experiência e que a educação popular é um processo contínuo de formação num exercício permanente de ação, reflexão e ação. Nesse percurso, os diferentes sujeitos ao dialogarem sobre suas realidades e ações descobriram os Territórios da Cidadania, como campo de articulação e intervenção política dos movimentos para o desenvolvimento local, e que são um espaço de apropriação e integração dos diversos sujeitos sociais e, portanto, espaço de desafios e potencialidades da prática.

Quanto aos Desafios destacamos:

Disputas internas dos movimentos sociais e das representações governamentais, com práticas de influência e tentativa de cooptação;

Conhecer e analisar as novas expressões dos Movimentos Sociais e sua relação com as bandeiras históricas da luta social e os projetos políticos em disputa no Brasil;

Identificar as práticas educativas que contribuem para o aprofundamento da democracia e a construção de uma nova política;

Elaborar as estratégias para a organização e a ação da Rede de Educadores e Educadoras Populares do Nordeste para os próximos anos;

Colocar em prática a metodologia da Educação Popular e desenvolver as atividades cotidianas, problematizá-las nos espaços onde atua (educador/educadora).

Quanto ao próprio processo formativo destacam como desafio o tempo muito longo entre uma etapa e outra do curso. Em virtude da burocracia estabelecida no convênio, foi prolongado o período para conclusão do curso, o que provocou desânimo e desmobilização para a segunda etapa. Naquele momento os parceiros deveriam ter como prioridade a formação, evitando assim, o prolongamento do tempo para a realização do mesmo.

Quanto as Potencialidades:

Construir conhecimento que possibilita o coletivo pensar e ressignificar a prática, articular o processo formativo com a ação do educador e educando, com a realidade;

Continuidade/fortalecer a formação de educadores no estado e intercambiar experiências com os estados e educadores;

Aprofundar conceitos e conhecer referenciais teóricos utilizados para subsidiar os debates durante o processo formativo, os quais contribuirão com os estudos e práticas futuras;

Ter conhecimento da metodologia da educação popular para a vida toda como referência e com ela poder desenvolver a ação programada e a formação na ação;

Entender a necessidade de ampliar a participação da mulher e da juventude na política;

Ter motivação e conhecimento para transformar a realidade local relacionando-a com o macro, com o projeto democrático;

Nos afirmarmos como sujeitos, com capacidade para problematizar a realidade, ter a consciência do inacabamento do ser educador/a, utilizar o referencial teórico como Freire, Foucault, entre outros, para as práticas visando maior consistência nas mudanças da realidade.

A Formação na Ação e a Formação Programada na Gestão Social do Desenvolvimento Territorial

A formação programática e a formação na ação de acordo com o relatório do Maranhão, pg. 09, são processos indissociáveis. A formação programática corresponde aquele tipo de ação formativa pontual, programática, em que se define a modalidade formativa e com base nos passos definidos nos roteiros ela é desenvolvida. A formação na ação vai permitir a interrelação entre a teoria e a prática, no dia a dia dos espaços de intervenção e ou incidência política dos sujeitos sociais.

Como afirma o relatório de Pernambuco, toda ação formativa precisa ser planejada, mobilizada, independente de ser formação programática e ou na ação cotidiana dos movimentos sociais. A preocupação deve ser fazer sempre, da melhor forma possível, o conjunto das atividades com base no planejamento, que se fundamenta no envolvimento, na participação coletiva das pessoas. Daí a importância do planejamento estratégico, de nunca improvisar. Os instrumentos, o local devem ser adequados ao público. O educador/a popular precisa estar atento viabilizando a troca de experiências, o intercâmbio, permitir o confronto das práticas políticas na perspectiva de qualificar as intervenções educativas, usar a criatividade, a flexibilidade na gestão dos grupos, com ênfase na Educação Popular.

Por ser um Curso de Educadores é de práxis o exercício na construção de roteiros das ações formativas, independente do tipo que for, mais ou menos programática. Os cursistas eram divididos em grupos e com base em orientação unificada definiam: o tipo de atividade, o tema, os objetivos, o local, o período de realização, a área de abrangência, o público, a forma de convocação, as estratégias de mobilização (proposta de carta convite e preparação), a metodologia, os conteúdos, pauta/construção de roteiro com passos definidos, a coordenação/papel/divisão de responsabilidades, instrumentos e

materiais pedagógicos a serem usados, recursos financeiros e parcerias para custear as atividades. Era preciso, também, definir os subsídios, a forma de avaliação, os registros e as tarefas de casa.

A orientação era construir o roteiro metodológico aberto, evitando o basismo e o autoritarismo, pois o/a educador/a não é detentor/a do conhecimento de forma absoluta, mas um/a mediador/a de processos, somando seu conhecimento aos demais, respeitando as especificidades, as subjetividades e a mística. Na construção dos roteiros era realçada a importância do uso da criatividade e das adequações necessárias aos interesses específicos dos grupos a serem trabalhados nos estados.

Outros aspectos importantes foram destacados no relatório da Bahia que se referia ao fazer educativo e que o/a educador/a deve considerar: resgate histórico; conhecer a complexidade sócio-política, econômica, ambiental e cultural, local dos sujeitos; apresentar, discutir os objetivos e o roteiro metodológico; levantar as expectativas na busca de conhecer o grupo, seus propósitos e interesses; construir acordos coletivos; considerar as condições e disponibilidade dos participantes e a importância da interação na construção do processo; aprofundar sobre os temas/conteúdos da atividade que mediará e ou facilitará; recuperar o processo vivido, refletindo sobre a prática e voltar a ela, não mais do mesmo jeito. Enfim, estar sempre no processo ação-reflexão-ação. Esse movimento expressa-se como um espiral, no qual se volta, mas não se volta do mesmo jeito.

Análise Especializada dos Roteiros Programáticos

Após a vivência dos trabalhos de grupos, dividiu-se os participantes, mais uma vez em grupos, para a análise especializada. Eles eram convidados a conferir se a proposta formativa elaborada em cada grupo condizia com os três aspectos orientados para **análise especializada da proposta**. Neste momento utilizou-se cores correspondentes ao aspecto da ação planejada, a saber:

Verde

- Coerência entre os objetivos propostos e os passos do roteiro, encadeamento lógico entre os passos do roteiro;

Branco

- Estratégias de convocação, envolvimento e mobilização do público (infraestrutura, recursos, convite, preparação, linguagem, clareza dos objetivos);

Amarelo

- Uso e adequação de dinâmicas e instrumentos pedagógicos frente ao público e a infraestrutura;

Rosa

- Função, lugar, concepção e papel atribuído ao/a educador/a;

Azul

- Coerência entre os objetivos e o roteiro propostos e a intencionalidade de transformação.



Depois das análises em grupos foram feitas plenárias, momento em que os participantes apontaram os pontos/efeitos positivos, lacunas e sugestões nos distintos aspectos da ação planejada, observadas nos grupos. Na sequência, ocorreram outros trabalhos de grupo para leitura e reflexão de textos com as seguintes perguntas norteadoras: O que o texto acrescenta? Que questionamentos trazem à nossa prática? E qual o papel do/a educador/a popular? Analise os aspectos positivos, lacunas ou falhas, acréscimos ou sugestões.

Os roteiros construídos, a partir do olhar especializado de outros participantes, eram refeitos e os tipos de eventos planejados foram bastante diversificados, o que indica a variedade dos sujeitos sociais envolvidos nas atividades e a sua inserção em diferentes áreas temáticas e segmentos sociais.

Os participantes saíram dos cursos no estado com a responsabilidade de experimentar a metodologia da educação popular em seu espaço, quer seja espaços territoriais, organizações e ou movimentos sociais. Este momento da experimentação, que também se denominou “prazer de casa”, seria acompanhado de leitura, estudo realizado de forma coletiva e construída com o seu grupo de trabalho ou militância local, as quais produziram aprendizados que foram partilhados nas etapas posteriores do processo formativo. Atividades planejadas conforme tabela abaixo:

Maranhão	Organização de uma parada da diversidade Fórum Municipal das Entidades Não Governamentais Formação de Lideranças Seminário agricultura, família e desenvolvimento sustentáveis nos territórios
Ceará	Oficina: Comunicação Comunitária na Onda do Rádio Rodas de diálogos: Diversidade Mobilização para o ato público. Violência contra a mulher Curso de Formação Política para Lideranças Comunitárias
Pernambuco	Encontro do Núcleo Pernambucano da Rede de Jovens do Nordeste Encontro de Mulheres / Oficina de Artesanato Alternativa de Trabalho e Renda para Mulheres
Paraíba	Planejamento da Roda de Diálogos. Tema Diversidade Planejamento de reunião: formação de Conselhos Mobilização para ato público: Violência contra as Mulheres Curso de Formação Política para Lideranças Comunitárias,
Rio Grande do Norte	Formação de lideranças de base para valorização do voto e da organização política do grupo Seminário de Políticas Públicas de Gênero e Juventude Curso de formação para monitoramento de Programas Sociais da Agricultura Familiar
Bahia	Organização de uma Parada da Diversidade Formação de Lideranças Fórum Municipal das Entidades Não Governamentais Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável
Sergipe	Formação de liderança de base para valorização do voto e para organização política do grupo Processo de criação e fortalecimento da Câmara Temática no Território (mulheres ou jovens) Intercâmbio: socialização, reflexão e monitoria dos programas sociais (família, agricultores/as pescadores e produtores)
Alagoas	Curso de Formação para Lideranças Planejamento estratégico para uma organização Quilombola Fórum Social Alagoano
32 atividades planejadas.	

Socialização das Oficinas de Intercâmbios de Experiências

Esta sistematização, além dos conteúdos produzidos nos Cursos Estaduais socializa a riqueza de elementos tratados nas oficinas realizadas nos estados. Foram escolhidas sete experiências que foram apresentadas e serviram de mediação para dialogar com as demais experiências desenvolvidas nos estados. O propósito foi apresentar os aprendizados com destaque para os recursos metodológicos adotados, os seus aspectos essenciais e o que cada uma deixa de aprendizagens.

Cada experiência intercambiada teve seus objetivos e roteiros específicos, assim como os responsáveis pelo registro. Apesar da especificidade temática e da livre coordenação metodológica, elas tiveram orientações comuns para o conjunto dos intercâmbios: acolhida e apresentação dos presentes, construção dos acordos de convivência, apresentação de experiências; diálogo entre as experiências, como está acontecendo em outros locais, semelhanças e diferenças, origem, estruturação e relação com os territórios; análise como as experiências revelam avanços e impasses rumo à novas práticas de relação de poder e de uma cultura democrática; elementos das experiências que potencializam ou não a estruturação, o modelo desejado (aproximações e distância) e diversificação dos sujeitos e papel dos educadores. No final, a orientação dada foi a preparação da síntese da oficina a ser socializada de forma dinâmica e criativa na plenária e avaliação.

Rio Grande do Norte

Mulheres e Novas Relações de Gênero - Com este tema foram desenvolvidas oficinas com diferentes grupos organizados. Aqui trazemos a experiência vivida no nosso estado e as aprendizagens.



Recursos metodológicos: Dinâmica do objeto estético construído em folha de papel ofício subsidiando a apresentação das participantes. Foram construídos fênix, leque barco, camiseta, barco que pegou tempestade, caneta, borboleta, casa com jardim, pássaro, vagina, bolinha amassada, quadrado/caixa, explosão, ebulição, boca, ouvido, M de mulher, pessoa com asas. Ainda construção de painel e outros instrumentos foram utilizados na apresentação do conjunto das experiências, como slides, a fábula da metamorfose, o desenho do ponto, o desenho do casulo no tronco da árvore, cochichos; diálogo entre as experiências no sentido de entender como essas experiências revelam avanços e impasses rumo às novas práticas de relações de poder e de uma cultura democrática, como essas se relacionam com a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e, se potencializam ou não a reestruturação do modelo desejado de desenvolvimento territorial; apresentação dos grupos; debates; síntese para apresentação criativa e avaliação.

“Podemos vestir as camisas que a gente desejar. Podemos cuidar de outras mulheres. Somos um grupo diverso, com muitas mulheres e poucos homens, queremos alçar voos como os pássaros, queremos ver o mundo em liberdade, sair dos casulos, em busca de mudanças, de beleza; queremos mesmo com os machucados da vida, seguir adiante levando as marcas, mas não ficar paralisadas por causa delas. Guiamos nossos barcos passando por tempestades, mas sem afundar, velejando, guiando a nós e a nossos filhos e podemos mudar o rumo da viagem pra onde a gente quiser, podemos vestir as camisas que a gente desejar. Podemos cuidar de outras mulheres.” (cursistas da Oficina)

O que o Intercâmbio de Experiências nos ensina:

As mulheres da Associação de Pescado do Pitangui – Economia Solidária – Mulheres que viviam só conversando, jogando baralho e falando da vida dos outros, após a decisão de trabalhar juntas, vender salgados se organizaram e foram aprendendo, crescendo, produzindo. *“Hoje, após cursos, vendemos por toda parte hamburguer, linguiça, almôndega, conhecemos muita gente de diferentes locais: do SEBRAE, de São Paulo, das Universidades, construímos parceria e cidadania”.*

As Mulheres de Atitude – Felipe Camarão/RN - Não só o grupo cresceu muito através das vivências coletivas na luta pela melhoria nos direitos das mulheres, mas as pessoas individualmente. As nossas ações se voltam pela garantia dos serviços públicos no nosso bairro: saúde, segurança, dentre outros.

As mulheres, os jovens, os homens, multiplicadores na temática de Gênero, Educação e Desenvolvimento do Programa Federal Mulheres Mil, e demais programas de inclusão de mulheres da rede pública nas temáticas de gênero, cidadania e desenvolvimento vem capacitando servidores, gestores, docentes de organizações públicas e lideranças de organizações sociais e outros profissionais e multiplicadores. O resultado é como a Fábula da Metamorfose que mostra a possibilidade de transformação.

Curso de Extensão, Gênero, Educação e Desenvolvimento/IFRN - Trata de um conjunto de iniciativas, de acordo com as demandas, intervenções dos participantes, dos grupos, nas áreas de prevenção, saúde e DST's, oficinas de auto defesa, oficinas artísticas, formação política, saúde, direito, segurança e cidadania. Divisão sexual do trabalho, atividades na área corporal, hortas comunitárias, dentre outras. Investe na necessidade de conhecimento, na orientação pessoal e do desenvolvimento de sua atividade econômica, capacitação em serviço. Estas experiências revelam avanços e impasses rumo às novas práticas de relações de poder e de uma cultura democrática.

Estudo da temática política, onde tratamos de processos organizativos, necessidade de busca

da autonomia, recursos e projetos, papel dos órgãos públicos, processo educativo, parcerias construídas, ação econômica, mobilização (dificuldade), políticas públicas (crianças, idosos e mulheres), curso de formação política (pública), curso de cooperativismo, educação, segurança, direitos LGBT, trabalho de base, união/auto organização, formação na ação, espiritualidade presente em todas as práticas, lutar por direitos e cidadania, processo de alfabetização e lideranças.

Limites: diversidade sexual, participação efetiva das mulheres, trabalho com reciclagem (economia solidária), projeto não visto como de educação popular pela instituição, economia solidária possibilita mais desenvolvimento e pouco praticada, trabalho específico com as mulheres, saúde na área de educação infantil na faixa etária de 7 a 12 anos, teatro, sorteio, acesso do público infantil à universidade, projeto futuro: acompanhamento de idosos em asilos, ausência da temática LGBT nos grupos, saúde das mulheres com recorte racial e de orientação sexual, processos avaliativos consistentes, trazer e manter as mulheres articuladas.

Desafios: recursos públicos, baixa autoestima dos segmentos vulneráveis; falta de conhecimento sobre os direitos das mulheres por parte dos gestores/governos; falta de profissionais qualificados nas temáticas de gênero e diversidade sexual; gestor priorizar políticas públicas de gênero e diversidade; mobilização para ações afirmativas; renovação das lideranças, recurso financeiro limitado, comunicação de qualidade; centralização de recursos, demandas e poder; romper com a visão técnica e burocrática; buscar mais parcerias, motivação, continuidade dos projetos em educação popular; implantar iniciativas de economia solidária.

Sugestões/Recomendações:

Potencializar a participação de mulheres e LGBT nos espaços urbanos e rurais de poder. Ampliar as instâncias de controle social de políticas para as mulheres e criar novas estratégias de envolvimento das mulheres, com maior eficácia dos serviços de defesa e proteção das mulheres e LGBT. Sensibilizar as pessoas que atendem nos serviços para acolher os usuários, desprivatizar os espaços públicos e melhorar o atendimento humanizado na saúde.

Inclusão da temática de gênero no IFRN, ampliação de organismos públicos de defesa de mulheres e LGBT, mudanças de paradigmas nas Políticas Públicas, criação de mecanismos institucionais (secretarias, coordenadorias, Conselhos e Centros de Referência), construção de serviços específicos para as mulheres, empoderamento das mulheres e formação de multiplicadores.

Promover a reflexão sobre como essas experiências se relacionam com a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e como potencializam ou não a reestruturação do modelo desejado de desenvolvimento territorial.

Juventudes e Novas Expressões Culturais - Ceará

Juventude do território dos PDAs (Programa de Desenvolvimento de Área) de Fortaleza -

Como é o território, avanços, dificuldades e estratégias encontradas para o trabalho com e para a juventude.

Recursos metodológicos: reunidos em círculo, de mãos dadas, foram orientados a trocar boas energias, ao mesmo tempo dançar ao som da música “Linda Juventude” do 14 Bis, refletir sobre seu corpo, porque estar aqui. Reflexão sobre as ações que realizaram nos módulos e as atividades de base entre uma etapa e outra do curso, as novas expressões da juventude, caracol e diálogo acerca das ações estaduais. Tarjetas, revisão das discussões. Chá freiriano. Debates, avaliação: que tal, que bom, que pena.

O que nos ensina esta oficina/intercâmbio

Entender a diversidade cultural e política; afirmar a identidade juvenil e expressões culturais; compreender a riqueza dos diálogos sobre a cultura como forma de afirmação de identidade e enfrentamento nas lutas por direitos; a necessidade do empoderamento da juventude; importância da abertura de espaços de participação e formação para a juventude dos territórios; que ainda se faz necessário trabalhar junto aos grupos juvenis o que é Identidade juvenil e expressão cultural; a juventude precisa construir autonomia e qualificar sua participação.

São várias as formas de fazer ação com juventude(s) no grupo presente ao intercâmbio: experiências de comunicação com o poder público; oficinas culturais, teatro, danças, músicas, áudio visual, palestras com juventude urbana e rural, formação de lideranças multiplicadoras, formação sócio-política, acampamento da juventude, espiritualidade e formação profissional. Criação de espaços de discussão. Formação política, curso de lideranças e formação de agentes multiplicadores. O tema LGBT foi contemplado, dentre outras formas. Estratégias utilizadas: criatividade.

As expressões da juventude são mais sedutoras se forem feitas de forma que possam ser dialogadas. A cultura e as expressões culturais criam aproximação. É preciso ter pautas comuns que apresentem o que a juventude quer para esse território. Na adolescência se fala na construção de proteção. O debate da maioridade penal é para retroceder à discussão sobre o estatuto da juventude, houve discórdias entre os dois estatutos, os estatutos da criança e adolescente e o da juventude.

A partir dos anos 2000 se entende que não se pode tratar movimento de juventude sem discutir o que é ser jovem. Essa dedução é para dizer o porquê dessa oficina. A juventude não se define pela faixa etária ou só pelo caráter provocador. Existem diferentes identidades juvenis, todos falam em mudanças, mas as mudanças começam com a organização na base.

O que expressa a juventude hoje? A cultura. As novas expressões culturais vem do diálogo entre as juventudes, se faz através da música, do teatro, da rede internet. A juventude se organiza a partir de sua identidade rural, quilombola, da periferia, e outras. Outra expressão é que a juventude quer gerar renda. Os jovens se organizam pela afinidade. Para intercambiar as novas expressões culturais e não perder seu alicerce é necessária a formação política, ocupar os espaços de gestão das políticas públicas. Criação e participação em redes; e relação com o poder público.

A Casa Civil e 21 Ministérios do governo federal apoiam os projetos dos territórios da juventude. Formar rede e construir alianças é uma forma de fortalecer a organização. A criação da agenda comum de enfrentamento ao extermínio da juventude negra. Criação do programa juventude viva é uma tentativa de enfrentamento à violência contra a juventude negra no Brasil. Que os grupos de LGBTs discutam sobre juventude também é fundamental. Mais estratégias para conhecer melhor a juventude.

Avanços: marco legal das ONGs (Lei nº 13.019), PEC (Projeto de Emenda Constitucional) regulamentando o estatuto da juventude, autonomia e emancipação, agenda comum para o Enfrentamento à violência e extermínio da juventude e a reforma política; as políticas públicas, pontos de cultura, as expressões culturais de resistência como o hip hop, a capoeira e o grafite; os movimentos sociais da juventude a cada dia vem ganhando visibilidade dentro das ações da rede de educadores populares; troca de experiências vividas pelos educadores e assim poder ter mais conhecimento e um norte para a prática na comunidade.

Limites: Falta formação para elaboração de projetos, captação de recursos e prestação de contas; Estagnação dos movimentos diante dos gestores, governo; Estar preocupado com o micro e não com o macro; falta de integração entre os movimentos, gestão de convênios, agenda comum dos movimentos; falta de credibilidade nos movimentos, Igrejas e terreiros. Falta de recursos financeiros;

Dificuldade de dialogar com os gestores. Impessoalidade, legitimidade dos conselhos estaduais e federais; Não ter palestrante específico sobre LGBT, amadorismo nos afazeres; Muitas pessoas não vieram/poucos jovens; tempo limitado para as discussões e preparar apresentação, e assim não poder detalhar as experiências vividas pelos educadores; Ausência de jovens lideranças; O curto tempo diante da complexidade do tema.

Sugestões/Recomendações:

Possibilitar outros momentos como esse nas nossas cidades e em intercâmbios, e assim continuarmos discutindo e construindo agendas comuns; Ter mais momentos de integração entre os grupos e melhorar a mobilização para ter mais jovens participando das formações. No próximo encontro incluir a temática LGBT. A partir desta formação os territórios serem mais comprometidos com a juventude, promovendo mais formação e que definam títulos mais atrativos para esses temas. Maior aprofundamento sobre as expressões culturais da juventude e encaminhar alguma ação para desenvolver em nossa comunidade/bairro.

Criar e apresentar uma proposta mais clara com direcionamento para a oficina. Criar um facebook dessa experiência, bem como estratégias para discussão política. A Rede de Jovem do Nordeste em alguns estados está muito fraca, mas em outros ainda está acesa, é interessante que a juventude dos territórios a conheça e se integre a ela. Atenção para a necessidade de construção de novas parcerias.



Novas Perspectivas de Educação Rural: Educação no Campo, Organização Comunitária e Tecnologias Apropriadas - Piauí

Recursos metodológicos - Em círculo, iniciando com exercícios de alongamento e concentração. Corrente e identificação com objetos concretos e subjetivos que chamaram atenção localizados no espaço externo. Expectativas. Ao som da música “Chão de Giz”, os participantes formarem duplas e se apresentarem. Dois grupos constituídos com a tarefa de construir um conceito instrumental sobre Educação do Campo, Organização Comunitária e Tecnologias Apropriadas com destaque para o desenvolvimento territorial. Debate nos grupos quanto ao modelo de educação. Teatro do Oprimido. Depois os presentes externaram seus sentimentos sobre a vivência e uma breve reflexão sobre sistema de oposição binária, repertório cognitivo e posturas. Debates. Aprendizados, Desafios, Lacunas. Recomendações.

Experiência intercambiada - Educação no Campo para o Campo, da Escola Família Agrícola de Montes Claros, Piauí - apresentaram a missão, metodologia, instrumentos de trabalho, desafios, limites, dificuldades e conquistas.

O que nos ensina esta experiência sobre Educação no Campo quanto - A concepção de educação do campo - que a educação seja do e para o campo, essa concepção de educação não acontece como uma experiência isolada, num determinado canto e ou lugar, mas, sobretudo porque tal concepção se caracteriza enquanto proposta político pedagógica, comprometida com a transformação social, mediante a valorização do saber, das experiências e da cultura dos povos do campo, assentados da reforma agrária, das florestas, posseiros, seringueiros, pescadores, entre outros. E, nesse contexto, busca a humanização das pessoas, contrapondo-se com a lógica da instrumentalização da educação que tem por finalidade a exploração da mão de obra de trabalho das pessoas. Afirma que o fazer educativo ultrapassa as paredes da escola, das organizações, nele deve se fazer presente a necessidade de formar cidadãos e cidadãs comprometidos com a transformação da realidade.

As tecnologias apropriadas, organização comunitária, desenvolvimento territorial e a relação com a educação do campo - em tarjetas se escreve nomes de diferentes tecnologias: computador, data show, celulares, câmara fotográfica, internet, ar condicionado, energia elétrica, cortina, papel, piloto, caneta. O jeito que a gente faz uma determinada coisa é uma tecnologia, a forma de produzir, a ferramenta. E dessa forma sentimos que criamos algo, é um jeito próprio, legado ético, estético, tecnologia é um arranjo cultural. Tecnologia é uma escolha, ideologia, é também um direito de todos/as. Até a primeira guerra mundial estava ligada ao chão de fábrica, depois militar e universidade. Com a Revolução Industrial, abriu novas possibilidades de riqueza, maximização do lucro.

Para que uma prática pedagógica intencional se efetive num determinado contexto é necessário programar a mesma, dar um caráter político. É necessário construir coletivamente com a participação de todos/as. Nesse sentido, são apresentados alguns instrumentos pedagógicos para organizar a prática educativa das organizações sociais. Para isso, foi construído um roteiro, para facilitar um planejamento, diagnóstico, plano de ação, mapa de comunidade, calendário agropecuário/sócioeconômico, rotina de humor.

No que se refere ao desenvolvimento territorial, a educação do campo é um meio de mobilizar os diversos sujeitos e atores sociais para ocupar os espaços de discussão e proposição de políticas públicas, de ações coletivas dentro de um determinado contexto. A articulação dos atores sociais dará o “tom” e apropriação do poder local para só assim, realizar possíveis mudanças na cultura, na realidade. Isso aponta uma necessidade de se pensar e ocupar os espaços de participação popular para consolidar as estratégias e ações, tendo em vista a mudança da realidade.

Limites: falta de apoio do poder público local à escola agrícola; inexistência de ação em rede para tentar sanar dificuldades maiores, que comprometem o processo pedagógico, “concentração de poder; a educação do campo ser considerada menor”. É preciso ser exemplo, não dá para fazer educação do campo como educação pública sem afirmá-la no contexto, o discurso é bonito, mas não dá para fazer educação pública e não acreditar nela, não colocar seus filhos nela; é uma forma de negá-la também, uma educação que tem como meta fazer fazendo; é preciso ser mais humana, gente.

Sugestões/Recomendações:

É preciso uma educação contextualizada, aprender com as coisas e com os seres. Os jovens são educados para sair do campo, falta reconhecimento do conhecimento rural. Reconhecê-lo como uma potencialidade é um grande desafio. Acreditar que nós que estamos na ponta é quem temos poder para modificar a prática, independentemente do que o governo coloca no papel. Organização comunitária a partir da vivência dos participantes, escola de assentamentos construídos por alunos e pais, associação de bairro da zona rural, mulheres agricultoras, grupos de empreendimentos de economia solidária.

Ampliar o trabalho em parceria com outras experiências, dar visibilidade às práticas pedagógicas exitosas; Ocupar os espaços de participação política; Buscar alternativas para captar recursos financeiros e fortalecer os processos educativos dentro da educação do campo; Dentro do território, buscar articulação com outras instituições para fortalecer as estratégias de atuação das organizações locais e ter melhor intervenção na realidade; Socializar experiências realizadas; Perseverar na luta pela efetiva educação do campo na sociedade.

A escola do campo tem que estar voltada para sua realidade com mais apoio por parte do poder público e que os conteúdos sejam reais e aplicados em sala de aula, campo, comunidade, e aprender a fazer fazendo. As famílias precisam estar mais dentro da escola, não como obrigação, mas como parte dessa educação. Devemos saber lidar e falar a língua dos agricultores, para juntarmos o saber prático e o técnico e assim politizarmos que é possível “viver” no campo.

Não Vou Sair do Campo - (Gilvan Santos)

Não vou sair do campo	Construir soberania	Quem vive da floresta
Pra poder ir pra escola	Pra viver o novo dia	Dos rios e dos mares
Educação do campo	Com mais humanização	De todos os lugares
É direito e não esmola	O povo camponês	Onde o sol faz uma fresta
Cultura e produção	O homem e a mulher	Quem a sua força empresta
Sujeitos da cultura	O negro quilombola	Nos quilombos nas aldeias
A nossa agricultura	Com seu canto de afoxé, ticuna,	E quem na terra semeia
Pro bem da população	Caeté, castanheiros, seringueiros	Nesta luta estão de pé
Construir uma nação	Pescadores e posseiros	Venha aqui fazer a festa

Comunidades Tradicionais e Quilombolas – Bahia

Esta Oficina inicia-se com todos/as embalados/as pelo refrão de uma música do Ilê Aiyê, bloco afro de Salvador-BA, cada participante vai apresentando a sua afirmação/expressão:

*“Ei não é o meu nome / E nem psiu o meu sobrenome.
Pode me chamar de negão / Pode me chamar de negona”*

Recursos metodológicos - Se conhecendo e se integrando em círculo, de mãos dadas (recebendo e dando), formando um caracol foi feito um convite para individualmente pensar: Como foi que chegou até aqui? Quais as pessoas que contribuíram para você poder estar aqui? Pensar nos ancestrais e em seguida cada um dar e receber uma Benção, independente de religião, como forma de resgatar esse hábito e valorizar as tradições repassadas por nossos antepassados. Apresentação/expectativas. Construção do varal da afirmação. Debates sobre avanços, limites, desafios, recomendações. Símbolos desenhados/utilizados: mão fechada demonstrando a resistência; mandala, e o espelho de Oxum, atabaque e berimbau, bíblia de todos, sol, mulher, homem, seta se encontrando, indígena, tambor, caramujo, caminhos.

Varal da afirmação - Afirmo-me como mistura mesclada e resultado. Na música, percussão, na cultura, nas tranças; apoiando, explicando os meus direitos e os passos a serem seguidos, onde buscar soluções possíveis; Participando sempre dos movimentos e me auto afirmando com os meus pares; me afirmo como indígena KANINDÉ, mergulhada na cultura afro com a inculturação, pois pisam os pés, a cabeça pensa e o coração sente diante de algumas posturas e situações de discriminação e preconceitos; Participando, refletindo apresentando, provocando com orgulho, indignação e liberdade; Ser humano de pele negra, cidadã, EXIJO RESPEITO! Não sinto diferença em mim por ser negra, porém tenho orgulho de ser.

Experiências intercambiadas - ACONERUC - Associação de Comunidades Negras Quilombolas e Rurais do Maranhão é formada pelas associações quilombolas de cada município e de cada comunidade, que se filiam e são representadas pela mesma. Os recursos e projetos federais chegam às comunidades via a ACONERUC. Beatriz Maranhão fez uma contextualização da situação: O Maranhão ganhou o título da UNESCO como patrimônio cultural com o Tambor de Crioula, mas os jovens da comunidade que ela trabalha não querem mais seguir essa tradição, sentem vergonha. A visibilidade instituída pelo projeto contribuiu com o movimento contrário, muitos adolescentes e jovens estão querendo praticar e foi iniciado um Tambor de Crioula Mirim, fortalecendo a identidade e afirmação das crianças através desta expressão da tradição cultural maranhense.

Projeto produtivo geração futura - Outra experiência é com a juventude procurando resgatar o trabalho de agricultura na comunidade que trabalhava a caprinocultura e criação de galinhas. A intenção do projeto foi estimular a permanência dos homens jovens na comunidade (muitos deles vão para a cidade, por não quererem continuar a profissão dos pais: *“Filho de médico quer ser médico, filho de advogado quer ser advogado, mas filho de agricultor não quer ser agricultor”*). O trabalho abrange 20 jovens e além das ações de agricultura trabalham a identidade e a autoestima. Dos 20 jovens permaneceram apenas cinco trabalhando o projeto da criação de galinhas. Também desenvolve um trabalho com associações para construir cooperativas.

O que esta Oficina/Intercâmbio nos ensina:

Aperceber o empreendedorismo das mulheres como um grande resultado. A geração de renda como garantia de cidadania. A diversidade de situações, segmentos vulneráveis e a necessidade de oportunizar o tratamento da diversidade e das especificidades. Trouxe a questão da invisibilidade indígena nos espaços, questionou a temática da oficina destacando que a questão indígena é invisibilizada de diferentes maneiras: *“Nós indígenas, sofremos mais ainda, e ainda sofremos chacotas, é mais do que a cor da pele, muitos quilombos tem a raiz indígena, porém assume o quilombo. Assumir a identidade indígena é muito mais difícil, a própria FUNAI nos coloca em confronto com os negros(as)”*. A única aldeia registrada é uma terra de retomada e vizinha a um quilombo. A questão indígena é mais complexa, o ser indígena nesse país, na América.

Avanços: As mulheres hoje empoderadas afirmam sua identidade empreendedora, com forte marca da história de seu povo. Estas comercializam e vendem produtos aprendidos desde suas ancestrais, quando foram jogadas fora das fazendas, tiveram que se virar de qualquer jeito, muitas eram e são arrimo de família e a solução foi comercializar os produtos que tinham capacidade de produzir: comidas típicas, doces, bolos, quitutes, trabalhos em tecidos entre outros e assim acontece até os dias atuais. Hoje são empreendedoras. Como a comunidade ficava próxima do rio, também foi estimulado o plantio de hortaliças.

Políticas Públicas: Distribuição das cestas, dos kits sanitários, Minha Casa Minha Vida. Experiência de Comunidades Tradicionais. A relação com a Articulação de Juventude Negra assume a discussão sobre o extermínio da juventude negra, que possibilitou a formação política de alguns adeptos. Protagonismo das mulheres negras; participação e organização política na defesa dos direitos; articulação e trabalho em rede; Iniciativa de oficinas nos terreiros; tradição orante: dança, simbologia e na escrita; resistência, persistência; resistência sem perder a ternura, fortalecimento de atividades geracionais – principalmente com crianças; Geração de renda. As experiências de educação transformadora realizadas nas comunidades, as quais proporcionaram a organização política das mesmas; Ações de resgate da cultura popular (ciranda, coco de roda, tambor de crioula, toré), junto a crianças e jovens, visando valorizar e manter as tradições; as afirmações de identidades sociais (negras/os nativas/os, indígenas, quilombolas e matrizes africanas).

O Ilê Axé de Oxossi. Trabalha com acesso aos serviços de saúde e cuidado com os terreiros e trabalhos em parceria com ONGs sobre diversas temáticas e com o resgate histórico, religiosidade, o empoderamento e apropriação para falar sobre as diversas religiosidades de matriz africana: umbanda, candomblé, jurema. Desenvolve ações de formação em parceria com a universidade que provocou alguns questionamentos, o principal deles que motivou uma série de ações foi 'como é a relação do terreiro com a comunidade'? Esse questionamento impulsionou uma série de ações que tentam envolver a comunidade.

Limites: É a descrença de algumas pessoas sobre essa forma de trabalho; as relações de gênero por não conseguirem trabalhar com as mulheres em horário integral, pois as mesmas tem que dar conta dos afazeres domésticos; a falta de um agente para estimular a produção, animar as mulheres e acessar recursos governamentais. Desinteresse dos gestores em desenvolver os territórios das comunidades com equipamentos sociais; disputas entre membros das comunidades em torno dos mesmos objetivos/ausência da consciência política coletiva; a culpabilização das famílias dos problemas sociais, Criminalização na mídia dos movimentos nativos; fragilidade da comunicação entre os diversos movimentos sociais; relações de gênero; o exercício do poder; o racismo, a opressão de gênero.

No projeto Tambores da Paz a dificuldade em agregar os adeptos, os terreiros, porque cada um vive sua realidade. A ideia do Projeto nasceu em um encontro e tem o propósito de agregar todos os terreiros. A maior dificuldade é de juntar o povo. Engloba mulheres de vários municípios.

Experiência indígena: Invisibilização de etnias indígenas, que em 1776 foi declarado que não existia mais índio em Sergipe Del Rei (informação recebida através de um professor)! Eram nove etnias que foram invisibilizadas. Enfatizou que não gostam de serem chamados de índios e sim de serem referenciados pela etnia e entre eles se relacionam como 'parentes'. É o único da família que se identifica como indígena, antes eram proibidos de se identificarem como tal, correndo até risco de morte:

“Hoje em dia não nascemos índios nem negros, nos fazemos índios e/ou negros. Não existe articulação de grupos indígenas no estado. Cada aldeia pauta sua luta. Só tem uma aldeia reconhecida. Destacou a FUNAI como maior agente de obstáculos à articulação e mobilização política, age cooptando os caciques e lideranças, dificultando assim as reivindicações das nações. O povo indígena é muito humilhado, o que vemos na televisão é o mínimo, tem muita gente passando fome nas aldeias. E isso pesa junto com a questão do estigma que sofremos de preguiçosos. Alguns são e estão muito acomodados, uns porque as águas estão poluídas e as terras improdutivas, outros se sentem dependentes do governo, esperam o auxílio alimentação. Temos muito que conquistar, mas a questão indígena no Brasil está muito difícil, tem algumas coisas que não se resgatam mais. Os agentes que tem colaborado com as questões indígenas locais são algumas pessoas da universidade e se relacionam mais com uma única aldeia, que é reconhecida, as outras aldeias ficam em movimentos particulares”.

E traz para o coletivo a cantiga de toré:

*“Eu subi lá no alto do tempo
Só pra ver a fundura do mar
Hou Dança homem, dança mulher
E a sereia dança no mar”*

Elementos das experiências que potencializam o modelo desejado - A Educação Popular; a luta pelos direitos; a acessibilidade aos mecanismos de participação; a sistematização das experiências; as novas práticas; a união dos povos; a vontade de crescer dos jovens e mulheres; a troca de saberes entre as mulheres das comunidades tradicionais (quilombolas, terreiros, indígenas e ciganos); a luta e resistência dos povos (comunidades).

O que não potencializa? Não igualdade na diversidade; Não acesso às políticas públicas; inculturação; não aceitação pelos jovens da sua religiosidade; dificuldade de agregar; dificuldade no diálogo para definição de questões comuns.



Sugestões/Recomendações:

Apropriar-se de novas experiências de sucesso, através de intercâmbios e fortalecer as bases com os resultados obtidos e poder replicar no município, compartilhando experiências e promovendo atividades de capacitação nas comunidades, tendo a geração de renda como estratégia de nossa ação. Ampliar e potencializar espaços de discussão e controle social fortalecendo a incidência política junto às políticas públicas, ampliar o alcance das lutas políticas e buscar novas práticas. Desenvolver práticas educativas a partir da educação popular e com olhar na educação em direitos humanos. Trabalhar com os jovens sobre a importância da cultura na comunidade, destematizar experiências e criar uma metodologia atrativa para agregar os jovens e mulheres na caminhada e formar grupos em educação popular entre os agentes comunitários de saúde, que terão como potencialidade a acessibilidade às pessoas com quem trabalhamos.

Promover a formação de educadores populares para os povos e comunidades tradicionais. Fundamentar as ações baseando-se nas necessidades apontadas pelos territórios de atuação, entender que meu direito começa quando o do outro termina, que preciso valorizar a contribuição do outro. Motivar de forma lúdica para que a articulação e trabalho em rede sejam realmente atados e estimular espaços de reflexão sobre as relações raciais e de gênero, fortalecer o movimento negro visando a construção de um novo modelo de sociedade. Promover reflexão constante da realidade local e de mundo, ações sociopolíticas pessoal e comunitária.

Novas Formas de Produzir e Distribuir Bens e Riquezas, Economia Solidária e Empreendedorismo Popular - Ceará

Experiência Intercambiada: Apresentação da experiência do Banco Palmas – Conjunto Palmeiras – Fortaleza/Ceará (por Socorro Alves): Banco Palmas/Rede de Economia Solidária. Sandra Magalhães, a Sandrinha. Breve apresentação da memória, como iniciou a experiência e seus principais sujeitos, estruturação da experiência, como se organiza, modelo organizativo, relação com aliados e interlocutores, exercício do poder e relações internas, renovação de quadros, erros e acertos, alegrias e sofrimentos, práticas e valores inovadores que possibilitam análises e construção de novos conhecimentos e a relação dessa experiência com o Território e suas contribuições para seu desenvolvimento e construção desse novo jeito de fazer a economia. O banco comunitário surge num contexto de muitas lutas comunitárias por saúde, educação, saneamento e transporte público, entre outras questões.

Recursos metodológicos: Apresentação do roteiro da oficina, acolhida e apresentação dos presentes e acordos práticos para o funcionamento da Oficina. Painel sobre a experiência com elementos de destaques: Valores, Práticas Inovadoras, Desafios. Diálogo com as demais experiências, aproximações e distâncias entre as diversas práticas no campo da produção e distribuição de riquezas e economia solidária. Análise das experiências relacionadas ao tema da Oficina com a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Como as experiências revelam avanços e impasses rumo a novas práticas de relação de poder e de uma cultura democrática? Elementos das experiências que potencializam ou não a estruturação do modelo desejado de desenvolvimento territorial.

Desafios: Foi perceptível que há desafios dos/as educadores/as populares em aproveitar a oportunidade de trabalho a partir das ações do governo em relação aos territórios, mas ainda é muito

forte a exploração do trabalho e dos trabalhadores para gerar riqueza para poucos. Um novo modelo de produção e distribuição precisa ser construído. Capital x Social Solidário; aproximação e parceria com o poder público; manutenção da moeda; segurança; sustentabilidade dos Bancos Comunitários; inclusão de jovens; falta de políticas públicas; transformar as experiências exitosas em políticas públicas; conscientização da comunidade e esferas públicas; perspectivas sobre o novo; garantir o espírito de coletividade; não depender unicamente da parceria com governos; superar a perspectiva mercadológica capitalista.

Para a educação popular, um grande desafio é que a comunidade precisa de trabalho e renda. A comunidade deve saber escutar, deve saber aprender junto, construir junto. É papel do/a educador/a popular registrar, a partir do que eles estão fazendo, verificar em que se pode ajudar, para não apenas ficar levando ideias de fora, sem ser aproveitado o que a própria comunidade já faz. A cultura da construção do poder e da cidadania, novas formas de construção de cidadania a partir do estabelecimento de uma nova cultura do poder na concretização de um mundo melhor possível. Tornar as experiências exitosas de ECOSOL em políticas públicas; promover ações que colaborem com o sentimento de pertencimento e identidade ao local; garantir a auto-sustentação das experiências encontradas nos territórios.

Limites: Desintegração, dificuldade de reproduzir os materiais, por falta de que abracem as iniciativas formativas como um investimento, pois falta material para execução das ações, além da disputa no próprio meio popular, onde alguns trabalham de forma individual e não se cooperam. A entidade compreender bem o papel dela para que possa superar os desafios; o descrédito na ação e a mudança em acreditar que as coisas dão certo. As organizações compreenderem o limite e o papel atribuído a cada uma. Nesse caso a associação do Conjunto Palmeiras conseguiu fazer bom uso dessa consciência de limitação. O poder de mobilização e de participação social ainda frágil. A comunicação, aplicação das ideias, o diálogo não ocorre de forma conjunta entre economia solidária e a ação de desenvolvimento dos territórios. Deveria aproximar as práticas tanto da proposta de política pública do desenvolvimento territorial, como das ações de economia solidária.

Sugestões/Recomendações:

Construir o sentimento de pertença ao movimento social, de comprometimento, resistência, coragem, organização e compromisso social. Ações que elevem a autoestima, a promoção e emancipação humana e comunitária. Construir o desenvolvimento territorial com desenvolvimento da economia social, o trabalho coletivo, a cooperação, fortalecer vínculos identitários e comunitários, espírito de solidariedade organização e participação com novas formas de se relacionar com ética. Garantir que as ações das políticas de desenvolvimento territorial tenham uma conexão com ações da Economia Solidária, educação popular, considerando também os demais segmentos locais (igrejas, associações, conselhos, poder público entre outros) e as dimensões social, cultural, política, econômica e ambiental.

Criação de um ministério específico para a economia solidária, avançar nas experiências de economia solidária, valores e práticas inovadoras com ações integradas com a grande luta.

De acordo com Socorro Alves, a Associação não ficou apenas na concretização das ações, ela conseguiu construir novas ações a partir de outras necessidades que foram aparecendo. Houve o fortalecimento dos grupos, a união das pessoas que participam das oficinas e que querem construir uma nova realidade, mesmo encontrando muitas dificuldades para a disseminação do conhecimento. Ações comunitárias que contribuam para o fortalecimento da identidade, novas concepções de

produzir, consumir e distribuir riquezas; promover a produção de plano estratégico para o desenvolvimento local, apropriar-se de experiências exitosas que reafirmam os princípios e valores da ECOSOL e da Educação Popular.

“Somos um grupo de mulheres, estamos agindo de forma informal, nós somos muito assediadas, nosso grupo não trabalha apenas geração de renda, surgimos a partir das questões das mulheres, contra a violência da mulher. Percebemos que muitas mulheres eram espancadas pelos maridos e que não possuíam renda, aí veio a ideia do bordado, hoje nosso público mudou um pouco, temos mulheres de vários setores. Somos assediadas para que legalizemos o grupo, para ter acesso as coisas, existem questionamentos dentro do grupo. Será que se nos formalizarmos perderemos a identificação do grupo? Gostaríamos que essa necessidade partisse do próprio grupo”. (depoimento de Walmira, PI)

Gestão Social e Novas Formas de Expressão da Cidadania e da Democracia – Bahia

Experiência Intercambiada: Conselho de Desenvolvimento do Território do Sisal - Vinte municípios integram o Território – com isso todos os projetos para a região são debatidos e decididos no Conselho Territorial. A exemplo das escolas agrícolas, que foi decidido o município em que seria instalado. Conquista: a entrada de um GT de Juventude e Educação no campo nesse território.

O que surge a partir desse Colegiado - Os municípios pensarem as políticas voltadas para suas especificidades. Grupos de educação, coordenação da educação no campo e os Movimentos Sociais também pautarem a educação no campo. Os sindicatos fazem a formação continuada, mas não pautam a educação no campo. O Programa Nacional de Reforma Agrária, formação voltada para isso e para outros movimentos sociais a partir da ação do território.

No âmbito das mulheres se consegue trabalhar uma formação continuada para acessar os projetos de geração de renda, pela via do PRONAF. Para cuidar da autonomia das mulheres foi preciso buscar a autonomia financeira das mulheres, organizadas e crescendo. A legislação 11.947 de 2009 obriga que 30% da alimentação do município seja comprada pela agricultura familiar do território. E as mulheres são as mais beneficiadas.

Recursos metodológicos: Apresentação da proposta de trabalho e dos participantes: O que chamou atenção na apresentação das pessoas: variedade de espaços; tema mobilizador; migração de oficina; desejo de melhorar a prática; esvaziamento das discussões nos locais de trabalho; ocupação do espaço institucional por militantes do movimento social. Presença dos diferentes estados da região nordestina na Oficina. Aproximação ao Tema – Gestão Social e Novas Formas de Cidadania e Democracia. A fogueira como um símbolo para provocar a conversa sobre o tema. Trabalhou-se a ideia de fogo: Nas culturas orientais o fogo significa impulso, transformação. No mundo ocidental o fogo representou por muito tempo a proteção do homem e o aconchego. Os neurologistas dizem que o fogo ajudou na evolução do homem, que passou a transformar o meio ambiente. Tema velho com nova roupagem. Cochicho para a construção de conceitos: gestão social, cidadania, desenvolvimento territorial e democracia. Discussões a partir de olhar especializado sobre:

1. Elementos da educação popular identificados na prática educativa
2. O papel do educador
3. Novas relações de poder, cultura e democracia existentes na experiência
4. A contribuição da experiência na gestão social do desenvolvimento em construção
5. Desafios para a prática de gestão territorial. Debates e recomendações.

Um pouco das discussões sobre os temas:

Gestão Social - Está ligada com maior ou menor intensidade à participação, a tomada de decisões. Nota-se que as pessoas mais qualificadas politicamente acabam muitas vezes sendo excluídas no processo pelos próprios companheiros de militância. A conjuntura um pouco negativa atualmente, mas os Conselhos são espaços importantes de denúncia, de reivindicação, de visibilidade e canalização das demandas sociais. Na realidade há uma ampliação e renovação na política, surgimento de novos movimentos sociais, coletivos de jovens, fóruns e redes.

Desenvolvimento Territorial - O que é desenvolvimento? Tem a ver com as diferentes dimensões da vida: econômica, social, política, cultural, religiosa, ambiental ou não é desenvolvimento. Há falta de incentivo do poder público para com os territórios. Havia os articuladores nos territórios, com a saída deles houve uma desmobilização ou desarticulação nesse espaço. O desenvolvimento é sempre olhado a partir do macro social, as ações são muito generalizadas, não se discute os elementos específicos de cada região, lugar, estado. No quesito organização, luta e poder falta incentivo, quem está na liderança política muitas vezes não investe no processo de participação social e nem no desenvolvimento do lugar.

Cidadania - A cidadania está articulada com o tema todo, com condições de vida, com participação. É falar de empoderamento. Quanto mais a pessoa exerce sua cidadania, mais ela incomoda, é considerada problemática, e muitas vezes é tratada de forma diferenciada, isolada. Para ser cidadão também é importante perder o medo de falar e principalmente de falar com “autoridades” (prefeito, médicos, professores...).

Democracia - É um tema amplo, que nós podemos tratar a partir dos modelos de democracia:

Representativa: Apresenta hoje problemas porque nossos representantes estão cada vez mais desvinculados dos projetos sociais, as eleições tem comprovado isso, pois as campanhas são baseadas em marketing discursivo e não em disputas de projetos.

Participativa: É necessário que nós tenhamos cuidado para que os espaços não percam legitimidade, a exemplo das Conferências, dos Conselhos... O que o governo está fazendo com as discussões nesses espaços? O que nós estamos fazendo nesses espaços?

Direta: Um dos exemplos citados foi o Orçamento Participativo em Natal, como uma experiência mais próxima na decisão sobre as prioridades governamentais, a partir das necessidades e demandas sociais.

Refletir a experiência

Começa a reflexão a partir do título da Oficina e da seguinte pergunta: O que é Movimento e o que é Estado?

Essa inquietação sempre existiu e continuará a existir, mas se pensarmos no significado do devir, que é a mola propulsora da existência, se as pessoas estiverem satisfeitas, nós não nos movemos. O tema é muito geral, tomando cada um deles, pode-se dizer que a Gestão Social tem diferentes dimensões: de controle social, gerenciamento, governo e social. Numa realidade social tão diversa e diferente é um desafio ser gestão. No âmbito do controle social pelos Movimentos Sociais como é feito, ou de que forma? Como é que se exercita o controle na prática cotidiana? É estar constantemente repensando essa prática. No âmbito governamental o desafio é transformar as políticas governamentais em políticas estatais, para que não seja perene. Também entender o papel da disputa e do discurso. Disputa não é entre inimigos, entre amigos, é reconhecer as qualidades do outro, as posições e potencialidades.

Desenvolvimento sem sustentabilidade não faz sentido. O que é sustentabilidade? É pensar o

desenvolvimento a partir das especificidades do lugar, o crescimento a partir das potencialidades e dos desafios. Nos anos 1990 houve uma retomada do debate político e acadêmico sobre a noção da agricultura familiar e desenvolvimento rural, motivado pelos limites do desenvolvimento com ênfase no viés econômico, com os municípios sem promover o desenvolvimento rural – visão setorial fragmentada das políticas governamentais. A emergência da abordagem territorial, da trajetória das organizações representativas dos agricultores, no início foi o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF. Foram criados Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e os Colegiados Territoriais. Ações do antigo PRONAF de infraestrutura da SDT/MDA. Processo em construção e o desafio é construir novos papéis e o redesenho do sistema federativo. Os Territórios da cidadania, em 2008 retratam a integração de 19 ministérios e a criação do portal da transparência para avançar na transparência e aplicação dos recursos nos territórios. A inovação, o investimento na gestão social e o seu engajamento no desenvolvimento territorial.

Avanços: A formação como processo permanente e como conhecimento da realidade, fomento ao senso crítico e produção do conhecimento; Organização e persistência de participação popular, com integração e fortalecimento dos Movimentos Sociais e do diálogo; Autoafirmação da identidade e da cultura local e territorial; Gestão social entre estado e sociedade, presença do governo federal e estadual, articulação: interinstitucional, intermunicipal, autonomia nas decisões e Gestão compartilhada; O Conselho Territorial fortaleceu e articulou os Movimentos Sociais da região, contribuindo para a qualificação da ação desses.

A partir dessa dinâmica surge na região o consórcio de prefeitos. Está havendo uma reviravolta política, que está mudando a cara do território. Oito prefeituras petistas e outras com coligação de esquerda na gestão. Os militantes estão nos Movimentos Sociais, mas também inseridos na gestão social, ocupam espaços na academia, estão sistematizando as experiências, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que hoje tem gente com nível superior. Do ponto de vista econômico tem a política do crédito, formação cooperativista e escoamento da produção.

Novas relações de poder, cultura e democracia existentes na experiência. A contribuição da experiência na gestão social do desenvolvimento em construção se deu com o investimento realizado na formação política dos militantes do território e resultou em transformações nos vários municípios, inclusive no diálogo entre o Movimento Social e o poder local. Foram criados critérios para selecionar os militantes que passariam pelos processos formativos, priorizando os que estão na prática. Localizamos que a mudança é processual, não imediata, ou melhor, mediata e capilar.

Desafios: Manter a autonomia e não dependência dos movimentos em relação ao Estado. Manter os conselhos municipais atuantes, porque os gestores públicos não querem e também os Movimentos Sociais tem dificuldade de participar. Em relação à formação todo mundo queria entender a prática formativa que era exercida no Polo, várias etapas de lideranças e acontecia um encontro mensal.

Limites/dificuldades:

Os planos de desenvolvimento territorial são feitos, mas há morosidade na sua implementação, os recursos demoram a chegar, pois a burocratização da gestão pública dificulta a liberação dos recursos e a execução dos planos territoriais;

Do ponto de vista da infraestrutura ainda há comunidades sem energia elétrica, acesso à água melhorando com as cisternas, mas no geral o governo demonstra debilidades na prestação dos serviços públicos e na ação integrada do conjunto das políticas sociais;

Cada política define o seu modelo e os seus instrumentos de articulação com a sociedade, a política de desenvolvimento territorial ainda não se coloca como uma agenda prioritária do governo federal, havendo fragilidades na organização social e nas suas estratégias de controle social e de pressão aos governos para atender suas demandas sociais;

O consórcio apresenta desigualdade nas ações no território;

Tem disputas, para distribuir recursos foram criados critérios, como a contrapartida municipal e dar sustentabilidade ao projeto, mas nem todos gestores municipais assumem; nem todos os municípios tem Movimentos Sociais organizados, apenas dezesseis municípios com maior organicidade e participação social, especialmente de movimentos sociais, o que resulta em um grande desafio.



Sugestões/Recomendações:

É necessário manter viva e investir na formação política. Buscar soluções imediatas dos problemas. Promover ações mais amplas não só um programa de cidadania e democracia, mas investir na Gestão Social – criação dos colegiados territoriais e redes. Inserção dos agricultores e destas regiões em dinâmicas virtuosas e duradouras de desenvolvimento. Realizar projetos inovadores e de articulação das forças sociais. É preciso humildade, compromisso com a essência; atuar em diferentes espaços, fortalecer o processo de formação, as identidades locais e as instituições dos territórios para que realizem mudanças, transformação; continuidade das formações e da atuação dos indivíduos do território; lidar com desigualdades municipais, sociais, institucionais; ampliar os espaços de discussão e acesso à informação no território e produzir devolutivas e multiplicação de conteúdos nos espaços de atuação, formulação, monitoramento e avaliação dos planos de desenvolvimento territorial; ter cuidado acerca dos usos do termo cooptação para tratar dos militantes que estão na gestão social, estes realizaram a primeira chamada pública, foi feita ao inverso, conversando com os agricultores para ver se havia como suprir as chamadas.

Direito à Acessibilidade, Habitabilidade e Sustentabilidade Ambiental – Pernambuco

Experiência intercambiada: Desenvolvimento local da comunidade rural Projeto “Varjada”: Chegando aos mais necessitados. Localizada na área rural do município de Passira/PE, na macrorregião do Agreste, região do Semiárido brasileiro. Apresentada por Cláudio Braga, educador – Rede de Educadores Populares PE, técnico da ONG Habitat Brasil.

Recursos metodológicos: Identificação com o objeto. Escolha pelos participantes, entre os símbolos espalhados na sala o que mais se identificou com sua experiência nas lutas cotidianas (água, fita crepe, chapéu, pedra, microfone, tarjeta, caixa de giz de cera, cola, livro sobre os direitos das pessoas com deficiência, galho de madeira, flor e manual dos territórios). Apresentação de expectativas. Construção do perfil do grupo, oito homens e nove mulheres. Tempestade de ideias para construir conceitos sobre: territórios, acessibilidade, habitabilidade e desenvolvimento ambiental. Trabalho de grupo para Análise da Experiência: Identificar nas experiências os elementos que revelam avanços e impasses rumo às novas práticas de relação de poder que democratizam a sociedade. Debates.

Um pouco da experiência: Público atendido: 124 famílias de baixa renda, moradoras de casas de taipa (madeira e barro) e banheiros de aveloz, convivendo com a escassez de água na comunidade de Varjada. População beneficiada diretamente: 620 moradores. População beneficiada indiretamente: 1000 moradores. Número de casas construídas: 124 casas, de 46m², dois quartos, sala, banheiro na cerâmica, área de serviço, terraço (proposta arquitetônica discutida e aprovada pela família). Situação anterior à intervenção: mais de 50% dos moradores vivendo em casas de taipa; mais de 70% sem banheiros e esgotamento sanitário; quase 90% sem abastecimento de água potável; comunidade sem atendimento em serviços básicos e com pouca cobertura de programas sociais (saúde, educação, bolsa família, comunicação, eletrificação rural).

Objetivos e processo de implementação da prática. Apoiar o desenvolvimento comunitário com ações nas áreas de saúde, higiene, geração de renda e melhoramento das condições de habitabilidade das famílias de Varjada; Promover a organização comunitária e sua luta por conquistas de direitos; Garantir o acesso das famílias ao abastecimento hídrico de qualidade; Legalização da posse da terra para as famílias envolvidas com esta nova etapa do Projeto (Termo de Posse).

O Projeto Varjada: Chegando aos mais necessitados, inicialmente tinha dois objetivos: 1- Construir 50 banheiros nas casas das famílias pobres; 2- Construir 50 cisternas para 50 famílias. Depois, em diálogo com a comunidade, o objetivo de construir banheiros mudou. Passou a ser mais importante construir casas completas, pois as famílias precisavam de melhores condições de habitação. Iniciou em março de 2005, no dia Internacional da Mulher. Na comunidade, as mulheres tem um forte protagonismo na geração de renda a partir da produção em bordado. Grande parte da renda familiar vem a partir delas. A titularidade da casa é no nome delas. Varjada é uma comunidade rural do Município de Passira (também conhecida como “a cidade do bordado”), interior de Pernambuco, distante a 117 km da capital Recife. O Projeto passou por três etapas: 1ª etapa – 50 casas e 50 cisternas; 2ª etapa – 24 casas e 32 cisternas; 3ª etapa – 50 casas. Total: 124 residências e 92 cisternas.

Quais são os Resultados Esperados?

Com as ações do Projeto, a Habitat Brasil praticamente erradicou as condições de precariedade da moradia local; Com a construção das cisternas, o acesso à água de qualidade também melhorou entre as famílias, proporcionando maior qualidade de vida para todos os/as moradores/as da localidade; Um Posto de Saúde, fruto da mobilização da comunidade é construído com recursos dos Governos Federal e Local, beneficiando centenas de famílias da localidade; A Escola de Varjada (concluída), obra de iniciativa dos alunos e professores da Escola Graduada de SP (Escola Americana), em parceria com a Habitat Brasil; Apoio para o desenvolvimento do artesanato local produzido pelas famílias da comunidade; Implantação do Telefone Público, servindo a toda comunidade; Famílias participando do Conselho de Desenvolvimento Rural - CDR. Famílias vivendo com melhor qualidade de vida; Diminuição dos casos de doença de chagas na comunidade; Famílias mais organizadas e conscientes da importância de estarem unidas na melhoria da comunidade. O artesanato local mais valorizado, e servindo de importante fonte de renda para as famílias. Mulheres mais organizadas e empoderadas. Experiência exitosa que estimulou outras comunidades a buscarem parcerias com Habitat.

Ana Virginia do Paraíso, 36 anos, casada com José Ednaldo de Lima, 38 anos. É mãe de duas meninas, uma de 17 anos e a outra de 16 anos; e de um 1 menino com 11 anos. Nasceu e criou-se em Varjada, comunidade rural de Passira, há 117 km de Recife, capital do Estado de Pernambuco. Sua família participa do Projeto de Habitat para a Humanidade desde o início, em 2005, sendo uma das famílias mais atuantes no Projeto, com uma casa e uma cisterna construídas por Habitat Brasil. Ela faz parte das primeiras 50 famílias atendidas com o crédito habitacional e se constitui no melhor exemplo de quanto à capacitação em educação financeira pode estimular e apoiar a família no controle e planejamento orçamentário doméstico:

“Já não tinha nenhuma esperança em ter a casa própria. Mas com o Projeto de Habitat, vi a alternativa. Mesmo sem uma renda certa, aceitei participar... o desafio era conseguir pagar a casa. Depois de participar das oficinas do Projeto de Educação Financeira as coisas melhoraram, tudo ficou mais claro e foi aí que resolvi com o apoio da Igreja Metodista, comprar alguns utensílios domésticos de plástico: bacias, potes, baldes, copos, pratos e saí sítio adentro vendendo tudo. Todo o dinheiro que ia conseguindo, juntava num esconderijo dentro da minha casa, até fazer certa quantia. Depois procurava o pessoal de Habitat e solicitava o recibo de pagamento no valor do que eu ia pagar”.

E foi assim, que durante um ano e meio, Ana Virginia quitou todas as parcelas da casa, antecipando em quatro anos e meio, o pagamento da sua casa, já que ela tinha seis anos para quitar. Hoje, Ana já solicita a Habitat novo crédito para fazer novas melhorias em sua casa: mais um quarto e uma cozinha.

Um pouco dos Conceitos Trabalhados

Territórios: Foi tratado a partir de uma abordagem que se traduz numa visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercado e políticas públicas; Considera a equidade, o respeito, a diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social como objetivos fundamentais; A gestão social do desenvolvimento de um território se dá a partir da construção e consolidação de espaços institucionais de caráter territorial e participativo.

Acessibilidade: É a possibilidade e a condição de alcance, para a utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação para pessoa com deficiência ou com redução efetiva de sua capacidade de mobilidade, de flexibilidade, coordenação motora ou percepção. Direito de ir e vir; Usufruir dos espaços em condições de igualdade com acessos adaptados de acordo com sua condição. Não se trata apenas de eliminar obstáculos e sim garantir acesso. É um direito de ingresso, permanência e usufruto de todos os bens e serviços sociais. A real significação da acessibilidade, a amplitude do tema, para além de superar barreiras arquitetônicas ou espaços acessíveis, tem um significado de inclusão para a vida; Existe uma política nacional de promoção dos direitos da pessoa com deficiência “Plano Viver Sem Limite”, o “Plano Nacional de Mobilidade Urbana” que prevê as diversas formas de acessibilidade, mas os governos não programam essas políticas como deveriam.

Habitabilidade: Refere-se não só às condições físicas da unidade habitacional, mas a partir de uma visão ampla integrada de várias dimensões e componentes que inclui a segurança da posse da terra, o acesso aos bens e serviços disponíveis no território; O respeito à cultura local e as diversidades dos seus habitantes e a vida comunitária; O tratado e a morfologia do assentamento; A infraestrutura local com saneamento, energia, água de qualidade, condições de acesso e mobilidade, serviços públicos e equipamentos comunitários, creche, escola, posto de saúde; Uma moradia digna num habitat que garanta vida saudável e qualidade de vida.

Existem dois modelos distintos de uso do solo: um que trata da propriedade privada garantida por lei, e outro que garante a Função social da propriedade, que prevê o direito coletivo e individual previstos nos instrumentos urbanísticos inclusos nos planos diretores das cidades, que traz os conceitos de que a terra é de quem necessitar dela, portanto cabe ao poder público garantir o acesso a ela distribuindo bens e garantindo direitos. Existe o Programa Minha Casa Minha Vida Urbano, bem como, o Programa Minha Casa Minha Vida Rural que amplia o acesso à moradia, mas ainda é insuficiente.

Geralmente, as mulheres estão à frente da busca de uma melhor qualidade de habitação e está crescente o número delas chefiando as famílias; As associações podem e devem se habilitar para viabilizar políticas de habitação; Deve-se garantir construção de casas destinadas a habitação popular em locais que tenham condições, a partir dos conceitos de habitabilidade.

Desenvolvimento ambiental: É o compromisso com a preservação dos recursos naturais, considerando a dimensão ambiental da sustentabilidade e o menor impacto da ação humana na natureza. É um conjunto de ações integradas para garantir a preservação da natureza e a preservação da vida. São modos de vida que transformam a degradação em recuperação, produção e auto sustentação de forma rentável e saudável.

Avanços: Tomada de decisões de forma coletiva; Capacidade de tomar atitude, elaborar proposições e monitorar as políticas públicas; Presença de uma equipe interdisciplinar atuando no processo da experiência; Plano de desenvolvimento sob a ótica das necessidades apontadas pela comunidade, assim as características das habitações são definidas pela comunidade e a construção padronizada de acordo com os interesses desta e o valor dos recursos dos apoios parceiros. Ex. as mulheres preferiram construir um terraço amplo ao invés da cozinha da casa, pois é o lugar onde elas

passam a maior parte do tempo trabalhando no bordado; Pessoas e comunidades vulneráveis apoiadas e se desenvolvendo. Apoio ao desenvolvimento, estas tiveram divulgação dos seus trabalhos, com isso ampliou a geração de renda da comunidade que passou a vender a produção para outros países. Estas produziam peças personificando nos bordados, as flores e ramos que elas viam na região, produtos de qualidade com a marca da riqueza natural da comunidade.

Foi aplicado um questionário sóciofinanceiro que ajudou na identificação das famílias, foi importante para o conhecimento da identidade de pessoas e grupos. A agricultura e o artesanato são elementos da cultura da comunidade, é parte da economia local e cultivada entre as gerações; A igreja foi mobilizadora e atuante nesse processo; A soma de vários parceiros patrocinando as ações tornou concreto o projeto. Foi implantado o Fundo rotativo para a humanidade, uma experiência bem sucedida do Habitat, representa um conceito de solidariedade para continuidade do projeto. Apenas duas casas foram adaptadas atendendo as necessidades especiais de duas famílias com pessoas com deficiência, mas a discussão da acessibilidade foi presente, no entanto não foi considerado o mesmo olhar para as outras casas; Na experiência, além do acesso a habitação, aconteceram também acessos a outras políticas públicas; Assim como a participação da comunidade, a presença das brigadas internacionais com os voluntários foi fundamental para construir com o projeto.

Limites: Burocracia e impunidade; O individualismo dificulta a participação coletiva nas relações de poder; Implementação das políticas públicas junto aos Movimentos Sociais. Comprometimento do educador em diagnosticar e planejar de forma metodológica as ações, para fortalecer o movimento e a comunidade. Pouca democracia e falta de protagonismo dos atores sociais, das pessoas com deficiência sobre os seus direitos na efetivação das políticas públicas; As conferências de políticas públicas estão chegando aos municípios com critérios muito fechados, o que dificulta a ampliação da participação da sociedade civil, que está perdendo sua autonomia de intervenção e ficando de fora das decisões. Isto foi muito forte nas Conferências Municipais das Cidades que aconteceram em 2013. A problemática gerada pela realização da Copa do Mundo trouxe preocupações para a realidade do Nordeste.

Sugestões/Recomendações:

Colocar em nossas práticas cotidianas nas comunidades todo aprendizado e experiências adquiridas no curso de formação para educadores populares; Favorecer em sua prática educativa a valorização e autonomia dos sujeitos; Criar e fortalecer as relações de parceria nas mobilizações desenvolvidas na comunidade; Comprometimento com as lutas por direitos humanos; Repensar o significado do que consideramos "lixo", e potencializar tecnologias que possam garantir o reaproveitamento do lixo; Desenvolver processos educativos que possam garantir práticas menos agressivas ao meio ambiente; Dar visibilidade a boas práticas que possam ser incorporadas por outras pessoas, comunidades; Criar legislação punitiva para práticas poluidoras; Sensibilizar demais movimentos sobre a acessibilidade, de modo a fortalecer a luta por garantia dos direitos das pessoas com deficiência; Aprofundar o conhecimento sobre os critérios para delimitação e distribuição dos territórios. A maioria dos participantes da oficina não mora nem vive experiências nos territórios, conhecer mais e se aproximar da estratégia territorial.

Síntese sobre as Experiências Intercambiadas

Estes Intercâmbios acertaram metodologicamente ao colocar as experiências em primeiro lugar. Cada uma das sete oficinas intercambiadas, partiu de uma experiência concreta realizada por alguma organização popular participante do "Curso para Educadores Populares e Agentes de

Desenvolvimento Territorial do Nordeste”, iniciado em 2010 e agora concluído. Em todas as oficinas se refletiu mais ou menos da mesma maneira: Uma organização apresentava sua experiência relacionada ao tema específico do intercâmbio, desencadeando-se um debate com os demais participantes, que dialogavam com a experiência apresentada a partir de sua própria experiência, expressando semelhanças e diferenças, aproximações e distanciamentos. A partir daí era animada uma discussão política de fundo em torno do tema geral do intercâmbio, que era a relação dos movimentos populares com novas relações de poder, cultura e democracia.

É esta valorização inicial das experiências que estamos considerando importante para este processo de reflexão, pois ao partirmos de sete experiências motivadoras dos debates, e se em cada oficina foi dialogado com mais cinco ou seis experiências dos demais participantes, pudemos contar com cerca de quarenta a cinquenta experiências de lutas sociais e populares refletidas no intercâmbio regional. Isto não é pouca coisa. Apesar de termos convicção que trabalhamos com importantes organizações populares do Nordeste brasileiro, gente que está no dia a dia envolvido para mudar e melhorar as condições de vida do povo pobre e trabalhador, e dos demais segmentos oprimidos da sociedade, sabemos também que a capacidade de alcance de nossas ações formativas é ainda muito reduzida.

No geral nas oficinas/intercâmbios os debates foram amplos, construtivos e participativos. As experiências intercambiadas foram muito ricas e possibilitaram a compreensão da necessidade de organizar cada vez mais a nossa intervenção em favor da melhoria da vida do povo, pela garantia dos direitos de cidadania das mulheres, dos jovens, pela Educação dos Povos do Campo, pelo combate as discriminações, preconceitos de diferentes ordens, pelo reconhecimento dos povos em suas especificidades, pelas novas formas de produzir bens e riquezas, valorização da Economia Solidária, pelo direito a acessibilidade, habitabilidade e desenvolvimento ambiental. Conteúdos alguns emblemáticos, mas belíssimos, ricos em aprendizagens; merece que outras pessoas possam participar desta aprendizagem. Um dos elementos a melhorar é o tempo considerado pouco, muito conteúdo em todas as Oficinas realizadas, que poderiam ser mais discutidos.



Formação Programática e Formação na Ação: Avaliação e o Monitoramento

Um processo formativo, seja ele formação programática e ou na ação, requer cuidados específicos, comuns aos dois. O relatório de Sergipe, chama atenção: *“para a importância do resgate dos passos antes do momento avaliativo, de forma que os participantes reflitam sobre todo o processo formativo vivido. A importância de recuperar o que foi vivenciado, voltar atrás para seguir adiante na construção do conhecimento e, pensar coletivamente sobre o que vivemos, o que estamos fazendo e o que vamos fazer, ou seja, refletir sobre a prática educativa e voltar a ela não mais do mesmo jeito. Estar sempre no processo ação, reflexão, ação. Este processo se expressa como um espiral, no qual voltamos, mas não voltamos do mesmo jeito”*.

A formação político-metodológica a medida que envolveu a todos/as os/as participantes do processo de aprendizagem e na sistematização se constitui fonte de produção do conhecimento, trazendo elementos das análises para compor a elaboração de produtos de interesse da Educação Popular e da Gestão Social e do Desenvolvimento Territorial. Para isso, foi fundamental o cuidado que se teve com as fontes de dados e informações, para que o sistema de acompanhamento e sistematização funcionasse: a lista de presença nas atividades; a ficha de perfil dos participantes nas atividades; os roteiros programáticos; os relatórios das atividades formativas e os outros instrumentos metodológicos criativos definidos por atividade; O desenho do processo precisou definir o fluxo das informações, prazos e responsáveis pelo o seu preenchimento, envio, retroalimentação e divulgação dos resultados constatados.

As iniciativas formativas sejam programáticas ou na ação necessitam do uso da avaliação como uma prática cotidiana. As atividades de formação realizadas no interior deste convênio foram avaliadas em momentos e formas diferentes, em caráter processual. Elas foram avaliadas pelos participantes durante a realização dos Cursos, variava a forma metodológica, criativa e os recursos metodológicos utilizados e eram efetivadas entre todos os presentes nos momentos formativos. As avaliações das atividades eram retomadas pela equipe de coordenação pedagógica, para aprofundar os elementos avaliativos, enfoques educativos, as abordagens metodológicas e subsidiar a realização das próximas atividades, de forma a resultar no aperfeiçoamento dos diversos processos de formação.

Conforme os relatórios produzidos nos cursos estaduais a avaliação era o momento de expressar sentimentos e emoções vivenciadas pelo/a participante, levando em conta as expectativas iniciais, participação e vivência de cada um/a com relação à efetivação das atividades na perspectiva da educação popular, tendo sempre perguntas norteadoras, que possibilitassem avaliar as questões que não foram satisfatórias, realçar as coisas boas e acrescentar sugestões, orientadas pelo olhar no roteiro programático que considerava os elementos essenciais do ato educativo: participação do público, conteúdo trabalhados, coordenação do processo educativo, metodologia, infraestrutura, entre outros, a capacidade de oportunizar o diálogo e a construção dos saberes, a troca de experiências, adequação ou não dos processos metodológicos aos objetivos e públicos, material didático, distribuição do tempo. As avaliações foram criativas, com desenhos de pés, caras tristes, alegres e sérias. Outro aspecto foi a abordagem inclusiva que partiu da poesia “E agora José?” Imagens de pessoas desmotivadas, imagens de pessoas em questionamentos; imagens de pessoas demonstrando entusiasmo, entre outras formas. A criatividade motivadora da participação na avaliação.

Os relatórios das atividades são memórias do processo de formação e subsidiam as avaliações, o planejamento, como também esta sistematização. A coordenação do projeto teve o

cuidado de registrar e manter o acompanhamento, monitoramento das ações realizadas, através de reuniões das assessorias técnicas à distância e/ou presenciais com redes e universidades parceiras da ação (Rede de Jovens do Nordeste, a Rede de Educadores Populares do Nordeste, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco). Durante essas reuniões ocorriam avaliações, planejamento e definia-se o cronograma de atividades, no qual constavam os nomes dos responsáveis para cada atividade, que por vezes tinham que ser reagendadas em função da demora na liberação dos recursos e ou critérios burocráticos do Convênio, principalmente pela agenda dos parceiros, este processo se expressa como um espiral, no qual voltamos, mas não voltamos do mesmo jeito.



As Recomendações Metodológicas Construídas no Processo Formativo

Os momentos finais das atividades formativas eram destinados a elaboração das **recomendações metodológicas** que passaram a orientar o fazer formativo de cada educador/a. A síntese das recomendações metodológicas nos aponta caminhos que qualificam a intervenção formativa dos sujeitos sociais junto aos seus diferentes espaços e níveis de atuação. Este é um dos passos essenciais na Educação Popular, pois é através da vivência permanente do fazer, viver e refletir a prática que ela acontece e se aperfeiçoa o agir na sociedade. Assim, as recomendações metodológicas foram se dando nas reflexões e estudos durante os cursos estaduais, os Intercâmbios de Experiências, Oficina de Sistematização e o Encontro Interregional, no tocante ao papel do/a educador/a, as práticas educativas.

Papel do(a) Educador(a) nos Processos Formativos

Fomentar processos que impulsionem o empoderamento dos sujeitos, facilite a sua aprendizagem, mediando processos cognitivos que estimulem a produção do conhecimento, reconhecer os valores humanos, conciliando emoção, razão, criatividade, politicidade e utopia; desenvolver a visão crítica da realidade, a ação transformadora; saber ouvir, fomentar o diálogo entre os saberes populares, técnicos e acadêmicos, respeitando o tempo de aprendizagem de cada sujeito; promover o diálogo, a reciprocidade, o respeitar a individualidade, os múltiplos saberes e as diversidades; ter visão sistêmica, ser comunicativo e reflexivo na práxis; atuar com ética e princípios, superando práticas racistas, sexistas, machistas e homofóbicas, promovendo a cultura da paz e de direitos; Atuar como “gerenciadores” de conflitos, avaliar e ser avaliado, sistematizar as experiências; participar dos espaços estratégicos para fiscalizar e influenciar as políticas públicas; contribuir com o desenvolvimento humano e social do indivíduo; ser um agente político e animador de possibilidades e dos movimentos locais.

As Práticas Educativas

Que as práticas partam da realidade local com respeito ao perfil do grupo e sejam orientadas pela educação popular dialética, sejam dialógicas, valorizem as diversas culturas, saberes individuais e coletivos; Que se priorize o estudo, a reflexão, adote metodologias participativas que dialoguem com o conhecimento popular, técnico e acadêmico, utilize materiais recicláveis (ecologicamente correto), audiovisual e use de tecnologias da informação e comunicação, prime pelo planejamento, avaliação processual, registro e sistematização, preste contas dos recursos e monitore as ações; firme parcerias e divida responsabilidades, busque estrutura adequada que possibilite conforto e a valorização do sujeito, adote uma postura zelosa e cuidadora; deve ter objetivos claros a cada passo da ação realizada; Na organização para conquista de direitos promover o diálogo entre Poder Público e Sociedade Civil, com capacidade de entender a conjuntura, enfrentar os conflitos e contradições; fortalecer a ação das organizações sociais e populares para ampliar espaços de participação, com ações que impactem na realidade ; fortalecer a participação social no território, município e região.

Sistematização de Experiências

A sistematização ser realizada de forma coletiva e processual, registrar as ações em diferentes linguagens, organizar as informações e efetivar a comunicação em mão dupla; sempre realizar oficinas específicas de sistematização dos processos de aprendizados e confeccionar produtos com a experiência (relatos, fotos, vídeos) de forma a garantir a memória das experiências, socializar e intercambiar entre movimentos e organizações; promover a qualificação para o uso de instrumentos de sistematização e socialização; planejar, executar, avaliar, realizar a devolução dos resultados e dar visibilidade através de meios de comunicação.

Desenvolvimento Territorial

Investir na agricultura familiar e educação no campo para o fortalecimento territorial; considerar a realidade local e do entorno para potencializar e fortalecer as ações locais como estratégias de desenvolvimento integrado; usar tecnologias apropriadas, elaborar planos participativos, reforçar espaços coletivos de diálogo, investir na formação para a consolidação da democracia participativa; planejar, monitorar, avaliar e sistematizar as ações; construir o plano de desenvolvimento territorial com a participação social; mobilizar, articular, divulgar nas esferas públicas, a partir de debates em fóruns e conferências que sistematizem e ampliem as experiências existentes no território; resgatar a cultura local de educação a partir da educação popular; criar câmara temática de educação popular; fortalecer outros comitês temáticos, os colegiados territoriais e os seus segmentos representativos; implementar ações nas áreas de gestão social, redes sociais e dinâmica territorial; realizar ações integradas entre educadores/as de vários lugares e territórios para uma melhor intervenção.

A sistematização de experiências de formação de educadores desenvolvida nos Territórios da região Nordeste possibilitou a troca de saberes entre os diferentes sujeitos e aprendizados. O processo foi tão rico, que possibilitou a Rede de Educadores Populares do Nordeste adentrar a realidade do campo, conhecer a política territorial, ao mesmo tempo contribuir com o acúmulo de experiências educativas e ação em rede. Nesse processo a Rede de Educadores Populares do Nordeste também refletiu suas práticas, valores e construiu recomendações para a organização e ação da própria Rede. Este fato mostra que o ensinar e aprender é um movimento que entrelaça os diferentes sujeitos da ação formativa, no qual todos ensinam e todos aprendem.

A Organização e Ação da Rede de Educadores e Educadoras Populares:

Tem como orientação continuar o debate nos Núcleos estaduais sobre os princípios da Rede e revisitar suas estratégias de atuação, fortalecendo sua visibilidade e incidência política. Para isso precisa permanecer fomentando a articulação em rede, aprimorar a política de sustentabilidade, ampliar as parcerias da Rede regional e dos núcleos estaduais, primar pelo reconhecimento da diversidade do modo de organização local, sem perder a natureza e o papel da Rede regional. Participar nos espaços de formulação de Políticas Públicas enquanto Rede, garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência nas ações coletivas e nos núcleos. Atualizar o mapeamento da Rede. Melhorar a relação entre Rede de Jovens e Rede de Educadores e Associados/as da EQUIP nos estados e ou com outras Redes que fortaleçam a construção da cidadania e o acesso às Políticas Públicas e definir parcerias estratégicas.

E ainda priorizar estudos nos Núcleos, garantindo o aprofundamento das reflexões sobre temas fundantes, como a Educação Popular, os Direitos Humanos, a Gestão e Controle Social, a

Participação, a Democracia, o Desenvolvimento Rural Sustentável, Estratégia Territorial entre outros. Investir na comunicação interna, com a definição de responsável pela comunicação da Rede de Educadores/as Populares, inserir pessoas no grupo virtual da Rede (facebook, whatsapp e demais meios), observando os critérios definidos no folder da Rede de Educadores Populares, e fortalecer a visibilidade política da Rede. Criar meios para adquirir recursos, realizar campanha de reencontro das pessoas que já participaram da Rede, recuperar a Carta de Princípios da Rede de Educadores/as e investir na sua divulgação.



As Descobertas e Aprendizagens do Processo Formativo

De acordo com depoimentos de cursistas dos diferentes estados do Nordeste, presentes na atividade de Intercâmbios de Experiências de Educação Popular e Desenvolvimento Territorial se percebem as aprendizagens, assim como os limites presentes no processo de formação, que ficam como desafios a serem enfrentados.

Como síntese das falas dos cursistas se traz a afirmação que a PRÁTICA EDUCATIVA do processo formativo vivido deixa MARCAS que reafirmam a Educação Popular, os seus valores, princípios, cuidados, elementos que buscam a transformação, ressignificam o Nordeste, o fazer educativo, onde os resultados acontecem com cada pessoa, no seu fazer pedagógico, na entidade/ movimentos dos cursistas e na sociedade⁵.

Descobertas

A importância da educação na construção coletiva do conhecimento; saber que é possível ser educador em vários espaços e práticas sociais; necessidade de ter planejamento como ação cotidiana; a educação popular agrega pessoas, lugares, movimentos; a busca de estratégias para fixar as pessoas aos territórios no campo (oportunidades); a necessidade de traçar estratégias, fortalecer os argumentos; importância de articular as lutas; conhecer os movimentos, sua ação e dinâmicas; fortalecer a si mesmo, ao mesmo tempo que fortalece o movimento; o papel do educador de compromisso com a mudança; A ação formativa em parceria se fortalece, o processo de organização e a gestão social, valorizar os participantes das atividades, os conteúdos temáticos priorizados por segmentos atendidos e subsidiar o processo de consolidação das redes parceiras da EQUIP; Rede de Educadores e Rede de Jovens, assim como as Redes Estaduais de Colegiados e a Rede Nacional dos Colegiados e ou demais Redes e Fóruns Territoriais, estaduais, regionais e ou nacional, envolvidos/as nos processos, sempre que necessário.

Aprendizados

Mudança na forma de como se perceber enquanto educador/a popular, independentemente de onde atuar. Este é um processo de aprendizagem que se multiplica, onde todos tem o direito de se expressar. Todas as instituições que participaram do processo formativo saíram fortalecidas, pois pudemos traçar e buscar atingir os objetivos. Entender que podemos trabalhar para construir novas relações de gênero nas práticas políticas. Aprender o quanto é importante perceber e tratar a subjetividade como essência formativa, de ressignificar a prática e fortalecer a incidência política, fortalecer a prática do movimento feminista, de jovens. Que é preciso ter a responsabilidade em se aperfeiçoar, estudar, analisar a realidade, trabalhar com uma metodologia que desconstrói, problematiza e constrói, a formação subsidia a prática dos educadores.

5 - Depoimentos de cursistas: Lucélio do Ceará, Nando Santos do Maranhão, Alcione Amorim de Pernambuco, Bernardo Gomes do Piauí e Hildevânia da Paraíba.

Aprendemos a reconhecer a necessidade de desenvolver a autoconfiança no exercício da prática educativa e da solidariedade. Que é possível as pessoas galgarem novos espaços de atuação, inclusive governamentais, mas permanecerem comprometidas com a ação social. Aprendemos a valorizar a mística, a metodologia da educação popular, a importância do monitoramento dos processos formativos desenvolvidos e os resultados alcançados a curto, médio e longo prazos. E ainda desenvolver a capacidade de elaborar projetos, investir em projetos de custeio que garantam os desdobramentos e continuidades dos processos formativos e da ação em parceria.

Desafios e Limitações Evidenciadas no Caminhar

Desafios: Enfrentar o machismo no próprio movimento, instigar a construção das novas práticas. Juntar outros sujeitos no processo, buscar convergência das lutas, mesmo que sejam lutas específicas; Presença de LGBT na Rede demanda ações específicas; Realizar oficinas de identidade sexual; Superar os transtornos pela falta de comunicação ou ruídos de comunicação; Ressignificar a prática educativa; ser criativo na comunicação; Perceber-se como educador e educando nos processos de formação programada e ou na ação; Aprofundar o conhecimento nos processos de formação na ação; criar perfil no *facebook* para a Rede de Educadores Populares e outras redes.

Limitações: Não aprendemos tudo, ainda tem coisas para aprender no processo de formação, pois ela deve ser permanente; dificuldade de agregar as pessoas por causa da demora dos processos formativos, como foi o caso desse curso, que houve lacuna de 02 (dois) anos no desenvolvimento da ação formativa por problemas burocráticos nos repasses de recursos governamentais; o momento da conjuntura desafia os processos de educação popular; o limitado uso das diferentes estratégias, meios alternativos, assim como da tecnologia da informação com vistas a garantir a troca de contatos entre educadores, para ampliar as possibilidades de comunicação.

Quanto à Participação Social no Desenvolvimento Territorial

A abordagem territorial assume na atual política de desenvolvimento rural um lugar estratégico de encontro entre a sociedade civil e o estado. Na medida em que atribui a gestão da Política Pública à sociedade civil e governos, através da constituição na experiência da SDT, dos colegiados e ou ação articulada às outras institucionalidades territoriais, tem a democratização do estado como alternativa ao modelo hegemônico. Mas ainda é um processo limitado, visto que a própria política territorial ainda não é algo assumido por todas as esferas de poder, nem há uma profunda compreensão por parte da sociedade. Tem havido o exercício da experimentação, com alguns avanços.

Neste sentido, uma das grandes novidades no difícil processo de construção democrática no Brasil tem sido a constituição de espaços públicos de vários tipos, nas várias políticas setoriais. Segundo Eveline Dagnino várias formas de “encontros” entre o Estado e a sociedade civil vão se configurando, de caráter mais ou menos institucionais, consultivo ou deliberativo com vistas a garantir direitos sociais e interferir nas Políticas Públicas. O desafio a superar é que apesar de sua existência eles pouco se articulam e nem sempre conseguem imprimir impactos significativos que resultem na melhoria das políticas, na qualidade de vida da população e ou no seu desenvolvimento.

A Constituição de 1988 foi o marco formal resultante da organização e intervenção social no processo de democratização do Estado. A partir dela abre-se o acesso a participação de novas forças políticas nas propostas do desenvolvimento. No entanto esse processo de democratização é desigual no seu ritmo e nos efeitos sobre as diferentes áreas da vida social e política, combinando avanços, estagnação e até mesmo retrocessos. Isto deixa clara a complexidade da construção da democracia que resulta da disputa entre distintos projetos políticos o que faz, tanto no interior da sociedade civil como no poder público, que se confrontem distintas concepções quanto à natureza e os limites desse processo.

No entanto, apesar das diferenças é possível afirmar, que a grande novidade trazida pelos anos 1990 foi a aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de encontros, entre o Estado e a sociedade civil. Só que os avanços da década de 1980 vão ser profundamente dificultados na década de 1990, sob o efeito dos ajustes estruturais constitutivos das políticas neoliberais que provocam o agravamento das desigualdades sociais e econômicas.

A questão é que no Brasil as práticas autoritárias e conservadoras que reproduzem a exclusão da sociedade brasileira se encontram presentes ao mesmo tempo das iniciativas inovadoras, tanto no interior da sociedade civil quanto nos governos. Logo, é preciso um duplo investimento: interno, que solidifique a discussão e a construção da política e o seu marco legal, nos seus diferentes níveis, como externo, junto aos diferentes segmentos sociais presentes no interior das práticas territoriais.



Quanto às Demandas da Dinâmica Territorial

Esse processo de consolidação democrática traz ganhos e riscos que fortalecem a necessidade de ações formativas de caráter processual e articulada de forma que ultrapasse os desafios, para alcançar a efetiva participação social nas Políticas Públicas e na gestão social. Entre os desafios decorrentes destas experiências participativas na ação cotidiana, destacam-se que a sociedade civil organizada precisa avançar na sua intervenção propositiva nas Políticas Públicas e ao mesmo tempo superar o medo de cooptação e perda de autonomia frente à relação com o Estado. Logo, é preciso o investimento permanente para que o conjunto dos sujeitos sociais articulados ao redor desta proposta de desenvolvimento rural sustentável possa entender esses desafios, compreendendo bem as conquistas, seus dilemas, suas contradições e buscar as estratégias para sua efetivação.

Nessa construção é preciso avançar na questão da representatividade da sociedade civil nos espaços de participação cidadã. E assim sendo, o fortalecimento da organização e articulação dos diferentes sujeitos políticos que atuam, e as suas bases de representação, em prol das transformações no território é de grande valia. Os colegiados territoriais devem ser o foco prioritário do trabalho formativo e o seu fortalecimento amplia a mobilização e a inserção dos segmentos sociais atuantes no território para a gestão social.

E ainda aprofundar a discussão sobre o Programa Território de Cidadania implementado em 2008. Todos os territórios são de IDENTIDADE, mas alguns são definidos como Territórios de Cidadania, estratégia de articular e integrar as ações, as Políticas Públicas/Ministérios para melhor atingir todos os territórios. E assim aperfeiçoar a organização dos Territórios, seu funcionamento, normatização, definição de projetos, ações estratégicas, articulação em rede e seu investimento em processos formativos articulados, a informação e a comunicação.

Avançar na consolidação dos Colegiados Territoriais, com participação dos diferentes segmentos sociais: mulheres, jovens, quilombolas, indígenas, entre outros, para que seus interesses estejam representados. Fortalecer os comitês temáticos, seus projetos produtivos, educativos, culturais, ambientais, entre outros. Ampliar a sua capacidade de definir critérios e projetos territoriais e interterritoriais articulados com as diferentes dimensões do desenvolvimento e com os mecanismos políticos ao redor dos instrumentos participativos existentes nos territórios, aliando a democracia participativa e a representativa no avanço das propostas para o desenvolvimento rural sustentável.

A sociedade civil investe em novas formas políticas metodológicas de ação social e se organiza em redes e fóruns como mecanismos de juntar forças sociais e garantir direitos à cidadania. Nesta direção é imprescindível o apoio às redes sociais de cooperação, com destaque ao processo de consolidação das Redes de Colegiados Estaduais e sua articulação com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e demais conselhos no campo das Políticas Sociais. Nesta perspectiva avançar na formatação de um marco legal que se efetive na Política de Desenvolvimento Rural com abordagem territorial, é o grande desafio.

As ONGs também enfrentam dificuldades em sua relação com o Estado por falta de um marco jurídico que regule essa relação. Atualmente o Marco Regulatório das Organizações Sociais avança, mas carece de legitimação e aprovação no Parlamento, para que as medidas sejam efetivadas. Porém, se reconhece ganhos da atuação conjunta na medida que executa projetos e implementa políticas públicas, estas contribuem com sua política metodológica, favorece a sua sobrevivência material, além de possibilitar maior visibilidade junto a sociedade.

Há um desejo que os espaços públicos que estão se constituindo no interior do Estado não se

resumam a iniciativa isolada em relação ao conjunto da estrutura administrativa, como ilhas separadas, em “institucionalidades paralelas” conservadas à margem e com difícil comunicação com o resto do aparato estatal. Ultrapassar as concepções políticas resistentes à democratização dos processos de tomadas de decisão, e as características estruturais do funcionamento do Estado, que tem a ver com as escolhas políticas feitas ao longo dos anos. Assim, se faz imprescindível aperfeiçoar os procedimentos administrativos e os aspectos legais, institucionais identificando alternativas que superem a lentidão, o excesso de papelada, os critérios técnico burocráticos, a escassez de recursos humanos, que resultam na instabilidade dos projetos e na sua descontinuidade, na medida em que estão submetidos, inclusive, à rotatividade do exercício de poder. Que favoreça a ação em parceria e o avanço na prestação das políticas públicas.

O avanço desse processo requer juntar esforços e forças sociais e investir em processos massivos de formação multiplicadora em cadeia, que enfrente a resistência, seja de parte do governo ou de parte da sociedade civil, para a real participação social e construam estratégias que superem a histórica separação entre o técnico e o político.

Nesse sentido, os movimentos sociais entendem que a construção hegemônica requer o reconhecimento da pluralidade como ponto de partida para a busca de princípios e interesses comuns em torno dos quais se articule as diferenças e abra caminho para a configuração do interesse público e o compromisso com as garantias de direitos.

Este processo requer uma sociedade civil fortalecida, instrumentos de participação e estratégias capazes de construir alternativas de superação das relações de desigualdade historicamente construídas e que invista na melhoria paulatina da vida na sociedade, na medida em que ela própria toma as “rédeas do seu destino”. Há impasses, mas há uma unanimidade a respeito do impacto positivo que as experiências tem provocado na construção de uma cultura mais democrática na sociedade brasileira. A convivência com as diferenças nesses espaços tem gerado o difícil aprendizado do reconhecimento do outro enquanto portador de direitos e a existência e legitimidade do conflito, enquanto dimensões constitutivas da democracia e da cidadania.

A gestão social compartilhada coloca antes de tudo o poder como fruto das relações sociais, e como tal destaca o grande desafio na partilha desse poder. Há o desejo de que a sociedade civil cresça na sua capacidade propositiva, de pressão e de negociação, de forma a superar a cultura particularista e ou corporativista na direção do interesse coletivo societal. É fundamental resgatar o caráter público das políticas públicas, reconhecendo que a constituição do interesse público é um processo radicalmente inovador na sociedade brasileira e por isso mesmo, se enfrenta enormes resistências e dificuldades. Reconhecer que a ausência desses espaços de participação cidadã representaria a continuidade das decisões burocráticas isoladas no interior dos gabinetes governamentais, desta maneira investir em espaços de aproximação entre o Estado e a sociedade civil.

Nesta trajetória de mudança o território passa a ser visto não mais como uma categoria geográfica espacial, estática, como um mapa cartorial. Ele é visto como uma categoria fundante e articuladora de práticas políticas, como algo histórico. “O território é o suporte de práticas identitárias; ele está na base dos conflitos e também na construção dos consensos” que envolvem o conjunto dos técnicos, segmentos sociais em sua realização, para que possa avançar e superar os impasses existentes e transformáveis pela ação política.

Esse encontro entre o Estado e a sociedade civil, por se dar como espaço novo de participação, é antes de tudo de aprendizagem para ambos e traz como desafio e novidade, a convivência direta com uma multiplicidade de sujeitos sociais, entidades, organizações governamentais e sociais portadores

de concepções políticas ideológicas e interesses diversos. Nessa construção é preciso avançar no reconhecimento da pluralidade e da legitimidade dos interlocutores, na convivência democrática, no respeito às diferenças, na capacidade de argumentação, negociação, nas alianças, na ação em parceria e na produção dos consensos possíveis e procedimentos fundamentais para garantir o reconhecimento dos diferentes interesses e demandas sociais na construção do interesse público.

É com esta crença e nesta direção que a EQUIP, com o apoio da SDT/MDA inovou na sua estratégia de formação e multiplicação de educadores para a gestão social do desenvolvimento territorial. Pois, entende a formação como um conjunto integrado de valores, princípios, orientações, e que se espera, subsidie a articulação de ações de diferentes portes e de responsabilidade de vários órgãos, seja do governo e ou da sociedade civil, universidades, centros de estudo e ou pesquisa, que invistam no desenvolvimento rural sustentável e em diferentes modalidades de formação.



Juventudes, Cidadania, Governança Social e Desenvolvimento Territorial



*“Eu quero ser como a linhaça, eu quero ser como aroeira,
que faz mudança por onde passa,
sua eficácia é verdadeira”*
Sanderline – Índia Potiguar

Nesta sistematização o/a leitor/a vai encontrar as reflexões da juventude rural sobre sua realidade, a partir das experiências intercambiadas durante a realização de ações de incidência formativa junto a esse segmento nos territórios do Nordeste brasileiro. As ações foram alicerçadas na concepção metodológica da Educação Popular, com o objetivo de fomentar a participação, organização e intervenção política da juventude rural em torno da política de desenvolvimento territorial, por meio dos Comitês de Juventude e Câmaras Temáticas, no âmbito dos Colegiados Territoriais e do fortalecimento de suas organizações específicas, perseguindo o caminho da proposição, do monitoramento e da gestão social do desenvolvimento territorial, com incidência política na construção e execução do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS, dos Planos Estaduais e Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PETDRSS.

Neste produto se partilha a experiência pelo olhar dos jovens e instituições realizadoras do processo formativo, com a intencionalidade de sensibilizar e contribuir com a compreensão da juventude acerca da política territorial, bem como a ampliação e aprimoramento da participação efetiva dos/as jovens na construção da política de desenvolvimento territorial. Portanto, esta sistematização é resultante das construções e aprendizados a partir da experiência de vida e dos repertórios das juventudes no campo, de suas expressões identitárias, culturais e políticas, afirmando o lugar da juventude rural em função da política de desenvolvimento territorial, tendo em vista que o território se expressa como espaço de disputa de gestão social.

Estes processos proporcionaram às juventudes conhecer e aprofundar conceitos de desenvolvimento territorial, compreender a dinâmica de funcionamento dos colegiados e ampliar sua participação e protagonismo dos seus próprios processos de desenvolvimento. Com esse processo foi possível indicar caminhos para o aprimoramento da estratégia territorial e apontar proposições de políticas públicas as quais estão em forma de uma Plataforma Política da Juventude Rural dos Territórios Nordestinos⁶.

Com a dinâmica que se imprimiu no desenrolar da formação a juventude refletiu sobre sua condição, sobre a política territorial e apresentou demandas que levou a EQUIP a dialogar com a SDT/MDA e assim optaram por realizar um Encontro Nacional de Juventudes Rurais, o qual se realizou encerrando o processo de formação, e sobretudo, abrindo uma articulação nacional de juventudes rurais dos territórios e das organizações específicas de jovens rurais militantes de movimentos sociais do campo. Estes vivenciaram pela primeira vez, um encontro de jovens rurais de diversos movimentos sociais do campo, que mesmo se reconhecendo em suas diferenças, criaram um espaço de diálogo, de troca de saberes e reflexões sobre a condição juvenil, sua organização e formas de fortalecimento da incidência política da juventude rural em diferentes organizações e nos espaços de gestão social dos territórios, e numa demonstração de maturidade política, construíram uma Plataforma Política das Juventudes rurais brasileiras.

É importante perceber que foi nesse processo de formação que a juventude se descobriu sujeito político na gestão social do desenvolvimento territorial, e se motivou para fortalecer suas

6. Documento Político com propostas de políticas públicas para as juventudes camponesas, resultados dos intercâmbios estaduais, regionais e nacional.

institucionalidades e contribuir na elaboração e identificação de estratégias de articulação das diversas políticas e programas executados nos territórios rurais, pelos governos federal, estaduais e municipais, por meio da Plataforma Política Nacional.

A EQUIP com sua ação contribuiu para qualificar a intervenção da juventude rural no ciclo da gestão social do território, assumir junto com a SDT/MDA o desafio de contribuir com a participação da juventude na estratégia do desenvolvimento territorial realizando um processo de formação específico para a juventude rural. Conforme partilhada nessa sistematização, toda construção só foi possível por ter sido participativa, coletiva e em parceria.



Ação em Parceria

*Sonho que se sonha só,
é apenas sonho
Sonho que se sonha junto
é realidade*

Realizar uma ação em âmbito regional, na dimensão do Nordeste, requer capacidade de articulação política, visto que os territórios em cada estado tem abrangência geográfica ampla e incorporam inúmeros municípios, e além do mais, com diversas representações da sociedade civil e governo. Portanto, uma ação política que exige capacidade articuladora de parcerias de forma que proporcione a participação dos sujeitos, potencialize os esforços para o alcance dos objetivos. Foi com esse foco, que a EQUIP manteve contato com os Colegiados Territoriais solicitando que seus membros articulassem jovens para participar das formações. Tentativa em parte frustrante, pois os jovens, enquanto categoria social, estavam distantes dos colegiados. Ao mesmo tempo se evidenciou uma lacuna que precisava ser enfrentada. Então, se buscou outras formas de articulação, levando o convite aos movimentos sociais do campo e à Rede de Jovens do Nordeste, sujeitos sociais com experiência em mobilização de juventudes na região.

Nessa articulação a Rede de Jovens do Nordeste - RJNE se constituiu o parceiro que contribuiu durante toda ação e na mobilização dos jovens rurais, bem como com a sua experiência em ação em rede.

RJNE Parceira nesse Caminhar

Até então distante dos colegiados, ao assumir a parceria com a EQUIP para contribuir com a realização das ações formativas com jovens dos territórios do Nordeste, a Rede de Jovens do Nordeste concretizou o desejo de adentrar o universo do campo, ao mesmo tempo que desempenhou papel de participação, articulação da juventude rural e coordenação dos intercâmbios, trazendo para a experiência formativa seu olhar sobre o que é ser jovem e sobre a metodologia da ação em Rede e com a juventude. A RJNE tem experiência acumulada em realizar ações em parceria com a EQUIP junto ao segmento jovem, conforme sua Carta de Princípios:

“A Rede de Jovens do Nordeste - RJNE é uma articulação de jovens, organizada em todos os estados do Nordeste e apoiada pela EQUIP. Esta surgiu em 1998, a partir da articulação de entidades, ONG's, e movimentos juvenis nos estados de PE, PB e RN, com a participação dos e das jovens em eventos formativos promovidos pela EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares e da Escuela Latino-americana de Liderazgo Juvenil, no México. Entretanto, também surgiu da necessidade das organizações das juventudes por um espaço de troca de experiências, debates e proposições de políticas públicas para este segmento, na construção e animação do fazer formativo que superasse as dimensões de casa, bairro, cidade, estado. (...) Hoje, a RJNE é um espaço de articulação, protagonismo e empoderamento juvenil, na construção de um campo democrático popular e tem como eixos norteadores de suas ações: Articulação, Mobilização, Organização, Formação e Intervenção, reunindo os mais variados tipos de grupos juvenis oriundos de diferentes organizações sociais. Os jovens que tecem esta rede encontram-se em sua maioria, entre 15 e 29 anos e militam nas diferentes organizações sociais. Tem atuação no meio rural e urbano pautando-se no princípio da Educação Popular, visando o fortalecimento da participação, protagonismo e empoderamento sem distinção de gênero, orientação sexual, religião, etnia ou cor. (...) Apresenta como missão: Potencializar a participação social e a articulação das juventudes nos processos de formação e de intervenção política na promoção dos direitos no Nordeste Brasileiro”.

Esta Rede, hoje presente em todos os estados do Nordeste, apoiou a organização do processo formativo e contribuiu com o fortalecimento da juventude rural, no âmbito da política territorial, a partir do seu jeito de se organizar e de seu repertório político, e da metodologia da própria organização e ação, na qual o protagonismo é da juventude. Nesse caminhar a Rede se aproximou da estratégia territorial e das juventudes rurais.

À medida que se mobilizava as ações nos estados, as parcerias aumentavam. Só foi possível realizar cada atividade, com qualidade e participação, pelo apoio de ONGs, Sindicatos, movimentos sociais, pessoas que foram fundamentais para o alcance dos objetivos propostos.

Participação é atitude

Consolidar uma política de desenvolvimento passa por desencadear processos participativos e coletivos, de forma a contemplar demandas de amplos segmentos sociais. A sociedade é plural e demanda capacidade de lidar com as diferenças, e mais que isso, contemplar os interesses e sonhos dessa diversidade. Com essa compreensão a SDT/MDA construiu orientações para a realização das ações da estratégia territorial, como o fortalecimento da organização de jovens e mulheres. É com essa orientação que a EQUIP vem realizando sua ação educativa nos territórios com os agentes de desenvolvimento territorial (juventude e educadores membros dos colegiados). Com essa atitude, as ações dos projetos executados pela instituição desencadearam caráter inovador, exequíveis e consistentes do ponto de vista teórico e metodológico, além de possuírem relevância por ser Boa Prática Formativa na perspectiva da participação na Gestão Social do Desenvolvimento Territorial.

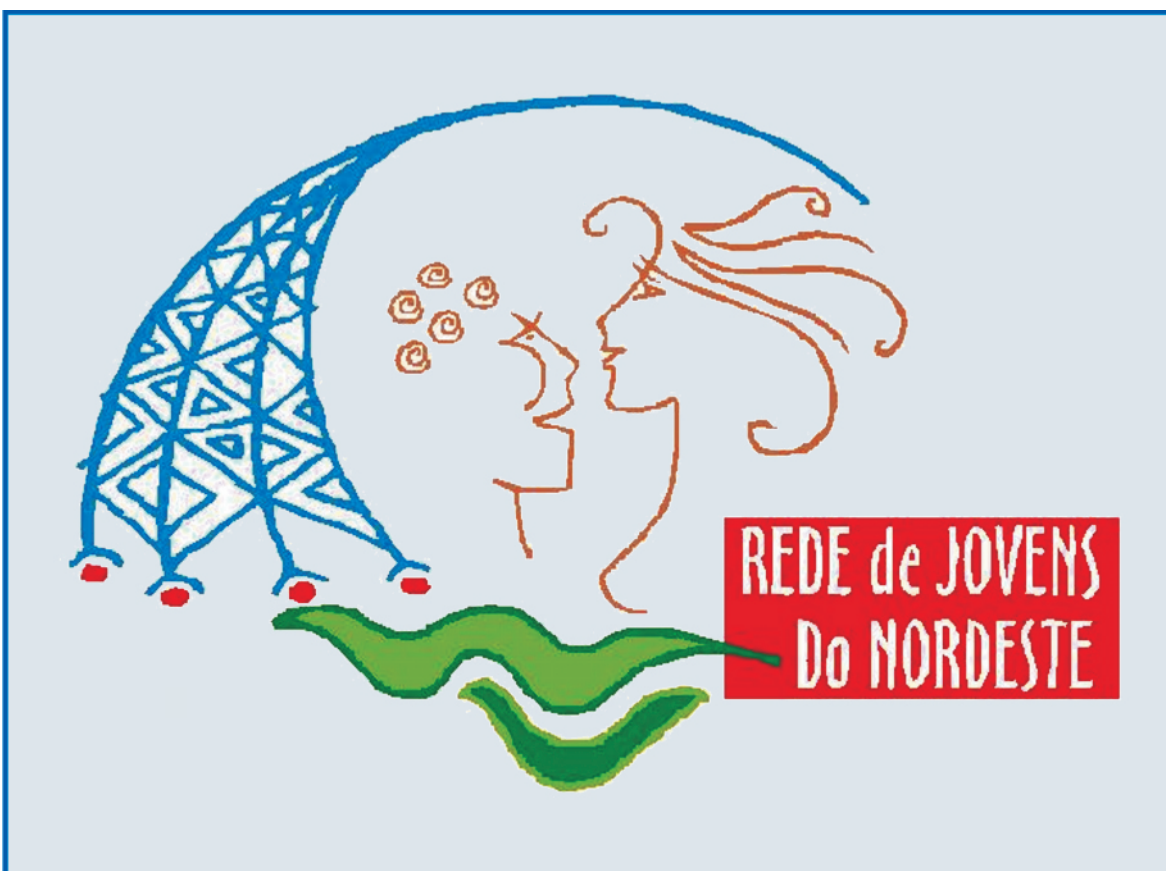
Para compreender a importância do processo aqui sistematizado é necessário perceber este como resultado e continuidade de um projeto, anterior a esse, realizado pela EQUIP em parceria com a SDT/MDA, o qual tratou de sensibilizar a juventude rural sobre sua condição juvenil e a importância de sua participação na estratégia territorial, como construção de possibilidades para seu crescimento no presente e inclusão no desenvolvimento sustentável e solidário. O primeiro processo desencadeou o desejo nos jovens de aprofundar a compreensão sobre políticas para a juventude, mecanismos de participação e fortalecimento das organizações específicas. A partir daí nasceu a proposta de continuidade da ação formativa através de intercâmbios de experiências de participação juvenil no campo, a articulação com a Rede de Jovens e movimentos sociais do campo que trabalham com juventude.

No quadro a seguir se faz uma síntese dos objetivos e atividades de cada projeto, informações que contribuirão para a compreensão de todo o processo e das demandas que serão apresentadas para o futuro.



Desenvolvimento Territorial - SDT/MDA conforme informações abaixo:
Quadro 1 – Atividades de formação desenvolvidas pela
EQUIP com apoio da SDT

Ano/ Projetos	Objetivos	Público	Atividades/Metas
Projeto Promoção da Cidadania Ativa e o Desenvolvimento de uma Cultura de Paz e de Direitos. 2008/2009	Formação em gestão social de jovens para ampliar sua inserção no desenvolvimento territorial.	Jovens rurais; Jovens gestores públicos; Jovens dirigentes sindicais; Jovens líderes de organizações e movimentos juvenis da sociedade civil; Jovens educadores populares do campo e da cidade, membros dos colegiados territoriais.	Realização de 15 oficinas territoriais de juventude e desenvolvimento territorial Realização 01 Festival da Juventude do Nordeste
Projeto Cidadania, Governança Social e Desenvolvimento Territorial 2010/ 2011	Implementar processos de organização social e intercâmbio de membros das organizações e das redes sociais nos territórios	Jovens rurais; Jovens gestores públicos; Jovens dirigentes sindicais; Jovens líderes de organizações, redes e movimentos juvenis da sociedade civil; Jovens educadores populares do campo e da cidade, membros dos colegiados territoriais.	Realização de 09 intercâmbios estaduais das juventudes dos territórios; Realização de 09 (nove) oficinas estaduais de sistematização; Realização de 01 Intercâmbio Regional da Juventude dos Territórios Rurais;
2013			Realização de 01 Oficina Regional de Sistematização;
2014			Realização de 01 Intercâmbio Interregional de Juventude; Realização de 01 Encontro Nacional das Juventudes dos Territórios



Contexto da Juventude Rural no Brasil

A experiência aqui sistematizada se realizou com a juventude rural dos territórios na região Nordeste, que atualmente se estima ter uma população de 56.158.654 habitantes, a segunda maior concentração populacional do País, depois do Sudeste. Nela vivem 27,75% dos 201.032.714 habitantes do Brasil, sendo 51.330.569 habitantes jovens entre 15 e 29 anos. Desse total de jovens, 43.522.942 residem em áreas urbanas e 7.807.627 pessoas nessa faixa etária são residentes em áreas rurais. Toda população jovem da região Nordeste chega a 14.964.189 milhões de pessoas, desses, 11.028.528 residem em áreas urbanas e 3.935.661 são jovens do Nordeste rural. A juventude rural do Nordeste representa 50,4% de toda população jovem rural brasileira, como mostra tabela abaixo:

População residente entre 15 e 29 anos - Amostra - Características Gerais da População					
Sexo = Total					
Ano = 2010					
Variável	Brasil, Região e UF	Grupos de idade X Situação do domicílio			
		Total 15 a 29 anos			
		Total	Urbana	Rural	%
População residente (Pessoas)	Brasil	51.330.569	43.522.942	7.807.627	100
	Norte	4.674.543	3.521.632	1.152.911	14,8
	Nordeste	14.964.189	11.028.528	3.935.661	50,4
	Sudeste	20.769.544	19.366.727	1.402.817	18,0
	Sul	7.027.168	6.087.432	939.736	12,0
	Centro-Oeste	3.895.124	3.518.622	376.502	4,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Pelos dados demográficos do IBGE 2010, o Brasil se transformou em um País urbano. Isso é resultante do modelo de desenvolvimento industrial que estimulou a migração e concentrou as populações nas cidades, com o mito do urbano como oportunidade. Esse modelo de desenvolvimento promoveu a concentração de terra, o latifúndio. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷, no Brasil 46% das terras estão em posse de 1% dos proprietários rurais, sendo um dos maiores índices de concentração de terra do mundo. Nesse sentido, ressalta-se que existe um meio rural com 1.363 conflitos por diversos motivos.

A região Nordeste que tem na agricultura de subsistência importância em sua base econômica permaneceu empobrecida, ficando a margem do desenvolvimento industrial que privilegiou o Sul e o

7. <http://participatorio.juventude.gov.br/file/download/28191> visita em 02.11.2014 as 22h

Sudeste. Conhecida pela pobreza e as secas recorrentes, a região carrega ainda hoje a marca histórica do abandono.

O Brasil precisa de um modelo de desenvolvimento que contemplasse a sua diversidade, ao mesmo tempo em que garantisse o acesso às políticas públicas, que atendesse as necessidades de sua população, como educação, saúde, habitação, trabalho e renda. Para isso, a sociedade brasileira organizou-se e aos poucos conquistou a democracia e segue avançando na garantia dos direitos políticos, sociais e econômicos.

Nesse caminhar o povo nordestino também pautou políticas públicas que contribuíram para se iniciar um movimento de superação da fome e pobreza, problemas seculares, justificadas pelo clima seco e que escondia as verdadeiras causas fundadas no modelo predatório, concentrador de riquezas e de desigualdades e excludente.

Os avanços nas conquistas por direitos se deram com a eleição do governo popular, o País e o Nordeste em particular, mudou o quadro da fome entre as populações mais pobres, fato que foi destacado no relatório divulgado pela ONU. Segundo este relatório entre 1992 e 2013, o número de brasileiros que passa fome caiu de 22,8 milhões para 13,6 milhões, ou seja, uma queda de 40%. Os dados mostram uma redução de 54,3% no número de brasileiros subnutridos nos últimos 20 anos, de 15% para 6,9% da população.

As Políticas Sociais, como o Programas Luz para Todos, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Programa Bolsa Família, o Programa Minha Casa Minha Vida, e outros de incentivo à agricultura familiar, foram fundamentais para esse avanço. Com o PAA o governo destina recursos para compra direta de alimentos da agricultura, além de gerar renda no campo, os produtos ali adquiridos abastecem escolas, hospitais e também são destinados à mesa daqueles que necessitam de alimentos.

O número de beneficiários do programa Bolsa Família reflete que a maioria dos pobres está no Nordeste. 80% da renda dos municípios rurais, o que representa R\$ 5,5 bilhões são oriundas dos programas sociais, aposentadorias e pensões. Mesmo assim, atualmente ainda existe miséria. Um em cada quatro brasileiros que vivem no campo se encontra em condição considerada de extrema pobreza, o que representa 25,5% ou 4,1 milhões de pessoas, e desse contingente a metade tem até 19 anos de idade (IBGE, 2010).

O povo nordestino, através de suas organizações e movimentos sociais entende que para desenvolver o País, se faz necessário políticas que incluam as diferentes regiões com sua diversidade e potencialidades. Dentre as potencialidades o campo pauta a agricultura familiar pela sua importância para a economia, sobretudo por ser geradora de alimentos, ambientalmente sustentável e promover ocupação, renda e qualidade de vida.

Este é um segmento da economia que gera ocupação e renda, garante a produção de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos/as brasileiros/as e já representa 33% do PIB agropecuário do País. Existem no campo brasileiro 5,2 milhões de unidades produtoras, sendo que 4,3 milhões são da agricultura familiar, o que representa 84% de estabelecimentos rurais do País. Em 2006, a receita gerada com a venda da produção da agricultura familiar foi de 41 bilhões de reais. Mesmo assim persiste a desigualdade de gênero na divisão sexual do trabalho, evidenciada na baixa remuneração da mulher que ficou com renda mensal média de R\$ 268,33, enquanto o homem ficou com renda mensal de R\$ 351,01, em 2009.

Em 2013, a agricultura familiar respondeu por 38% do valor bruto da produção agropecuária e por 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural, o que significa cerca de 12,3 milhões de pessoas que trabalham. O setor teve recorde histórico no volume de contratação de crédito no Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com R\$ 18,6 bilhões de investimento, acima da previsão oficial de R\$ 18 bilhões para o ano. Mesmo com os avanços da política de crédito voltados para a agricultura familiar, ainda existem 3,5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar que não tiveram financiamento.

Dentre a população ocupada com a agricultura familiar estão a juventude e as mulheres, mas por serem segmentos historicamente invisíveis no processo de produção da agricultura familiar, enfrentam maiores dificuldades no acesso ao crédito, bem como na remuneração do trabalho. A juventude em particular não tem assegurado condições necessárias na sucessão da terra, educação contextualizada, nem trabalho. A realidade do campo não é atrativa para o jovem por não oferecer oportunidades e por dificultar sua afirmação enquanto agricultor/a familiar.

Os problemas se refletem em dados sobre o esvaziamento, o envelhecimento e a masculinização do campo. A maioria dos que saem do campo é de jovens. Dentre esses, o maior número é das jovens que saem em busca de educação. Os homens jovens migram em busca de trabalho. Os estados que mais sofreram migração do campo para as cidades foram o Ceará, Pernambuco e Bahia. Existe uma população jovem que sai de forma sazonal em busca de trabalho e retorna para o campo. Ainda há aqueles que saem em busca de emprego e muitas vezes são assassinados, escravizados. A juventude sofre pelo peso histórico do modelo de desenvolvimento que privilegia a concentração de terra, a monocultura, a destruição ambiental em nome do lucro.

Nesse cenário a agricultura familiar enfrenta a ofensiva do capital internacional que visa a exploração dos recursos naturais: minérios, energia, a água, e a biodiversidade, e tem o Brasil no centro da produção de Commodities. Consolidou-se o domínio do agronegócio com as empresas internacionais e está selada a aliança entre os proprietários de terra e o capital internacional. São três ou quatro empresas internacionais que controlam o mercado de alimentos. Elas produzem a semente, o alimento, o medicamento e sua distribuição no Brasil. Ocorre a desnacionalização da terra. Dezenas de empresas chinesas compram terra no Brasil e África, há o controle da terra para exploração por 40 anos. Há expansão da concentração de terra no Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia para produção de Commodities, para o exterior. O governo tem papel importante nesse processo. Esse é o modelo de desenvolvimento que gera destruição do meio ambiente, expulsando as populações do campo.

Esse modelo de desenvolvimento põe em risco a soberania alimentar e a vida no planeta, porque é predatório e excludente, mas tem hegemonia política dentro do legislativo. Na última década, as organizações do campo avançaram no embate por um desenvolvimento territorial sustentável que equilibre os diferentes aspectos econômico, social, ambiental, cultural e político do desenvolvimento. A política territorial vem como resultado da organização e mobilizações sociais, mas também da capacidade do governo de repensar os rumos do desenvolvimento no país e na região, a política territorial se inicia pelo Nordeste e tem o desafio de criar espaço plural, com participação da sociedade, mercado e governos para construir o desenvolvimento territorial a partir do local, valorizando a cultura, as potencialidades e saberes.

A abordagem territorial compreende o meio rural como a articulação do espaço físico, o lugar onde se vive um modo de vida em torno do qual se constrói identidade, e do lugar de onde se vê o mundo, a partir de onde se elabora uma concepção de mundo e de relações (WANDERLEY, 2000).

A política de desenvolvimento territorial é uma proposta que pensa o território com sua diversidade de sujeitos, culturas, saberes, oportunidades e o entrelaçamento entre o local/territorial e o nacional, uma visão em que o campo é a possibilidade numa relação permanente e estreita com o urbano. Por isso mesmo permanece atual o desafio de criar políticas sociais para o conjunto das populações do campo, em particular da juventude rural, categoria social que merece atenção especial no presente, como condição para assegurar o futuro no campo para as próximas gerações.

Experiência com as Juventudes Rurais nos Territórios

A ação desse segundo projeto teve início com o sentimento de continuidade, pois a EQUIP já havia realizado ações com o primeiro convênio EQUIP/SDT/MDA que resultou na sensibilização da juventude que de pronto se aproximou dos Colegiados Territoriais, criaram dezessete comissões provisórias de juventude, e apresentaram à SDT a necessidade de uma ação formativa continuada, além da ampliação da abrangência para todos os territórios.

Esse projeto acontece também em virtude da necessidade de acompanhamento das comissões provisórias de juventude nos territórios, que foram constituídas a partir da ação formativa do projeto anterior, e teve por objeto “Orientar a organização, participação e intervenção dos/as jovens e membros de entidades a participarem da estratégia e dos colegiados territoriais, visando o alargamento do processo participativo e democrático da construção da Política de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural”.

Linha do tempo da ação formativa conforme quadro abaixo:

Anos	Passos das experiências com as Juventudes dos Territórios
2008	A EQUIP participa da 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; Se aproxima da SDT/MDA.
2009	EQUIP concorreu a um edital e foi selecionada para realizar processo de formação com jovens rurais e desenvolve 15 oficinas nos nove estados do Nordeste e um Festival Regional de Juventude em Quixadá-CE; A EQUIP convida a RJNE para parceria na ação, esta inicia a aproximação com a Política de Desenvolvimento Territorial e participa das Oficinas; A EQUIP constrói o segundo projeto, o qual foi selecionado. Desta vez a ação tem abrangência nacional.
2010	A Equip em parceria com a RJNE inicia os intercâmbios estaduais de Juventudes no Nordeste, e começa a construir a Plataforma Política da Juventude dos Territórios.
2011	A Equip e RJNE realizam o Intercâmbio Regional Juventudes e Desenvolvimento Territorial, em Cabaceiras, momento em que foi lançada a Plataforma Política.
2012	Neste ano, a EQUIP, assim como várias organizações da sociedade civil, paralisaram as suas ações do convênio com SDT/MDA, em função do decreto 7.568/12 (convênios e recursos), com o debate do marco regulatório das ONG's.

2013	Em 2013, a EQUIP retoma as atividades, realiza uma oficina regional de sistematização das experiências das juventudes e educadores dos territórios, para refletir os avanços, aprendizagens e limitações das experiências do processo de formação, na perspectiva da Educação Popular e a política de desenvolvimento territorial. Ao chegar na realização do que seria a última atividade, a Oficina de Sistematização, a juventude reflete sobre o processo formativo, e propõem a continuidade da formação destes sujeitos que já conquistaram espaço nos Colegiados Territoriais. Para atender a essa demanda, a EQUIP dialogou com a SDT e reorientou as atividades previstas no projeto para que possibilitassem realizar uma análise de conjuntura que contribuisse para entender os desafios para o próximo período, um Intercâmbio Interregional das Juventudes para aprofundar a Plataforma da Juventude Rural e formas de continuidade da sua intervenção nos territórios, e um Encontro Nacional das Juventudes dos Territórios e de movimentos sociais do campo.
2014	EQUIP realiza o Intercâmbio Interregional das Juventudes dos Territórios, em parceria com a RJNE, ainda com o público juvenil do Nordeste, atualizando a plataforma política e incorporando a ela propostas da juventude aprovadas na 2ª CNDRSS e a pauta 2014 da Pastoral da Juventude Rural - PJR. Realiza Encontro Nacional - Ali a EQUIP inaugura a experiência com jovens de territórios de todas as regiões do Brasil, busca fortalecer a ação juvenil na política de desenvolvimento territorial, atuando de forma qualificada, com a parceria dos movimentos sociais do campo (PJR, CONTAG, FETRAF, MST, VIA CAMPESINA, MPA, REDE CEFFAS, COJIPE e a RJNE), amplia e aprofunda os diálogos sobre a Plataforma, incorpora demandas das juventudes rurais brasileiras. A partir daí deixando de ser região Nordeste, tornando-se uma Plataforma Política Nacional.



Afirmção da Identidade e Participação nos Territórios

A sociedade capitalista neoliberal criou um modelo homogêneo de vida que supervaloriza o modo urbano de vida, concentrador de riquezas e de desigualdades, que descarta as diferenças culturais, de raça/etnia, econômicas, e entre outras, o modo de vida camponesa, criando um arcabouço de ideia que coloca o rural como o lugar do atraso e da falta de oportunidade. É nesse universo da negação de identidade que vivem os jovens rurais. É nesse mesmo espaço que governo e sociedade investem na afirmação da identidade e na construção de um desenvolvimento que se constrói na contra hegemonia. E para isso, entendem que todos os segmentos do campo são importantes nessa construção. Daí nasce o esforço em proporcionar canais de diálogo e formação de jovens para ocupar os espaços nessa construção.

Nessa perspectiva a participação da juventude se deu enquanto construtores de conhecimento sobre sua condição juvenil, a organização específica e a participação em instâncias de gestão das Políticas Públicas, dentre estas o Colegiado Territorial. Estes assumem que é importante potencializar a participação, através de suas organizações nos colegiados territoriais e destacam o sentido de participar das formações, como aparece na fala de Alan, da FETAG de Alagoas: *“Estas atividades foram destinadas a conquistar o espaço e mostrar a força do jovem. O desafio é a inserção dos jovens na política territorial”*.

E foi assim que nesta experiência, os jovens se descobriram parte do processo de desenvolvimento territorial, ao conhecer e participar de alguns espaços de tomada de decisão, como no Colegiado Territorial. Estes se descobrem com capacidade de formular propostas para a melhoria da qualidade de vida, desconstruindo o paradigma de que o jovem é incapaz de construir novas alternativas de desenvolvimento para si, sua família e sua comunidade.

Ao tomar conhecimento da política territorial e se aproximar dessas instâncias, estes consideram significativos os avanços de projetos desenvolvidos nos territórios, mas consideram desafiante a inserção da juventude nas dinâmicas territoriais e garantir o acesso às políticas públicas para a juventude, e destacam a importância de afirmar a identidade juvenil, bem como da formação política para a participação qualificada nos territórios, como fala Néia, da RJNE do estado de Sergipe:

“Participar das oficinas e dos intercâmbios foi fundamental, pois antes não conhecíamos a política territorial. Primeiro ficamos observando, depois fomos mobilizando e entrando devagar. Lá no meu território tem jovens, mas representando entidades e não as juventudes. Passamos a mobilizar a criação do comitê de juventude no território, com dificuldade. Houve resistência de alguns movimentos e entidades dentro do colegiado, mas depois avançamos e criamos o comitê. Ainda existe muita dificuldade para o jovem acessar as políticas públicas.”

Mesmo com a intencionalidade da SDT/MDA de contribuir de forma efetiva para fortalecer a estratégia territorial, principalmente no que se refere a inclusão de sujeitos, até então excluídos do processo de desenvolvimento, os jovens compreendem que ainda é preciso aprofundar o entendimento sobre participação e proporcionar as condições para inserção de forma mais qualificada dos diferentes sujeitos sociais, nas instâncias de proposições, tomadas de decisão, monitoramento e controle das políticas públicas de juventude.

E quando a juventude se refere à participação e a inclusão nas instâncias de gestão social, estes alertam para a falta de condições materiais dos/as jovens rurais para a mobilização e organização dos Comitês de Juventude, bem como para custear o deslocamento de suas comunidades até os locais de realização das reuniões do colegiado. Esta dificuldade não é de responsabilidade apenas do jovem. Promover a participação pressupõe igualdade de condições.

Os jovens reconhecem que este caminho é desafiador e precisa ser trilhado e conquistado efetivamente com oportunidades iguais de participação, para de fato ser um sujeito participante e contribuir com as definições dos rumos da política territorial. É fundamental aprimorar a capacidade da juventude para incidência nas políticas públicas, inclusive para continuar motivando outros jovens à compartilharem experiências afirmativas de ser sujeito político e de direito.

Estes chamam a atenção para o fato de que as câmaras ou comitês de juventude ainda não funcionam de forma efetiva nos Colegiados Territoriais. O desafio colocado para a maioria dos Territórios é a necessidade de articular e qualificar os/as jovens, para se tornarem sujeitos com capacidade de equilibrar a correlação de forças estabelecida no colegiado, com outras instâncias e poderes institucionais, responsáveis pela definição e execução das políticas. Outro desafio é motivar a efetiva criação dos comitês, pois o nível de participação e influência é diferenciado e desequilibrado a partir de cada realidade territorial e regional.

A juventude, enquanto sujeito integrante do processo de desenvolvimento rural sustentável e da política de desenvolvimento territorial encontra dificuldades de se inserir, com equidade nas políticas e na governança dos Territórios. Portanto, é indispensável priorizar e qualificar a intervenção da juventude, fomentar a formação e a participação para o alargamento do processo democrático e da construção das Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Brasil Rural.



Intercambiar Saberes e afirmar Identidades

Essa modalidade formativa, ingrediente metodológico da Educação Popular, revelou a aprendizagem da própria experiência dos sujeitos participantes da ação formativa. Pois, os intercâmbios se constituíram em espaço mutuamente formativo, tecendo emoções, afetos, saberes, poderes e conhecimentos, ressignificando as próprias experiências e reconstruindo as práticas de intervenção social e política nos espaços de poder da sociedade. As lições diárias lançadas reciprocamente na prática social foi o mote da inspiração para o processo educativo do intercâmbio de experiências.

Com os intercâmbios houve descentralização de informação, valorização da cultura, evidenciou-se a construção coletiva do conhecimento que se desdobrou em mudanças proativas dos sujeitos com participação política e exercício de poder. Uma nova forma de aprender o viver humano, seus saberes e valores traduzidos numa relação educativa, somando o viver e o ser.

Como ação de formação, o intercâmbio foi instigante aos sujeitos, por possibilitar a estes apropriarem-se de mecanismos capazes de qualificar e conduzir seus próprios conhecimentos na perspectiva da transformação social, bem como na reinvenção de si mesmos, como sujeitos políticos de direito. Nesses espaços de relação com o outro, ao desenvolver "o fazer" das atitudes coletivas humanizadas com solidariedade, cooperação, diálogo e respeito às diversas identidades, facilitou ao participante construir o novo "dever" de ser humano.

Nos pontos que seguem se traz o ser sujeito político educador e educando, como traço fundamental para a relação com uma sociedade também atuante, comprometida, solidária, ou seja, que se fortalece em pequenos atos, vai se reconstruindo e transformando a vida da sociedade.

Etapas Estaduais

Os intercâmbios estaduais, em consonância com os objetivos da estratégia de desenvolvimento territorial visaram o fortalecimento dos agentes de desenvolvimento jovens, através da educação popular e do fortalecimento da democracia participativa, com o foco em fortalecer a identidade juvenil, as lideranças e organizações juvenis na perspectiva destas ocuparem com qualidade espaços de Gestão Social das Políticas Públicas de Juventude nas instâncias territoriais. Estes foram momentos para juntos preparar o Intercâmbio Regional, e construir critérios para escolha das delegações em cada estado e orientar diretrizes para a sistematização da experiência, como instrumento de construção de novos conhecimentos e aprendizados para os sujeitos da ação e ou novos sujeitos sociais.

As etapas estaduais aconteceram entre 2010 e 2011, com presença de jovens de 67 territórios nordestinos apoiados pela SDT, totalizando a participação de 372 jovens, dos quais 279 fizeram parte das delegações eleitas em cada etapa estadual, para participar do Intercâmbio Regional. Nos estados, o intercâmbio contribuiu com a estratégia de participação da juventude, pois qualificou e aumentou a capacidade de liderança e gestão, valorizando as identidades e a construção de uma agenda política da juventude rural, além de sensibilizar os/as jovens para conhecer e aprofundar a abordagem territorial.

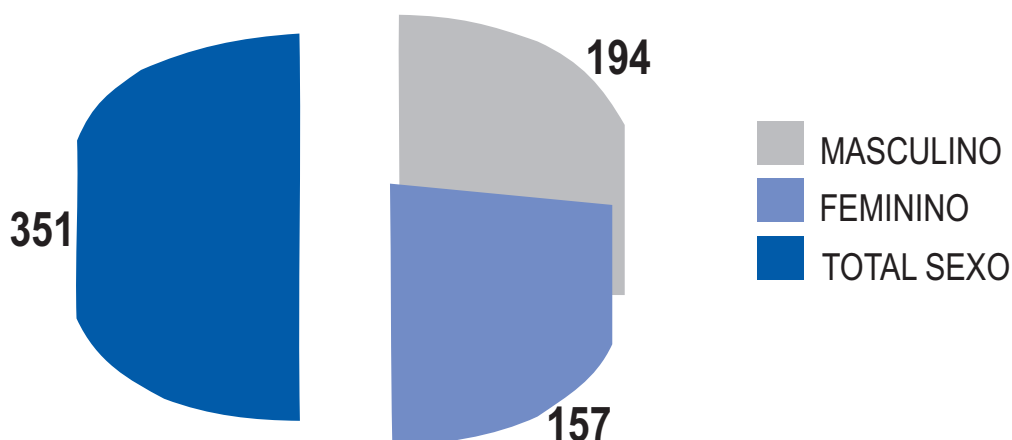
Mapeamento da Realização dos Intercâmbios Estaduais

Estados	Municípios	Data	Nº Territórios Presentes	Delegação / Estados para Regional NE	Jovens Participantes
Paraíba	Cabaceiras	30, 31/07 e 01/08/10	7	33	50
Sergipe	Indiaroba	20 a 22/08/10	4	41	51
Pernambuco	Caruaru	03 a 05/09/10	6	20	41
Ceará	Barbalha	17 a 19/09/10	10	46	35
Alagoas	U. Palmares	08 a 10/10/10	6	28	39
Rio Grande do Norte	Ponta Negra	03 a 05/12/10	9	40	42
Piauí	Teresina	11 a 13/02/11	11	31	35
Maranhão	São Luiz	25 a 27/02/11	8	20	46
Bahia	Salvador	08 a 10/04/11	6	20	33
Total			67	279	372

Fonte: Relatórios dos Intercâmbios Estaduais de Juventude



Segundo informações dos 351 participantes que responderam a ficha de perfil das etapas estaduais teve uma maior presença de homens.



Os intercâmbios estaduais tiveram como base aprofundar a compreensão sobre a estratégia de desenvolvimento territorial, além de identificar os sujeitos sociais colaboradores da abordagem territorial, analisando o papel dos articuladores e assessores territoriais, bem como a correlação de forças existente entre os atores que compõem os Colegiados Territoriais, contribuindo com o entendimento de todo o processo de interlocução da dinâmica territorial.

Para tanto, identificou-se a existência do núcleo dirigente, o núcleo técnico, dos comitês setoriais, das câmaras temáticas e da plenária territorial. Percebendo o Colegiado Territorial como um novo espaço de relações de poder; de formulação e articulação de políticas públicas; pressão sobre os municípios para incorporação de políticas inclusivas; incorporação dos interesses das juventudes e dos diversos segmentos sociais historicamente excluídos.

As trocas de experiências dos/as jovens rurais junto aos territórios, culminou na percepção do desafio da juventude nordestina pensar uma estratégia que viabilizasse e promovesse a intervenção e a participação dos jovens nos espaços dos Territórios. Nesse sentido os jovens foram incentivados a construir propostas estratégicas de atuação, através de um plano de intervenção, assim como atuar efetivamente nos colegiados, envolvendo-se nas dinâmicas e projetos implementados no território.

Ali, os/as jovens se perceberam sujeito estratégico do Desenvolvimento Sustentável nos Territórios, conforme se refere a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural – PDDBR, que estabelece que toda política com recorte territorial deve conter perspectivas de gênero, geração, raça e etnia, e também uma abordagem ambiental e cultural. E ainda a criação e consolidação de espaços democráticos de participação social voltados para a construção de uma governança democrática e tem como protagonistas centrais uma ampla diversidade de sujeitos sociais, sendo a organização e participação política das mulheres e da juventude de fundamental importância para a ampliação desse novo Brasil rural, que coloca a juventude como um sujeito social estratégico na construção do projeto de desenvolvimento rural sustentável do país⁸.

Os destaques dos jovens nos intercâmbios enfaticamente foram a necessidade de inserção das Políticas Públicas para Juventude - PPJ's no Plano de Desenvolvimento dos Territórios, somada à constituição de Comitês de Juventude nos colegiados, bem como a dificuldade de diálogo com os atores que o compõem, que limitam o poder efetivo de votação e intervenção concreta dos movimentos de juventude nesses espaços.

8. Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDDBR), elaborada pelo CONDRAF, resultado dos debates da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

As resoluções 48⁹ e 52¹⁰ do CONDRAF e documento referencial da SDT/MDA¹¹ foram socializadas com a juventude rural, no que se refere a composição dos Colegiados Territoriais, no qual estabelece que no mínimo 50% das vagas ocupadas na composição do colegiado são para a sociedade civil, no entanto, no máximo 50% das vagas ocupadas são de representantes governamentais.

Estimulou-se aos jovens alterar a correlação de forças entre diferentes agentes sociais de forma que possa resultar em melhores condições de vida no território. Para isso são necessários quatro importantes passos:

Valorizar e fortalecer as habilidades de estimular os outros sujeitos a cooperar, a ocupar espaços, e influenciar decisões políticas que afetam as dinâmicas territoriais;

Fortalecer a dimensão política do desenvolvimento proporcionando as condições para que ocorram mudanças na correlação de forças, sendo mais fácil de ser alterado com o exercício da iniciativa e da criatividade;

Entender a relação entre economia e sociedade, pois a economia está inserida nessa dinâmica de forma complexa, com relações formais e não formais, é a capacidade de influenciar nos projetos e ações para mudar o ambiente.

Inserção em redes que estimulem o intercâmbio de experiências e a construção do conhecimento, para ampliar a capacidade de intervenção dos jovens em seus territórios.

Nesse processo os jovens perceberam que desde a implementação da estratégia territorial, houve uma alteração nas relações de poder entre o Estado e a Sociedade, promovendo abertura e aproximação dos atores políticos no intuito de fortalecer o desenvolvimento rural sustentável.

As oportunidades identificadas para fortalecer a inserção juvenil nos territórios passaram pela existência dos referenciais da abordagem territorial e a PDBR, enfatizando a importância da participação da juventude nos territórios rurais, somadas aos espaços dos conselhos, colegiados, relações de parcerias e institucionalidades juvenis.

Analisou-se a dinâmica dos diversos movimentos e organizações juvenis frente ao contexto territorial, destacando a formação dos comitês de juventude. Por fim, aprofundou-se algumas questões sobre o que tem fortalecido e fragilizado as juventudes nos espaços territoriais, se existem Comitê de Juventude dentro do Colegiado Territorial, qual foi o caminho percorrido sobre as propostas para fortalecer e ou formar Comitês de Juventude e sobre as demandas da juventude para incorporar a plataforma política da juventude dos Territórios.

Os intercâmbios foram analisados como espaços de encontro e troca de conhecimento entre jovens de diferentes movimentos e organizações juvenis, marcados pela persistência e perseverança dos jovens na luta pela vida, pela união de vários territórios para discutir sobre o ser jovem rural. Houve

9. CONDRAF ?Resolução N 048 de 16 09 2004 -Art. 4 ºRecomendar uma composição representativa ,diversa e plural dos atores sociais relacionados ao desenvolvimento rural contemplando as seguintes situações :I. que ,no mínimo 50% (cinquenta por cento)das vagas sejam ocupadas por representantes de entidades da sociedade civil organizada ,que representem a agricultura familiar ,estudem ou promovam a coes voltadas para seu apoio e desenvolvimento (movimentos sociais ,entidades sindicais ,cooperativas e ou associações produtivas ,comunitárias ,entidades de assessoria técnica e organizacional ,etc)II; que ,no máximo 50% (cinquenta por cento) das vagas sejam ocupadas por representantes do poder público (executivo ,legislativo ou judiciário) vinculadas ao desenvolvimento rural sustentável .

10. CONDRAF ?Resolução N 052 de 16 02 2005 -Art. 4 ºA institucionalidade territorial dever ser composta em função dos atores presentes no território ,levando se em consideração o art. 4 ºda Resolução N 048 do CONDRAF ,devendo ainda :I. contemplar as questões de gênero ,raça ,etnia e geração na sua composição ;II. estar aberta para a inclusão de novos atores ;III. levar em conta os princípios da representatividade ,diversidade e pluralidade dos atores ,constantes no art. 1 ºda Resolução N 048 do CONDRAF .

11. _ _ _ _ _ Colegiados Territoriais ?Guia para a Gestão Social dos Territórios ?Série Documentos de Apoio SDT n 05 . Brasília : 2010 .

aproximação dos/as jovens com a política territorial e entenderam o poder da organização na intervenção da juventude rural.

Houve aprimoramento conceitual e prático na sistematização de experiências pela necessidade de dar continuidade a organização dos/as jovens nos territórios e valorizar a presença da diversidade cultural de cada sujeito jovem presente, no fortalecimento da convicção na luta social. Dentre os aprendizados a sistematização traz a compreensão de que no processo se estabeleceu metas semelhantes com metodologia diferente para cada território e estado e que a sistematização de experiências é parte da aprendizagem, como também houve a compreensão da importância das diferenças como algo que fortalece o todo.

No processo educativo a mística é uma prática que fortalece os sujeitos e os movimentos sociais, e afirmaram a necessidade da juventude estar constantemente debatendo e se reunindo para planejar e monitorar suas ações de intervenção social, pois os problemas são universalizados, para enfrentá-los é urgente a consolidação de uma plataforma política da juventude dos territórios.

Os jovens puderam ainda identificar as políticas e programas do governo federal, específicos para a juventude rural, citando os que conseguem acessar em seus territórios: PROJOVEM, ARCA DAS LETRAS, ATER, PRONAF JOVEM, BRASIL ALFABETIZADO, SEGUNDO TEMPO, PRONERA, PAA, PRIMEIRO EMPREGO, PROUNI, PONTOS DE CULTURA, EJA, ESCOLAS DIGITAIS, CRÉDITO FUNDIÁRIO/NOSSA PRIMEIRA TERRA.

Os jovens pautaram de forma incisiva a necessidade de fortalecer suas organizações e atuar efetivamente nas instâncias territoriais. Porém um debate profundo foi travado acerca do ideário da democracia participativa no ciclo da política pública, com destaque para o Estado como responsável por possibilitar os instrumentos de participação e ainda este deve garantir os direitos de todas as pessoas, reconhecendo suas diferenças, dentre elas a diferença geracional, que estabelece a necessidade de políticas específicas.

Etapa Regional

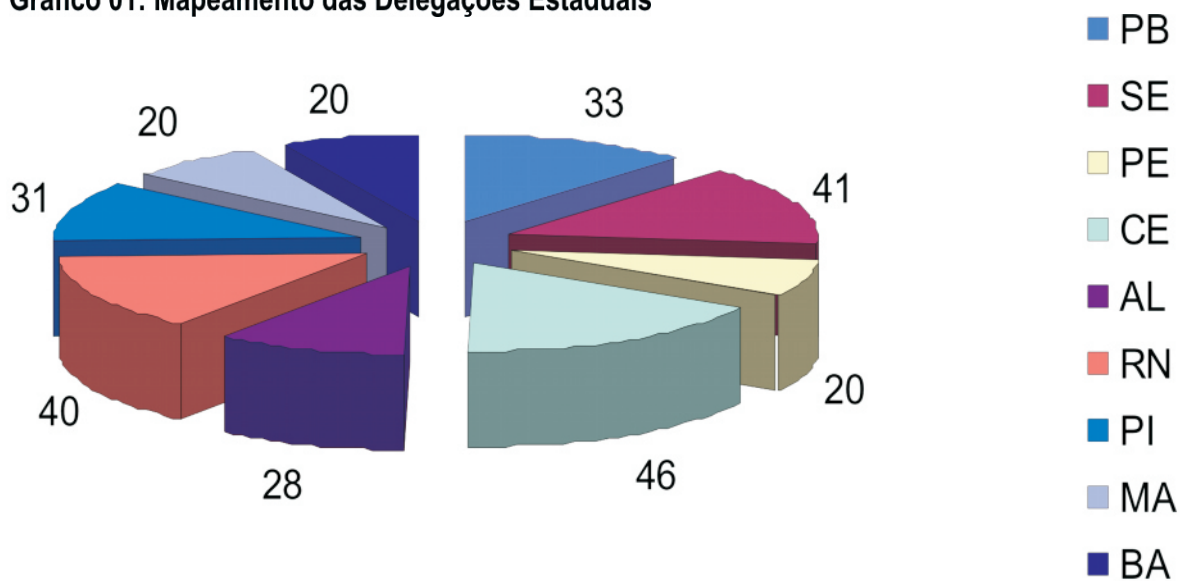
O Intercâmbio Regional Nordeste de Juventude dos Territórios foi realizado no estado da Paraíba, no município de Cabaceiras, nos dias 16 a 19 de junho de 2011. Contou com a presença de 279 jovens rurais dos territórios nordestinos, que haviam participado das etapas estaduais, e ainda outros jovens residentes no local, parceiros institucionais, integrantes do Comitê Permanente da Juventude Rural do CONDRAF, autoridades do Município e Estado, representante da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e o Secretário do Desenvolvimento Territorial.

Este foi um espaço integrador das diversas formas organizativas e expressões juvenis, buscando qualificar a participação da juventude rural no processo de desenvolvimento territorial, de forma inovadora, proativa e criativa, pautando as suas próprias necessidades específicas e pactuando com os diversos atores do território suas demandas. Essa atividade de formação contou com a presença de representantes da SDT/MDA, aproximando os/as jovens da estratégia territorial, trocando experiências de fortalecimento da participação juvenil nos territórios, possibilitando o aprofundamento dos aspectos que norteiam a organização e incidência política da juventude rural em torno do desenvolvimento rural sustentável.

Os jovens afirmaram, em todos os espaços do intercâmbio, suas identidades quilombolas, indígenas, rurais, assentados, homem, mulher, LGBT, hip hop, feministas, culturais, nordestina, brasileira, dentre outras.

O intercâmbio contou com a representação de jovens dos 09 estados nordestinos, de diferentes territórios rurais, eleitos em suas bases durante as etapas preparatórias, totalizando e distribuídos conforme gráfico a seguir:

Gráfico 01: Mapeamento das Delegações Estaduais



A partir do gráfico acima, pode-se afirmar que os Estados do Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte tiveram, respectivamente, um número maior de jovens nas suas delegações.

Atividades Realizadas: As atividades realizadas tiveram a Educação Popular como referencial teórico metodológico que fundamentou as experimentações, reflexões, troca de saberes e a construção de conhecimento durante o Intercâmbio Regional em todos os passos: Apresentações e noites culturais; Mesas de debates; Rodas de diálogos; Oficinas temáticas; Feira de saberes dos territórios, dentre outras.



Cordel das Juventudes do Piauí

Uana Sara – Esperantina/ Território dos Cocais

Sonho que se sonha só,
é apenas sonho
Sonho que se sonha junto
é realidade

Boa tarde minha gente. É com grande satisfação que viemos até aqui para falar pra esse povo, que somos do Piauí, e que amamos nosso torrão.

Piauí é terra querida, de gente feliz, mas também oprimida; de raras belezas e de gente fagueira; de homens bravos; e mulheres guerreiras.

De sol de intenso calor, Terra linda e abençoada; Por Deus nosso senhor.

Berço do homem americano; Chão do abrasado Equador.

Teresina é nossa capital; Lugar como esse não tem outro igual.

Tem escola de samba, E muita gente bonita; E o coisa de Nego no bloco de carnaval.

Nossa riqueza não pára por aqui, Pois tô falando é do estado do Piauí.

Da batalha do Jenipapo, à independência do Brasil, homem lá é cabra macho,
Mesmo não sendo civil.

Se aqui é onde o vento faz a curva, é pra abanar nossas belas palmeiras.

Refrescar a Serra da Capivara, E as nossas lindas cachoeiras.

Da planície Litorânea, tenho muito que contar, A beleza é nossa riqueza.

Venha ver o nosso mar, Delta em mar aberto, Beleza de se encontrar.

No território dos Cocais; Temos tucum, carnaúba, e muitos buritizais.

E nas festas juninas, temos muitos festivais, Também tem muita alegria.

Nos rios Piauí e Itaueiras, Nos tabuleiros do Alto Parnaíba;
e na Chapada das Mangabeiras.

A plantação de soja no cerrado, O mel de qualidade já é exportado,

Tudo aqui dá trabalho; Mas a gente se orgulha, não fique enganado.

Pois nosso chão é berço sagrado; Somos filhos do sol do Equador;

Por isso que lá faz tanto calor; Lá o povo é arretado! Gente de muito valor.

Terra de mulher bonita; E homem trabalhador. E lá no vale do Sambito,

Lugar de muita fartura; Também tem o Entre Rios; Território da psicultura.

Ambos são ricos na pecuária; E também na agricultura;

Vixe e lá tem cajuína; Pois é lugar da cajucultura.

Do Vale do Rio Guaribas; Tenho muito o que pesquisar;

Pois o que vou falar aqui; Nem chega aos pés do que tem lá.

Lá é semi-árido; A caatinga é sua vegetação;

A agricultura é de muita fartura; Sinônimo de exportação.

O Piauí é lindo demais; Digo isso com paixão;

O Piauiense tem orgulho; De seu maravilhoso torrão;

Pois acolhemos bem o povo; Com a nossa educação.

Do Vale do Canindé; Lá só não tem o que dé;

Mas eu lhe digo com certeza; Ou lugarzim que tem mulher;

Da mandioca ao leite; Da fava ao feijão;

Tem reisado e tem repente; Éta povo de animação;

Da Serra da Capivara ao Território dos Carnaubais.

A mesa de debates: Trouxe questões sobre a realidade do Nordeste, a Juventude Rural e o Modelo de Desenvolvimento - Expositores Maciel Cover, da Pastoral da Juventude Rural - PJR que tratou da experiência dos movimentos sociais juvenis, com destaque para ação da PJR, e o Secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues falou da experiência da SDT/MDA no fortalecimento da juventude nos territórios rurais, dialogando diretamente sobre as demandas e destaques trazidos pelos/as jovens no contexto nordestino.

Rodas de Diálogo: aprofundou o tema do Intercâmbio com ênfase nos eixos temáticos com

recorte sobre sustentabilidade, educação, cultura e participação política relacionando-os com os desafios e avanços, ao mesmo tempo em que se construía propostas para a pauta de reivindicações e intervenção dos movimentos sociais juvenis do campo e da cidade nos espaços de gestão das políticas públicas e do Desenvolvimento Territorial, conforme síntese:

Eixo 1. Juventude, Sustentabilidade e Permanência no Campo - importância da juventude se organizar e buscar um Modelo de Desenvolvimento Sustentável capaz de se contrapor as desigualdades sociais, a concentração de renda e terra, alicerçado nos Direitos Humanos, produção agroecológica, esporte, cultura e lazer - Participação política e incidência na construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Eixo 2. Juventude, Educação do Campo, Identidade e Cultura - Pautou o campo como um espaço de produção de vida, com educação do campo de forma contextualizada, integrada e não segmentada, que pense o conhecimento associado e relacionado com o todo, sistêmico, que se possa reconstruir o modelo que se tem sobre educação e sobre o campo. A cultura vem contando a história de cada povo, portanto, todas as manifestações culturais tem uma historicidade que vem da herança de nossos antepassados, afirmação da identidade.

Eixo 3. Juventude e Participação - Participar é ser parte e agir na sua realidade. A juventude ser e sentir-se parte, estar junto e agir estimulando o crescimento individual e coletivo, ocupar espaços e oportunidades, juventude como sujeito de direito, sujeito de sua história. A participação pelos canais institucionais já conquistados como os conselhos, colegiados e demais espaços de participação social. O público participante e a incidência do processo formativo na vida dos movimentos sociais populares - capacidade mobilizadora, formas de organização,

Oficinas temáticas especializadas - foram espaços de aprofundamento de questões centrais destacadas nas rodas de diálogo por eixo temático que se interligam, enfatizando as possibilidades, condições e caminhos para a juventude, visando maior equidade social da juventude nordestina na abordagem territorial e em âmbito nacional.

Durante as oficinas, além do trabalho por eixo temático, os jovens foram orientados a fazer revisão e atualização da plataforma política das juventudes dos territórios. As questões específicas discutidas em cada oficina estavam relacionadas ao tema do Intercâmbio, bem como as experiências trazidas pelos próprios jovens foram vivenciadas em seus territórios, dando visibilidade às principais ações e estratégias desenvolvidas pelos movimentos populares juvenis, relacionadas ao modo de vida pessoal e coletiva, no contexto das políticas públicas, ao mesmo tempo em que indicavam propostas de como potencializar suas intervenções na estratégia territorial.

Distribuição das Oficinas

Nº	Nome das Oficinas	Objetivos	Conclusões dos Participantes
01	Experiência de Agroecologia, Convivência com o Semiárido e projetos coletivos.	Conhecer a linha do tempo da Agroecologia até os dias atuais. Praticar uma experiência agroecológica nos processos da agricultura semiárida para socialização nos territórios, envolvendo construções e propostas.	Ter compromisso com o fortalecimento da agroecologia dentro dos territórios e colegiados. Valorizar a troca de saberes agroecológicos e propor novas práticas no território.
02	Experiência de mecanismos de proteção da agricultura familiar e sementes da paixão	Potencializar o armazenamento de grãos e criar banco de sementes familiares, comunitários, municipal, territorial e regional.	Criar bancos de sementes nos territórios, para garantir o plantio saudável e continuado, pois não existe desenvolvimento e sustentabilidade sem a diversidade e equilíbrio da natureza.
03	Experiência de Turismo social e desenvolvimento sustentável	Analisar a relevância da gestão dos recursos renováveis para o desenvolvimento local; Avaliar a evolução das atividades turísticas na região.	Diagnosticar e potencializar os aparelhos turísticos nos territórios, a partir da valorização da cultura local, do artesanato, com exposição de produtos locais, de forma articulada, organizada e consciente.
04	Experiência de Gênero e modelo de desenvolvimento territorial emancipador	Promover um espaço para a discussão e intercâmbio de conhecimentos e reflexões sobre as relações de gênero, pontuando a articulação de políticas que assegurem uma perspectiva de gênero nas ações de desenvolvimento territorial acerca da promoção da equidade social.	Incentivar a capacitação para homens e mulheres na perspectiva de gênero, dentro dos territórios, firmando parcerias com instituições públicas e privadas.

Distribuição das Oficinas

05	Experiência de Teatro do Oprimido como Ferramenta de Educação Popular	Proporcionar uma melhor Interação entre o grupo de jovens presentes, com base no teatro do oprimido. Estimulando assim sua participação, e contribuindo para um melhor desenvolvimento na arte do teatro.	Desenvolver a arte do teatro com base na cidadania e no desenvolvimento do ser, fazendo arte para atuar na vida, sendo atores e atuadores. Para isso é necessário ter desejo de se libertar da cadeia da opressão e não tornar-se opressor.
06	Experiência de Educação do e no Campo e as políticas de sucessão rural	Discutir os marcos legais e as políticas da educação do campo; e vivenciar experiências exitosas de educação do, no e para o campo.	Propor ações de fortalecimento da política de educação do/para o campo, nos territórios, com metodologia contextualizada incluindo Casas da Família Rural (CFR's), Escolas das Famílias Agrícolas (EFA's).
07	Experiências de PPJ's, Juventude Rural e políticas de desenvolvimento Territorial	Conceituar a política dos territórios da cidadania, políticas públicas para juventude, roda de experiências vividas pelos jovens nos territórios, elaboração de propostas para a ampliação da participação política dos(as) jovens nas instâncias de decisão.	Garantir o fortalecimento das juventudes nos territórios, com organização e participação, como mecanismo de articulação: político, cultural, institucional e financeiro. Articular políticas públicas para os(as) jovens no âmbito da estratégia territorial.
08	Experiência de Comunicação e atuação em redes sociais juvenis	Identificar mecanismos de comunicação e articulação política juvenil nos territórios.	Criar comissão de comunicação e articulação dos jovens nos territórios.
09	Experiência de Comunidades Tradicionais e Indígenas e sua participação na Política Territorial.	Debater as políticas públicas para a juventude negra e indígena, a partir de suas identidades.	Debater e construir propostas de combate ao racismo nos territórios.
10	Experiência de Cultura Popular	Socializar as culturas e se aprofundar nas discussões de cultura popular, conhecendo, vivenciando e aprendendo outras culturas através das experiências colocadas pelos participantes da oficina.	Valorizar as manifestações culturais do Território; Criar mecanismos pautados pelos movimentos para um melhor acompanhamento e controle dos projetos voltados aos pontos de cultura, esporte e lazer; Ocupar espaços de comunicação alternativa.
11	Experiência de Crédito Rural: PRONAF JOVEM e Sucessão Rural	Elaborar ideias construtivas sobre os sistemas de crédito, para facilitar o acesso ao PRONAF JOVEM.	Discutir nos territórios mecanismos para desburocratizar o PRONAF Jovem junto as agências financeiras, numa perspectiva do cooperativismo e da economia solidária; Aprender a elaborar projetos para acessar os créditos: PRONAF, Fundiário, ATER ...
12	Experiência de Percussão Criativa	Trabalhar a expressão corporal e o batuque, através da criatividade, improvisação e condições físicas.	Compartilhar as ferramentas de percussão criativa com outros jovens rurais nos territórios.

Fontes: Relatório Final do Intercâmbio Regional Nordeste da Juventude Rural

A Feira dos Territórios: Intercâmbio de saberes foi um momento culminante do Intercâmbio Regional, expressando novos elementos e produtos culturais de cada território. Os estados prepararam suas barracas com grande diversidade de produtos artesanais da cultura popular e identitária territorial. A organização da feira proporcionou a visita dos jovens participantes do território, bem como da comunidade local. Esse momento contribuiu para que os participantes do intercâmbio conhecessem o potencial de cada território, trocando experiências e produtos, bem como, mecanismos para organizar uma feira a partir da concepção da educação popular e economia solidária. Os produtos foram demonstrados por estado, trocados e vendidos solidariamente, proporcionando a vivência da inclusão produtiva dos grupos juvenis.

A Etapa Regional resultou na interlocução e integração de vários sujeitos que compõem os territórios rurais nordestinos e na formulação de proposições específicas para nortear a ação de formação e de gestão social nos colegiados territoriais, como espaço de participação e influência direta dos/as jovens, aprimorando o diálogo entre eles e os gestores públicos, os movimentos sociais, as organizações não governamentais, os sindicatos, as universidades e outros atores estratégicos que configurem uma agenda política focada na democracia participativa e na gestão compartilhada. Nesse sentido, essas iniciativas visam, de um lado, corrigir as situações de vulnerabilidade e risco social que se apresenta para os jovens, e de outro, oferecer oportunidades de experimentação e inserção nos múltiplos espaços de participação política, que favoreçam a integração social juvenil nas várias esferas da vida social, pública e privada.

Oficina de Sistematização da Experiência Juntando novos Ingredientes

A proposta inicial de realizar as ações no período de 2011 a 2013, afetada pela conjuntura nacional teve que parar, pois descriminalizava-se as organizações da sociedade civil e se discutia o marco regulatório para o setor. Assim, a formação com os jovens dos territórios foi retomada em 2013, com a realização da Oficina de Sistematização da Experiência dos Intercâmbios de Juventude, que foi realizada no Orange Praia Hotel, em Itamaracá, Pernambuco, no período de 30 de agosto a 01 de setembro de 2013. A oficina foi um momento em que se fez o resgate da experiência formativa com as juventudes dos territórios e Rede de Jovens do Nordeste e se refletiu sobre as práticas educativas do processo, em suas dimensões de formação na ação e formação programada.

E assim, entender como as estratégias definidas para o trabalho formativo, especialmente os convênios e parcerias, garantiram ou não a necessária autonomia para que os processos formativos cumpram sua função emancipadora dos sujeitos, bem como a fidelidade aos princípios da educação popular. E também contribuir com aprendizados que colaborem com as práticas dos movimentos sociais populares do Nordeste, para que estes priorizem a sistematização de experiência como construção coletiva do conhecimento. E ao final, construir recomendações metodológicas para fomentar processos de sistematização de experiências junto a movimentos sociais populares e juvenis no Nordeste, bem como nos Colegiados Territoriais.

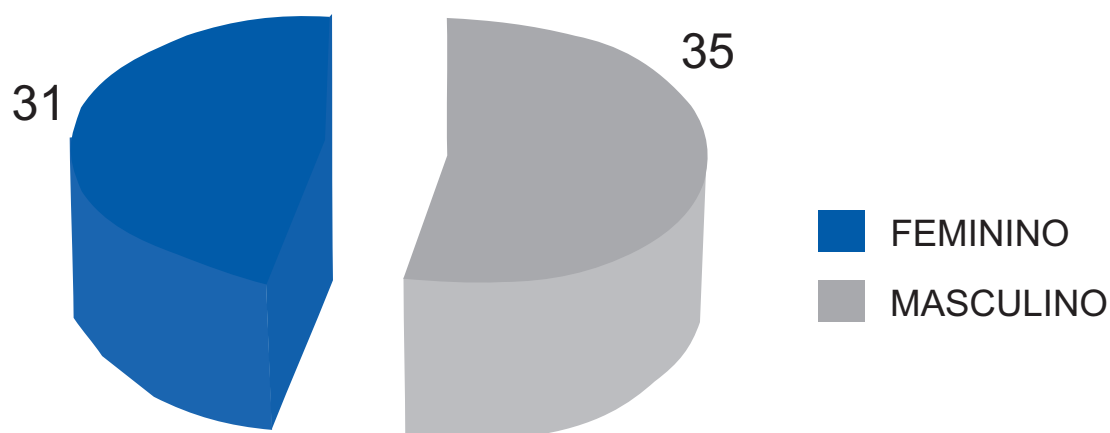
As expectativas dos participantes perpassaram por vivenciar este espaço como um momento de integração das experiências dos sujeitos envolvidos, de aprofundamento e exercício prático da sistematização da experiência como instrumento metodológico da educação popular, revivendo a ação formativa, o reencontro com os amigos, o momento de organizar e analisar os passos dados durante o processo, construir coletivamente novos conhecimentos, experimentar a capacidade de registro formal das etapas e experiências e compartilhar os saberes, tendo como foco o fortalecimento da ação e participação da juventude e acessos as PPJ's. Fortalecer as dinâmicas participativas, tendo a fala como instrumento de participação e das descobertas da formação na ação.

Como princípio norteador, a sistematização da experiência foi construída pelas juventudes e demais sujeitos que elaboraram e executaram o projeto. Os passos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da oficina foram: o resgate das memórias do processo formativo em âmbito estadual e regional a partir da construção da "Linha do Tempo"; Reflexão e aprofundamento dos princípios norteadores da Sistematização da Experiência, na concepção da Educação Popular; o papel do/a educador/a popular, o compromisso e intencionalidade política do trabalho em Rede, bem como a análise e definição dos eixos da sistematização de experiência, de forma a identificar os aprendizados, motivações, limitações, perspectivas, conclusões e formas de visualização. E ao final, se construiu recomendações para novos processos de sistematização de experiências que venham a ser realizados junto aos movimentos sociais populares e juvenis nos Territórios na região.

ETAPA INTERREGIONAL - Protagonismo Político da Juventude Rural

O Intercâmbio Interregional de Juventude e Desenvolvimento Territorial foi realizado no período de 26 a 30 de Abril de 2014, na Ilha de Itamaracá/PE – Hotel Forte Orange, com o objetivo de colaborar com a consolidação da ação em rede e intervenção das juventudes rurais, como sujeito de direitos no acesso as políticas públicas, com abordagem territorial e afirmação das identidades, tendo como instrumentos a Plataforma Política das Juventudes Rurais dos territórios e o PNDRSS.

Participaram do Intercâmbio 66 jovens, 31 do sexo feminino e 35 do sexo masculino. Estes representavam seus Estados.



A atividade teve como objetivos específicos:

Aprimorar a Plataforma Política da Juventude Rural dos Territórios a partir das contribuições das Juventudes das demais regiões;

Construir estratégias de fortalecimento das juventudes, suas identidades e institucionalidades nos colegiados territoriais, por meio dos comitês de juventude, redes, movimentos em âmbitos territoriais, regional e nacional, fortalecendo a ação em rede e o processo de intervenção dos movimentos e organizações de juventude nos espaços de decisão dos municípios, dos territórios e dos estados;

Ampliar o diálogo sobre as políticas públicas e programas para juventude rural dos territórios, criando estratégias mobilizadoras e de facilitação do acesso dos/as jovens a essas e aos programas e políticas públicas.

No início da atividade se construiu a “linha do tempo” da experiência e sua integração com as transformações na vida pessoal e política de cada jovem participante da experiência. Com a partilha da memória individual de cada jovem foi possível perceber a construção coletiva e individual dos sujeitos, que simultaneamente foram construindo sua história e aprendizados. Nesse passo foi possível destacar enfaticamente seis aspectos:

1. Aspectos pessoais, afetivos, políticos e pedagógicos - As amizades, a saudade, muita gente permanece porque foi tocada por essa luta.

2. Aspectos institucionais - vários jovens assumiram cargo na gestão pública e estão fazendo esforços de inserção nos espaços de gestão e monitoramento das políticas públicas, querem mudar e acessar as políticas públicas. Outros participam de conselhos, da criação dos comitês e novas institucionalidades políticas.

3. Os desafios e as limitações das políticas públicas para a juventude - “A tristeza de ver jovens envolvidos com drogas.”

4. Os avanços na participação - dos jovens nos movimentos sociais, nas lutas por direitos e serviços, como a marcha das mulheres, o Grito da Terra e as conferências.

5. A sucessão rural - como foco, uma reflexão sobre “sair do lugar, sem abandonar o lugar, pensar o país”.

6. A Rede de Jovens do Nordeste - interiorização e fortalecimento das suas ações e visibilidade, a partir desta experiência, com a superação dos limites geográficos, qualificando sua participação/ação na luta por políticas públicas.

Para qualificar a Intervenção Política da Juventude Rural foi retomada a Plataforma Política das Juventudes dos Territórios do Nordeste, com apresentação e aprofundamento do seu conteúdo, identificando avanços e entraves, ao mesmo tempo em que se fez a atualização da Plataforma mediada pelas propostas da juventude aprovadas na 2ª CNDRSS e da pauta da Pastoral da Juventude Rural de 2014.

Esse momento foi estratégico para que a juventude camponesa do Nordeste colaborasse com o debate das políticas de juventude rural e sua territorialidade, em parceria com a Rede de Jovens do Nordeste. A ideia foi de consolidar a ação territorial, por meio da plataforma política e criação dos comitês, com o intuito de fortalecer a juventude e suas pautas, aperfeiçoando no intercâmbio as propostas, com a força e a energia da juventude rural nordestina.

Por meio de Oficinas Temáticas, as juventudes puderam revisitar, analisar e atualizar as propostas, bem como incluir novos eixos e propostas à Plataforma da Juventude, como: Democratização das TIC's e as Novas formas de Organização Juvenil; Reforma Política, Direito ao Voto e as PPJ's; Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra; Geração de Renda e Acesso à Terra, ao Crédito e a ATER; Pluralidade, Identidades e Saúde (Gênero, diversidade, povos e comunidades tradicionais). A Plataforma anterior tinha apenas cinco eixos: Educação; Organização e Participação Política; Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer; Geração de Trabalho e Renda; Direito à Saúde de Qualidade.

Na Oficina Temática sobre Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra foi percebido pelo grupo que a plataforma não contemplava ações de enfrentamento aos problemas que se abatem sobre a juventude negra que sofre com a segregação e prática de extermínio, problema também presente no campo. Os dados referentes a morte da juventude negra, mostram que essas mortes tem cor, idade e razão social. Reafirmou ainda o apoio a aprovação da PEC 4471/12.

Durante a Oficina Temática sobre Pluralidade, Identidades e Saúde, Gênero, Diversidade, Povos e Comunidades Tradicionais foram discutidas as questões étnicas, raciais e desiguais que estão presentes na sociedade brasileira. Com destaque para as demarcações e homologação das terras dos quilombolas e indígenas e a ausência de políticas públicas que enfrente a realidade da migração da juventude. Foi visto ainda que a desvalorização das identidades e saberes, bem como a inviabilidade do acesso à terra, ameaçam a continuidade da agricultura familiar e a sustentabilidade desses povos e comunidades no campo.

A Oficina Temática de Participação, Reforma Política, Direito ao Voto e as PPJ's proporcionou o debate sobre a Reforma Política, no intuito de fortalecer a democracia direta com o projeto de iniciativa popular. Tendo como estratégia o plebiscito popular, para uma constituição exclusiva e soberana, que pense o sistema de poder do Brasil, a comunicação, o legislativo, o executivo e o judiciário. Pois o sistema eleitoral político não proporciona a participação de diferentes segmentos em igualdade de

condições nas disputas eleitorais. Atualmente os eleitos para o legislativo e executivo são compostos por mais de 70% de fazendeiros e empresários (da educação, da saúde, industriais, etc) sendo que a maioria da população é composta de trabalhadores e camponeses. 9% de Mulheres, sendo que as mulheres são mais da metade da população brasileira. 8,5% de Negros, sendo que 51% dos brasileiros se autodeclararam negros. Menos de 3% de Jovens, sendo que os Jovens (de 16 a 35 anos) representam 40% do eleitorado do Brasil.

A partir das Oficinas Temáticas, a Plataforma ampliou-se para nove eixos: Direito à Educação; Direito à Inclusão Digital e as Tecnologias da Informação e da Comunicação; Por Uma Reforma Política Popular; Direito à Terra, ao Crédito, a ATER e as ATES; Direito à Vida para a Juventude Negra; Direito ao Território; Direito ao Esporte, Cultura e Lazer; Direito à Participação Política; Direito à Saúde de Qualidade.

Para além da atualização e ampliação das proposições e eixos, as juventudes ainda construíram estratégias de monitoramento ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e de incidência e resistência às diferentes forças políticas, nos espaços de participação do Colegiado.

Juventudes Rurais uma só plataforma



**Relação das regiões, estados, territórios e organizações presentes
no Encontro Nacional de Juventude Rural**

	REGIÃO NORDESTE	
Estado	Território	Organização
Maranhão	Baixo Parnaíba, Médio Mearim	RJNE, PROJUR, STTR's Lago dos Rodrigues
PIAUÍ	Vale dos Guaribas, Planície Litorânea, Entre Rios, Cocais, Vale das Mangabeiras	RJNE, PJR
CEARÁ	Inhamúns/Crateús, Maciço do Baturité, Metropolitano José de Alencar	RJNE, Movimento de Juventude Indígena, Casa Brasil de Juventude, Prefeitura de Crateús
PARAÍBA	Cariri Oriental, Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul	Pastoral da Juventude Rural; Associação Viva Cultura, RJNE/PB e OJIP/PB, Movimento Quilombola, Pastoral da Juventude Rural
RIO GRANDE DO NORTE	Seridó, Potengi, Terras Potiguaras, Assú–Mossoró, Natal	RJNE, CEPAC, Levante Popular da Juventude, Movimento Negro, AGROFITO, JUFC
PERNAMBUCO	Território da Cidadania Mata Sul, Indígena, Agreste Setentrional, Agreste Meridional	Grupo Há Jovens em Ação, Articulador da COJIPE, Fórum das Juventudes de PE–FOJUPE, Movimento dos Pequenos Agricultores– MPA
ALAGOAS	Agreste Alagoano, Bacia Leiteira	RJNE e Cooperativa, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pão de Açúcar, PJMP
SERGIPE	Agreste Sergipano, Sul Sergipano, Leste Sergipano, Território de Identidade	RJNE e Cooperativa, Associação São Benedito, Departamento de Juventude- Prefeitura Municipal de Indiaroba, Ponto de Cultura Batuque de Angola; Axé ô; Grupo Kizomba
BAHIA	Pataxó Hãhã hãe, Sisal, Baixo Sul,	RJNE, THIDÊWÁ, Lider, Escola das Águas, Instituto Casa da Cidadania de Serrinha- ICCS

	REGIÃO NORTE	
Estado	Território	Organização
PARÁ	Território Nordeste Paraense - Região do Salgado, Transamazônica, Saincinza, Baixo Tocantins, Altamira	PJR, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Rede CEFFAs, Povo Munduruku, Casa de Educação Popular, Pastoral da Juventude, MSTR
TOCANTINS		Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
RONDÔNIA	Rio Terra	UNEFAB/ Rede CEFFAs
ACRE		Secretaria de Jovens Trabalhadores Rurais

	REGIÃO CENTRO OESTE	
Estado	Território	Organização
GOIÁS	Chapada dos Veadeiros, Estrada de Ferro	Pastoral da Juventude Rural – PJR, UNEFAB/Rede CEFFAs
MATO GROSSO DO SUL	Território da Reforma	MST, UNEFAB/Rede CEFFAs

	REGIÃO SUDESTE	
Estado	Território	Organização
ESPIRITO SANTO	Nova Venécia	PJR, UNEFAB- Rede CEFFAs
SÃO PAULO	Itapeva – SP	FAF/CUT SP
MINAS GERAIS	Cidadania Vale do Mucuri, Serra Geral de Minas	MSTTR, PJR
RIO DE JANEIRO	Norte Fluminense	PJR, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

	REGIÃO SUL	
Estado	Território	Organização
RIO GRANDE DO SUL	Rural Alto Uruguai, Central	MST, FETRAF SUL, CONTAG
PARANÁ	Indígena Apucarantina, T. da Cidadania de Cantuquiriguaçu, Sudoeste Paranaense	Comissão Nacional de Juventude Indígena, ARCAFAR Sul, MST
SANTA CATARINA	Iporã do Oeste	ARCAFAR Sul / Rede CEFFAs

O Encontro Nacional das Juventudes dos Territórios foi realizado de 31 de julho a 03 de agosto de 2014, na Ilha de Itamaracá, no Estado de Pernambuco, teve como objetivo principal consolidar a ação em rede e a intervenção das juventudes rurais como sujeito de direitos no acesso às políticas públicas, com abordagem territorial e afirmação das identidades, tendo como instrumentos a Plataforma Política das Juventudes Rurais dos territórios e o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Foi percorrido ainda os seguintes objetivos específicos: Proporcionar o encontro das juventudes rurais dos territórios em sua diversidade regional, cultural e étnica, compartilhando seus processos organizativos e lutas; Aprimorar a Plataforma Política das Juventudes Rural dos Territórios incorporando as contribuições das Juventudes das demais regiões brasileiras; Construir estratégias de fortalecimento das juventudes rurais dos territórios, suas identidades e institucionalidades nos colegiados, por meio dos comitês de juventude, redes, movimentos em âmbitos territoriais, regional e nacional, fortalecendo a ação em rede e o processo de intervenção dos movimentos e organizações de juventudes nos espaços de decisão dos municípios, dos territórios e dos estados; Ampliar o diálogo sobre as políticas públicas e programas para juventude rural dos territórios, criando estratégias mobilizadoras e de facilitação do acesso das juventudes aos programas e políticas públicas.

Durante o encontro foi socializada a linha do tempo da experiência formativa com as juventudes dos territórios nordestinos, bem como a Plataforma Política da Juventude dos Territórios, para todos os jovens rurais das cinco regiões do Brasil participantes do encontro, com o objetivo de se apropriarem dos passos da experiência, bem como do conteúdo da plataforma, que foi trabalhada inicialmente pelos jovens da região Nordeste, desde 2009.

Assim, todos os/as jovens presentes no Encontro Nacional, por meio de Grupos de Trabalho, puderam se apropriar da construção da plataforma, fazer o diálogo a partir das demandas de cada região e sugerir ajustes e novas propostas para a referida plataforma, bem como destacar prioridades e estratégias para dialogar com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme quadro abaixo:

Síntese das Prioridades das Juventudes dos Territórios para Dialogar Efetivamente com a SDT/MDA

REGIÕES	PRIORIDADES	ESTRATÉGIAS
NORDESTE	Criar e fortalecer os comitês da juventude em todos os colegiados territoriais apoiados pela SDT/MDA, para que a juventude possa incidir e efetivar a governança social no orçamento e nas políticas públicas implementadas nos Territórios Rurais; Criar instância/estrutura específica (secretaria, diretoria ou coordenadoria) da juventude rural no MDA para trabalhar na elaboração e execução de políticas públicas para a juventude camponesa, com orçamento expressivo e pessoal capacitado, a fim de dar conta das demandas apresentadas e conter o êxodo rural; Criar um fundo de apoio nacional para garantir a articulação, organização, inclusão e incidência da juventude rural nos espaços de participação política dos territórios;	Fortalecer a participação da juventude nos territórios por meio da criação dos comitês de juventudes.
SUL	Fortalecer a educação do \nol para o campo com metodologia contextualizada, ampliando as Casas da Família Rural - (CFR'S) e Escolas das Famílias Agrícolas (EFA's) com garantia de recursos federal e estadual para sua funcionalidade; Garantir que as escolas que desenvolvem educação do campo possam executar o PRONATEC E PRONACAMPO, como as EFAs, CFRs e Organizações afins; Criar e fortalecer os comitês da juventude nas instâncias em todos os colegiados territoriais apoiados pela SDT/MDA, para que a juventude possa incidir e efetivar a governança social das políticas públicas implementadas nos Territórios Rurais; Criar um Plano de Formação para as juventudes territoriais, valorizando as identidades e as perspectivas sociais dos jovens rurais, visando fortalecer as organizações juvenis na gestão social dos territórios e no planejamento de suas ações estratégicas; Criar um fundo nacional para garantir a articulação, inclusão e incidência da juventude rural nos espaços de participação política;	Organizar jornadas de lutas da juventude dos movimentos sociais para cobranças das pautas da Plataforma.

SUDESTE	Que a SDT se responsabilize na realização de curso de capacitação e formação política para jovens articuladores animadores e pela remuneração dos mesmos; Acompanhamento pela SDT aos comitês de juventude formados, para seu funcionamento e participação efetiva no colegiado territorial; Que a SDT realize cursos moduladores e de formação continuada em torno do debate feminista, diversidade sexual e antirracista. Que tais cursos sejam ofertados pelos colegiados territoriais e disponibilizem material pedagógico; Implantação de universidades rurais nas regiões onde ainda não existem; A ausência das Universidades Federais reflete na deficiência – e em algumas realidades na ausência total – de cursos de graduação e licenciaturas específicas “do campo”.	Ter a Plataforma como um instrumento referencial para disputar politicamente nos territórios.
NORTE	Ampliar, aperfeiçoar e desburocratizar o acesso aos recursos do PRONAF Jovem, do Crédito Fomento do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e da Linha Nossa Primeira Terra (PNCF/NPT) para a juventude rural, assegurando: cota de 30% para a mulher jovem rural; acesso independentemente de formação profissional; orientação de acesso ao crédito para jovens; autonomia econômica e sucessão familiar, com prioridade para os filhos de agricultores e pecuaristas familiares, com 80% de recursos não reembolsáveis; Fortalecer a educação do/no/para o campo com metodologia contextualizada, ampliando as Casas da Família Rural (CFR's) e Escolas das Famílias Agrícolas(EFA's) com garantia de recursos federal e estadual para sua funcionalidade; Criar e fortalecer os comitês da juventude nas instâncias em todos os colegiados territoriais apoiados pela SDT/MDA, para que a juventude possa incidir e efetivar a governança social das políticas públicas implementadas nos Territórios Rurais;	
CENTRO OESTE	Implementar escolas de nível médio no campo adaptando às condições e necessidades do meio rural incorporando metodologias adequadas às realidades locais. Fortalecer a Reforma Agrária ampla e popular, via desapropriação de latifúndio, com mecanismos e metas estabelecidas que garanta o acesso à terra para a juventude camponesa; Reconhecer, demarcar, homologar e titularizar os territórios dos povos e comunidades tradicionais, acompanhado de políticas públicas e programas que respeitem suas identidades e cultura, preparando e capacitando os próprios sujeitos para os serviços de educação, saúde, qualificação profissional e as demais áreas, onde todas as ações sejam realizadas de forma dialogada com os povos e comunidades tradicionais valorizando suas culturas, organização social, identidades e trabalho; Garantir o direito ao território, a identidade, a cultura e o meio ambiente às comunidades e povos tradicionais, consultando-os antes da implantação de grandes projetos (hidroelétrica, usinas nucleares) que causem impactos na vida dos sujeitos que vivem nos territórios indígenas, quilombolas e camponês; Criar e fortalecer os comitês da juventude nas instâncias em todos os colegiados territoriais apoiados pela SDT/MDA, para que a juventude possa incidir e efetivar a governança social das políticas públicas implementadas nos Territórios Rurais.	

Os jovens apontaram como prioridade a criação e formação dos comitês de juventude nos colegiados. Também se destacou a proposta do plano de formação para as juventudes, fortalecimento da educação do/no/para o campo com metodologia adequada e conteúdos contextualizados, a criação de um fundo de apoio nacional para garantir a articulação, organização, inclusão e incidência da juventude rural nos espaços de participação política dos territórios. E ainda fortalecer a Reforma Agrária ampla e popular; reconhecer, demarcar, homologar e titularizar os territórios dos povos e comunidades tradicionais e ampliar, aperfeiçoar e desburocratizar o acesso aos recursos do PRONAF Jovem, do Crédito Fomento do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e da Linha de Financiamento Nossa Primeira Terra (PNCF/NPT) para a juventude rural.

Os parceiros representantes dos movimentos sociais presentes no Encontro Nacional - PJR, CONTAG, FETRAF Brasil, MST, MPA, RJNE, REDE CEFFAS e COJIPE, por meio de uma Roda de

Diálogo com as juventudes, a partir das propostas da Plataforma apresentadas pelos jovens das cinco regiões do Brasil, discutiram a possibilidade de construir pautas e estratégias de lutas unificadas dos movimentos. Estes identificaram pautas de lutas que unificam os movimentos sociais presentes no Encontro Nacional, seguem abaixo por ordem de importância:

Reforma Agrária (Acesso à Terra, Homologação das Terras dos Povos Indígenas);

Educação do Campo;

Direito ao Território: Instituir a Política de Desenvolvimento Territorial como Política de Estado, com a construção de Orçamentos Participativos Territoriais Integrados (União, Estados, Municípios);

Reforma Política Popular;

Soberania Alimentar e Alimentos Saudáveis;

Organização e Fortalecimento da Juventude Rural.

Por fim, as juventudes participaram do intercâmbio de Saberes e Sabores Culturais, um espaço onde as juventudes das cinco regiões do Brasil puderam expor seus produtos identitários e culturais. A feira de saberes e sabores das juventudes rurais dos territórios teve o objetivo de intercambiar a vivência e diversidade cultural, bem como a comercialização de produtos regionais das juventudes e suas comunidades. Cada região contou com um stand, de cor específica, coordenados pelos próprios jovens para expor seus símbolos e produtos.



O Intercâmbio de Experiências como Ingrediente da Educação Popular para a Gestão Social

A modalidade formativa do Intercâmbio tem sido uma ação demandada pela juventude rural dos territórios, que buscam trocar experiências, construir aprendizagens, contextualizar vivências e aprimorar estratégias de intervenção política em instâncias de deliberação territorial. Os/as jovens tem uma atuação interessada e proativa nos momentos de intercâmbio, considerando-o como um espaço de formação e aprendizagem.

O intercâmbio tem se destacado pela importância da interface entre os jovens envolvidos e as ações formativas promovidas pela EQUIP e Rede de Jovens do Nordeste, de modo a possibilitar maior aproveitamento das experiências e replicagem das mesmas, considerando a continuidade do processo educativo e a implementação de novas práticas para fortalecer a gestão social dos territórios.

Os intercâmbios foram momentos formativos e informativos de troca de conhecimento, reflexões sobre os problemas, oportunidades e potencialidades da juventude rural no desenvolvimento territorial.

Nos referenciais da Estratégia de Desenvolvimento Territorial, os intercâmbios contribuem para a formação dos agentes, através da abordagem de novas e eficientes vivências em diversos temas e questões sociopolíticas, bem como incentivam o aprimoramento da gestão social, quais sejam: de articulação, mobilização, organização, coordenação e deliberações sobre temas estratégicos ou de organização dos sujeitos para as ações ou mesmo para a inserção de atores na estratégia territorial, dentre eles os jovens.

Essa modalidade formativa, ingrediente metodológico da educação popular, revela a aprendizagem da própria experiência dos e das representantes dos movimentos, redes e organizações sociais, bem como gestores públicos. Um espaço mutuamente formativo, tecendo emoções, afetos, saberes, poderes e conhecimento, ressignificando as próprias experiências e reconstruindo as práticas de intervenção social e política nos espaços de poder da sociedade. As lições diárias lançadas reciprocamente na prática social é o mote da inspiração para o processo educativo do intercâmbio de experiências.

O intercâmbio evidencia a aprendizagem coletiva, através do diálogo, da troca de ideias que desdobra-se no processamento da mudança proativa dos sujeitos participantes, numa perspectiva de descentralizar informação, conhecimento, cultura, política e poder. Aprender o viver humano, seus saberes e valores traduz-se numa relação educativa, somando o viver e o ser.

O intercâmbio como ação de formação torna instigante aos sujeitos, apropriarem-se de mecanismos capazes de transformar e conduzir seus próprios conhecimentos, na perspectiva da transformação social, bem como na reinvenção de si mesmos, como sujeito político de direito. Nesses espaços de relação com o outro, desenvolver "o fazer" das atitudes coletivas humanizadas com solidariedade, cooperação, diálogo e respeito às diversas identidades, facilita ao participante construir

o novo "dever" de ser humano. O papel de ser sujeito político educador e educando, é o traço fundamental para a relação com uma sociedade também sujeita, ou seja, a transformação da sociedade.

O intercâmbio proporciona o encontro de gerações com semelhanças e diferenças culturais, identitárias, ideológicas, políticas, econômicas, sociais nas interações entre si, dando sentido ao gosto de viver e conviver juntos/as, aprendendo e compartilhando saberes e experiências.

Os momentos de troca de ideias, concepções e práticas políticas da juventude nos intercâmbios constituem a construção de conhecimentos, reorientando a metodologia da ação, reciclando na intervenção para a vida nos movimentos, organizações, colegiados e territórios.

No compartilhar das experiências, os jovens experimentaram uma relação direta com a diversidade, desencadeando um efeito educativo e possibilitando o primeiro intercâmbio humano. Essas relações interativas no trabalho formativo provocaram a estes sujeitos sociais jovens um novo papel dentro da gestão territorial no controle das políticas públicas.

Passos metodológicos dos Intercâmbios de experiências juvenis numa perspectiva territorial e regional:

1- O Propósito do Intercâmbio – Não pode ser confundido como uma simples troca de experiências. Ter clareza do que se quer e para quê. Nesse sentido, é contribuir no conhecimento de experiências, avaliando as ações coletivas, suas potencialidades, limitações, com reflexão para a mudança na vida pessoal, política e nos espaços coletivos, dentre eles: o Colegiado Territorial.

2- A Concepção e a Construção de Parceria para o Intercâmbio – Identificar as instituições e parceiros que comungam com o projeto de construção coletiva democrática, de abordagem territorial, com um trabalho educativo voltado para a transformação social, na intencionalidade de qualificar os sujeitos interferindo na sociedade, e na Gestão Social do Território. A Rede de Jovens do Nordeste, foi a parceria que qualificou e fortaleceu a formação com as juventudes dos territórios.

3- A Construção do Roteiro Metodológico – Construir com alicerce nas expectativas dos facilitadores, do objetivo norteador, especialmente na capacidade de interagir dos sujeitos jovens. Essa ferramenta é utilizada como animadora da participação dos sujeitos, orientando os objetivos, os passos, os procedimentos, os acordos coletivos, e as comissões de trabalho.

4- A Mobilização e a Preparação dos Sujeitos – Construir parceria na mobilização da juventude (Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário, articuladores estaduais, assessores territoriais, Rede de Jovens e organizações juvenis). Realizar etapas presenciais (intercâmbios estaduais) para dialogar, motivar, refletir e envolver os sujeitos jovens ao objetivo central do Intercâmbio, bem como para identificar e eleger os agentes de desenvolvimento (representantes territoriais) que interagem no Território, visando a participação (das delegações estaduais) nos demais Intercâmbios: Regional, Interregional e Nacional para consolidar as experiências e propostas para a plataforma política da juventude rural.

5- A Realização do Intercâmbio – Analisar a prática, relacionando-a com as vivências e saberes, imergindo, discernindo e trocando com as experiências apresentadas, identificando as questões subjetivas, os impactos, as inovações, as limitações, as potencialidades, os valores e os resultados. Nesse passo, se observou a consciência dos participantes de estarem diante de algo novo que pode desafiar, provocar, orientar e construir novos elementos para sua ação interventiva no território, na sociedade, no mundo.

6- As Recomendações Metodológicas – Promover a consolidação das propostas, a partir da interação dos saberes, costumes, vivências e práticas sociais, resgatando a dialética dos

elementos e aspectos cruciais que norteiam as boas práticas da ação transformadora. São as ferramentas recomendadas para re-orientar e re-significar as práticas desenvolvidas nas experiências, apontando o papel e o compromisso dos sujeitos políticos jovens na atuação e incidência na vida, nos movimentos e nos territórios.

7- A Avaliação das Etapas – Analisar o processo: conteúdos; participação; metodologia; estrutura; atividades; alimentação; coordenação; experiências; interação; aprendizagens e lições no significado do intercâmbio, como ação formativa.

8- A Socialização e Sistematização das Experiências – Socializar a experiência com outros atores sociais, através da sistematização da experiência, nos aspectos que tange o que foi refletido, apresentado, discutido, aprofundado e sinalizado para o aprimoramento do conhecimento, das práticas de intervenção e de gestão social, desde as instâncias territoriais aos espaços de poder que compõem a sociedade.

Esses passos não foram rígidos e lineares, foram adaptáveis, cíclicos e sensíveis à realidade, aos sujeitos, as experiências e ao fazer educativo de quem o facilita.

O Intercâmbio de Experiências Juvenis como Ferramenta Indutora de PPJ's

Frente às várias questões que se apresentam para a sociedade brasileira, aquelas que afetam a juventude talvez se configurem como especialmente dramáticas. Afinal, embora vivam sob a promessa de autorealização futura pela participação na vida adulta, os/as jovens herdaram da sociedade um conjunto de instituições e processos que delimitam seu espaço social e suas trajetórias. Assim, o enfoque da juventude na análise sobre os rumos das políticas públicas é um esforço no sentido de identificar os pontos de estrangulamento destas políticas e as oportunidades que ora estão colocadas para o seu aprimoramento na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, no âmbito da abordagem territorial.

A modalidade formativa do Intercâmbio estabelece diversos momentos de debater a juventude, bem como as questões usualmente associadas à condição juvenil, que tradicionalmente concentram o olhar na perspectiva da educação, trabalho e renda, saúde, segurança, acesso aos direitos e às políticas públicas como aspectos preparatórios e sustentáveis para uma vida digna.

Somados a esses aspectos, estão a cultura, o esporte, o lazer e a participação cidadã, desde a vida comunitária às instâncias de poder e decisão na sociedade, dentre elas, o território como lugar de integração de espaços, atores e políticas públicas.

Com a abordagem territorial, as juventudes e suas formas organizativas, impulsionaram um novo debate no contexto dos territórios rurais, pautando suas demandas nesse cenário, para o reconhecimento das questões específicas que as afetam. É o caso, por exemplo, da possibilidade de vivenciar formas próprias de diversão e expressão nos espaços públicos, da necessidade de exercitar livremente possibilidades de escolha no mundo do trabalho ou de frequentar espaços de discussão específica e gerar pautas novas dentro dos movimentos sociais, dos conselhos setoriais, dos colegiados territoriais, enfim, dos espaços de definição e deliberação de políticas públicas. *“A gente construía os espaços, mas como coadjuvante. A partir dessa experiência passamos a ser protagonistas de nossa história”* (Ailton André – MA).

Essas ideias e iniciativas tornaram-se possíveis, a partir do governo Lula com a implementação da Política Nacional de Juventude, criando institucionalidades governamentais, como a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e o Conselho Nacional de Juventude, como espaço de controle social e

ainda o desenvolvimento de programas e políticas específicas para a juventude. Para além desses espaços, o governo Dilma aprovou o estatuto da juventude, uma importante conquista para os jovens brasileiros. Este arranjo institucional busca atender aos objetivos de: articular as ações federais voltadas para o público juvenil; promover a participação dos vários grupos e organizações de jovens, na reflexão e formulação da política de juventude e garantir os direitos para melhorar as condições de vida dos/as jovens.

Não obstante a relevância política desse aparato institucional no que concerne à inserção das questões juvenis na agenda pública. Durante o debate nos Intercâmbios de Juventude foram destacadas a necessidade de ampliar consideravelmente a participação juvenil no escopo do Desenvolvimento do Brasil Rural, no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial, de modo que se efetive a gestão social e constituição dos comitês de juventude nos colegiados territoriais, bem como o reconhecimento de suas diversidades, capacidades para discutir, propor e definir os projetos estratégicos específicos, incluídos nos PTDRS e agora em 2014 no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-PNDRSS.

Os intercâmbios de experiências tornaram-se uma modalidade formativa indutora de PPJ's, pois possibilitaram o aprimoramento dos conhecimentos, a definição das demandas, a aproximação e unificação de pautas dos movimentos e organizações da juventude rural, bem como proporcionaram a construção de uma plataforma política nacional, definindo PPJ's e o fortalecimento da participação política e da gestão social nos territórios.

Ademais, faz-se necessário fomentar a incorporação dos comitês de juventude dentro da estrutura do colegiado territorial, tendo em vista que os/as jovens destacam os principais impedimentos na participação, a relação com os atores sociais que compõem o colegiado. E ainda, atentar para as especificidades dos jovens rurais na formulação e execução dos projetos estratégicos nas várias áreas da Política de Desenvolvimento Territorial, de tal forma a considerar os projetos de infraestrutura, as bases de serviço, a inclusão produtiva, a segurança alimentar, a assistência técnica, a aquisição de alimentos da agricultura familiar, a educação do campo, os créditos produtivos e demais ações do governo federal junto a abordagem territorial e o PNDRSS.

De outra parte, cumpre envolver, de maneira direta, outras instituições e movimentos parceiros, integradas em torno dos quesitos da juventude rural, considerando esse segmento social como sujeitos de direito que se encontram em fase de experimentação de múltiplas possibilidades de inserção na vida social, política, econômica e cultural do país. Tendo ainda dois preocupantes elementos do contexto rural: o envelhecimento e a masculinização do campo, ambos, imprimindo uma ameaça a sucessão rural e a continuidade da agricultura familiar.

A Abordagem Territorial reconhece os saberes e as contribuições dos jovens, e consolida-se como uma das estratégias para o desenvolvimento rural, para redução das desigualdades regionais e sociais em condições de sustentabilidade, convocando diretamente uma diversidade de órgãos federais a uma ação mais coordenada, focada e diferenciada para assegurar a universalidade dos direitos, a começar pelo direito humano.

As diretrizes da política de desenvolvimento territorial somada as ações de formação contribuem para a gestão participativa e o desenvolvimento de capacidades dos atores sociais jovens, preparando-os para assumir a gestão social dos territórios, com um plano de intervenção coletivo capaz de negociar e concertar modelos de articulação das iniciativas sociais, privadas e públicas nos territórios rurais.

A juventude precisa pautar suas necessidades específicas, como parte integrante do todo do território, conectando sua identidade ao complexo universo identitário territorial, ocupando os espaços políticos, colegiados e incidindo na formação dos comitês de juventude, alinhando suas demandas às pautas dos outros atores e sujeitos sociais.

Papel dos Comitês Setoriais de Juventude na Gestão Social dos Territórios

Os Comitês Setoriais¹² geralmente possuem um caráter permanente e são formados de acordo com os grupos de identidade/afinidade existentes no território com o objetivo de fortalecer a articulação dos segmentos sociais historicamente fragilizados ou grupos sociais diversos, que se reúnem para além do Plenário (jovens, mulheres, indígenas, quilombolas, extrativistas, grupos produtivos, entre outros).

Esses espaços são criados e aprovados pelo Plenário do Colegiado Territorial, para ampliar sua ação, seus espaços de inserção e participação e subsidiar suas decisões, e deverão respeitar a diversidade de organização existente em cada realidade territorial. E tem o papel de propor, dialogar e articular diferentes segmentos sociais, para que estejam devidamente engajados no processo e temas específicos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, impulsionando a participação de setores historicamente excluídos do processo decisório e das políticas públicas.

Cada comitê deve ter um caráter amplo, possibilitando a participação de quem se interessar pelas questões inerentes a sua criação.

Atribuições:

Apoiar e contribuir com o processo de organização e articulação do segmento em âmbito territorial;

Mobilizar, articular, organizar, discutir e encaminhar demandas de interesse do segmento;

Aprofundar e ampliar discussões em torno de temáticas específicas e relevantes para o processo de desenvolvimento territorial;

Ter como elemento norteador de suas ações e atividades o PTDRSS;

Favorecer articulações em rede com espaços afins;

Propor critérios para seleção e priorização de projetos específicos;

Manter diálogo permanente com o núcleo dirigente;

Propor e apoiar eventos e atividades com recorte de identidade, bem como de planejamento, formação e sistematização relacionadas aos temas que lhes são pertinentes;

Definir seus objetivos, funcionamento e plano de trabalho, que devem ser apresentados ao Colegiado Territorial e custeados com recursos do território;

Apresentar às instâncias do Colegiado Territorial os resultados de sua ação e sistematizar suas experiências.

É recomendável ter uma coordenação, formada por uma representação da sociedade civil e uma representação do poder público para animar e mobilizar os processos de discussão, socializar as informações e encaminhar recomendações e orientações ao Plenário.

12. SDT Colegiados Territoriais. Guia para a Organização Social dos Territórios. Série Documentos de Apoio Nº 05. Brasília, 2010.

Os Intercâmbios: Lições, Aprendizados, Limites e Desafios na Perspectiva da Juventude Rural

As reflexões sobre a política territorial deixam para a juventude a compreensão sobre a importância da política, mas sobretudo a clareza de como se dão as relações entre as diferentes forças políticas, as disputas de modelo de desenvolvimento, fatores que desencadeiam limites e desafios para a participação da juventude no colegiado territorial, bem como para ser propositiva na construção do desenvolvimento. A clareza desses elementos irá contribuir com as estratégias de participação da juventude rural.

Os intercâmbios como espaços de aprendizado possibilitaram experimentar a provocação, o diálogo e a troca de saberes entre jovens, líderes de diferentes entidades e movimentos, experiência que veio para fortalecer e potencializar suas organizações, seja no território ou nos espaços de decisão e controle social, e foi determinante para que a juventude nos territórios, os/as jovens construíssem algumas propostas que consideraram estratégicas no seu fortalecimento e participação nos territórios:

Dialogar e buscar apoio das Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário, dos colegiados e dos articuladores;

Apresentar propostas nas plenárias territoriais, pautar e apresentar projetos estratégicos da juventude rural nas plenárias territoriais, compondo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS;

Conhecer a agenda do colegiado;

Identificar parcerias e somar forças no espaço do colegiado;

Buscar adequação nas exigências da Estratégia de Desenvolvimento Territorial;

Participar dos espaços das Conferências de Juventude;

Comprometer as instituições que trabalham com a juventude e compõem os colegiados, com as demandas juvenis, formulando propostas que viabilizem a inserção, fortalecimento e protagonismo das juventudes rurais nas instâncias territoriais.

Inserir as propostas nas agendas de trabalho dos Comitês, acompanhar/monitorar os seus desdobramentos.

Durante os intercâmbios aprenderam que a formação e o diálogo são fundamentais para compreenderem porque a juventude não está inserida de forma efetiva e qualificada na estratégia territorial, mesmo sendo um segmento social importante na composição do colegiado e território, essa foi a principal questão que norteou todos os debates dos intercâmbios e os levou a dialogar sobre o lugar e o papel dos jovens na estratégia territorial.

Os diversos segmentos juvenis presentes nos intercâmbios estaduais, regional, interregional e encontro nacional apresentaram múltiplos interesses e demandas que contemplam distintas identidades juvenis, destacando a necessidade de ampliar as ações de formação no contexto territorial,

aproximando-os do novo momento político do país para a juventude, que configura na pauta nacional, nas institucionalidades e nas políticas públicas direcionadas aos/as jovens rurais em suas diferentes especificidades.

A abordagem territorial, no desenvolvimento rural sustentável tem sido internalizada e compreendida conceitualmente pela juventude, porém é necessário ampliar sua participação na gestão social do território. Isso implica em avançar nas possibilidades ofertadas de intervenção, identificando limites, desafios e planejando ações coletivas que considerem a multiplicidade de interesses, aspirações e identidades juvenis. A ousadia juvenil precisa continuar pautando a ação protagonista dos/as jovens, para incidir efetivamente nas estruturas políticas autoritárias da sociedade, alargando a democracia. No processo de constituição de atores juvenis autônomos, três questões apareceram como centrais:

- A construção de sujeitos emancipados,
- O fortalecimento das organizações juvenis,
- A participação nos espaços de decisão e debate político.

A metodologia dos intercâmbios proporcionou a autonomia e protagonismo dos/as jovens, potencializando as descobertas e valorizando seus interesses intrínsecos. Os intercâmbios como ferramenta de formação para a juventude, que proporcionou descobrir novos caminhos e estratégias a partir das experiências trocadas, com o exercício da vivência coletiva, respeitando as diferenças identitárias, ideológicas, comportamentais e culturais, levou as juventudes compreenderem a importância de constituir os comitês de juventude nos colegiados territoriais. Estes descobrem que existem jovens lutando por uma sociedade mais justa e equânime em todos os cantos dos territórios nordestinos.

Com o conhecimento e análise crítica das políticas públicas e programas direcionadas a juventude rural, se apontou propostas para a Plataforma Política da Juventude Rural e definição de uma agenda juvenil nos territórios. As experiências compartilhadas provocaram diversos debates e aprendizagens no âmbito da abordagem territorial, nas políticas e programas governamentais destinados a juventude, bem como reflexões relacionadas aos diversos aspectos que norteiam a pauta juvenil no contexto da transformação da sociedade. Tem jovens se colocando como articuladores nos territórios, para incentivar outros jovens e provocar os colegiados para fortalecer a participação e intervenção das juventudes, com reflexão crítica sobre a prática e reorientação do processo de articulação e atuação juvenil na estratégia territorial.

A medida que se aprofundam as reflexões os jovens se descobrem como parte do processo de desenvolvimento territorial, com capacidade de formular propostas para melhoria da qualidade de vida, de construção de identidades, busca por direitos equitativos, firmando o novo paradigma de que ser jovem é participar, é construir novas alternativas para um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Neste processo de afirmação como agentes políticos de desenvolvimento, os Intercâmbios mobilizaram a diversidade de jovens trazendo suas especificidades para o debate sobre suas demandas, bandeiras e ações que considerem o contexto vivenciado, objetivando comprometer os estados, municípios e sociedade civil com a importância de políticas que garantam cidadania plena, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida das juventudes do campo. Os intercâmbios proporcionaram aos participantes, debruçar e conhecer temas estratégicos para a juventude como:

- A participação política da juventude e suas formas organizativas;
- As políticas públicas de juventude;
- A diversidade cultural, sexual, étnico-racial e de gênero;
- A reforma Política;

- A reforma Agrária;
- O enfrentamento a violência contra a juventude negra.

As juventudes dos territórios afirmam a necessidade de superar as disparidades regionais lançando a proposta de integração dos projetos rumo a unificação de pautas dos movimentos sociais do campo, como direito a terra, a educação do campo e ao território, com agrupamentos e forças políticas que sonham e lutam pela reinvenção da emancipação social da juventude. Pelo respeito às diferenças e valorização das identidades, pelo cultivo ao pluralismo e diminuição das desigualdades, pela consolidação da democracia participativa e da inclusão social, pela soberania nacional e emancipação dos povos.

Potencialmente, essa experiência proporcionou um maior envolvimento e entendimento sobre o papel e participação dos jovens, com foco no fortalecimento da Política Territorial, na unificação das pautas juvenis do campo e da cidade, valorizando as identidades culturais juvenis. O conhecimento social e político aprendido em conjunto com o planejamento das ações, mostrou a necessidade de inserir jovens rurais, indígenas e quilombolas em todas as ações formativas, bem como na plataforma política das juventudes dos territórios. Perceberam também a importância da autoavaliação para o desempenho de um bom trabalho.

Os/as jovens que já se constituem educadores populares descobriram que a promoção da autonomia da juventude se dá a partir do conhecimento e da apropriação das políticas públicas com recorte juvenil-rural. Sendo assim, o processo formativo dos intercâmbios possibilitou o acesso a novos conhecimentos e conteúdos, fortalecendo as identidades a partir da valorização do ser jovem do campo. Os intercâmbios ainda possibilitaram o diálogo da juventude rural com as políticas públicas para a agricultura familiar executadas pelo MDA nos territórios da cidadania.

Os jovens aprenderam sobre o valor do diálogo e da participação nas instâncias territoriais para fortalecer-se, trocar experiência e construir novos conhecimentos, gerando uma rede de jovens multiplicadores da abordagem territorial no contexto da pauta da juventude rural e da Rede de Jovens do Nordeste. A herança ideológica que apresentava a juventude como não protagonista, está sendo desmistificada pelo poder articulador e propositivo das diversas formas organizativas das juventudes nos espaços de decisão, seja na comunidade, município, território, estado ou país. É visível a capacidade dos/as jovens rurais em coordenar trabalhos, articular as ideias, ocupar espaços como educador/a e como artista nas atividades culturais.

O envolvimento de redes e organizações juvenis na preparação, coordenação e realização dos intercâmbios, tornando-os parte de todo processo, viabilizou seu envolvimento e crescimento como sujeito político, capaz de criar suas próprias metodologias, proporcionando motivação e confiança em cada etapa experimentada. A parceria com a Rede de Jovens do Nordeste – RJNE fortaleceu a mobilização e organização das etapas preparatórias dos intercâmbios estaduais e a etapa regional.

As descobertas e aprendizagens para a Rede de Jovens no processo formativo junto aos jovens dos territórios se apresentam na aproximação e conhecimento da Política de Desenvolvimento Territorial, descobrindo a pauta da juventude rural, e a existência dos comitês de juventude. Aprenderam a participar de um novo espaço de controle social e construção das políticas públicas, como fala o integrante da RJNE, Eron:

“A rede contribuiu com a criação dos conselhos de juventude nacional e nos estados. Essa sempre foi uma bandeira nossa. A rede já tinha interiorização, mas não conhecia a política territorial. A ação com os territórios ajudou a ampliar nossa ação, mas sabíamos que não tínhamos o empoderamento nesse espaço. Tivemos contato com a delegacia do MDA, com os articuladores, mas tivemos dificuldades em conseguir apoio

na mobilização, entendemos que não era prioridade deles, éramos os articuladores junto com a EQUIP, mas não podíamos indicar qualquer um para os intercâmbios, tinha que ser um jovem que tivesse leitura, conhecimento da estratégia territorial.”

As motivações se alicerçaram nas causas sociais juvenis, no sentimento de pertencimento a luta e no fortalecimento da organização dos jovens. O envolvimento da juventude urbana com a juventude rural, construindo e participando de todo processo, veio fortalecer a ação política da RJNE. A participação das juventudes indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ciganas nos processos de debate, ampliando as pautas, os conhecimentos, reforçaram a perspectiva de continuar a valorização de todos os segmentos juvenis.

Os Jovens da Rede apontam para a necessidade de continuidade do processo formativo, do diálogo com os jovens rurais e entidades parceiras, assim como da ocupação dos espaços territoriais. Perceberam que os jovens podem ser melhor do que imaginam, pois tem capacidade de mobilização, discussão e intervenção política e sonhos. E afirmam que esse processo foi de grande importância para o fortalecimento da RJNE nos estados, pois conseguiram desenvolver um ótimo trabalho em parceria com outras instituições que trabalham com essa pauta da juventude rural.

Desafios da Juventude Rural

Nessa construção foram identificados diferentes desafios, mas o que se apresenta na maioria dos territórios é a compreensão da própria política territorial e da correlação de forças estabelecidas com outras instâncias e poderes institucionais, responsáveis pela definição e execução de políticas, na instância dos colegiados. Frente a isso, efetivar a criação dos comitês setoriais de juventude e viabilizar as condições necessárias à participação juvenil nos colegiados é um dos pontos de estrangulamento, condição para que os sujeitos interessados incidam nas instâncias territoriais, pois os níveis de participação da juventude e influência são diferenciados e desequilibrado, em cada realidade territorial.

O caminho dessa construção passa necessariamente pela organização, formação e monitoramento para aprimorar a capacidade de incidência política nas Políticas Públicas, inclusive para continuar motivando muitos outros jovens a compartilhar da experiência afirmativa de ser sujeito político e de direito, alicerçado nos direitos Cívicos, Sociais, Políticos, Econômicos e Culturais - iguais de participação e definição dos rumos da política.

É notório que a juventude como sujeito integrante do processo de desenvolvimento rural sustentável e da Política de Desenvolvimento Territorial, vivencia dificuldades de se inserir, com equidade nas políticas que promovem seu potencial humano e a governança democrática dos territórios.

No que se refere às limitações e dificuldades, as juventudes apontaram que a questão financeira foi preponderante, pois sem recursos liberados, essa experiência formativa ficou dois anos sem realizar nenhuma atividade, o que representou um grande intervalo de tempo entre o intercâmbio regional e a sistematização das experiências vivenciadas, assim como também ficou prejudicada a articulação dos jovens entre os territórios, em função do distanciamento. Esses elementos implicaram no enfraquecimento da incidência juvenil frente aos colegiados, bem como na criação dos comitês de juventude. Para além destes aspectos percebeu-se falhas na condução da estratégia territorial, que tem fragilizado a gestão e a participação social dos sujeitos sociais. A juventude continua com dificuldades de sair de suas comunidades e municípios para participar efetivamente das ações do colegiado territorial, isto enfraquece suas pautas específicas, que não conta com o devido apoio local do colegiado territorial e a sua própria construção enquanto sujeito político de direito. Nesse diálogo Gercina, jovem do território Médio Mearim se pergunta:

“Como podemos fortalecer essa política territorial para que ela saia do papel e realmente mude as nossas vidas? Como vamos reunir a juventude sem recursos? Como nós jovens vamos fazer controle social, que é um grande desafio para toda a sociedade civil? Como vamos criar os comitês de juventude e participar da gestão social dos territórios? Temos de ser jovens com direito a formação, produção e participação, agora! Precisamos nos organizar e aproveitar esses espaços dos Territórios, atuando em rede.”

Esses questionamentos trazidos pela jovem transmitem as grandes questões que giram em torno da inserção social e política dos/as jovens nas instâncias territoriais. A juventude sente a dificuldade em representar a bandeira juvenil dentro dos seus territórios, em função do conservadorismo de alguns colegiados territoriais, que se escora na falta de condição financeira ou mesmo na justificativa de que as composições políticas das instâncias estão preenchidas e que não há como inserir mais representantes. Assim se afirma que a pouca abertura dos colegiados territoriais para participação da juventude nas discussões, e a falta de apoio (recurso) para a juventude dos territórios se movimentar e articular são fortes desafios a serem enfrentados, como destaca Sanderline - Indígena da PB:

“Nossa preocupação é quanto aos recursos que garantam a saída da juventude de suas comunidades para chegar a reunião nos colegiados, além de ser difícil de socializar as informações para quem consegue ir. A dificuldade de recurso financeiro se dá em função da necessidade de articular a juventude nos territórios locais. Como a juventude pode se deslocar para participar, se não possui recurso para o transporte. Essa é uma dificuldade discutida a bastante tempo e a muito tempo sem resposta”.

A juventude também aponta como dificuldade a pouca disponibilidade do governo em dialogar diretamente com os movimentos populares juvenis, abrindo espaço para suas institucionalidades.



Perspectivas para a Continuidade da Ação Formativa

Para dar continuidade a ação formativa será fundamental a elaboração de novos projetos que permitam alterar positivamente a participação e inserção dos jovens nas instâncias territoriais e demais espaços de decisão, com processos de formação que estimulem tanto a juventude como os colegiados a interagirem fomentando as demandas específicas dos/as jovens rurais; com orçamento capaz de viabilizar o deslocamento da juventude de suas comunidades, valorizando suas identidades culturais. Este processo de formação deverá ser alicerçado nos princípios da educação popular para o surgimento de novas lideranças juvenis, que vivem dispersas e distantes das discussões e construção da Política de Desenvolvimento Territorial, primando pela articulação em rede das juventudes territoriais.

A experiência formativa deverá ser direcionada aos movimentos populares juvenis e seus grupos de base proporcionando a formação na ação, com o objetivo de garantir o caráter processual e maior diversidade na participação dos colegiados, comitês, fóruns, cooperativas, associações, conselhos municipais, conferências, sindicatos e demais entidades e movimentos sociais. Pois a experiência vivenciada nos intercâmbios serviu para o amadurecimento pessoal, social e político.

Em suas conclusões as juventudes ressaltaram a importância das discussões nos estados de forma continuada, com o objetivo da transformação social, colocando em prática o que foi aprendido. Concluiu-se ainda que o processo de formação potencializou as experiências de participação que já existiam, porém não estavam sistematizadas nem se constituíam em torno dos princípios norteadores da educação popular. Nesse sentido, as experiências protagonizadas pela juventude rural estão sendo mais valorizadas a partir de uma inserção política mais qualificada nos diversos espaços e organizações políticas dos territórios. Nesse processo houve ainda o fortalecimento da metodologia do trabalho em rede.

Nessa perspectiva de continuidade e trabalho em rede, durante o Encontro Nacional as juventudes construíram estratégias para continuar fortalecendo os jovens nas instâncias territoriais e no monitoramento das propostas da juventude contidas no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, dentre elas:

Mapeamento, articulação e formação de lideranças jovens para fomentar a criação dos comitês de juventude;

Participar e articular assento nos colegiados, exigindo a formação dos comitês de juventude;

Solicitar da Rede de Colegiados a inclusão de representantes dos Comitês de Juventude para pautar as demandas dos jovens dos territórios;

Demandar da SDT/MDA um plano de formação para os jovens dos comitês;

Articular e criar um comitê permanente da juventude rural nos CEDRSS, com jovens representantes e integrantes dos colegiados territoriais;

Pressionar os órgãos executores de políticas públicas de juventude nas esferas municipais, estaduais e federais, com foco na efetivação das PPJ's;

Criar uma rede de articulação dos jovens e ou comitês de juventude dos territórios para monitorar o fortalecimento e criação dos comitês de juventude nos colegiados, bem como a efetivação das propostas do PNDRSS e construção do PEDRSS, PTDRSS.

Criar observatórios da Juventude Rural;

Criação dos comitês em todos os territórios rurais e lançar cartilhas com o passo a passo de como os jovens podem participar da Política Territorial;

Garantir e estimular a participação nos colegiados, por meio de formação continuada.

Todas essas propostas estão contempladas na plataforma política da juventude dos territórios, gerando um importante instrumento político que norteie a intervenção juvenil nos colegiados e nos outros espaços de participação política.



O Elemento da Participação Cidadã da Juventude

O diálogo intergeracional é ainda elemento crucial para assegurar aos jovens o direito à participação na família, na escola, no bairro, na cidade, de forma autêntica, sustentável, significativa e relevante para sua vida e também para suas comunidades e para o país, contribuindo para a redução de vulnerabilidades específicas dessa fase da vida, com toda a força renovadora das juventudes.

Na busca por uma participação efetivamente cidadã, hoje podemos falar de três diferentes abordagens de participação:

1. **A participação cidadã como um direito** - Essa perspectiva demanda o reconhecimento da capacidade dos/as jovens de formar opiniões críticas para abordar as questões do seu cotidiano.
2. **A participação como oportunidade** - representa não só uma oportunidade para conhecer seus direitos e reivindicá-los, mas principalmente para usufruí-los. Como um direito de cidadania, a participação deve fazer parte da vida real e incluir-se como um meio de desenvolver as habilidades necessárias para uma vida plena. A participação está, assim, conectada às oportunidades cotidianas da vida dos/as jovens e deve basear-se em práticas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento integral dos mesmos.
3. **A participação como um caminho** - implica em processos que promovem relações mais democráticas e ajudam a lidar com as desigualdades que afetam os/as jovens em particular.

A participação já provou ter um impacto positivo na capacidade das juventudes de construir recursos para superar os desafios dessa fase de sua vida. Jovens envolvidos/as em projetos em suas escolas, comunidades, cidades tendem a ter melhor desempenho escolar e estão menos vulneráveis à violência, à gravidez na adolescência, ao abuso de drogas.

É preciso perceber a participação como uma oportunidade para o Desenvolvimento. Uma sociedade democrática tem como base de sustentação a possibilidade de que cada um de seus cidadãos possa conhecer, reivindicar e usufruir de seus direitos e ainda demandar novos direitos, novas políticas, novas formas de fazer-se presente. Com os/as jovens, não poderia ser diferente.

A participação cidadã como oportunidade para o desenvolvimento, também ganha forma na institucionalização da presença da juventude, em colegiados territoriais, conselhos consultivos e deliberativos de instâncias formuladoras de políticas.

São os jovens que tem ajudado a buscar respostas inovadoras para questões como meio ambiente e diversidade, explorando possibilidades para um modelo de desenvolvimento mais justo, equilibrado, solidário e sustentável, assuntos que estão na ordem do dia, nas redes sociais, nas conversas em escolas, comunidades, cidades, estados e na esfera nacional.

É fundamental o investimento nos cidadãos jovens bem informados, conhecedores de seus direitos e dos valores importantes para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e que respeite a diversidade.

A participação cidadã é, sem dúvida, um direito, no entanto, é mais. É uma força de desenvolvimento e de superação de vulnerabilidades e desigualdades nas esferas municipais, territoriais, estaduais e nacional. A participação cidadã dos jovens aponta um novo caminho para que o Brasil Rural encontre ainda mais soluções criativas no campo dos direitos sociais, no qual o país já é uma referência internacional, e que seja capaz de garantir, efetivamente, políticas públicas específicas para a

juventude. O Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, no âmbito territorial terá, então, as melhores qualidades de uma sociedade inovadora, corajosa, justa e democrática.

Não se pode iniciar esta discussão, sem antes tentar entender alguns questionamentos que ficam implícitos ou explícitos no cotidiano das juventudes, mas que são fundamentais para se posicionarem no mundo, como o local de moradia, o que há de bom e o que fica a desejar na comunidade, no território onde vivem, como podem participar, e se seus direitos estão sendo respeitados. Com a leitura deste cenário, o/a jovem, como indivíduo, como agente de desenvolvimento territorial vai construir a compreensão sobre o que deve fazer para transformar a realidade.

Responder a estas questões serão de extrema importância para o/a jovem, pois, a partir delas serão identificadas as lacunas deixadas pelos diversos poderes existentes, percebendo então que a Juventude, o Território e os Poderes se entrelaçam num ciclo complexo e problemático, perpassando assim os mais variados espaços de decisão, dentre eles o colegiado territorial, lugar da gestão social. Esse é o momento em que a capacidade de querer fazer diferente, precisa ser maior do que o medo de errar.

A necessidade de fazer diferente, passa pela capacidade de organizar-se, de fazer uso dos espaços públicos, do colegiado territorial, de instruir-se politicamente, de intervir e propor. É importante construir alianças com os diversos movimentos organizados da sociedade civil, de entender os instrumentos utilizáveis na e da máquina pública. E mais, de perceber a necessidade de ser protagonista, ser diferente, de estar além e nunca aquém e de entender que “tudo” passa necessariamente pela capacidade de querer contribuir diretamente no processo político-social do desenvolvimento territorial.

A partir destas alusões, vê-se que nesse contexto, os/as jovens tem papel fundamental. Eles/as, por conseguinte podem ser um dos grandes agentes transformadores do atual contexto social. Portanto, em função do que está posto, já é compreendida nesse processo, a importância da inserção da juventude rural nos territórios e demais espaços de poder. Enfim, importante ser um instrumento ativo de libertação social, um sujeito político e de direito, um agente da transformação, um agente de desenvolvimento.



Para Ampliar a Participação Política da Juventude Rural

A participação não é um conteúdo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente. Também não é uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento. A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando. BORDENAVE (1994).

A Pedagogia da Participação Implica na Implementação de duas Grandes Etapas:

As atividades pedagógicas, cujo objetivo é permitir aos participantes experimentarem o fato de ser parte integrante de um coletivo maior, compartilhar preocupações comuns ao longo do tempo, inspirar neles a vontade de agir coletivamente, sugerir sua organização e permitir que, juntos, deem os primeiros passos neste sentido.

As ações coletivas baseadas nas iniciativas dos participantes, visando trazer melhorias concretas em suas condições de vida, motivando as pessoas para trabalharem juntas, encontrando objetivos mobilizadores e líderes para impulsionar e organizar as ações.

Estas duas etapas levam a uma outra superior, a da **Pedagogia da Participação**, que consiste no trabalho comunitário que adquire um caráter duradouro, realizando o objetivo que é de alcançar o engajamento e a independência. Esta Pedagogia contribui para a descoberta do capital social de um território, de uma região, que muitas vezes é latente. É a missão da associação. Trata-se de converter este capital social latente em capital social ativo.

No caso dos territórios, o que dinamiza o capital social jovem é a tomada de responsabilidades na formação e no desenvolvimento territorial por parte dos atores que participam da gestão social. Segundo Fonseca (2008), “A juventude de hoje está inserida neste movimento novo, que não é mais o braçal, “atrasado” e sim uma nova realidade do campo, caracterizada principalmente pelas novas tecnologias no processo de dinamização produtiva, econômica e social. Esta juventude é possuidora de muita energia, adrenalina e tem expectativas de que as coisas aconteçam na mesma velocidade dos seus pensamentos. Há a presença de novos elementos conjunturais. O tipo de participação social vem mudando a cada dia, mostrando um cenário muito diferente do século passado. Quando citamos século passado, estamos nos referindo há poucas décadas atrás, não mais que vinte (20) ou trinta (30) anos”.

Algumas proposições para ampliar o capital social jovem nas instâncias de participação dos territórios:

Garantir o controle social das políticas públicas para a juventude rural, através da participação juvenil, com direito a voz e voto, nos conselhos de juventude e nos demais que exerçam o controle social nas políticas públicas voltadas para o meio rural.

Gerar capacidade de influência intergeracional das juventudes nas decisões e nos espaços políticos e estratégicos, promotores de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. Incluir os jovens rurais como sujeitos políticos, econômicos, sociais e culturais garantindo sua autonomia e acesso aos seus direitos e às políticas públicas, respeitando as suas diferenças de classe, gênero, geração, raça, etnia, religião e orientação sexual.

Fortalecer a presença dos/das jovens rurais na gestão e controle social, no crescimento econômico, na eliminação das desigualdades sociais e nos princípios e valores do projeto de futuro que resultam das orientações estratégicas emanadas na 1ª e 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS.

Criar, ampliar e garantir políticas públicas que promovam o protagonismo juvenil nas atividades rurais e em experiências produtivas para a geração de renda, facilitando a sua permanência no campo.

Fortalecer e fomentar coletivos de jovens rurais nos espaços organizativos da sociedade civil e na institucionalização de espaços nas esferas governamentais.

Necessidade de sensibilizar as entidades participantes dos Colegiados Territoriais para a importância da participação da juventude rural.

Fomentar e adotar instrumentos que promovam uma participação efetiva da juventude nos comitês setoriais e nas câmaras temáticas de juventude rural dentro dos colegiados territoriais, com a participação de entidades que a representam.

Promover a igualdade e equidade social, cultural e econômica da juventude rural, pactuando uma relação federativa ajustada entre União, Estados, Municípios, Territórios e a sociedade civil, no sentido de enfrentar os desafios e problemas identificados nos territórios e nas regiões ainda não territorializadas.

Ao considerar a curta trajetória do Brasil no campo de políticas públicas específicas para a juventude rural, admite-se que o país vem avançando a passos largos. Vale destacar o investimento na formação dos jovens do campo, os programas e políticas ofertados, bem como o arranjo institucional criado pelo governo Lula e ampliado no governo Dilma. Nessa perspectiva, identificamos que a criação de estruturas governamentais específicas de juventude tem sido replicada em várias outras esferas da federação, criando a figura do gestor público de juventude.

O passo seguinte é ampliar o escopo da Política Nacional de Juventude para atingir a todos os segmentos que compõem as juventudes brasileiras, a partir da integração das políticas e programas, da gestão social e da ótica dos direitos humanos, considerando as especificidades e a integralidade de suas demandas.

Os jovens afirmam a construção da sua identidade na sociedade, através da resistência, com articulação, participação e projeto de sociedade com paridade participativa, fomentando a inclusão dos diferentes, utilizando-se dos conselhos e colegiados, como espaços legítimos de controle e gestão social.

A juventude precisa pautar seus projetos futuros, tomando consciência de suas diferenças, fragilidades, forças e aprendendo com o passado, continuar com o que foi positivo, construir conhecimento, para perseguir estratégias e escolhas para o futuro, tanto no contexto interno de suas formas organizativas, quanto no contexto externo da sua relação com o Estado e a Sociedade.

A juventude afirma que o projeto político de sociedade deve ter como características: a soberania dos e entre os povos, com respeito as diferenças e as diversidades culturais, religiosas, pluriétnicas, sexuais, de gênero, enquanto construção das relações humanas, respeitando os sujeitos na sua totalidade; a democracia participativa, pautada na igualdade de oportunidades sócio-econômicas; o exercício do poder popular, reconhecendo os sujeitos enquanto classe, com relações de poder humanizadas e libertárias; Processos emancipadores e transformadores da sociedade, com meios de produção e trabalho distributivo, organizando de forma solidária a economia e a sociedade, com igualdade de bens, serviços e riqueza; Democratização dos meios de comunicação e dos espaços de controle social; e Finalmente, um projeto pautado em valores anti-capitalistas, com alicerce num projeto contra-hegemônico, pautado na ética, na partilha, na solidariedade, na cooperação e no uso sustentável do meio ambiente.

Políticas Públicas em Foco: Um Diálogo Necessário

Consultora Joana Santos

Com o objetivo de aproximar as juventudes e os gestores da Política de Desenvolvimento Territorial e do MDA, estiveram presentes nos Intercâmbios e Encontro Nacional, os Secretários Nacionais de Desenvolvimento Territorial - SDT, Jerônimo Rodrigues (2010) e Andrea Butto (2014), o Secretário Nacional de Reordenamento Agrário - SRA, Adhemar Almeida (2014), a Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo (2014), os Assessores de Juventude do MDA, Mauricio Kasper e Rafaela Rodrigues (2014), a Chefe de Gabinete da SRA, Raquel Santori (2014), os Coordenadores de Formação da SDT, Maria das Graças Almeida (2009) e Marcelo Fragoço (2014). Além desses gestores públicos, contamos com a presença de lideranças juvenis, representando a CONTAG, FETRAF Brasil, MST, MPA, PJR, REDE CEFFAS, Rede Nacional dos Povos Indígenas/COJIPE.

Esses sujeitos sociais contribuíram no diálogo da Política de Desenvolvimento Territorial e das Políticas Públicas de Juventude. Para a juventude foi o momento de experimentar o diálogo e de afirmação como sujeito político individual e coletivo, importante para o desenvolvimento dos territórios.

De acordo com as informações do MDA/SDT, em 2014 a Política de Desenvolvimento Territorial se configura numa nova estrutura:

A implementação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), instituídos por Chamada Pública via CNPq em parceria com as universidades públicas federais, estaduais ou institutos federais, através dos seus professores, para assessoramento e apoio por 24 meses, ininterruptos. Os NEDETs tem a função de animar, acompanhar e conduzir o processo de gestão social e inclusão produtiva territorial, a participação e gestão social das organizações de mulheres em Territórios da Cidadania, com monitoramento e avaliação contínua, envolvendo os colegiados e o MDA.

O fortalecimento de Redes Estaduais e a realização do Encontro Nacional de Colegiados Territoriais - ENREDE, debatendo sobre a constituição do Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, proposto na 2ª CNDRSS.

O planejamento do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, apoiando os governos estaduais na elaboração dos Planos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PEDRSS), considerando os resultados da Conferência e os instrumentos de planejamento oficial (LOA, PPA, etc), numa iniciativa compartilhada com o CONDRAF, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

O Fortalecimento do Programa Territórios da Cidadania, que abrange 120 dos 239 Territórios Rurais, sendo 56 deles na região Nordeste, visando a superação da pobreza e das desigualdades sociais, dando ênfase na integração de políticas com a oferta de ações de até 23 ministérios, reunidas em uma matriz que incorpora a participação social como componente central por meio da estratégia de desenvolvimento territorial e busca a articulação federativa, com o envolvimento de gestores estaduais e municipais.

A formação e capacitação da equipe de Capacitadores em Desenvolvimento Territorial, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), com previsão de formação para os públicos específicos, como a juventude, em módulos básicos, específicos e complementares, contribuir para a capacitação continuada dos diversos agentes territoriais a partir de uma matriz que viabilize maior capilaridade e efetividade às ações de capacitação nos territórios.

O Programa Territórios Digitais - conjunção dos programas Telecentros Comunitários e Telecentros.BR (Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades), uma cooperação do MDA com o Ministério das Comunicações, responsável pela aquisição, distribuição e instalação dos equipamentos (mobiliário, computadores e antena para tráfego de dados).

Gestão Territorial do Plano Safra, visa dar mais efetividade as políticas públicas de desenvolvimento rural em execução nos Territórios Rurais: ampliando o acesso, integrando ações, articulando agentes e qualificando resultados. As ações envolvidas serão: Microcrédito Orientado, ATER, Acesso à Mercados (PAA), Infraestrutura (PROINF) e Desenvolvimento de Assentamentos (TERRAFORTE).

O apoio a Infraestrutura em Territórios – PROINF, financiamento de projetos territoriais de infraestrutura de empreendimentos da agricultura familiar e fortalecimento de processos socioprodutivos. Seus objetivos são a estruturação produtiva de empreendimentos coletivos, a estruturação e qualificação de serviços públicos, ações estruturantes para a convivência com o Semiárido e a geração de renda, redução da pobreza e das desigualdades de gênero, geração, raça e etnia.

A partir desta nova estrutura, as juventudes trouxeram as inquietações, em torno da formação dos NEDETs, da parceria com as universidades que possuem linguagens técnicas e pouca abertura de diálogo com as comunidades. Destacaram ainda que essas instituições não conhecem a realidade dos comitês de juventude, que tem dificuldade de participação e incidência no orçamento, nas definições e na gestão social do território. Tendo ainda que enfrentar dificuldades no acesso às políticas da juventude, a falta de informação e a burocracia. Como por exemplo, o acesso ao PRONAF Jovem que é totalmente inviável, a DAP é restrita, o PROINF é moroso na execução. E as casas digitais demoram anos para serem implementadas totalmente.



Os/as jovens propuseram que a SDT:

- Destine um percentual do orçamento dos territórios para projetos juvenis, possibilitando a autonomia dos jovens na gestão dos recursos;
- Promova a constituição de uma Rede de Jovens dos Territórios, com participantes de comitês de juventude dos colegiados;
- Desenvolva projetos de custeio para fortalecer as juventudes nos territórios, com processos de formação para fomentar a criação dos comitês em todos os territórios;
- Viabilize assento no Comitê Permanente de Juventude do CONDRAF para representante das juventudes de territórios rurais.

Para a SDT o desafio é afirmar esses espaços dos colegiados, e fazer a institucionalização da política, que passa pelos governos federal, estadual e municipal, a partir do Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - SNDRSS, como instrumento de gestão do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS, como forma integradora dos entes federativos, mantendo uma fluidez no debate do território que sensibilize os municípios e estados, que também construirão o Plano Municipal e Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PMDRSS/PTDRSS). Outro importante elemento é a construção do Marco Regulatório da Política de Desenvolvimento Territorial, a ideia é acabar com a descontinuidade do processo, garantindo parcerias mais sustentáveis para conseguir o reconhecimento e institucionalização desses espaços, enfatizando a integração das políticas públicas. Não dá para estimular a participação, sem o retorno dessas construções.

Para além do diálogo com os gestores das Políticas de Desenvolvimento Territorial, a juventude entregou oficialmente a Plataforma Política Nacional das Juventudes dos Territórios, destacando proposições que são de competência da SDT/MDA. Ao receber a plataforma, a Secretária de Desenvolvimento Territorial, Andrea Butto fala:

“A plataforma apresenta a expressão da diversidade, quando se coloca como juventudes, visualizamos a expressão indígena com uma riqueza enorme do processo que foi construído. A plataforma possui algumas propostas que são de implementação imediata, outras é necessário a qualificação da política. É importante definir prioridades e estratégias, específicas para cada território, estimulando os comitês, fazendo formação e definindo as prioridades das políticas públicas. As dificuldades dos colegiados em garantir os espaços da juventude para firmarem-se como protagonistas e agentes de desenvolvimento é reconhecida. É importante pensar como fortalecer a participação da juventude nos colegiados e em outros espaços, avançar no diálogo com a Secretaria Nacional de Juventude e uma estrutura de juventude no MDA, para juntos contaminar outros espaços e seguir avançando, integrando as políticas. Enfim, definir uma agenda prioritária, pactuar junto a Secretaria Nacional de Juventude um encontro com os órgãos interessados; mapear o número de comitês de juventude existentes e executar estratégias para atuar em torno dessas propostas. Esse é o nosso compromisso.”

Essas questões apresentadas pela SDT, nortearam todo o debate em torno da participação da juventude nos territórios e das políticas públicas e ações direcionadas para os jovens rurais e camponeses nos territórios, destacando o desafio da integração dessas políticas e o compromisso assumido acerca das demandas apresentadas na plataforma política.

Para Eron, da Rede de Jovens: *“Mesmo quando conseguimos formar os comitês nos territórios fica só no nome, sem financiamento para estruturar os comitês de juventude, porque a SDT e o CONDRAF não estabelecem um decreto de apoio direcionado ao financiamento aos comitês de jovens e mulheres nos colegiados, dando condições de se reunirem, se organizarem, pois a gente luta por espaço, mas não tem condições de continuar, o governo precisa financiar essa questão, para que os comitês possam funcionar”.*

Outro elemento bastante discutido foram as questões acerca das políticas públicas fundiárias, como a reforma agrária, a demarcação das áreas dos quilombolas, os modelos de produção, a produção agroecológica, a valorização e busca pela sustentabilidade por meio da conservação e recuperação da natureza em sua forma geral.

A importância dos colegiados territoriais organizados promoverem ambientes de debate no território para discutir a questão fundiária. Considerando a preservação ambiental dos mananciais de água, os minifúndios, verificar a situação de domínio da área, a documentação da terra, as grilagens, as terras devolutas, a legalização das terras, o acesso ao crédito. Dialogar também sobre as situações onde o imóvel rural tem de 04 a 15 módulos, são 25%, e o INCRA não pode desapropriar, mas pode entrar com o crédito fundiário, pois o PNCF é complementar a Reforma Agrária. A linha específica para juventude, Nossa Primeira Terra é de 1% de juro anual e rebate de 50%. O crédito fundiário seja acessado e agilizado nos territórios, para o/a jovem que deseja financiar sua terra.

O Congresso e o Conselho Monetário Nacional aprovaram uma lei que autoriza o fundo de terras, a compra da terra entre herdeiros, tornando-se um instrumento para buscar caminhos que aceleraram o acesso ao crédito fundiário.

O Programa Arca das Letras entrou no debate, porque a juventude entende que o programa é uma forma de estimular o acesso ao livro e a leitura. Tem sido um instrumento pedagógico, concebido para chegar nas comunidades. Cada arca tem um acervo de 200 livros, com mais de 10 mil bibliotecas implantadas, atuando em mais de 2.300 municípios. É fruto de parceria entre a iniciativa privada, estados e municípios. Estimula a diversidade para que outros componentes culturais sejam agregados. A arca vai para a casa do agente e promove debates na comunidade.

Discutiu-se que o MDA tem priorizado ações que garantam a permanência do jovem no campo, mas observa-se que o êxodo rural tem caráter de gênero e geração e que essa realidade precisa ser melhor refletida, para poder enfrentá-la. A juventude ainda conta com políticas públicas específicas, com acesso ao PRONAF Jovem, PRONATEC Campo, Linha Nossa Primeira Terra do PNCF, chamada de ATER para a Juventude, Educação Rural através do curso de formação em agroecologia e agricultura familiar na fronteira Sul. Além das metas para a juventude no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Neste sentido se faz necessário pensar a juventude rural como política permanente e transversal.

Destacou-se os programas e políticas desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República, e a importância da tarefa de articulação dessas políticas entre os ministérios, tais como: o Programa Juventude Viva, enfrentamento a violência cometida contra a juventude negra; Programa de formação, geração de renda, ampliação de direitos, com iniciativas da economia solidária e inclusão digital. O Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural – PAJUR. Formação Agroecológica e Cidadã de Juventude do Campo, promove implantação de Pontões de Cultura para a Juventude Rural; Curso de Residência Agrária; Formação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); Instalação de 50 espaços de acesso a internet; Estações da Juventude Itinerante Rural. Esses Programas são executados em parceria com outros ministérios e órgãos públicos.

O Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural contempla ações que articulem e integrem troca de experiência, formação cidadã e o acesso a tecnologias sociais, na perspectiva de estimular a produção agroecológica e as práticas de geração de renda agrícolas e não agrícolas sustentáveis, para fortalecer as condições necessárias à permanência dos/das jovens no campo.

A expectativa futura é de implementar o programa de organização produtiva, mapear os grupos que tem processo de organização produtiva e construir o Plano Nacional de Juventude, e colocar no plano a juventude rural. Outra meta é firmar parcerias com o BNDS e a Petrobrás para dois editais rurais e dois urbanos, com a parceria das instituições juvenis.

As lideranças dos movimentos sociais FETRAF Brasil, CONTAG, MST, PJR, MPA, REDE CEFFAS, COJIPE destacaram alguns elementos e dificuldades em torno das Políticas Públicas apresentadas pelos gestores, principalmente no que se refere a Política Territorial:

A sociedade civil não acessa os recursos, a juventude não é inserida nos projetos, nem no colegiado, nem no orçamento territorial;

O território é um espaço de conflitos, as prefeituras disputam e fazem a gestão dos recursos sem a participação da sociedade civil;

Os colegiados inviabilizam a participação da juventude. É preciso que a SDT determine que todos colegiados criem um comitê de juventude, pois ocupar esse espaço e disputar o orçamento é fundamental;

Os jovens não tem um fundo para custear e garantir sua participação;

ASDT e o CONDRAF não deram conta da centralização dos colegiados e conselhos;

ASDT não trabalha em parceria com a SNJ tanto no campo agrícola como agrário;

Há descontinuidade da representação do governo, nos ministérios;

Não há disponibilidade de recursos no Fundo Nacional de Juventude;

Como fazer para “interferir” nos municípios, falta de sensibilização dos gestores municipais na ação específica com as juventudes;

Acesso ao PRONAF Jovem e ao PNCF é burocrático e restrito;

Para um território fortalecido é preciso uma reforma agrária fortalecida.

Os cursos e os meios pedagógicos oferecidos pelo PRONATEC Campo nos territórios, em vez de qualificar o jovem para se desenvolver no campo, os formam para irem em busca de trabalho nas áreas urbanas, colaboram com a migração. É preciso instituir cursos num processo de formação com base na educação popular, na educação contextualizada, por instituições com iniciativa popular, que agregam a realidade, a territorialidade de forma emancipadora, solidária e sustentável.

“A política territorial articula uma nova estrutura de gestão e diálogo com o governo e sociedade civil, nesse sentido os movimentos sociais e as juventudes precisam pautar coisas novas. Essas políticas ainda vem por meio do pacto federativo, onde esses governos fazem a gestão dos recursos e das políticas como querem. É preciso discutir as prioridades diretamente com o Ministro.”, acrescentou Auri Junior, da FETRAF Brasil.



Sistematização – Ingrediente da Educação Popular

O Processo de Sistematização da Experiência com as Juventudes dos Territórios iniciou nos intercâmbios estaduais (2009 e 2010), por meio de oficinas que desencadearam reflexões sobre os processos e discussões vivenciados durante as atividades formativas e atividades interventivas nos territórios. As juventudes se aproximaram e construíram conhecimento sobre a sistematização, com base no referencial teórico de Oscar Jara e Conceição Paludo. Ao final, construíram por Estado, o “Caderno Memórias de Papel” com textos contendo as aprendizagens, os desafios e as conclusões da experiência formativa das juventudes dos territórios, a partir do lugar e movimentos sociais populares a que pertenciam.

Esses momentos possibilitaram uma análise crítica e política da participação da juventude na política territorial, a partir da socialização do conhecimento, da prática educativa, da escuta e das ideias dos sujeitos sociais populares envolvidos. Na fala de Oscar Allan, do Comitê de Jovens do Território da Bacia Leiteira do Estado de Alagoas *“a sistematização foi feita pelos sujeitos do processo. Construindo e avaliando os relatórios. É fácil avaliar o outro, mas avaliar você mesmo não é fácil, isso é educação popular, é avaliar você mesmo, sua prática. É interessante conhecer as experiências dos outros estados. A intencionalidade da ação em rede tem esse papel de fortalecimento dos movimentos sociais”*.



Foram também desenvolvidos momentos sistemáticos de reuniões, estudos e fichamentos com os articuladores da Rede de Jovens do Nordeste. Este foi um momento de descoberta e afirmação de ser educador e educadora popular jovem, a partir da prática e construção de conhecimento coletivo sobre sistematização de experiência e abordagem territorial. Para manter acesa a chama da educação popular no Nordeste, as juventudes dos territórios e da Rede de Jovens utilizaram como ferramentas de comunicação: as redes sociais, os e-mails, e-groups, whatsapp e o telefone.

Para os participantes a sistematização partiu da necessidade de registrar o protagonismo da juventude nos espaços e na construção de política territorial, com a intencionalidade política de disseminar as formas dos jovens, em rede, fazer educação popular. Destacaram ainda que esta geração da juventude tem facilidade de expor as ideias oralmente, mas dificuldade em escrever, em sistematizar. Esse exercício da sistematização da experiência traz o significado de expressão e organização juvenil. Estes afirmam que a educação popular, aproximou os jovens rurais, em torno da realização de atividades de articulação, formação e incidência local nos estados e territórios, fomentando a autoformação, a constituição e a incidência política nos comitês de juventude dos colegiados territoriais.

Os jovens que entram no processo com dificuldade com a escrita, se aproximam das diretrizes e dimensão de uma sistematização de experiência, reconhecem a necessidade de compartilhar os elementos dessa experiência com outros sujeitos juvenis. Alguns se descobrem educador popular e fazem referência ao papel do educador popular como um sujeito político que aproxima o compromisso da superação e a tática da ética.

Nesta sistematização os/as jovens destacaram três eixos:

Eixo 1 - O papel, a identidade e as ações do/a educador/a popular jovem e ser jovem enquanto educador/a – Construíram o entendimento de que o educador popular jovem tem o papel de contribuir com a construção do processo formativo, ser motivador, ser facilitador, ser referência e desenvolver orientação pedagógica, além de fazer mobilização, articulação, sensibilização, multiplicação de conhecimento, com autonomia e empoderamento.

Eixo 2 - Formação na Ação e Formação Programada como dimensões intrínsecas da concepção metodológica dialética da educação popular que segue com a construção coletiva de conhecimentos, para isso se utiliza de instrumentos pedagógicos e dinâmicas participativas na formação junto aos movimentos sociais e os processos de desenvolvimento territorial. A motivação do educador popular jovem, na formação na ação e programada, é contribuir para uma formação política qualificada do sujeito jovem rural, na intencionalidade política de que tal sujeito ocupe os espaços decisórios dos territórios – colegiados territoriais e comitês de juventude. A experiência da formação na ação proporcionou o empoderamento e a construção de uma identidade jovem 'territorial', que traz as reivindicações, as pautas das juventudes no contexto das estratégias territoriais. Nesse sentido, é importante pensar e priorizar a formação política e não somente a formação técnica dos jovens nos territórios.

Na relação entre teoria e prática os jovens tiveram dificuldades em trabalhar a abordagem dialética popular no retorno a seus grupos de base, na articulação e vivências dos jovens da RJNE e dos jovens dos territórios. Tiveram dificuldade em decorrência da descontinuidade do processo formativo; na apropriação do novo contexto de territorialidade. Foi difícil a articulação das juventudes rurais devido a lacuna de comunicação com os articuladores da SDT/MDA em alguns estados; e no acesso, por parte dos jovens rurais, a instrumentos de comunicação (telefone, internet), o que dificultou a realização de reuniões para socialização das informações e aprendizados vivenciados nos intercâmbios estaduais e regional.

Eixo 3 - Inserir as propostas nas agendas de trabalho dos Comitês, acompanhar os seus desdobramentos. ou seja, realizar o Monitoramento.

Recomendações

Continuar a articulação com as juventudes dos Territórios, sistematizando cada etapa dos processos de formação vivenciados e consolidando bancos de dados atualizados do público envolvido em cada estado.

A sistematização deve ser feita por quem vivenciou a experiência, mantendo a paciência com o processo coletivo de sistematização e os estudos processuais, na perspectiva de desafiar-se a construir sua própria experiência nos movimentos populares.

Sistematizar a história da Rede de Jovens do Nordeste nos estados, celebrando os 15 anos da RJNE na perspectiva também de resgatar as memórias e sistematizá-la, considerando todos os passos de planejamento da ação, relatórios, fotos, fichas de inscrição e todos os registros.

Como sugestões para novos processos de formação as juventudes destacam que as Redes de Jovens e de Educadores Populares do Nordeste se integrem, para afinar o trabalho e construir uma agenda comum, promovendo oficinas e encontros sobre sistematização, estudos e reflexões das práticas educativas, bem como novos temas na ordem do dia como Negritude e Extermínio, Redução da Maioridade Penal e Educação Popular. Envolver os/as jovens educadores no processo de planejamento da formação e sistematização, participando decisivamente na definição dos conteúdos.

Na construção da sistematização dessa experiência houve as contribuições de jovens que na caminhada se descobrem educador/a popular e desenvolvem processos formativos junto a outros jovens. São jovens entre tantos que cresceram na ação em Rede e se descobriram comprometidos com a organização e a transformação sociais, que buscam melhoria nas condições de vida, mas principalmente sonham com um mundo de oportunidades para a juventude. Por isso contribuem em suas ações para que outros jovens embalados pelos sonhos e pela capacidade criativa e impulsionadora de transformação venham fortalecer a caminhada.



Revisitando o Processo: Indicando Possibilidades e Desdobramentos

O processo formativo vivenciado nesta sistematização de experiência indica uma metodologia criativa, inovadora, problematizadora que se espelha entre outros, no pensamento de Paulo Freire. É uma metodologia que enxerga a educação como um meio essencial para a mudança da sociedade e que combate as relações hierarquizadas e anima as pessoas ao engajamento social, cultural e político pela transformação de estruturas que sejam consideradas opressivas pelos sujeitos nelas inseridos. Nesta perspectiva, ensinar não é só transferir conhecimentos e sim resultado da interface com o saber consolidado que é ressignificado, produzido nos diferentes espaços pedagógicos e na relação educador educando.

É importante que a formação para o desenvolvimento sustentável seja entendida como uma modalidade de educação, que procura produzir mudanças nas estruturas de pensamentos e nos comportamentos. Ela deve produzir e socializar conhecimentos ligados estreitamente à prática social, política, cultural, ambiental e econômica, fundamentados na reflexão sobre a realidade, nos resultados da pesquisa científica e tecnológica, na experimentação social e nos avanços na educação. Entre outros aspectos essenciais na ação formativa é preciso considerar que a prática social e a realidade territorial são pontos de partida do processo formativo entendendo que é múltipla, complexa e contraditória. Logo, a intervenção social requer o conhecimento da realidade em todas as suas dimensões: produtiva, educacional, política, social, cultural, ambiental, religiosa, entre outras, e a utilização de meios e instrumentos para trabalhar com as dinâmicas territoriais e sociais.

Esta envolve uma proposta de valores e ética social, princípios de organização social, na qual se formam os sujeitos sociais. A formação insere-se num projeto sócio-político e cultural de expansão dos princípios democráticos à todas as dimensões da vida, através da participação solidária, consciente e voluntária, impulsionada e animada pelas organizações e ou segmentos sociais territoriais.

Por isso, fundamenta a sua ação em paradigmas do desenvolvimento humano como: equidade de oportunidades; respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; respeito à diferença e a diversidade dos sujeitos sociais e coletivos; sustentabilidade da vida humana e do planeta; no empoderamento dos sujeitos sociais e coletivos, na solidariedade entre os povos e as nações e na socialização dos conhecimentos e da cultura.

A mudança comportamental é, ao menos em parte, resultado do processo de aprendizagem, que passa pela reflexão sobre a realidade e do interesse na sua transformação que considera os “saberes e os fazeres do campo”. Esta é uma ação consciente de mudança da realidade que o desenvolvimento sustentável busca, pois expressa a autonomia dos indivíduos e o exercício de uma cidadania ativa, regulada pelas redes de relações que se estabelecem dentro e fora do território. Intervir nas relações do processo de aprendizagem exige uma concepção pedagógica clara: princípios, valores e elementos político-metodológicos que devem reger suas relações e a sua ação em parceria no campo da formação.

A formação como processo permanente deve favorecer aos facilitadores/as, animadores/as, assessores/as, colaboradores/as e aos segmentos sociais presentes nas dinâmicas territoriais as condições para uma reflexão crítica de caráter sócio-histórico, cultural e político da realidade. A análise

crítica da realidade deve primar por relacionar o micro e o macro, o específico e o geral, o local, o territorial, o regional, o nacional e o internacional.

Nesse sentido reafirmar que a formação como processo educativo tem o diálogo como fonte de saber e de poder. O poder é fruto das relações sociais, visto como matéria do aprendizado comum à prática política onde o conflito é tratado no plano educativo e assim, precisa ser explicitado, gerido para que possa ser trabalhado pelo coletivo e venha a ser fator de fortalecimento do grupo.

A construção coletiva do conhecimento articula o saber dos/as agentes de desenvolvimento - educador/es e educandos/as - gerando um “novo” conhecimento, coletivamente produzido. O maior desafio é proporcionar a aprendizagem e a interação no processo de construção de conhecimentos junto aos agentes de desenvolvimento territorial e não para os agentes. Assim o conhecimento é compreendido como fruto de uma relação entre as pessoas e destas com o seu meio.

A efetivação do desenvolvimento rural sustentável se pauta pela transformação da realidade entendendo a relação passado, presente e futuro, e a prática social precisa ser vista como espaço de formação sistemática permanente e instrumento de emancipação humana. O fazer formativo deve permitir a interrelação entre o saber popular e o saber técnico e o acadêmico no sentido de complementaridade no ato pedagógico de aprendizagem e intervenção social.

O agente de desenvolvimento/educador/facilitador/a precisa estar sempre em situação de aprendizagem e ensino. Na medida em que ensina, aprende e que aprende, ensina. Instaurando relações horizontais e democráticas nas ações formativas, pois o agir na sociedade requer a articulação das forças sociais, a mobilização das energias sociais, a ação em parceria, o agir em rede, fóruns como forma de potencializar a ação transformadora. Há ainda a necessidade da integração de ações educativas e a utilização de diferentes modalidades de formação, formais e informais, seja na formação na ação, seja na formação programática.

A inserção e participação de diferentes públicos nas ações formativas enquanto agentes de desenvolvimento territorial, sejam da sociedade civil e ou do governo. Ressaltamos a importância de fortalecimento da participação da juventude, das mulheres, dos indígenas, entre outros segmentos vulneráveis nos colegiados territoriais, bem como a necessidade da mobilização de recursos da sociedade civil, do governo e da iniciativa privada no campo da formação. Para isso é importante a articulação intraministerial na formação dos educadores, jovens e ou agentes de desenvolvimento territorial, bem como a articulação interministerial nas ações estratégicas do desenvolvimento territorial.

É preciso investir no fortalecimento da ação em parceria com organismos sociais, universidades, centros de estudo e ou pesquisa. A parceria tem assim uma dimensão estratégica para compartilhar, afirmar e difundir não só valores e princípios no campo do desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial, da participação, organização, gestão social, da diversidade e cidadania, da economia solidária entre outros campos, mas também para multiplicar os processos formativos e de intervenção rural e consolidar as propostas de desenvolvimento territorial em curso, aperfeiçoando os seus resultados, impactos na ação desenvolvida.

Destacamos a importância da articulação das ações de educação, informação e comunicação. A necessidade de apoio a projetos de formação e ação em rede e fóruns no campo da educação popular e do desenvolvimento rural sustentável. Pois, o processo de criação e recriação do conhecimento deve ser alimentado pela troca de saberes, o intercâmbio de práticas educativas, a produção e a sistematização de conhecimentos baseados na equidade dos direitos e no respeito às diferenças, identificando e socializando os elementos inovadores do desenvolvimento territorial.

A criatividade, o lúdico, a corporeidade precisam ser valorizadas, consideradas e potencializadas no processo educativo, e ser fonte de expressão cultural. Os processos formativos devem reconhecer e valorizar o uso de diferentes linguagens e expressões de vida, arte, cultura na produção do conhecimento. A ação formativa precisa ser planejada, acompanhada, monitorada, avaliada e

sistematizada de forma a identificar os avanços, aprendizagens e a superar os limites existentes, reorientando a ação. É condição essencial o combate ao autoritarismo e a luta por valores éticos, solidários, democráticos entre as pessoas e grupos envolvidos no processo de desenvolvimento territorial. O compromisso histórico com a construção de um novo projeto de sociedade e a transformação da realidade. A integralidade da pessoa humana nas suas múltiplas dimensões: afetivas, sociais, culturais, étnicas, econômicas, sexuais, biológicas, espirituais, políticas, cognitivas que precisam ser consideradas na sua totalidade no processo educativo.

A liberdade como condição inerente a pessoa humana, exercício de poder e construção de autonomia e empoderamento social, assim sendo, a abordagem metodológica assumida neste processo formativo considerou o saber acumulado dos sujeitos sociais envolvidos (sociedade civil e governo), as experiências e os espaços de compartilhamento existentes, as expressões culturais e as possibilidades reais de transformação da realidade pelos educadores/agentes de desenvolvimento territorial.



Conclusões

A partir do final dos anos 1970, encontra-se em construção paulatina uma sociedade e um Estado mais democrático. Essa democracia, com a qual alguns se sentem exaltados, outros se sentem pouco representados ou ainda não a reconhecem como tal, de certa forma é uma conquista da sociedade brasileira. Isso significa dizer que a sociedade brasileira está empenhada em construir um Estado e uma sociedade mais democráticos. Estamos dando continuidade a um processo que está ainda em construção contínua e sabemos que não chegaremos a um ponto final, pois a sociedade é fruto de uma expectativa e uma utopia que se renovam, e sempre buscamos uma vida melhor, uma sociedade melhor. Assim, quanto mais democrática, mais adequada será a sociedade.

Com o avanço da democracia construímos espaços de participação e organização da sociedade, em dois campos: conselhos, conferências, audiências públicas, que são espaços públicos de encontro entre Estado e sociedade; num outro campo foram fortalecidos os movimentos sociais, as ONGs, as redes, os fóruns, as parcerias e articulações. Esses espaços são frutos da mobilização, organização e lutas da sociedade brasileira. A democracia exige a construção permanente de um Estado mais poroso, no sentido de que ele seja permeável ao diálogo e a disputa. O Estado aqui compreendido como um espaço que deve estar aberto ao debate e deve ser disputado por todos os setores da sociedade.

Estes são aspectos da história brasileira que precisam ser considerados na ação política, pois apesar de vivermos numa sociedade democrática e já termos avançado bastante, a sociedade brasileira vem de uma cultura de autoritarismo, por sermos vítimas de quase trinta anos de uma ditadura militar, a qual nos imprimiu hábitos e costumes que dificilmente tenhamos força para rompê-los rapidamente. E ainda temos uma cultura de sociedade colonizada, de trezentos anos de escravidão dos negros, e massacre dos povos originários, de um sistema político coronelista, que deixa resquícios que nos imprime uma cultura de autoritarismo na política, no Estado, mas também no meio da sociedade, nos movimentos sociais e nas práticas individuais.

Como então construir uma cultura na perspectiva democrática, de reconhecimento do outro como sujeito de direitos, como cidadão? Isso exige mudança dos movimentos sociais para encarar processos de disputa entre adversários e não inimigos. Lamentavelmente, vivemos numa época em que ser adversário é ser inimigo. Criar hábitos culturais de uma disputa entre adversários é reconhecer o outro como um sujeito estratégico na construção de um projeto de transformação da sociedade e não o ver como inimigo, pois a luta entre inimigos busca liquidá-lo. O desafio é superar esses hábitos ainda presentes no campo político partidário e nos movimentos sociais, fortalecer a democracia a partir da construção de valores democráticos.

Uma questão relevante é refletir sobre o desconhecimento do funcionamento do Estado e a excessiva burocracia. O Estado não é apenas uma instituição, é também uma relação social de disputa entre os grupos da sociedade. Se você quer usar o Estado para construir relações mais democráticas na sociedade, dispute então o Estado. Então, devemos fazer um debate sobre qual o sentido da disputa do Estado pelos movimentos sociais. E considerar que por a sociedade brasileira ser plural, nunca teremos um único grupo social governando o Estado. É possível sim construir diálogos que respeitem a pluralidade, e ainda lidar com excesso de burocracia.

Precisamos dar importância para as práticas que não contribuem para as relações de poder horizontal no Brasil. Isto vale muito para nós da sociedade, pois se fala muito, se teoriza muito, mas pouco se pratica em termos de relações democráticas de poder. Então, ser educador popular, ser movimento social é antes de tudo ter uma prática condizente com o seu discurso. Este é um princípio da educação popular. Entretanto, nesse campo das relações de poder, isso é difícil de ser praticado. O

desafio é construir relações de poder que se pautem pelo interesse público, que denote um novo método, um novo jeito de fazer política. É preciso avançar na construção de uma cultura política com relações mais horizontais, principalmente porque herdamos uma cultura de dominação política.

Precisamos também estar atentos/as a conjuntura política, pois nessa disputa por modelos de desenvolvimento os movimentos sociais populares devem também refletir sobre sua própria vitalidade, dinamismo e limitações no contexto atual. Não podemos repetir análises simplificadas, frases de efeito, conclusões apressadas. Na sociedade formulou-se uma falsa opinião, sobre uma crise profunda, com movimentos sociais sem rumo e sem direção, sem capacidade para mobilizar para provocar mudanças na realidade. De fato, as grandes mobilizações nos últimos tempos, se limitaram ao Grito dos Excluídos, as Paradas da Diversidade, Marchas dos Sem Terra ou dos sem casa. No entanto, cresceram as mobilizações específicas, com profundos enfrentamentos com segmentos das classes empresariais ou governos locais, como o caso das manifestações contra o aumento das passagens dos transportes coletivos em Natal, que depois se espalhou pelo país.

Também registrou-se grandes mobilizações da classe média com mediação das redes sociais, capitaneadas pela direita que coloca em sua pauta a derrubada das conquistas sociais em um movimento anti PT (Partido dos Trabalhadores), pregando o ódio de classe, o racismo, a violência contra a mulher, a homofobia, a perda dos direitos trabalhistas, entre outros.

Nossos diálogos, estudos e experiências apontam noutra direção. As experiências intercambiadas trazem a visão de que os novos sujeitos, jovens, mulheres, negros, entre outros – agem, organizam movimentos populares e provocam mudanças na realidade, conquistam direitos, exercem a cidadania, vivenciando novos valores, como a solidariedade, generosidade, fraternidade; mas, assim também, reproduzem relações de dominação, de controle, a mesmice, tropeçando em suas próprias contradições.

A existência de centenas de organizações sociais e populares que se organizam na base, com reuniões mensais, assembleias periódicas, reivindicam direitos, criando laços de solidariedade entre as pessoas, ajuda na elevação da sua autoestima, conquista reconhecimento, defende a sua dignidade e sua cidadania, tem demonstrado uma eficácia transformadora imensa. Mas, ninguém fica contente apenas com esta dinâmica social na base, todo mundo gosta de ver mobilizações massivas nas ruas, que apontem para transformações estruturais no país. Os desafios postos são justamente: articular o cotidiano das organizações de base, com grandes mobilizações sociais; a luta social comunitária por direitos, elevação da autoestima, reconhecimento, com a luta política por transformações estruturais na política, na economia, na cultura.

Se por um período, curto ou longo, esta articulação não está sendo possível, ou está limitada, não pode ser argumento para menosprezar as organizações que fazem o trabalho na base, que continuam provocando pequenas, mas importantíssimas mudanças para a vida das pessoas. Mas seguir com as grandes mobilizações, pois estas dificilmente ocorrerão sem a iniciativa daquelas, e nenhuma é mais importante do que a outra.

Do ponto de vista das **relações de poder**, concebemos que, apesar de existirem espaços específicos de poder, aqueles considerados como “política tradicional”, que são as Câmaras de vereadores, de deputados, o Congresso Nacional, o Senado, o Supremo Tribunal Federal, e os demais tribunais, a Presidência da República com seus ministérios, os governos estaduais e prefeituras com os secretariados, o poder se realiza em todos os espaços onde tem gente, nas relações cotidianas.

Democracia é concebida pelos movimentos sociais, como algo que se pratica e se vive na sociedade, nas relações do cotidiano. Se relacionado as estruturas da organização e ação dos movimentos, há necessidade de cuidado para que se reproduzam práticas democráticas. Nessa busca, os movimentos sociais dialogam criticando e se enfrentando com as formas de poder dominantes, do

capital, dos governos, como também se preparando para o exercício do poder. É uma ação permanente, à medida que organiza e busca o reconhecimento dos diversos segmentos que sofrem opressão e que precisam acreditar em si, na sua força, para superar as desigualdades, ou mesmo nas disputas eleitorais frente a política tradicional. Quando por exemplo, se elege um vereador do campo popular, se deixa de eleger algum que reproduza as formas de dominação no município. Mas, não basta eleger um/a vereador/a, um/a deputado/a, um/a prefeito/a, é necessário demonstrar que esta mudança tem qualidade, que faz avançar as lutas populares.

A partir dessas construções e dos conhecimentos advindos dessas experiências formativas, podemos afirmar que se experimenta, na dinâmica das organizações sociais e populares um permanente convite à participação, se criam condições e instrumentos de inclusão e reconhecimento das pessoas na vida da organização e em suas reivindicações, se exercita gestos de generosidade, amizade e solidariedade, se valoriza e se defende posturas éticas e respeitadas nas relações, se alimenta a perspectiva de autonomia e igualdade entre as pessoas. Por outro lado, os movimentos formulam em suas práticas, uma forte crítica ao individualismo, preconceitos, exclusão social, machismo, patriarcalismo, racismo.

Com isto não estamos afirmando que nas organizações de base e nas suas estruturas de direção, se vive “um paraíso na terra”; as pessoas e grupos participantes dos movimentos sociais são seres humanos como quaisquer outros, portanto, um feixe dos mais profundos sentimentos e práticas de amor, compromisso, dedicação, companheirismo, mas também suscetíveis a todas as mazelas dos seres humanos, às disputas, egoísmos, controles. A diferença é que, nos movimentos e organizações populares, se cria um repertório, uma simbologia, uma dinâmica de funcionamento e de vivências, em que os valores da opressão (todos contrários ao amor, solidariedade, respeito) são condenáveis, e devem ser rechaçados. Para tal os movimentos buscam criar “antídotos” para evitar a proliferação destes valores em seu interior, e ao mesmo tempo criam mecanismos para estimular a solidariedade, inclusão, generosidade como expressão de uma nova cultura da convivência, das relações de respeito e democráticas.

Portanto, do ponto de vista da democracia, podemos concluir que temos hoje no Brasil uma sociedade que avança na perspectiva de uma democracia em permanente debate, inclusive em termos conceituais. O conceito mais comum é o da democracia representativa, mas a sociedade não se sente satisfeita com essa democracia da disputa dos partidos e há outro conceito disputando com esse modelo que é a democracia participativa, debate que ocorre no âmbito dos conselhos e conferências. Ainda há o conceito de democracia direta, mais difícil que a democracia participativa, porque temos uma sociedade com 200 milhões de habitantes, o que dificultaria a democracia direta.

Como indicativo se recomenda que os Territórios, os órgãos colegiados, as organizações e movimentos sociais ampliem e potencializem o debate que diz que no âmbito de uma sociedade democrática, a democracia representativa não é suficiente, mas que também não deve ser excluída, abrindo como perspectiva a necessidade de construção de uma pluralidade democrática, que aponte um caminho para a radicalização da democracia, na qual diversos sujeitos sociais devem fazer parte e serem reconhecidos como integrantes da disputa política na sociedade. Não há como construir uma democracia sem um processo de articulação da sociedade, com seus diversos atores, para que se possa conquistar uma hegemonia nas relações para a transformação da sociedade. Toda transformação passa por um processo de construção hegemônica de forças políticas e sobre a visão de sociedade que queremos: radicalmente democrática, plural, que reconheça os sujeitos coletivos, os indivíduos como atores sociais e, nesse sentido, estamos caminhando com disputas muito fortes entre os setores da sociedade.

Entendemos a estratégia territorial como um espaço de disputa por modelo de desenvolvimento, que busca políticas de superação da pobreza através da dinamização da economia rural e de

combinar a oferta com e a gestão da política pública. As áreas de resultado mais fortes na política territorial passam pelo fortalecimento da gestão social, a partir do fortalecimento dos sujeitos sociais que compõem o território, o fortalecimento das redes sociais de cooperação, a dinamização da economia rural e a articulação das políticas públicas. Pois, o território é também espaço de disputa, cabe aos movimentos sociais se fortalecer, ampliar parcerias e aliados, na construção de um novo modelo de desenvolvimento para os territórios. Se os movimentos sociais não conseguirem juntar as forças para dar o tom e modificar as desigualdades, provocar as transformações nos territórios, pouco vai se avançar. Logo, isto não é só uma questão de interesse político do Governo.

Nessas vivências descobrimos a beleza, a capacidade e a riqueza das experiências da educação popular, dos movimentos sociais, sujeitos comprometidos com a gestão social e o desenvolvimento territorial. Mas, ao concluirmos esse processo formativo saímos com aprendizados, inquietações, recomendações.

Dos aprendizados ressaltamos elementos significativos no interior das práticas territoriais: a) efetivação e implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS a partir de um diagnóstico que contemple as demandas dos diferentes segmentos sociais presentes no espaço territorial (mulheres, jovens, indígenas, quilombolas, agricultores, comerciantes, entre outros); b) avanço com a integração das Políticas Públicas, com pactuação dos ministérios sobre os recursos dentro dos territórios; c) participação na Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS, que definiu a paridade de gênero e cotas de 20% para a juventude; d) o novo Plano Safra, que reforça a questão do crédito, do PRONAF, com baixa nos juros, fortalecendo a agricultura familiar e ações específicas para o Semiárido e o debate sobre a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Plano Safra e o fortalecimento das cooperativas.

Saímos com a preocupação em manter animada a discussão sobre como avançar na construção da participação dos movimentos sociais, na estratégia do desenvolvimento territorial, pelo potencial que a estratégia pode dar como guinada na gestão social, nessa relação de poder, na relação democrática, na relação com os poderes locais, nos municípios, nos recursos que chegam aos territórios. Mas a principal inquietação é com o aprimoramento das práticas educativas, da gestão social e do desenvolvimento territorial, que passa pela formação permanente dos diferentes sujeitos que constroem a estratégia territorial. Ao mesmo tempo, recomendamos o estudo individual e coletivo, o aprimoramento das práticas educativas, da gestão social e do desenvolvimento territorial, e que toda a construção até aqui deve ser revisitada no fazer pedagógico na perspectiva da consolidação da democracia participativa, da gestão social e do desenvolvimento territorial.

O que esta sistematização de experiência nos ensina é a necessidade de ações intersetoriais e intervenções interdisciplinares que oportunizem os encontros entre a sociedade civil e o governo no campo da formação. Nesse contexto, coloca-se a necessidade de articular ações formativas e instrumentos de acesso à informações e serviços disponíveis nos diferentes níveis de ação governamental, ONGs, organismos internacionais, universidades e nos diferentes ministérios ou outras fundações de ensino que potencializem a gestão social e o desenvolvimento territorial.

Superar a fragmentação e o paralelismo de ações e orientar investimentos públicos e privados no sentido de contribuir para o desenvolvimento humano e criar, gerir e aperfeiçoar processos sustentáveis, capazes de obter elevação dos índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida, de organização social, de desenvolvimento econômico e gestão social são desafios e ao mesmo tempo um convite que a EQUIP/SDT deixa à todos os interessados, envolvidos e comprometidos com a nova proposta de desenvolvimento rural sustentável e com a construção de uma sociedade justa e solidária para os que fazem o espaço rural local de reprodução da vida, onde todas as dimensões se manifestam.

A crença é que subsidiado na Educação Popular este caminho possibilita o fortalecimento das

condições concretas e locais que podem favorecer a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, visto que por ele é possível o enraizamento do conhecimento 'no e pelo' próprio território junto aos diferentes sujeitos envolvidos, sejam da sociedade civil e ou do governo. Esperamos que esta sistematização de experiência sirva de referência, inspire outras iniciativas formativas, que a proposta seja "re" construída, complementada de forma coletiva por todos que comunguem de seus objetivos e interesses, resultando numa ação consequente no campo da formação para o desenvolvimento territorial.



Educadoras e Educadores da EQUIP

1. Alcineide Oliveira Nascimento
2. Antônio Maria Alves de Albuquerque
3. Carmelita Selestina da Conceição
4. Graça Elenice Braga dos Santos
5. Joana D'arc da Silva
6. Raimundo Augusto de Oliveira (Cajá)

Articuladores e Articuladoras pela Rede de Jovens do Nordeste

1. Ailton André dos Santos
2. Elisabeth Joaquina da Silva
3. Ianara Silva Evangelista
4. José Eronildo Narciso
5. Joane dos Santos Araújo
6. Josikleton Mendes de Albuquerque
7. Ronaldo de Jesus Santos
8. Maria São Pedro de Jesus (Neia)
9. Wellington Ferreira da Silva

Educadores e Educadoras da Rede de Educadores e Parceiros Locais

Alagoas:

Educadores - Elenilda Carlos de Melo, Maria de Jesus Matos, Maria Mácrima da Silva, Cícero Santana da Silva e Berenita Maria dos Santos Melo. **Parcerias** - MNMMR, CACTUS, ITERAL OBRA KOLPING Estadual.

Bahia:

Educadores - Cristina Moura dos Santos, Núbia da Silva Oliveira e Marivaldo Salles
Parcerias - Núcleo da Rede de Educadores/Valente, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social.

Ceará:

Educadores - Antônio José Cunha da Silva, Carmilson Andrade Brito, Valzenir Maria de Oliveira Santos e Lúcia Maria Ângelo.
Parcerias - Núcleo da Rede de Educadores/CE, Universidade Federal Rural de PE, Obra Kolping, Visão Mundial, Conselho Nova Vida, Associação Santo Dias, Integrasol.

Maranhão:

Educadores - Eulina Maria de Amorim da Silva, Lúcia, Francisca Araújo Silva Barbosa, Corina Maria de Moura Silva e Lêda Ferreira Cabral.

Parcerias - Secretaria Educação e Secretaria de Assistência Social, Núcleo da Rede de Educadores de Caxias/MA.

Piauí:

Educadores - Carmelita Selestina da Conceição, Ana Célia de Sousa Santos, Elmo Lima, Francisco Mesquita e Maria do Socorro Pereira da Silva.

Parcerias - Núcleo da Rede Educadores / PI.

Pernambuco:

Educadores - Claudio Braga, Paulo Afonso Barbosa de Brito, Fabia Cristina Andrade da Silva, Celerino da Silva, Thiago Carvalho Florêncio e Marlene Siqueira Silva.

Parcerias - Núcleo da Rede de Educadores Populares.

Rio Grande do Norte:

Educadores - Maria Gerlane Silva, Carlos Wanderley Teodósio, Ilena Felipe Barros, Regina Lucia E. Pinheiro, Joane dos Santos Araújo e Joana D'arc da Silva.

Parcerias - SINASEFE e Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza - CEAHS.

Paraíba:

Educadores - Adeliah Gomes, Dora Delfino, Edna Bezerra de Oliveira, Juliano Jamisson de Almeida, Paulo Afonso Barbosa de Brito, Mario inacio da Cunha.

Parcerias - ONG Amazonas, Universidade Federal Rural de PE.

Sergipe:

Educadores - Jesebel Argentina Cintra, Elis Gardênia dos Santos e Rafaela da Silva Alves.

Parcerias - Rede de Educação Cidadã - RECID, Centro Dom José Brandão de Castro - CDJBC.

Relação de Territórios por Estado que participaram do Processo de Formação

Territórios e Estados

ALAGOAS

Bacia Leiteira, Zona da Mata, Do Agreste, Mata Alagoana, Médio Sertão, Litoral Norte, Alto Sertão.

BAHIA

Pataxó Hãhãe, Sisal, Baixo Sul, Litoral Sul, Bacia do Jacuípe, Piemonte Norte Itapecuru, Portal do Sertão, Litoral Norte, Sertão do São Francisco, Metropolitano, Sisal.

CEARÁ

Maciço do Baturité, Metropolitano José de Alencar, Inhamúns/Crateus, Sertões do Canindé, Extremo Oeste, Cariri, Metropolitano, Litoral Leste, Sobral, Sertão Central, Vales do Curu e Aracatiaçu, Vale do Jaguaribe, Litoral Extremo-Oeste.

MARANHÃO

Médio Mearim, Baixo Parnaíba, Cocais, Campos e Lagos, Vale do Itapecuru, Grande Ilha, Baixada Ocidental Maranhense, Vale do Mearim, Alto Turi Gurupi, Serrano da Baixada.

PARAÍBA

Cariri oriental, Cariri Ocidental, Zona da Mata Sul, Zona da Mata Norte, Brejo Paraibano, Borborema,

Curimataú, Médio Sertão, Litoral Sul.

PIAUI

Planície litorânea, Entre Rios, Cocais, Vale das mangabeiras, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Tabuleiro do Alto Parnaíba, Vale do **Guaribas**, **Vale do Sambito**, **Tabuleiro Litorâneo**, **Chapada das Mangabeiras**, **Carnaubais**, **Rio Itauéiras**.

PERNAMBUCO

Agreste meridional, Agreste Central, Indígena, Agreste Meridional, Agreste setentrional, Território da Cidadania - Mata Sul, Sertão do Araripe, Sertão do São Francisco, Mata Norte, Zona da Mata.

RIO GRANDE DO NORTE

Potengi, Terras Potiguares, Açú-Mossoró, Natal, Sertão do Apodi, Seridó, Mato Grande, Alto Oeste, Trairi, Seridó, Sertão Central.

SERGIPE

Leste Sergipano, Sul Sergipano, Médio Sertão, Vale do Cotinguiba, Baixo São Francisco, Alto Sertão, Baixo São Francisco, Sertão Ocidental.



Anexo

Plataforma Política Nacional das Juventudes dos Territórios

1. Do Direito à Educação

1. Criar e constituir um Plano de Formação para as juventudes territoriais, valorizando as identidades e as perspectivas sociais dos jovens rurais, visando fortalecer as organizações juvenis na gestão social dos territórios e no planejamento de suas ações estratégicas;
2. Garantir o desenvolvimento de processos de formação política para jovens dos territórios;
3. Formar extensionistas jovens tendo em vista a multifuncionalidade da agricultura familiar agroecológica e as inovações tecnológicas nos territórios;
4. Implementar políticas públicas de prevenção, redução de danos e recuperação de jovens dependentes de drogas;
5. Implantar escolas de nível médio no campo, adaptando às condições e necessidades do meio rural, incorporando metodologias adequadas às realidades locais;
6. Implementar programa de arte e educação construído com a juventude dos territórios;
7. Realizar cursos de formação de novas lideranças jovens, seminários temáticos, oficinas, intercâmbios e cursos de qualificação para formação dos jovens rurais;
8. Fortalecer a educação do/no/para o campo com metodologia contextualizada, ampliando as Casas Família Rural (CFR's) e Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) com garantia de recursos federal e estadual para sua funcionalidade;
9. Qualificar permanentemente os educadores do campo, promovendo remuneração justa, promovendo fiscalização mais rígida no desenvolvimento dos programas educacionais voltados a juventude rural;
10. Ampliar as capacitações e processos de formação continuada aos educadores, em elaboração, gestão e execução de projetos;
11. Oferecer cursos profissionalizantes voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, que possibilite a geração de renda para os jovens e sua permanência na terra;
12. Ampliar a rede de ensino nos territórios, da educação básica à graduação e pós-graduação, priorizando os IFET's, Universidades Estaduais e Federais, implantando políticas públicas de educação específicas de integração ao mercado de trabalho para o jovem do campo;
13. Ampliar o número de vagas para o PROUNI;
14. Incluir nos parâmetros dos currículos escolares a formação em políticas públicas e educação ambiental;
15. Promover processos de formação política na perspectiva feminista, LGBTTT e antirracista;

16. Promover a educação do campo de qualidade, tendo a agroecologia no projeto político pedagógico e preferência pedagógica da alteridade;
17. Garantir que as instituições de educação popular e as escolas que desenvolvem educação do campo possam ter financiamento governamental e executar o PRONATEC e o PRONACAMPO, como as EFAs, CFRs e organizações afins;
18. Fornecer ao Programa Arca das Letras e outras bibliotecas, o acesso à internet, computadores, tecnologias wi-fi e formação continuada para os agentes de leitura e outros colaboradores, garantindo uma forma de remuneração aos agentes de leitura;
19. Garantir que as pesquisas e os processos de formação e consultoria priorizem a participação juvenil, buscando gerar renda aos territórios onde serão aplicados;
20. Implantar bibliotecas rurais com monitoramento, avaliação e renovação contínua do acervo com exemplares específicos, adequados à realidade de cada região;
21. Implantar escolas de nível médio e técnicas no campo e para o campo, com elementos pedagógicos contextualizados com a realidade, priorizando a contratação de profissionais qualificados na área;
22. Proporcionar aos alunos com deficiências ou múltiplas deficiências maior acessibilidade na escola rural e acompanhamento em suas especificidades;
23. Disponibilizar para o educador do campo, formação continuada e específica para possibilitar e garantir aos educandos com deficiência e múltiplas deficiências, o melhor atendimento e aprendizagem em sala de aula;
24. Promover seminários de formação política nas escolas de ensino fundamental, com perspectivas: feminista, LGBTTT e antirracista;
25. Tomar medidas governamentais que impeçam o fechamento de escolas no meio rural;
26. Promover processos de formação e capacitação continuada para captação de recursos, elaboração de projetos e prestação de contas para as juventudes dos territórios, prioritariamente nas comunidades rurais.

2. Do Direito à Inclusão Digital e as Tecnologias da Informação e da Comunicação

1. Promover a inclusão digital da juventude rural, implementando casas digitais nas comunidades de povos ribeirinhos, quilombolas, aldeias indígenas e periferias;
2. Infraestrutura básica para todas as comunidades camponesas, garantindo a inclusão digital no que se refere a universalização do acesso, em rede mundial de computadores, acesso a telefonia fixa, pública e particular preferencialmente disponibilizando espaços de acesso público e gratuito;
3. Fomentar a implantação de projetos de pontos de cultura, telecentros, casas digitais rurais, centros digitais da cidadania, banda larga e outros, colaborando para a construção de um ambiente de produção de multimeios (áudio, vídeo, imagens e texto) possibilitando o desenvolvimento econômico e criativo dos jovens que vivem no campo;
4. Implantar um sistema de internet para os grupos de jovens, utilizando provedor e acesso à internet própria, possibilitando também a construção de rádios on line;
5. Incentivar a criação de cinemas da terra, com o protagonismo da juventude rural.

3. Por uma Reforma Política Popular

1. Constituir um novo sistema político brasileiro que avance na democratização, aperfeiçoando a democracia representativa, fortalecendo os mecanismos de democracia direta para se contrapor ao oportunismo eleitoral e ao poder dos grandes grupos econômicos;
2. Garantir a representação de negros, mulheres e jovens no sistema político eleitoral;
3. Criar comitês populares estaduais, municipais e locais para discutir e intervir politicamente na construção de um novo sistema político brasileiro;
4. Implantar um sistema de financiamento público exclusivo de campanha;
5. Garantir o voto proporcional em lista fechada, o fim das coligações e das suplências de Senador;
6. Garantir a representatividade popular juvenil no sistema político eleitoral;
7. Realizar o plebiscito popular para consultar a população sobre a necessidade de uma assembleia constituinte para a reforma política.

4. Do Direito à Terra, ao Crédito, a ATER e a ATES

1. Fortalecer a reforma agrária ampla e popular, via desapropriação de latifúndio, com mecanismos e metas estabelecidas que garanta o acesso à terra para juventude camponesa;
2. Garantir o acesso à terra para as juventudes e mulheres, acompanhada de políticas públicas de crédito, assistência técnica e social, saúde, educação, cultura, lazer, inclusão digital, entre outras, considerando as especificidades de geração, gênero e de cada povo ou comunidade;
3. Fortalecer os Programas de acesso à terra, em especial o Programa Nacional de Crédito Fundiário, de acordo com mercado de terras, com aumento do teto para R\$ 150 mil por projeto, com taxa de 0% de juros para a Linha Nossa Primeira Terra e com equiparação do percentual de rebate igual para todas as regiões;
4. Reconhecer, demarcar, homologar, titularizar os territórios dos povos e comunidades tradicionais, acompanhados de políticas públicas e programas que respeitem as suas identidades e culturas, preparando e capacitando os próprios sujeitos para os serviços de educação, saúde, qualificação profissional e as demais áreas, onde todas as ações sejam realizadas de forma dialogada com os povos e comunidades tradicionais valorizando suas culturas, organização social, identidades e trabalho;
5. Fomentar a formação de novos agricultores/as familiares, pescadores/as artesanais, aquicultores/as, extrativistas, apoiando a diversificação dos sistemas produtivos familiares agrícolas e não agrícolas, estimulando a juventude a permanecer nas regiões rurais, produzindo, com facilidades de acesso a terra – inclusive na sucessão familiar –, ao crédito, a ATER, de acordo com as especificidades de cada segmento, cuidando das áreas naturais, da biodiversidade e das águas, manejando de forma sustentável os recursos naturais e multiplicando as consciências preservacionistas;
6. Criar o programa de fomento para a juventude rural, investindo e fortalecendo iniciativas da economia popular e solidária, com acompanhamento técnico, contribuindo para a geração de renda e a permanência da juventude no campo;
7. Incluir metas específicas que garantam o acesso da juventude rural aos mercados institucionais como: PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA e PNAE, tornando o PAA uma política efetiva de Estado;

8. Promover programas de incentivo ao cooperativismo e empreendimentos solidários para a juventude rural;

9. Criar linha específica de assistência técnica e extensão rural para a juventude camponesa, ampliando o número de técnicos jovens na prestação dos serviços de ATER e ATES;

10. Implantar projetos e políticas agroflorestais e agroecológicas que garantam oportunidades de geração de renda e preservação ambiental.

11. Ampliar, aperfeiçoar e desburocratizar o acesso aos recursos do Pronaf Jovem, do Crédito Fomento do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e da Linha Nossa Primeira Terra (PNCF/NPT) para a juventude rural, criando também um cadastro específico para os jovens do campo e assegurando: cota de 30% para a mulher jovem rural; acesso independentemente de formação profissional; orientação de acesso ao crédito para jovens; autonomia econômica e sucessão familiar, com prioridade para os filhos de agricultores e pecuaristas familiares, com 80% de recursos não reembolsáveis, no sentido de;

5. Do Direito à Vida para a Juventude Negra

1. Descentralizar e aumentar os recursos dos municípios com alto índice de homicídios e pressionar os gestores e governo para aderir aos planos e programas de enfrentamento à violência e da PPJ;

2. Garantir a aprovação da PL 4471/12, com pressão aos parlamentares e articulação dos movimentos e conselhos juvenis;

3. Garantir campanhas e debates nos territórios sobre a PEC 33/12 - Contra a Redução da Maioridade Penal;

4. Mapear as causas de homicídios de jovens negros/as nos territórios rurais junto aos órgãos responsáveis de investigação;

5. Legitimar e fortalecer debates nas bases pela não criminalização dos movimentos sociais e expressões democráticas de mobilizações de rua;

6. Garantir que os municípios realizem o diagnóstico da juventude, construindo banco de dados para subsidiar as demandas dos jovens e execução das PPJs;

7. Desmilitarização da polícia nos territórios.

6. Do Direito ao Território

1. Garantir o direito ao território, a identidade, a cultura e ao meio ambiente aos jovens rurais e comunidades e povos tradicionais, consultando-os antes da implantação de grandes projetos (hidroelétrica, usinas nucleares e mineradoras) que causem impactos na vida dos sujeitos que vivem nos territórios indígenas, quilombolas e camponês;

2. Incentivar a atuação e intervenção de jovens articuladores no fortalecimento dos grupos juvenis, câmaras temáticas e comitês de juventude dos territórios, por meio de fomento e processos de formação continuada.

7. Do Direito ao Esporte, Cultura e Lazer

1. Desburocratizar e simplificar os editais dos programas e projetos governamentais, visando ampliar o acesso e incentivar as diversas modalidades esportivas, a cultura e o lazer para a juventude;

2. Reestruturar os centros culturais existentes e ampliar o número de centros, nos municípios e territórios que ainda não estão contemplados, para que as juventudes rurais possam acessar e ocupar esses espaços públicos;

3. Ampliar o volume de recursos destinados a cultura, esporte e lazer para os territórios, com gestão e governança dos colegiados territoriais;
4. Mapear os grupos e iniciativas culturais dos jovens dos territórios e direcionar editais específicos que fortaleçam a ação dos agentes culturais, artísticos e educadores populares territoriais;
5. Incentivar por meio de projetos de fomento e ações educativas, a realização de festivais culturais e esportivos da juventude nos territórios;
6. Promover a formação de jovens dos territórios como agentes jovens culturais e esportivos comunitários, valorizando os talentos e habilidades da juventude local;
7. Garantir o acesso das juventudes camponesas a arte, cultura, lazer, as tecnologias da informação e comunicação de forma a fortalecer e valorizar suas identidades, culturas e tradições.

8. Do Direito à Participação Política

1. Criar e fortalecer os comitês e as câmaras temáticas da juventude nas instâncias de todos os colegiados territoriais apoiados pela SDT/MDA, para que a juventude possa incidir e efetivar a governança social das políticas públicas implementadas nos Territórios Rurais;
2. Criar e fortalecer os comitês da juventude nas instâncias dos colegiados territoriais;
3. Apoiar financeiramente os comitês e câmaras temáticas de juventude para garantir a efetividade e a participação juvenil na gestão social dos territórios;
4. Instituir cota para participação das juventudes nos colegiados territoriais;
5. Criar instância/estrutura específica (secretaria, diretoria ou coordenadoria) da juventude rural no MDA para trabalhar na elaboração e execução de políticas públicas para a juventude camponesa, com orçamento expressivo e pessoal capacitado a fim de dar conta das demandas apresentadas e conter o êxodo rural;
6. Promover ampla divulgação das políticas públicas existentes e direcionadas para a juventude rural;
7. Ampliar a faixa etária dos/as jovens no acesso as políticas públicas, atendendo a realidade da juventude rural;
8. Criar um fundo nacional para garantir a articulação, inclusão e incidência da juventude rural nos espaços de participação política;
9. Assegurar a criação dos conselhos de juventude em todos os municípios e estados do Brasil;
10. Mapear e articular os espaços em que as juventudes indígenas e quilombolas estão dialogando sobre suas demandas e propondo políticas públicas junto a outras organizações sociais;
11. Garantir formação política para a juventude camponesa que respeite e valorize as culturas e as diferentes identidades de gênero, etnia, racial e diversidade sexual;
12. Implementar políticas públicas de Estado específicas para a juventude do campo (geração de renda, saúde, educação, cultura, lazer);
13. Incluir a participação das institucionalidades juvenis na rede estadual e nacional dos colegiados territoriais, garantindo um calendário de discussões no âmbito da juventude rural;
14. Criar um fórum nacional territorial para discussão e avaliação de políticas públicas voltadas para o público jovem do campo, fomentado pela SDT/MDA;
15. Construir Casas de Juventude nos territórios, como espaços de acolhimento, formação e construção de PPJs;

16. Assegurar a participação da juventude nos processos de discussão e implementação das políticas públicas nos espaços de decisão do Poder executivo municipal;

17. Assegurar a participação de todos os municípios dentro da política territorial.

2 Do Direito à Saúde de Qualidade

1. Garantir políticas de saúde para as populações do campo povos e comunidades tradicionais com recorte étnico racial de gênero e geração, contemplando os direitos sexuais e reprodutivos das jovens mulheres;

2. Criar um marco legal que permite que as comunidades tradicionais possam utilizar drogas vivas e seus processados como essência, óleos e infusões, inclusive para comercialização dos fitoterápicos respeitando o conhecimento tradicional dessas comunidades;

3. Mapear as experiências de medicina popular nas comunidades e povos tradicionais;

4. Garantir a saúde de qualidade para a população dos territórios, respeitando as necessidades específicas de cada povo e comunidade dando ênfase na medicina alternativa local e espiritualidade cultural de cada um;

5. Garantir incentivos financeiros complementares no bloco da atenção básica, do Ministério da Saúde, para auxiliar no financiamento do atendimento à saúde em comunidades tradicionais e beneficiários/as dos programas da reforma agrária.

Estas proposições são resultados das discussões com as juventudes rurais dos territórios do Brasil e tem como propósito orientar a formulação, construção e execução de políticas públicas direcionadas para a juventude camponesa, pelos órgãos governamentais. Sendo assim, este instrumento político torna-se a voz das juventudes territoriais que mesmo sendo um sujeito estratégico para a sustentabilidade do Brasil Rural, tem acessado seus direitos de forma limitada, inviabilizando sua permanência no campo com cidadania e dignidade.



Referências Bibliográficas

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro e BAPTISTA, Naidson de Quintella (organizadores). Educação Rural: Sustentabilidade do Campo. Feira de Santana, BA: MOC, UFESPE, SERTA, 2005, 2ª Edição.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação alternativa na sociedade autoritária. IN: PAIVA, Vanilda (Org). Perspectivas e dilemas da Educação Popular. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

BUISSET, Gaëlle. FLÁVIO, Gerson, OLIVEIRA, Raimundo. Sustentabilidade institucional de entidades da sociedade civil brasileira. CCFD. EQUIP, Recife 2008.

CALAZANS, Maria J. C. Para compreender a educação do Estado no meio rural – Traços de uma trajetória. In: IHERRIEN & DAMASCENO (Org.). Educação e Escola no Campo. São Paulo, Papius, 1993.

CANIELLO, Marcio e Tonneau, Jean – Philippe. A pedagogia da Universidade Camponesa. Rede de Educação do Semi Árido Brasileiro - RESAB. Refletindo a Educação no Semi-Árido Brasileiro. Ousando fazer a diferença. Ano 1, maio de 2006.

CORCIONE, Domingos. A sistematização de Experiências: Síntese de alguns aspectos - Recife, 2005.p. 01 a 05. (mimeo)

DAGNINO, Eveline. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Editora Paz e Terra, SP 2002.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____, Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____, Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____, Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

GOHN. Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Loyola, 1997.

NASCIMENTO, Oliveira Alcineide e ALBUQUERQUE, Antônia Maria Alves. Promoção da Cidadania Ativa e o Desenvolvimento de uma Cultura de Paz e de Direitos. Recife, PE, EQUIP, 2001. 201p.:Il. – (Série Educação Popular; 4).

OLIVEIRA, Roberto Veras (organizador). Qualificar Para Que. Qualificação Para Quem. Do Global ao Local: O que se espera da Qualificação Profissional Hoje. SP, Fundação UNITRABALHO – Campina Grande, EDUFCEG, 2006.

PALUDO, Conceição. Educação Popular em Busca de Alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático e Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp 2001. – 272p.

PERICO, Rafael Echeverri. Identidade e território no Brasil. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Brasília, 2009.

RUA, Maria das Graças. Desmistificando o Problema: Uma rápida introdução ao estudo dos indicadores. (mimeo s/d)

RODRIGUES, Roberto W.S., SOUZA, Rômulo Paes e VAITSMAN, Jeni. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: A experiência do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil, s/d.

Documentos:

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2006). Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais. Documento Institucional nº 03. Guia para a Organização Social Brasília-DF

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2006). Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais. Documento Institucional nº 04. Guia para a Organização Social Brasília-DF

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (2008) Referenciais Conceituais de Formação de Agentes de Desenvolvimento. (mimeo)

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES. Manual Operacional 2008. Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos – DD. Coordenação Geral de Infra-estrutura – DDI. Divisão de Estruturação de Assentamentos – DDI – 2

EQUIP/ PE. Relatórios do Curso de Formação de Educadores Populares. Brasil, Caxias, Maranhão, 2010

EQUIP/ PE.. Relatórios do Curso de Formação de Educadores Populares. Brasil, Fortaleza, Ceará, 2010

EQUIP/ PE. Relatórios do Curso de Formação de Educadores Populares. Brasil, Teresina, Piauí, 2010

EQUIP/ PE Relatórios do Curso de Formação de Educadores Populares. Brasil, Natal, Rio Grande do Norte, 2010

EQUIP/ PE. Relatórios do Curso de Formação de Educadores Populares. Brasil, Conde, Paraíba, 2010

EQUIP/ PE. Relatórios do Curso de Formação de Educadores Populares. Brasil, Caruaru, Pernambuco, 2011

EQUIP/ PE. Relatórios do Curso de Formação de Educadores Populares. Brasil, Maceió, Alagoas, 2011

EQUIP/ PE. Relatórios do Curso de Formação de Educadores Populares. Brasil, Aracaju, Sergipe, 2011

EQUIP/ PE. Relatórios do Curso de Formação de Educadores Populares. Brasil, Valente, Bahia, 2010

EQUIP/ PE. Relatórios da Oficina de Sistematização de Experiências. Brasil, Itamaracá, Pernambuco, 2013

EQUIP/PE. Relatório do Intercâmbios de Experiências de Educação Popular e Desenvolvimento.

Tema: Movimentos Sociais: Cultura, Poder e Democracia. Brasil, Ilha de Itamaracá, Pernambuco, 2013

EQUIP/ PE. Relatório do Encontro Inter regional: Atualização Metodológica em Educação Popular. Intercâmbio de Experiências em Educação Popular e Desenvolvimento Territorial. Movimentos sociais: Cultura, Poder e Democracia. Olinda, Pernambuco, 2013

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio estadual. Brasil, Rio Grande do Norte, 2010

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio estadual. Brasil, Maranhão, 2011

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio estadual. Brasil, Piauí, 2011

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio estadual. Brasil, Ceará, 2011

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio estadual. Brasil, Cabaceiras, Paraíba, 2010

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio estadual. Brasil, Pernambuco, 2011

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio estadual. Brasil, Alagoas, 2010

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio estadual. Brasil, Sergipe, 2011

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio estadual. Brasil, Bahia, 2011

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio interregional. Brasil, Cabaceira, Paraíba, 2011

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio interregional. Brasil, Ilha de Itamaracá, Pernambuco, 2014

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio interregional. Brasil, Ilha de Itamaracá, Pernambuco, 2014

EQUIP/ PE, Relatório do intercâmbio Encontro Nacional. Brasil, Itamaracá, Pernambuco, 2014



Siglas

ABONG - Associação Brasileira de ONG's

ACONERUC - Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras

ATER - Assessoria Técnica e Extensão Rural

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

COJIPE - Coordenação de Jovens Indígenas de Pernambuco

DAP - Declaração de Aptidão PRONAF

CMD - Concepção Metodológica Dialética

CNJ - Conselho Nacional de Juventude

CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNDRSS – Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura

DST's - Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECO-92 - Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente

ECOSOL - Economia Solidária

EDUPOP - Educação Popular em Movimento

EFA's - Escola Família Agrícola

FSM - Fórum Social Mundial

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GT - Grupo de Trabalho

IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

INCRA - Instituto Nacional de Colonização Rural

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LOA - Lei Orçamentária Anual

MNU - Movimento Negro Unificado

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia

MDF - Movimento de Defesa dos Favelados

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOPS - Movimento Popular de Saúde

NEDET's - Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial

ONG - Organização Não Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PPA - Plano Pluri Anual

PAJUR - Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural

PDA - Plano de Desenvolvimento Agrário

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

PMDRSS - Plano Municipal e Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PTDRSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PROINF – Programa de Infraestrutura

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável

PTC - Programa Territórios da Cidadania

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido Social Democrata Brasileiro

PPJ's - Políticas Públicas para as Juventudes

PRONAF Jovem - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PJR - Pastoral de Juventude Rural

RJNE - Rede de Jovens do Nordeste

REPNE - Rede de Educadores Populares do Nordeste

REDE CEFFAS – Rede Centro Familiar de Formação por Alternância

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SNJ - Secretaria Nacional da Juventude

SRA - Secretaria Nacional de Reordenamento Agrário

SNJ - Secretaria Nacional da Juventude

SNDRSS - Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

UMB - União das Mulheres do Brasil

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

ULM - União das Lutas por Moradia Popular



Memórias Fotográficas

Etapão





Formação de Educadores Alagoas







Formação de Educadores Piauí



Formação de Educadores Sergipe





Formação de Educadores Bahia



Formação de Educadores Paraíba





Formação de Educadores Maranhão





Formação de Educadores Pernambuco

APRESENTAÇÃO			
NOME	MOVIMENTO/ ENTIDADE	EXPECTATIVA	SENTIMENTO COM QUE
Alcione	Mep	Salutar	Renovo
Alma e Bernarbo	Associação de Agricultores	Adquirir mais experiências	Amor
Barbora	Associação de Agricultores	Suprir com a experiência	Amor
Aminha	AMC (Caravel)	APROVEITAMENTO DO MÁXIMO	Curiosidade
LUIZIANE	HABITAT BRASIL	APROVEITAMENTO DO MÁXIMO	Curiosidade
Ylma	Mep	Atualização	Curiosidade
Jack	SERJA RJNE	Atualização	Curiosidade
Teinha	Liquid	Atualização	Curiosidade
DIJA	Mep	Atualização	Curiosidade
RANIERE	Mep	Atualização	Curiosidade
THIAGO	Mep	Atualização	Curiosidade
CLAUDIANO	Mep	Atualização	Curiosidade
Jeanine	Mep	Atualização	Curiosidade
WILSON	Mep	Atualização	Curiosidade
REJANE	Mep	Atualização	Curiosidade
Lourdinha	Mep	Atualização	Curiosidade
Inacinde	Mep	Atualização	Curiosidade
Sandra	Mep	Atualização	Curiosidade





Formação de Educadores Rio Grande do Norte





Intercâmbio da Juventude Encontro Nacional





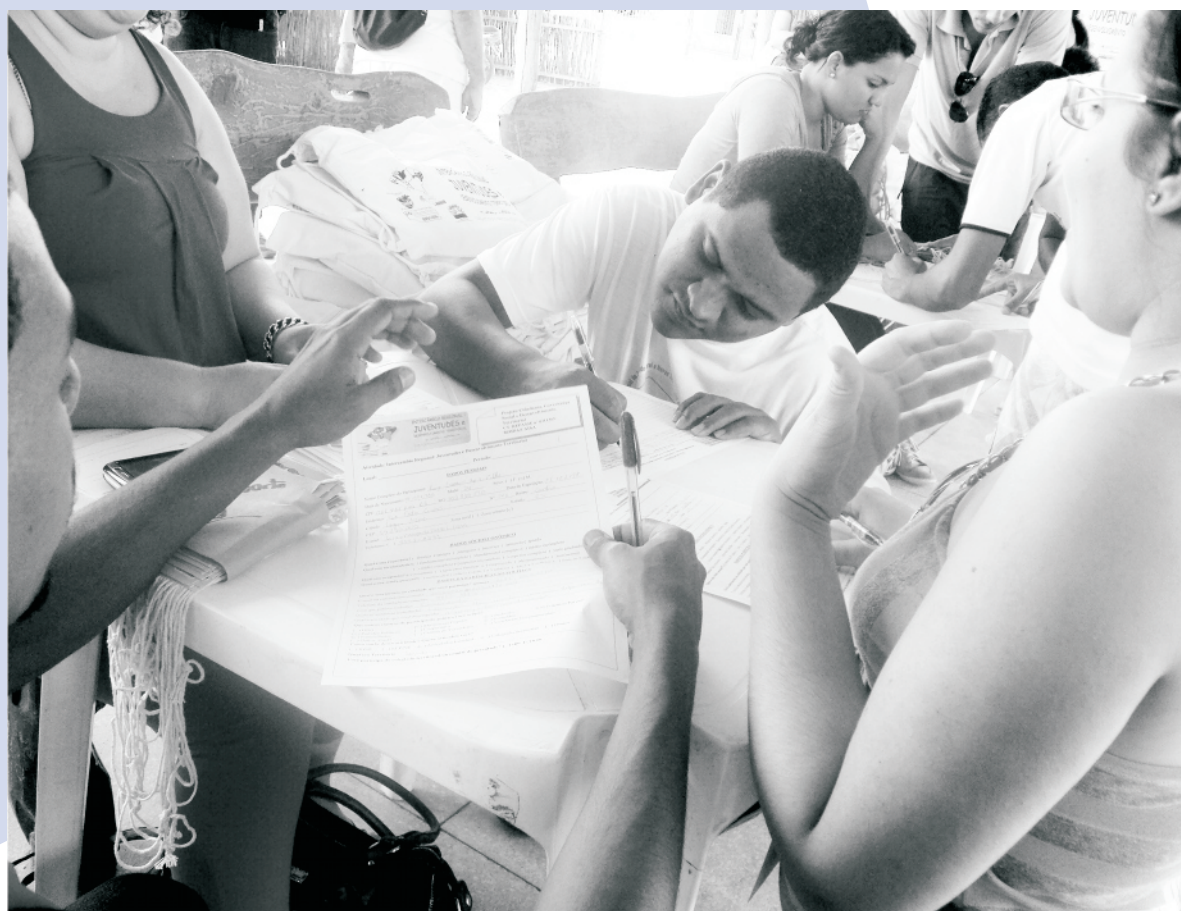






Intercâmbio da Juventude Encontro Regional







Intercâmbio da Juventude Bahia



Intercâmbio da Juventude Paraíba



Intercâmbio da Juventude Pernambuco



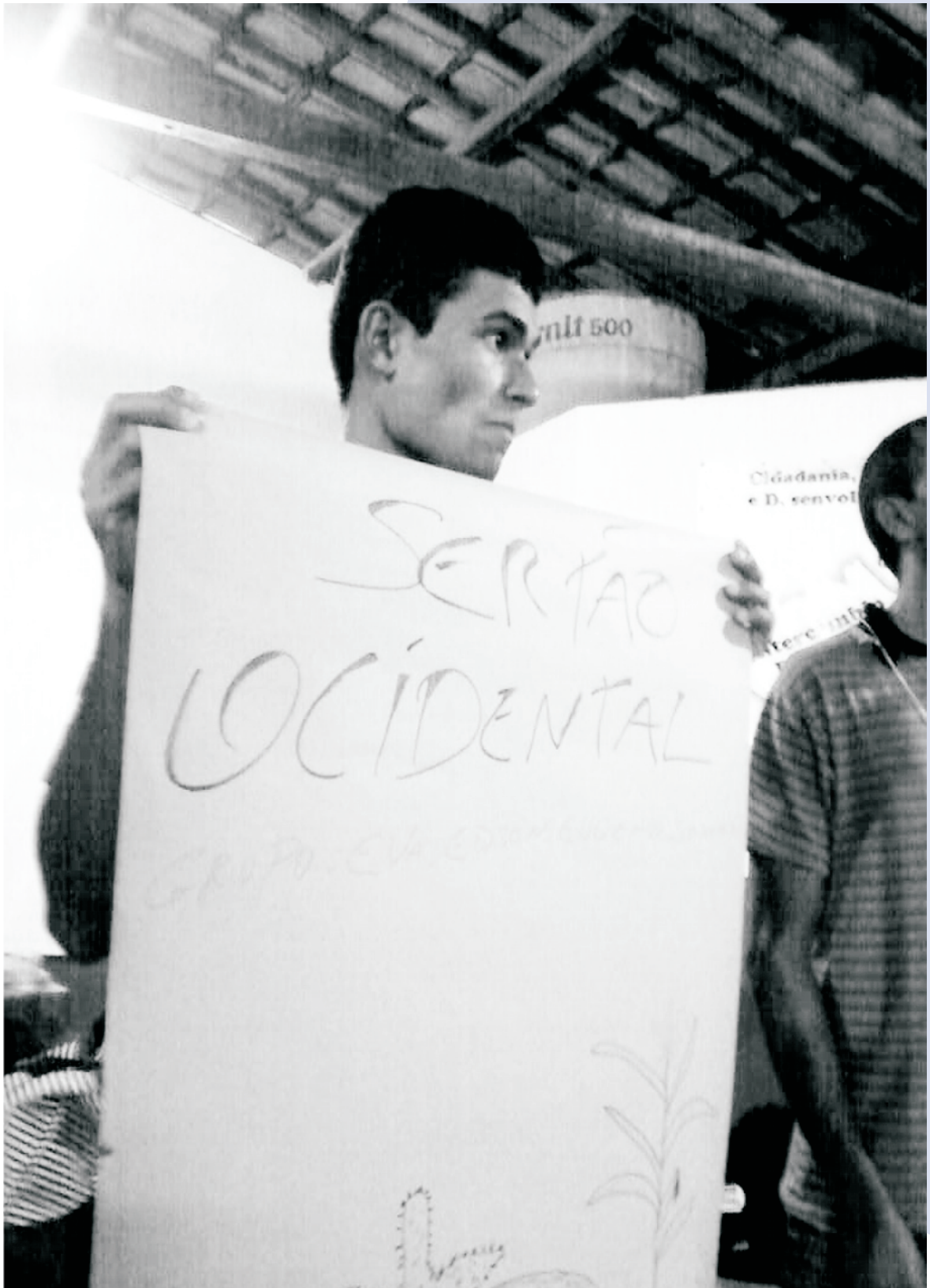
Intercâmbio da Juventude Piauí



Intercâmbio da Juventude Rio Grande do Norte



Intercâmbio da Juventude Sergipe



Oficina de Sistematização







Apoio



Ssecretariade Desenvolvimento
Territorial/SDT

Parceiros



Realização



Escola de Formação
Quilombo dos Palmares

Filiado a

